



A DEFESA NACIONAL

ESTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



O TRANSPORTE FERROVIÁRIO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

Carlos Aloysio Weber

obrás e o Processo de
mentos no Setor da Energia
cira Belotti

Balança de Poder na
África Austral e Ocidental
Tamoyo P. das Neves

SET/OUT-81
Nº 697



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

Págs.

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

AMAZÔNIA, O GRANDE DESAFIO GEOPOLÍTICO — Prof. Therezinha de Castro	23
O FENÔMENO DO PODER E O DIREITO PÚBLICO NO ESTADO CONTEMPORÂNEO — Prof. Diogo de Figueiredo Moreira Neto	87
NAMÍBIA: MARXISMO OU DEMOCRACIA ÉTNICA? — Prof. Therezinha de Castro	107
BALANÇA DO PODER NA ÁFRICA AUSTRAL E OCIDENTAL — Cel. Inf. Tamayo P. das Neves	115
A IMPLACÁVEL SEDE DE PODER DO IMPÉRIO RUSSO — Prof. Nicholas Boer	169

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS

O TRANSPORTE FERROVIÁRIO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS — Cel. Carlos Alaysio Weber	7
A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA EM 1980/1981 — Min. A. Delfim Netto	39
A PETROBRÁS E OS INVESTIMENTOS NO SETOR DA ENERGIA — Eng. Paulo Vieira Belotti	137
REFORMULAÇÕES NO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1981 — Informe Especial	191

ORGANIZAÇÃO, TÁTICAS E TÉCNICAS MILITARES

O SOLDADO NA GUERRA MODERNA — Cel. QEM Roberto Mischow Filho	99
A AMAZÔNIA E AS OPERAÇÕES DE SELVA — Ten. Cel. Nunzio Greziano Fontecchio (Exército Italiano)	149
REPENSANDO O EMPREGO DAS MINAS — CF Raymundo Sant'Anna da Rocha	159

INFORMAÇÕES	197
LIVROS	201

A DEFESA NACIONAL — Rio de Janeiro — RJ
Ano 68 — Número 697



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo;
DIRETOR-SECRETÁRIO: Ten Cel Art José Pordeus Maia; DIRETOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRETOR-TESOUREIRO: Ten Cel Int Luiz Carlos de Moura Simonetti.

Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDATORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav Edson Alves Mey; Desembargador Antonio de Arruda; Cel Art Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Francisco Stuart Campbell Pamplona; Ten Cel Eng José Galaor Ribeiro; Ten Cel Inf Roberto Silvio Duarte Oliveira; CF José Correia de Sá e Benevides; Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas; Ten Cel Art Marcello Rufino dos Santos; Maj Inf Hiram de Freitas Câmara; Maj Inf Marco Antonio Sévio Costa; Prof José Alberto de Assumpção; EDITORAÇÃO: José Lívio Dantas; PUBLICIDADE: Floriano Serpa.

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 500,00 — Exterior — US\$ 50,00 — Número avulso — Cr\$ 100,00. As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 283-3030 — CEP 20.221 — Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Só se expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896
Rio de Janeiro — RJ

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redator

Primeros Fornecedores: BERTHOLDUS EISINGER, ENTREVISTA LEITOR DE CARVALHO + 3 DE JOSÉIA RIOS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bertholdus Klinger, Estevão Leônio de Carvalho, Joaquim de Souza Rios (rector), Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Paes Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cabral, Elydes Figueiredo, Taunay, Amaro Vista Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

Anunciam neste Número:

Banco Sul Brasileiro	2º capa	Haegler	136
DERSA	3º capa	Caixa Econômica Federal	147
Grupo Industrial João Santos	4º capa	Furnas	148
Mannesmann	2	Vasp	158
CPRM	6	Embraer	167
IBM	21	Volkswagen	189
Atlântica Boavista	22	Capem	190
Embratel	38	Engesa	195
GBOEX	86	Mercedes Benz	196
Construtora Mendes Junior S/A	98	Banerj	200
Abecipe	104/05	Imbel	204
Esso	106	Teljer	205
Fleischmann	113	Biblex	206/07
CAEAB	114	Geneal	208



NOSSA CAPA:

Uma vez modernizado e ampliado o sistema, o transporte ferroviário suburbano da Rede Ferroviária Federal S.A. deverá atender a cerca de 1 milhão e 240 mil passageiros diários por volta de 1982 e 2 milhões em 1985, um verdadeiro metrô de superfície, com trens partindo a intervalos de 3 minutos do terminal D. Pedro II. Na foto: Pátio da Estação de D. Pedro II, Rio de Janeiro, com 13 plataformas e um movimento de 534 trens elétricos p/dia útil.



O TRANSPORTE FERROVIÁRIO NAS REGIÕES

A

NOSSOS 68 ANOS

Arevista "A DEFESA NACIONAL" está completando 68 anos de existência. São quase sete décadas de dedicação à causa, por todos os títulos nobilitante, de informar, de difundir conhecimentos e de servir de tribuna para a exposição e a análise de assuntos militares e temas diversos que se relacionam com o interesse nacional. Outra não foi a diretriz que lhe imprimiram, em 1913, seus fundadores e que as gerações subsequentes se empenharam e se empenham em dar continuidade.

Atuando num campo que não prima pela longevidade, como o da publicação de periódicos, A DEFESA NACIONAL não somente conseguiu perenizar uma jornada de sete décadas, como chega a esta altura de sua existência com o orgulho de ver reconhecido seu trabalho até mesmo em âmbito internacional.

Na verdade, a oportunidade de veicular bimestralmente colaborações da lavra de eminentes autores – colaborações que se desdobram desde áreas abrangentes como Ciências Políticas e Sociais até áreas mais especializadas como Estratégia, Organização, Táticas e Técnicas Militares – significa para a DEFESA NACIONAL poder contribuir para o aprimoramento intelectual de seus leitores, notadamente no seio das Forças Armadas, e para o estudo e a solução de problemas da realidade nacional que se oferecem à reflexão de todos os brasileiros imbuídos de amor ao passado, confiança no presente e fé inquebrantável no futuro de nossa pátria.

Assim a quiseram seus fundadores em 1913. Assim queremos nós neste último quartel de século e para a posteridade.

Editorial

A

CPRM sabe bem como a energia é importante nos dias atuais. Desde 1971 suas pesquisas em solo brasileiro têm permitido a ampliação das áreas contendo carvão mineral e indicado outras com boas perspectivas de existência do mineral.

Na Bacia sedimentar do Paraná, que abrange partes dos Estados de S. Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os três projetos de estudo revelaram a presença de elevadas reservas econômicas de carvão.

Tais projetos, além de possibilitarem a avaliação de reservas exigidas pelo processamento de gaseificação, visam à delimitação de áreas para a implantação de minas mecanizadas.

Na área de Gravataí verificou-se a primeira ocorrência de carvão com possibilidades metalúrgicas convencionais, no Estado do Rio Grande do Sul.

No estimulante trabalho de redescoberta do Brasil, nem só o carvão faz parte do dia-a-dia da CPRM. Com o mesmo entusiasmo, a empresa se dedica às pesquisas de fosfato em Minas Gerais; cobre em Goiás, Ceará, Minas Gerais e Pará; cassiterita, chumbo e zinco em Rondônia; calcário e magnésio no Pará; salgema, carnalita e enxofre no Médio Amazonas; chumbo na Bahia; ouro no Ceará.

Há oito anos a CPRM dá seu apoio técnico aos órgãos envolvidos na pesquisa mineral e hidrica, orientando, incentivando e financiando projetos de pesquisa e beneficiamento mineral.

CPRM, oito anos redescobrindo o País.



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM

CARVÃO É ENERGIA



O TRANSPORTE FERROVIÁRIO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

Carlos Aloysio Weber

No setor de transportes urbanos, de estreita vinculação com a política de redução do dispêndio com derivados de petróleo, a atuação do Ministério dos Transportes, através da Rede Ferroviária Federal S.A., faz-se sentir, mais acentuadamente, na implantação de sistemas de trens metropolitanos em PORTO ALEGRE, BELO HORIZONTE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA e na expansão e modernização dos sistemas do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, com o que o transporte ferroviário de passageiros de cerca de 1,6 milhões diários deverá se elevar para 8,2 milhões em 1985.

Assim, no que concerne ao transporte de passageiros nas regiões metropolitanas, por imperativo de ordem social e consoante diretrizes do Ministério dos Transportes, a Rede Ferroviária Federal moderniza e expande os seus sistemas de subúrbios, utilizando energia elétrica, facilitando o deslocamento pendular de

milhões de pessoas por dia e beneficiando, pelas suas baixas tarifas, as faixas da população de menor poder aquisitivo.

Desde 1979, vêm sendo assinados convênios e contratos, entre o Ministério dos Transportes e os órgãos estaduais e municipais que, disciplinando e regulando os investimentos, visam aumentar a oferta e melhorar a qualidade do transporte público. O desdobramento desse programa e a celebração de convênios semelhantes permitirão a materialização gradual dos objetivos do Governo, com vistas à implantação de eficientes serviços de transporte de massa.

Este programa, associando os esforços e recursos financeiros do *Governo Federal*, dos Estados e Municípios para a solução dos problemas de transporte nas grandes cidades brasileiras, busca, enfim, a melhoria operacional, a ampliação da capacidade e a extensão dos serviços em diversas regiões metropolitanas. Ressalte-se que, neste ano, o aporte de

recursos financeiros alocados pelo Governo Federal para o transporte ferroviário urbano alcança o montante de Cr\$ 31 bilhões.

No Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Setor de Transportes, através da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, aplicou em 1980, um total de Cr\$ 415,6 milhões, destacando-se, desse montante, Cr\$ 141,8 milhões para projetos de novas tecnologias no setor de transportes, desde pesquisas e testes operacionais de veículos (como os protótipos dos ônibus PADRON e do microônibus a bateria) até metodologia básica para estudos de transportes urbanos em cidades de médio e grande porte e regiões metropolitanas.

A utilização ampla do transporte público trará importantes repercussões de ordem econômica, diminuindo a importação do petróleo e reduzindo os reflexos da elevação dos preços de seus derivados nos custos dos bens de consumo e de serviços. Irá produzir, de outra parte, benefícios de ordem social, pela eliminação do congestionamento das vias, a redução do tempo de viagem, maior segurança e conforto nos deslocamentos, visando melhorar a qualidade de vida das populações que se concentram ou vêm a se concentrar naquelas metrópoles.

Este artigo apresenta uma visão panorâmica do transporte ferroviário suburbano na Rede Ferroviária Federal S/A, destacando a situação a partir de 1975 até a atualidade e as atividades em desenvolvimento, visando sua expansão e modernização.

De fato, nos últimos anos, tem-se verificado que, em termos de transporte metropolitano, inúmeros argumentos militam em favor do transporte ferroviá-

rio com tração elétrica: maior capacidade dos veículos; favorável balanço dos fatores potência e velocidade em relação à energia despendida; possibilidade de controles que permitem elevados índices de segurança; economicidade, pelo tipo de energia consumida, e faixas mais estreitas de rolamento, por passageiro transportado, embora sejam muito grandes os investimentos necessários para implantação de sua infra e superestrutura, principalmente quando em sub-solo.

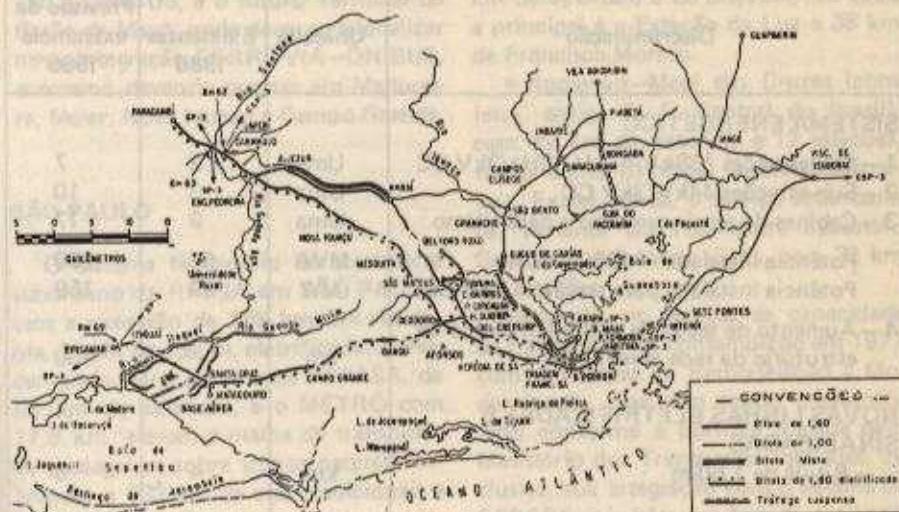
RIO DE JANEIRO

O sistema de transporte ferroviário suburbano no RIO DE JANEIRO recebeu seu primeiro impulso de modernização com a eletrificação em 1937 e sua progressiva expansão contemplando os trechos em bitola de 1,60 m de D. Pedro II até Santa Cruz e Japeri e os ramais de Matadouro e Paracambi. Posteriormente, com o alargamento e eletrificação da Linha Auxiliar entre Francisco Sá e Belford Roxo e Ramais de Honório Gurgel ligando-a à Linha do Centro e o de S. Mateus e o alargamento e eletrificação de duas das quatro linhas da antiga Estrada de Ferro Leopoldina entre Barão de Mauá e Duque de Caxias e a construção de duas linhas eletrificadas entre Duque de Caxias e Gramacho (inaugurada em 1980), a malha suburbana atingiu a configuração atual.

Em termos operacionais, o sistema ferroviário suburbano abrange, no contorno da Baía de Guanabara, com tração diesel-elétrica, os trechos em bitola métrica de Gramacho à Vila Inhomirim, Gramacho à Guapimirim e Niterói à Visconde de Itaboraí.

O mapa, apresentado ao lado, mostra a configuração atual do sistema.

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



O estado geral das instalações fixas, via permanente, sinalização, sistema energético e frota de trens-unidades em 1975, segundo o diagnóstico levantado quando da elaboração do Plano de Remodelação e Modernização dos Subúrbios do Grande Rio, requeriam um conjunto de ações e investimentos de grande porte, pois o sistema só operava, praticamente, devido ao empenho e capacidade de improvisação dos ferroviários, visto que os recursos para manutenção eram escassos e as peças de reposição originais inexistentes, devido à obsolescência. Como exemplo basta citar que cerca de um terço dos trens eram os de 1937, ainda.

Seguindo as diretrizes do referido plano, o sistema está sendo soerguido e ex-

pandido, através da aquisição de 180 novos trens-unidades, do tipo dois carros-motores e dois carros-reboques, cada um, construção de novas subestações para fornecimento de energia elétrica para tração e consumo industrial, substituição do sistema de sinalização, remodelação da via permanente em toda a extensão, com adoção de trilhos soldados, fixação elástica, mecanização de sua manutenção e controle por carro verificador do estado da via utilizando computador.

Alguns dados físicos relativos às obras e programas setoriais em desenvolvimento na malha suburbana do Grande Rio são mostrados no quadro a seguir.

SUBÚRBIOS DO GRANDE RIO – PROGRAMA FÍSICO DE MODERNIZAÇÃO

Discriminação	Unidade	Existentes 1980	Previsão de existência 1985
SISTEMA ENERGÉTICO			
1 – Sub-estações 138kV/44kV 60Hz/3kV CC	Uma	2	7
2 – Sub-estações 44kV/3kV CC	Uma	3	10
3 – Cabines de seccionamento e paralelismo	Uma	9	17
Potência instalada – 138kV 60Hz	MVA	65	250
Potência instalada para tração – 3kV CC	MW	59	159
4 – Aumento de seção de cobre (c/reforço de estruturas da rede aérea)	km	—	400
NOVAS LINHAS ELETIFICADAS E SINALIZADAS			
– Bitola de 1,60 m	km	4	8
ESTAÇÕES – CONSTRUÇÃO E REFORMA			
1 – Novas	Uma	—	30
2 – Reformadas	Uma	1	20
TRENS-UNIDADES NOVOS E MODERNIZADOS			
Novos (2 Motores + 2 Reboques)	Um	30	180
Modernizados (Reboque-Motor-Reboque)	Um	—	58

A execução do programa sofreu alguns atrasos, e outros poderão vir a ocorrer, em consequência de redução dos recursos financeiros, decorrente da conjuntura econômica global do país.

Os investimentos para este projeto alcançam Cr\$ 21,8 bilhões no período 1980/82.

Uma vez modernizado e ampliado o sistema, o transporte ferroviário suburbano da RFFSA deverá atender a cerca de 1 milhão e 240 mil passageiros diários por volta de 1982 e 2 milhões em

1985, um verdadeiro metrô de superfície, com trens partindo a intervalos de 3 minutos do terminal D. Pedro II com "headways" de 3 minutos na linha D. Pedro II – Deodoro, de 6 minutos no subsistema de D. Pedro II – Santa Cruz, e 6 minutos no de D. Pedro II – Japeri, apresentando ainda, intervalos de 5 minutos entre os trens dos subsistemas da Linha Auxiliar e da Leopoldina, nos horários de pico da manhã e da tarde.

Das estações previstas no Plano, revestir-se-ão de suma importância as de

Maracanã, S. Cristovão e Benfica como pontos de integração FERROVIA-METRÔ-ÔNIBUS, e o futuro Terminal de Barão de Mauá, onde dever-se-á localizar nova integração FERROVIA-ÔNIBUS, o mesmo devendo ocorrer em Madureira, Meier, Nova Iguacu e Campo Grande.

SÃO PAULO

O sistema ferroviário de transporte suburbano da RFFSA em SÃO PAULO tem a extensão de 169 km, em via dupla, bitola de 1,60m, eletrificada. Acrescentando-lhe o sistema da FEPASA, de 63 km de extensão, e o METRÔ com 17,8 km, elevam a malha de transporte de passageiros sobre trilhos naquela metrópole a 232 km de vias tradicionais e 17,8 de METRÔ perfazendo o total de 249,8 km.

A malha da RFFSA pode ser subdividida em 2 subsistemas a saber:

- Francisco Morato—Paranápiacaba (antiga E. F. Santos a Jundiaí) com 87 km de extensão e 28 estações, das quais a principal é a Estação da Luz a 38 km de Francisco Morato.

- Roosevelt—Mogi das Cruzes (zona leste, antiga E. F. Central do Brasil), com 49 km de extensão e 17 estações, tendo como principal terminal Roosevelt. Existe, ainda, o serviço suburbano na Variante do Poá, entre Sebastião Gualberto e Calmon Viana, com 33 km e 8 estações.

Saturado em termos de capacidade de transporte, foi contemplado em 1977 com um Plano de Remodelação e Modernização, que vem sendo implementado conforme a política traçada pelo Ministério dos Transportes, que visa, inclusive, sua integração com o sistema da FEPASA, também em fase de modernização.

O mapa, a seguir, representa o sistema ferroviário da Grande São Paulo.



O programa em desenvolvimento contempla entre outros o aumento da capacidade energética, aumento da frota de trens-unidades, implantação do sistema de Controle Automático dos Trens (ATC) em todas as linhas, expansão e modernização das telecomunicações, fechamento de faixa de domínio, construção de novas estações, reforma de estações e remodelação da via permanente.

O sistema foi subdividido, para efeito de etapas na execução do programa (começando pelos trechos mais necessitados de intervenção), segundo as seguintes prioridades:

I — Roosevelt—Sebastião Gualberto—Manuel Feio—Calmon Viana;

II — Sebastião Gualberto—Itaquera—Calmon Viana—Mogi das Cruzes;

III — Francisco Morato—Paranapiacaba.

O programa, em fase de implantação contempla, entre outros, a execução de ampliações e modernizações do sistema, abordados a seguir.

Duplicação de vias

Estão sendo construídas a terceira e quarta linhas entre Roosevelt e Sebastião Gualberto, com 6 km de extensão e duplicada a linha, hoje singela, entre Manuel Feio e Calmon Viana, com 20 km, que estarão concluídas este ano. Estas linhas, que serão eletrificadas, permitirão flexibilidade operacional e aumento da capacidade de tráfego.

Sistema energético

A linha Leste, hoje alimentada por duas subestações — Sebastião Gualberto e Calmon Viana — com a potência instalada de 15.000 kW para tração, será reforçada com a construção de cinco novas subestações e modernização e am-

plicação das existentes, elevando a potência instalada para 69.000 kW até 1985 e 88.000 kW em 1992.

Deverão ser concluídas, este ano, duas dessas subestações, localizadas em Itaquera e Ermelindo Matarazzo e duas cabinas de seccionamento.

O subsistema Francisco Morato—Paranapiacaba, hoje alimentado por quatro subestações, com potência instalada de 32.000 kW será reforçado com a construção de sete novas e reforma e ampliação das existentes, elevando a potência instalada para tração para 102.000 kW até 1992.

A eletrificação das linhas em duplicação, correspondentes a 32 km de vias é outro item contemplado no programa.

Sinalização

Será concluída, este ano, a instalação do sistema de Controle Automático dos Trens (ATC) no trecho Santo André—Campo Grande (16 km de extensão) no subsistema Francisco Morato—Paranapiacaba, similar ao existente no restante do sistema paulistano, devendo, a seguir, ser feita a implementação do ATC nas linhas em duplicação.

Duas cabinas de rotas estão sendo construídas entre Roosevelt e Sebastião Gualberto, com previsão de conclusão para este ano.

Telecomunicações

Estão sendo instalados os sistemas de radiocomunicações no trecho Roosevelt—Mogi das Cruzes, na Linha Leste e no subsistema Francisco Morato—Paranapiacaba.

Trens-unidades

O programa preconiza o ingresso de oitenta e dois novos trens-unidades elétricos.

Estão sendo recebidos vinte trens adquiridos à FEPASA, que deverão substituir a frota em operação na Linha Leste no início do segundo semestre deste ano.

Transporte

O corolário da execução desses empreendimentos será a elevação da oferta de transporte, minimizando a demanda hoje reprimida, passando o volume diário de passageiros transportados, da ordem de 650.000 para 1 milhão e 100 mil em 1985.

Em termos de volume anual, o crescimento esperado é de 157 milhões e 585 mil passageiros/ano (em 1980) para 322 milhões e 200 mil passageiros/ano em 1985.

PORTO ALEGRE

Os estudos para a implantação do Trem Suburbano da Região Metropolitana de Porto Alegre iniciaram-se em 1975, em função das constatações iniciais do PLAMET/PA — Plano Diretor de Transportes da Região Metropolitana de PORTO ALEGRE, concluído, em 1977, pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT e a Fundação Metropolitana de Planejamento — METROPLAN.

As projeções de tráfego realizadas indicaram que a capacidade de transporte do corredor rodoviário, paralelo às linhas da RFFSA, estaria em pouco tempo esgotada e que, para substituir ou suplementar o transporte rodoviário utilizando a ferrovia, seria necessário remodelar completamente o sistema ferroviário suburbano operado pela RFFSA entre Porto Alegre e São Leopoldo.

A quantidade de passageiros suburbanos transportados, por ano, pela RFFSA

de 1975 a 1980, são apresentadas a seguir, onde se nota razoável incremento a partir de 1977.

Ano	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Passageiros transportados (milhares)	43	78	213	280	374	359

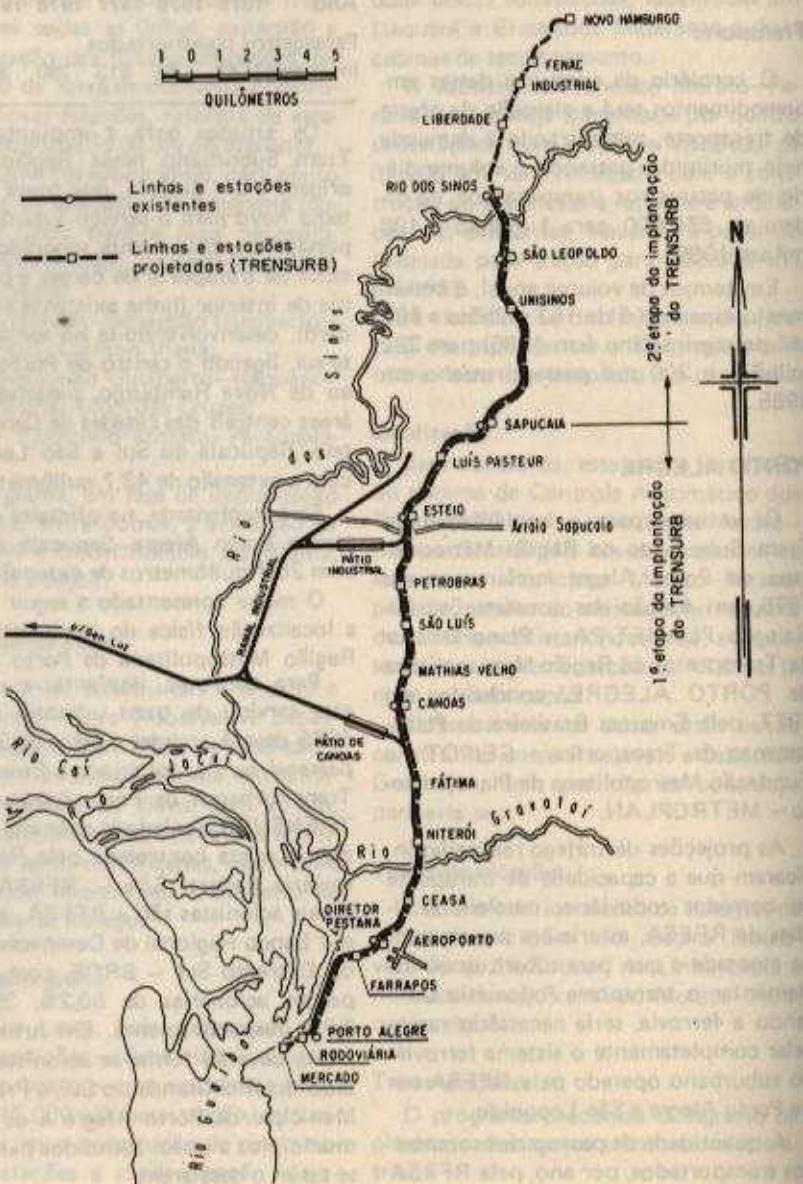
Os estudos para a implantação do Trem Suburbano nessa Região deram origem a um projeto, que prevê um sistema novo para o serviço suburbano de passageiros, fisicamente separado do sistema de transporte de cargas e passageiros de interior (linha existente até Standard), desenvolvendo-se no sentido norte-sul, ligando o centro de Porto Alegre ao de Nova Hamburgo, passando pelas áreas centrais das cidades de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, com a extensão de 43,7 quilômetros.

Será implantada, na primeira etapa o trecho Porto Alegre—Sapucaia do Sul, com 26,7 quilômetros de extensão.

O mapa apresentado a seguir mostra a localização física do novo sistema da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Para construir, implantar e explorar esse serviço de trens urbanos, que em 1985 deverá atender a cerca de 330.000 passageiros/dia, foi criada a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A — TRENsurB, sociedade anônima de economia mista controlada pela Rede Ferroviária Federal S/A — RFFSA, cujos atuais acionistas são a RFFSA, a EBTU e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE, com participações acionárias de 60,2%, 39,6% e 0,2%, respectivamente. Em futuro próximo, deverão tornar-se acionistas o Estado do Rio Grande do Sul, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e os demais municípios a serem atendidos pelo trem, se assim o desejarem.

REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (SISTEMA FERROVIÁRIO)



As atividades da empresa tiveram início no dia 25 de abril de 1980, com as assinaturas da Ata de Constituição e do contrato, e respectiva ordem de serviço, para a construção de um viaduto.

Descrição do Projeto

O projeto geométrico se desenvolve na faixa de domínio da RFFSA (com exceção do acesso à área central de Porto Alegre), apresenta um perfil predominantemente em nível, com rampas de 1 e 2% em 20% do percurso; rampas de 2 e 2,3% são excepcionais e de pequena extensão, somente admitidas nos acessos a pontes ou viadutos. Os raios de curva são quase todos superiores a 400 m, com exceção de um pequeno trecho sob o acesso à ponte do Rio Guaíba (raios de 170 m).

Serão construídas duas vias na bitola de 1,60 e a superestrutura contará com trilhos RT-57 (57 kg/m), soldados, assentados sobre dormentes de concreto, com lastro de pedra britada.

É previsto, por motivos de segurança, o total fechamento da faixa de domínio, inserida que está em região de alta densidade demográfica. Serão construídas várias obras de arte especiais. Na 1ª etapa, deverão ser construídos:

- 14 viadutos rodoviários e ferroviários, com extensão total de 2.265 m;
- 17 passarelas e passagens inferiores, com extensão total de 2.180 m;
- 2 pontes com extensão total de 838 m.

A linha será eletrificada em 3.000 V, corrente contínua, devendo ser adquiridos 25 trens-unidades elétricos, similares aos novos trens adquiridos para o subúrbio do Rio de Janeiro (2 carros motores + 2 carros reboque), com capacidade máxima de 450 passageiros por carro.

O sistema de sinalização será o ATC (Controle Automático de Trens) com "Cab-signal".

O sistema de telecomunicações compreenderá a telefonia seletiva descentralizada nas Estações, a telefonia administrativa e de manutenção e a comunicação via rádio com os trens-unidades.

O número de estações previsto é 21, das quais 14 na 1ª etapa, isto é, até Sapucaia do Sul. Sua localização foi definida pelo estudo de demanda e de comum acordo com a METROPLAN, em função da Política de Desenvolvimento Urbano da Região. Para as estações da 1ª etapa o espaçamento mínimo entre estações previsto é de 900 metros e máximo de 3.880 metros.

No pátio da Estação de Diretor Pestana da RFFSA (na altura do km 7), cedida à TRANSURB, serão construídos o Complexo de Manutenção e Administração e o Centro Operacional do novo sistema. A estação Diretor Pestana será remanejada e conjugada com a estação Aeroporto da TRENURB onde deverá ser implantado um importante terminal de integração ferrovia-ônibus.

Prazos e Custos

A 1ª etapa (até Sapucaia do Sul), cujas obras estão em pleno andamento, tem sua conclusão prevista para fins de 1984, completando-se o Projeto (até Novo Hamburgo) até meados de 1986. O custo total do Projeto (inclusive o ramal industrial) foi orçado em US\$ 342,6 milhões (moeda de 1981) dos quais cerca de US\$ 265 milhões correspondem à 1ª etapa. Parte desta última importância será coberta por um financiamento do Banco Mundial no valor de US\$ 159 milhões.

Belo Horizonte

O transporte ferroviário suburbano de BELO HORIZONTE atualmente é atendido com tração diesel-elétrica em linhas de bitola de 1,60 m e de bitola mista. Nas linhas de bitola métrica existe um sistema eletrificado de pequena extensão, entre Belo Horizonte e Betim.

Em 1980 foram transportados cerca de 4,1 milhões de passageiros/ano, devendo esse transporte crescer para 80 milhões de passageiros/ano em 1985.

Devido ao intenso tráfego ferroviário de carga nas linhas também utilizadas pelo transporte suburbano, será efetuada a separação destes transportes, com a implantação de uma malha suburbana independente, dentro da faixa de domínio das linhas atuais.

O novo sistema, em via dupla, bitola de 1,60 m, eletrificada em 3.000 volts CC e comando de tráfego centralizado, estender-se-á por 111 km, compreendendo os trechos Belo Horizonte–Rio Acima, Belo Horizonte–Betim e Barreiro–Horto Florestal, em faixa totalmente fechada.

Dessa malha, a prioridade maior será dada à ligação Betim—Belo Horizonte—Horto Florestal, que beneficiará a região de Contagem a Betim, onde estão localizados importantes parques industriais, com previsão de demanda crescente devido à instalação e expansão do complexo industrial de Betim e Embuassu.

O mapa seguinte mostra o esquema das vias do sistema, que atenderá 35 estações.

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



O estudo de concepção do Sistema de Trem de Subúrbio da Região Metropolitana de Belo Horizonte, elaborado pelo GEIPOT por determinação do Ministério dos Transportes foi concluído em 1980. Este estudo, tendo levado em consideração os planos de desenvolvimento econômico e social da região metropolitana e vários projetos viários desenvolvidos pela PLAMBEL bem como o projeto do Sistema Urbano de Transporte de Massa, insere o transporte ferroviário suburbano da RFFSA para Belo Horizonte num contexto de harmonização e integração com o transporte por ônibus e prevê a criação do TRENSURB de Belo Horizonte que, a exemplo do implantado em Porto Alegre, será a empresa incumbida da materialização dos programas de transporte ferroviário nessa cidade.

Considerado o plano citado e as necessidades mais imediatas e em correspondência com os recursos disponíveis, estão sendo efetivadas as desapropriações de áreas necessárias à implantação do sistema.

O GEIPOF está elaborando o projeto executivo do TRENSURB, e a RFFSA, nesse ínterim, está cuidando do remanejamento e bloqueio das linhas existentes, inclusive projetando variantes para as melhorias indispensáveis ao projeto geométrico do sistema suburbano de passageiros.

SALVADOR

O sistema ferroviário de transporte urbano da Região Metropolitana de SALVADOR desenvolve-se nos eixos Calçada–Mapele–Camaçari, na Linha Tronco, com 47 km de extensão e 15 estações e Mapele–Candeias, na Linha Sul, com 22 km e 3 estações.



Atualmente o transporte é realizado com tração elétrica em 3.000 V CC e tração diesel-elétrica.

As linhas são em bitola métrica, com trilhos 37 kg/m.

Com vistas à implantação do sistema metropolitano, serão construídas vias duplas, em bitola de 1,60 m, eletrificadas em 3.000 V CC, a serem operadas por controle tráfego centralizado, devendo, ainda, receber melhoramentos no sistema de telecomunicações e fechamento da faixa de domínio.

O trecho considerado prioritário para implantação do sistema é Calçada–Paripé Aratu–Simões Filho (vide mapa), com extensão de 27,5 km e 13 estações, o qual atenderá, inicialmente, o fluxo de 10.000 passageiros/hora em cada sentido, volume que deverá crescer para 300.000 passageiros/hora em 1985.

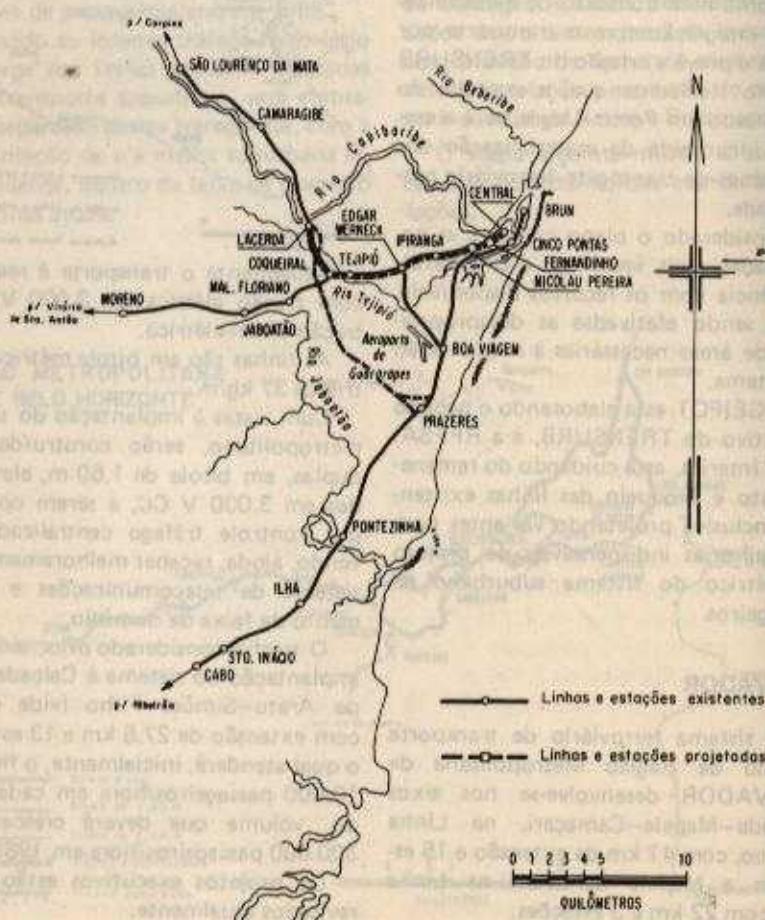
Os projetos executivos estão sendo revisados atualmente.

RECIFE

O sistema ferroviário operando com transporte de passageiros de subúrbios

em RECIFE constitui-se de 3 subsistemas distintos, mostrados no mapa seguinte e que são:

REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE



- Linha Sul: Recife—Cabo, com 32 km;
- Linha Centro: Recife—Coqueiral—Jaboatão, com 17 km e
- Linha Norte: Recife—Coqueiral—S. Lourenço da Mata, com 25 km.

As linhas são em bitola métrica, sinqelas (dupla somente no trecho Recife—Coqueiral, comum às linhas Centro e Norte) e operadas com tração diesel-elétrica.

Após sucessivas alterações na configuração inicial, a estação de Recife foi destinada ao transporte de passageiros e a de Cinco Pontas ao transporte de cargas.

Sob a orientação do Ministério dos Transportes, como parte do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis e do Programa de Mobilização Energética (PME), está sendo desenvolvido pela EBTU/GEIPOT o Plano Diretor Viário da Região Metropolitana de Recife, dentro do qual foi destacado o do TRENsurb/RECIFE para a execução das obras e operação do sistema ferroviário de transporte suburbano.

Consideradas as demandas previstas foi decidido que o novo sistema ferroviário suburbano será implantado em bitola de 1,60 m, sinalizado e eletrificado

em 3.000 V CC, nos trechos e segundo as prioridades seguintes:

1. Recife—Coqueiral—TIP
2. Coqueiral—Jaboatão
3. TIP—São Lourenço da Mata
4. Recife—Cabo

Os projetos executivos do sistema estão sendo elaborados no GEIPOT.

Entretanto, a RFFSA projetou e está construindo a variante PRAZERES—LACERDA que, ligando diretamente as linhas Sul e Norte, evitará que os trens de carga não destinados a Recife circulem nos trechos Recife—Prazeres e Recife—Coqueiral—TIP, permitindo facilidade na execução do programa suburbano que deverá, assim, ser praticamente independente do transporte de carga, o que será uma necessidade face às demandas previstas. A conclusão dessa variante está prevista para 1982.

O sistema ferroviário suburbano de Recife transportou 9 milhões de passageiros/ano, estando previsto o transporte de 16 milhões em 1982 e de 60 milhões em 1985.

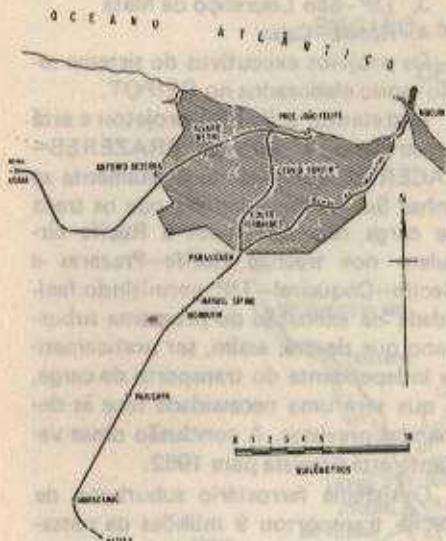
FORTALEZA

O sistema ferroviário suburbano de FORTALEZA mostrado no mapa a seguir, é constituído de dois subsistemas: o da linha tronco sul, Prof. João Felipe—Maracanaú—Acarape, com 68 km de extensão e 13 estações e o da linha



Carlos Aloysio Weber é Cel R/1 da Arma de Engenharia e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Comunicações do Exército, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. É engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comandou o 5º Batalhão de Engenharia de Construção em Porto Velho/RO e foi Membro da Missão Militar de Instrução no Paraguai. É Secretário Geral Suplente da Associação Latino-Americana de Estradas de Ferro, Vice-Presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos e Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

tronco norte, Prof. João Felipe—Caucaia, com 20 km e 3 estações, ambos em bitola métrica, operadas com tração diesel-elétrica.



O programa prevê a modernização geral da malha existente complementada com aumento da frota de carros e locomotivas, mantida a tração diesel-elétrica e a bitola métrica. No que concerne às instalações fixas, serão efetuados o reforço das obras d'arte, melhorada a drenagem e recuperados os cortes e remodelação da superestrutura da via permanente.

A faixa de domínio será fechada por muros, reformadas as estações e construídas plataformas altas nas paradas, adequando-as à operação com os novos carros e a melhor atender os passageiros.

A par dessas obras, serão implantadas nova sinalização e um novo sistema de telecomunicações.

Foram transportados 3,7 milhões de passageiros/ano em 1980 no sistema ferroviário suburbano de Fortaleza, devendo esse transporte evoluir para 7,3 milhões em 1982 e 25,5 milhões de passageiros/ano em 1985.

RESUMO E CONCLUSÃO

A RFFSA, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério dos Transportes, terá um crescimento significativo no seu transporte de passageiros de subúrbios, através dos sistemas sucintamente apresentados, os quais serão integrados com os planos de desenvolvimento das regiões metropolitanas a serem atendidas.

No quadro apresentado a seguir, são mostradas as quantidades de passageiros transportados de 1976, 1978 e 1980 e as projeções de demandas a serem atendidas nos anos de 1982, 1984 e 1985.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO SUBURBANO

Região Metropolitana	Realizado			Previsto		
	1976	1978	1980	1982	1984	1985
Rio de Janeiro	149,8	150,3	173,9	257,8	307,5	361,6
São Paulo	58,3	141,2	167,6	193,2	290,9	322,2
Porto Alegre	—	0,3	0,4	0,4	80,0	95,0
Belo Horizonte	1,4	3,8	4,1	8,0	13,0	18,0
Salvador	4,2	3,1	2,3	20,0	25,0	28,0
Recife	4,0	4,8	9,0	16,0	33,0	62,0
Fortaleza	1,0	1,1	3,7	7,3	26,5	29,5
Total	260,3	313,6	365,7	650,8	787,9	902,2

Referências

- Programa de Transportes para Economia de Combustíveis — Ministério dos Transportes.
- Plano de Remodelação e Modernização dos Subúrbios do Grande Rio.



AMAZÔNIA: O GRANDE DESAFIO GEOPOLÍTICO

Therezinha de Castro

A CONQUISTA

Afaz do Amazonas foi descoberta em 1500 pelo espanhol Vicente Pinzon que lhe deu o nome de mar Dulce. Em 1507, outro espanhol, Francisco Orellana, desceu o rio e vendo índios de cabelos compridos, em luta, tomou-os por mulheres; daí ter batizado o rio com o nome de Amazonas, lembrando a lenda grega das mulheres guerreiras. Imaginando que a região ficasse fora dos limites de Tordezilhas, abandonaram-na, propiciando aos portugueses ocupá-la mais tarde, assenhoreando-se de quase toda a bacia Amazônica.

Se no século XVII a união das monarquias ibéricas favoreceu o alargamento para o interior da linha de Tordezilhas, contribuiu também para que os inimigos da Espanha viessem atacar, ocupar ou pretender a posse de partes do território brasileiro.

Na ocasião desenvolver-se-ia o movimento bandeirantista, e Antônio Raposo Tavares, destruindo a missão jesuítica espanhola do Itatin (sudoeste de Mato Grosso do Sul), contribuía para que se integrassem ao Brasil as nascentes de rios formadores da bacia do Prata. Realizava o primeiro circuito terrestre no continente sul-americano; assim, em 1648, do rio Paraguai atingia o Madeira, na bacia Amazônica, realizando em viagem de três anos a ligação dos dois complexos fluviais.

Em se tratando do ataque de estrangeiros, enquanto os holandeses se estabeleciam em Pernambuco e os franceses no Maranhão, os ingleses procuravam se apossar da Amazônia, onde os reis Jaime I e Carlos I resolviam doar terras a fidalgos de sua Corte entre os anos de 1613 e 1627.

Lutando contra os holandeses no Nordeste e expulsando os franceses do Maranhão, os portugueses subiam o río

Amazonas, feito realizado pela bandeira militar de Pedro Teixeira em 1637. Para afastar a cobiça estrangeira deixavam aí várias missões religiosas, e, como posto avançado, o forte de N. S. de Belém, origem da capital paraense (1616).

O valor geopolítico do Prata ficara logo patenteado por constituir, no período colonial, a estrada natural de entrada e saída das riquezas espanholas. Contrastava com a bacia Amazônica, envolvida pela floresta tropical, exercendo pouca atração; daí haver permanecido, mesmo após a independência, longe da cobiça das repúblicas andinas, que se utilizavam do Pacífico como via mais favorável ao seu intercâmbio comercial. E, se no sul falhara a unidade geopolítica do Vice-Reino do Prata, dotando a região após a independência de três repúblicas separadas — Uruguai, Paraguai e Argentina — fenômeno idêntico ocorria na área da bacia Amazônica, onde a Gran-Colômbia, idealizada por Bolívar, se transformaria nas repúblicas da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

No entanto, enquanto a bacia Amazônica passava, em parte, despercebida pelas nações nela diretamente interessadas, não ocorria o mesmo com os Estados Unidos; procurava este país chamar a atenção para o monopólio aplicado pelo Brasil na navegação pelo rio Amazonas. Aproveitando que em 1850 o Brasil se encontrava envolvido nas questões do Prata, resolveram os Estados Unidos agir para que nosso governo tornasse livre a navegação no Amazonas.

A diplomacia brasileira se apoiou então no princípio de Grotius, que se fundamentava no uso exclusivo da bacia pelos países nela integrados. Recusava-se peremptoriamente a entrar em acordo com nações que não fossem ribeirinhas.

Temia o Brasil, com justa razão, que sua vasta e despovoada Amazônia caísse na estera de influência da Inglaterra e França, possuidora das Guianas, ou mesmo dos Estados Unidos, já com vistas no Caribe.

O Brasil, cujas pretensões eram defendidas pelo Barão Duarte da Ponte Ribeiro, procurava solucionar o problema por convenções bilaterais com ribeirinhos, subordinando anteriormente a delimitação de nossas fronteiras com esses mesmos países. Conseguimos assim o Tratado de 1851 com o Peru, estabelecendo claramente pelo artigo 2º que a navegação pelo Amazonas "pertencia exclusivamente aos respectivos Estados possuidores das margens". Concedia nosso governo, em seguida, ao brasileiro Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza) o privilégio exclusivo da navegação pelo Amazonas durante trinta anos (1852). Caberia ao Peru um subsídio anual de 20.000 dólares pago pela companhia brasileira que navegaria pelo Amazonas e seus afluentes. O uso do Amazonas ficava assim restrito ao Brasil e Peru.

Com o posterior envolvimento do Brasil no Prata, caracterizado pela Guerra do Paraguai, defendendo o nosso governo a tese do uso pacífico dessa bacia meridional para todas as nações ribeirinhas, não poderíamos manter por muito tempo a política exclusivista do Amazonas. Por isso, Eusébio de Queirós, o Marquês de Abrantes (Miguel Calmon Du Pin e Almeida) e o Visconde de Maranguape (Caetano Maria Lopes Gomes) passaram a defender a tese de que o Amazonas deveria ser aberto à livre navegação. Esta é a origem do Decreto de 7 de setembro de 1866 abrindo à livre navegação não somente a bacia Amazônica como também o rio S. Francisco,

até a cachoeira de Paulo Afonso. Aberta sobremodo à cobiça internacional, maninhava-se aquela área imensa e desprotegida como um grande desafio geopolítico.

Em 1877 começa a se estabelecer nas margens do rio Acre grande número de nordestinos, especialmente cearenses, fugidos da grande seca, em busca de novos horizontes de trabalho. A extração da borracha, tão apreciada no mercado internacional, livraria esses forasteiros da fome que a seca do Nordeste os faria passar. Como a região acreana era ainda despovoada, não se registrou, de imediato, nenhuma intervenção oficial, dando ensejo à população brasileira de crescer, sendo avaliada em fins do século XIX em cerca de 60.000 pessoas.

Tal era a situação quando a Bolívia resolveu protestar contra a ocupação deste seu território, estabelecendo no Acre a povoação de Puerto Alonso, passando a cobrar taxas e direitos de importação, descontentando os brasileiros que até então se dedicavam livremente à extração da borracha. Contando com o apoio do governador do Amazonas e a desaprovação do governo Central, os brasileiros apelaram para a resistência armada (1899) sem contudo conseguir impedir que a Bolívia conquistasse o território que na realidade se transformava numa área de fricção.

É que, apesar de conquistado (1901), o governo boliviano não conseguiu integrar a população brasileira à sua jurisdição e, na impossibilidade de administrá-lo normalmente, resolveu arrendá-lo a um sindicato de capitalistas ingleses e estadunidenses. Trava-se do "Bolivian Syndicate", que obteve numerosas franquias para a exploração do Acre, tais como: a administração, a arrecadação de impostos, a organização da polícia, a manutenção de tropas e barcos de guerra.

Entregando o Acre a esse sindicato, a Bolívia abdicava praticamente de todos os seus direitos, permitindo que se instalasse um "quisto" de colonização estrangeira na vulnerável área da bacia Amazônica.

Contra o "Bolivian Syndicate" revolviam-se novamente os brasileiros, desta feita comandados por Plácido de Castro (1902). Preparava-se a Bolívia para nova intervenção militar, quando o governo brasileiro resolveu intervir, concentrando forças no Amazonas e norte do Estado de Mato Grosso. Rescindido o contrato com o "Bolivian Syndicate", iniciam-se as gestões diplomáticas. Documentando-se no cabal desrespeito à Doutrina de Monroe, opõe-se o Brasil à entrega de uma área do continente a estrangeiros, pois além dos ingleses estavam também interessados os alemães; ponderava, por outro lado, que a abertura do Amazonas era incompatível com o arrendamento do Acre. Diante dos fatos o governo estadunidense levaria os acionistas de seu país a aceitarem a indenização boliviana pela desistência do contrato.

No Brasil, o Barão do Rio Branco se opunha à proposta boliviana de arbitramento para a solução do caso do Acre, preferindo encaminhá-lo para o lado do "uti possidetis", já que era notória a ocupação brasileira da região. Ante a ocupação militar do território por tropas brasileiras a Bolívia cedeu entrando em entendimentos com nosso governo. Pelo Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903), aceitavam os bolivianos vender o Acre por 2 milhões de libras esterlinas. Formávamos assim o nosso Território do Acre, hoje Estado, abrangendo uma superfície de 152.000 km² da bacia Amazônica, ou seja, cinco vezes maior que a Bélgica.

Com o Peru, Venezuela, Colômbia e Guiana Holandesa, nossas questões de fronteira foram regulamentadas pelo "uti possidetis", mantendo-se, no entanto, na vasta área, o desafio geopolítico das fronteiras em grande parte artificiais e do tipo faixa, isto é, despovoadas.

Com a Guiana Francesa, tendo o governo de Paris nítidas tendências em se envolver na área Amazônica, mantivemos por muito tempo uma zona de fricção. Só encerramos a questão no território contestado graças ao arbitramento do Dr. Walter Hauser, Presidente do Conselho Federal Suíço, que fixou nossa fronteira pelo rio Olápoque (19 de dezembro de 1900).

Com a Guiana Inglesa o rei Vitor Emanuel da Itália proferiu sua sentença em 1904 separando a bacia Amazônica

das do Essequibo, Corentine e Rupununi; atribuindo da área contestada 13.750 km² ao Brasil, ficando a Inglaterra com 19.630 km², envolvendo-se por isso na Amazônia.

Não parariam aí os desafios geopolíticos da Amazônia; esta continuaria tão vulnerável quanto cobiçada tal como uma bola colorida de borracha que o Brasil carrega acima da cabeça.

O ESPAÇO

Considerada como a maior rede hidrográfica do mundo, a bacia Amazônica é limitada ao norte pelo planalto das Guianas e a divisória com o Orenoco, a cuja bacia se liga através do canal de Casi-quiari; ao sul pelo planalto Brasileiro; a oeste pelos Andes; e a leste pelo oceano Atlântico. (Mapa 1)



De sua área global, 6.500.000 km² cerca de 70% se encontram dentro das fronteiras brasileiras, abrangendo os 30% restantes os territórios do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela; incluindo-se a bacia do Tocantins-Araguaia, sua área é então estimada em 7.000.000 km².

O rio Amazonas, eixo principal da bacia, é o maior do Brasil e o 3º do mundo depois do Nilo e do Mississipi. Percorrendo 6.180 km, desde o Ucayali até o Atlântico, surge o Peru a partir das águas do lago Nicococha, formado pelo degelo andino. Nasce a 4.000 metros de altitude, segundo o Instituto Amazônico da UNESCO, distando apenas 120 km do Pacífico; ao entrar no Brasil, pela cidade de Tabatinga, já corre por uma planície de 82 metros de altitude, faltando 3.200 km para atingir o Atlântico. É até Iquitos, no Peru, permanentemente navegável em 3.580 km.

Recebe mais de 500 afluentes, representando uma via permanente de navegação fluvial com cerca de 19.000 km de extensão, número que poderá se multiplicar várias vezes, levando-se em conta a existência de furos e igarapés, pequenos cursos d'água que durante as enchentes unem entre si os lagos e rios, bem como os paranás, pequenos braços de rios que contornam ilhas.

Apresenta o rio Amazonas profundidades que variam dos 20 aos 130 metros e largura que vai dos 96 km na embocadura com o rio Negro até 1,5 km no estreito de Óbidos.

O volume normal das águas é avaliado em 80.000 m³, dando-lhe a categoria de 1º no mundo em caudal, correspondendo sua vazão à de todos os rios do planeta. Percorrendo quase paralelo ao equador, a zona mais chuvosa da Terra, é alimentado por águas fluviais e tam-

bém rivais, estas provenientes dos Andes. Recebendo afluentes dos dois hemisférios da Terra, onde as estações do ano se alternam, sofre o chamado fenômeno da interferência, que nada mais é do que a compensação anual que se estabelece entre as enchentes dos tributários que vêm do norte e os do sul.

Pouco povoada e com população mal distribuída, a Amazônia apresenta algumas concentrações ao longo dos rios, dentro de imenso deserto humano. Sua população é mais rural do que urbana, apresentando, no conjunto, lento desenvolvimento, daí se constituir numa área geopolítica neutra, carecendo, pois, da integração.

Geohistoricamente foram os grandes rios os caminhos das comunicações regionais. A prática secular da navegação fluvial não permitiu a penetração nesse imenso território coberto por densa floresta tropical, tornando as populações ribeirinhas dependentes das atividades extractivas de pouco valor econômico. Só nos dias de hoje surgem as estradas para integrar não só essa região marginalizada ao restante do país e a nações vizinhas, como para promover a ocupação de espaços intermediários vazios entre os grandes rios.

A OCUPAÇÃO

O desenvolvimento econômico e colonização da Amazônia tem suas origens no "Plano de Valorização da Amazônia" criado em 1953 e extinto em 1964. No final de 1966, com metas bem mais arrojadas, era criada a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

Não podendo de imediato ocupar seus grandes espaços vazios, o Decreto-Lei nº 1.164, assinado em 1971, houve

por bem declarar indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as terras devolutas localizadas na faixa de 100 km de largura em cada eixo das rodovias, na "Amazônia Legal".

Criado o PIN (Programa de Integração), a estratégia da ocupação procurou se ater à colonização dirigida, com fluxo migratório nordestino. Assim, as agrovilas da Transamazônica surgiram como pequenos núcleos urbanos de agricultores. Nelas eram entregues a cada família lotes de 100 hectares situados num raio de ação de até 5 km da vila de moradia. Um centro maior, a agrópolis, deveria englobar 20 agrovilas, constituindo-se no conjunto administrativo dos órgãos públicos, cooperativas, postos de assistência social e escolas. Completava o plano a rurópolis, centro de integração regional para comandar o desenvolvimento das atividades industriais.

Essa estrutura porém mostrou-se aos poucos ineficaz, contribuindo para tal várias razões. A principal delas foi a do oferecimento dessas terras a nordestinos sem experiência, por serem oriundos de região totalmente diversa, onde estavam habituados a formas agrícolas primitivas e não científicamente dirigidas.

Como, porém, integrar a mais vasta floresta equatorial do mundo, com cerca de 4.000 espécies catalogadas, constituindo-se apenas numa parte de outras que continuam desconhecidas? Maior reserva floresta do Globo, procurando uma área de cerca de 3.000.000 km², correspondente a 75% do conjunto florestal brasileiro; abrange a chamada região da floresta úmida de terra firme, embora ocorram também vegetações de campos e capoeiras. A área florestal, com 480.000.000 km² de hectares, representa 12,5% do total mundial; sabendo-se que do conjunto brasileiro ape-

nas cerca de 2.000.000 de hectares são protegidos pelo poder público através de parques-reservas e florestas nacionais.

O potencial madeireiro enseja a implantação de complexos industriais que venham a substituir a exploração rudimentar do tipo recoletor tal como ocorreu nas matas litorâneas com o pau-brasil no período colonial; funciona para isso, na cidade de Santarém (Pará), a sede do Centro de Tecnologia Madeireira, órgão da SUDAM. Sua origem está ligada à visita que uma equipe da FAO fez em 1951 à região. Em seu relatório, a missão apontava como principais fatores de estrangulamento do desenvolvimento florestal na Amazônia a exploração predatória, a falta de conhecimentos sobre o potencial da floresta e de tecnologia adequada à heterogeneidade da mata, além da escassez da mão de obra especializada.

Era, no entanto, um grande desafio a ser enfrentado, visto que, como bola colorida de borracha, a Amazônia atrai logo a primeira vista, mostrando logo em seguida a sua fragilidade. Representando a mais extensa área contínua agricultável do mundo, os solos da planície sedimentar formados pelos aluvionados fluviais não são, na realidade, tão férteis como os encontrados nas áreas temperadas do Brasil, oriundos da decomposição de rochas basálticas, graníticas ou mesmo eruptivas.

Enquanto na região de várzea inundável a fertilidade é produto de depósitos aluvionais, a terra firme só pode contar com o material de decomposição da própria floresta (reino animal e vegetal), onde a vegetação compacta, impedindo a penetração da luz solar, colabora para a formação nutritiva do solo.

Por outro lado, a floresta Amazônica, pela exuberância e imensa variedade, se

torna um campo de difícil exploração econômica, contrastando com a zona de araucária do sul, onde a homogeneidade é alto fator positivo.

Necessitando da integração, a ocupação da Amazônia vem se constituindo num dilema, visto que "nesse sistema, desde os microorganismos até os grandes animais, desde a folha que apodrece no chão até as árvores gigantescas, desde a umidade da evaporação até as chuvas torrenciais, tudo exerce um papel harmoniosamente definido e qualquer modificação acarreta um desequilíbrio, dificilmente recuperável. E o homem é o elemento desequilibrador, por excelência". (General Ferdinando de Carvalho - "Considerações sobre o Problema da Ocupação da Amazônia" - Revista do Clube Militar - Nov/Dez de 1980 - pág. 10).

Foi justamente essa uma das causas de haver falhado o Complexo Ford de plantação sistemática da seringueira em Fordlândia e Belterra, que não conseguiu superar a concorrência asiática. Sabe-se que no século XIX a descoberta da borracha natural da seringueira (*Hévea Brasiliensis*) deu à Amazônia destaque econômico, quando passou a exportar 80% do latex consumido mundialmente. A partir de 1910 passávamos a sofrer a concorrência dos seringais asiáticos, de exploração econômica sistemática, com os quais não pode concorrer o extrativismo amazônico. Falhou o "Plano de Defesa da Borracha" (1912), como falharia a "Batalha da Borracha" (1942), pois na Amazônia o desafio se encontra na grande sensibilidade que a área apresenta à ação do elemento humano.

Mesmo assim o homem vem procurando, dentro do imperativo geopolítico, vencer o determinismo geográfico e, apelando para o possibilismo, implantou-se

o Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira e Dendê, em Manaus; com muito sacrifício e grande tenacidade, com a adoção da enxertia verde (utilização de clones mais novos) já se conseguiram mudas, obtidas em cinco ou seis meses, favorecendo melhor seleção do material para o plantio definitivo, quando, em 1979, eram necessários dois anos para se produzir uma muda de seringueira. Por outro lado, ao longo da Transamazônica foi realizado um trabalho científico de culturas organizadas para a obtenção de uma espécie de seringueira resistente ao fungo dotidela, o responsável pela falência dos seringais da Fundação Ford.

Procuramos voltar a competir no mercado exterior da borracha aceitando o desafio, tendo como um dos núcleos pioneiros na promoção da sistemática investigação científica o Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica, criado em 1952. Aceitando o desafio extrativismo versus sistemática, volta-se o governo também para produtos amazônicos como as ceras de ulicuri, para as gomas não elásticas da balata, maçaranduba, sorva e coquirama e fibras de caroá, guaxima, malva, piaçava e tucum.

As pesquisas florestais se desenvolvem dentro da combinação agroflorestal (substituição de parte da vegetação nativa por plantas permanentes), envolvendo, além da seringueira, também o cacau, a pimenta-do-reino e o guaraná. Assim, em Belém o CPATU (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido) vem estudando as interações clima-solo-planta-animal, tendo em vista soluções básicas de produção equilibrada com o ecossistema.

Na área pecuária o CPATU detém o maior acervo do continente sobre a bivalinocultura (criação de búfalos), graças

às pesquisas que há 30 anos vem desenvolvendo. O Centro detém a tecnologia de produção de iogurte de leite de búfalo com sucos de frutas regionais e o queijo mzzarella, considerado de qualidade próxima ao legítimo produto italiano.

No entanto, o desafio da Amazônia permanece, pois os grandes projetos pecuários se sobrepõe o determinismo da área onde a criação extensiva do gado implica na devastação da floresta, e a criação sistemática das pastagens se mostra improdutiva alguns anos depois.

Considerando-se a floresta como fator de equilíbrio ecológico da região, observa-se que o desequilíbrio passa a ser desafio, pois o reflorestamento artificial não tem apresentado resultados animadores. Nessas condições, no II Encontro Brasil-Exportação 1981, o Ministro do Interior, Mario Andreazza, anunciou novo projeto de lei para a proteção daquela vasta área setentrional brasileira. Assim, Andreazza afirma o que já se tem dito: "o zoneamento ecológico econômico da Amazônia brasileira permitirá o planejamento do uso do espaço amazônico e definirá tanto as áreas destinadas à proteção e preservação de ecossistemas como a conservação de recursos florísticos e faunísticos. Também serão definidas as áreas destinadas aos projetos de colonização e assentamento de populações, agropecuários, agro-industriais e de indústria extractiva, orientando ainda a implantação de projetos hidroelétricos, polos minerais, eixos viários e assegurando reservas de recursos". (O Globo 28/05/1981).

Levando-se em conta que a floresta Amazônica cobre atualmente, em solo brasileiro, cerca de 280 milhões de hectares, correspondendo a 32% do território do país, urge corrigir os processos pre-

datórios, "Tal como se pratica, presentemente, a exploração seletiva, vai deixando abandonada as matas, a regeneração se dá sem qualquer interferência silvícola, predominando, na vegetação secundária que se estabelece, espécies pioneiras destituídas de interesse econômico". (Clara Pandolfo — "Uma Política Florestal para a Amazônia Brasileira" — Interior — Ano VII — N° 36 — jan/fev de 1981 — pág. 33).

Não deixam de haver, no entanto, tentativas para se vencer o desafio amazônico. Tentativas que ante as falhas do PIN e do PROTERRA, deram ensejo a que se suspendesse a migração prioritária nordestina, que se revelou incapaz de manipular as condições precárias da região; levaram, por outro lado, a recorrer a uma corrente de ocupação espontânea vindas de outras áreas do país, ocasionando posterior litígio sobre a posse de terras com grileiros, fraudando colonos.

Nessas condições o desafio amazônico foi levado para a estratégia do Programa de Polos Amazônicos. (Mapa 2). Com a POLAMAZÔNIA o governo procurou relacionar as zonas prioritárias para a concessão de recursos.

Os solos da Amazônia foram estudados pelo Projeto RADAM (Radar da Amazônia). O levantamento aéreo permitiu a fixação do panorama mineral da Amazônia, sendo de certo modo promissoras as reservas localizadas. Incluem-se nesse caso: a cassiterita em Rondônia, o ferro na serra dos Carajás (Pará), a bauxita (alumínio) nas regiões de Oriximiná e Paragominas ambas no Pará, o manganês do Amapá e o sal-gema do Tapajós.

As jazidas de ferro da serra dos Carajás com 18 bilhões de toneladas, em nada deixam a dever às do "Quadrilátero Ferrífero" de Minas Gerais. A hidroe-



létrica de Tucuruí, no Tocantins, com capacidade para 4.000 MV, com início de operação prevista para 1983, suprirá de energia vários Projetos implantados, inclusive o de Carajás, para a exportação de 35 milhões de toneladas anuais de minério de ferro de alto teor. Inclui o Projeto a construção de uma ferrovia ligando a serra de Carajás a um novo porto em S. Luís. Passaram ainda a surgir oportunidades de investimentos nos eixos Carajás-Belém, graças à descoberta de vários outros minerais na serra dos Carajás e da bauxita de Paragominas.

Para desenvolver a Amazônia Oriental destacam-se entre outros Projeto o de Icomi, no Amapá, para a extração de manganês, em operação há mais de vinte anos.

O Projeto Jari, no norte do Pará, próximo de Monte Dourado e Almerim, abrange o reflorestamento para a produção de celulose. Tido como Projeto mal executado, o Jari teve como realizador o bilionário estadunidense Daniel Keith Ludwig, com 84 anos, com sério problema na coluna que o impede de andar. A 27 de maio de 1981 o governo Figueiredo autorizou a venda das reservas de bauxita de Ludwig, avaliadas em 250 milhões de toneladas à ALCOA, (Aluminum Company of America), que detém um Projeto na ilha de S. Luís para produzir inicialmente 500 mil toneladas anuais de alumina e 100 mil toneladas de alumínio. Adquirindo as reservas de Ludwig nas margens do rio Trombetas, a ALCOA se compromete a colocar em

ação um Projeto de lavra antes de 1988, com a produção mínima de 4 milhões de toneladas anuais. Devendo, por outro lado, abrir mão das reservas de bauxita localizadas também no Pará às margens do rio Jamundá.

Além de participar do Projeto Carajás, a Vale do Rio Doce mantém com a ALCOA o Projeto Trombetas de exploração da bauxita. Com grupos japoneses a Vale do Rio Doce integra o Projeto ALUNORTE, em Bacarena, às margens do Tocantins para produzir bauxita e alumina; e o Projeto ALBRÁS, também em Barcarena, às margens do Tocantins, para a produção de alumínio.

Além do aproveitamento energético de Curuá-Una (Pará) e a de Coaracy Nunes (Amapá), em se tratando do potencial hidroelétrico avaliado, somando 70.000MW de potência, indica que é três vezes a potência instalada no país.

Para desenvolver a Amazônia Ocidental surgiu, em 1967, pelo Decreto-Lei nº 288, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Essa Zona Franca, com área de 10.000 km², situa-se às margens dos rios Negro e Amazonas, abrangendo não só a capital amazonense como também a quase totalidade do município. Instituiu, ao ser fundada, um sistema de franquias especiais para a importação de mercadorias e outros produtos destinados ao consumo interno, à indústria local, serviço de estocagem para reexportação ou comercialização no território brasileiro.

Em 1975 começou-se a ver que se verificava uma certa distorção no funcionamento da Zona Franca. Constatou a SUFRAMA que as indústrias não passavam, em sua maioria, de simples oficinas de montagem, onde eram agrupados os elementos e componentes de máquinas e objetos inteiramente importados. Come-

çou então a SUFRAMA a exigir determinados índices de nacionalização; e, nestas condições, já existem peças como as caixas acústicas que são 100% nacionais, ao lado de televisores preto e branco (85%), a cores (55%). Além do Polo Relojoeiro estabelecido na Zona Franca em 1977, essa área contribui em 65% do mercado interno de televisão.

Por traz dessa "meca de consumo", há um Polo Agropecuário desenvolvendo-se na Amazônia Ocidental, ocupando uma área de quase 600 mil hectares ao longo da BR-174, entre os quilômetros 30 e 98. Sendo tão difícil o desafio da selva em seu determinismo, a SUFRAMA desenvolve o seu Projeto Agropecuário em séries de linhas de ação.

Refletindo, como a Zona Franca, um processo de ocupação regional, a SIDERMA, Companhia Siderúrgica de Manaus, implantando uma laminaria de não planos, se constitui em empreendimento pioneiro no setor, devendo, em 1983, se transformar na primeira unidade siderúrgica auto-suficiente em energia de petróleo.

Como nova subsidiária da PETROBRÁS, a Companhia de Petróleo da Amazônia opera com matéria prima venezuelana, descarregada em porto próprio da refinaria, na margem esquerda do rio Negro, distando 14 km de Manaus. Refinando petróleo, a COPAM, instalada em 1956, além de exportar gasolina para o Peru, possui bases de suprimento nas capitais dos Estados e Territórios da Região Norte.

A INTEGRAÇÃO

Um dos objetivos de Brasília foi o de se constituir em plataforma de integração da vasta área marginalizada formada pela Região Norte. Nesse sentido a via

de penetração formada pela rodovia Belém–Brasília se constitui na ponta-de-lança para a integração da Amazônia.

Atravessando uma área equivalente à superfície da Europa Central, as obras da Transamazônica tiveram início em 1970; seu corte de nítida conotação geopolítica, se propõe a ser a mais extensa das conexões rodoviárias do país ligando horizontalmente João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, a Boqueirão da Esperança no Acre. Assim a Amazônia brasileira deverá interligar-se ao Brasil, interligando-se ao continente buscando as yungas do Peru e a floresta da Bolívia. Complementada, a Transamazônica promoverá a ligação do Atlântico ao Pacífico.

Com diretriz já definida, a Perimetral-Norte, também em plena selva Amazônica, percorrendo 4.650 km, terá como objetivo estabelecer nova ligação com o Atlântico e o acesso às regiões fronteiriças das Guianas, Colômbia e Venezuela através de troncos de penetração, que serão, na realidade, caminhos abertos para o mar das Antilhas.

No entanto, ao lado do Brasil, sete nações sul-americanas partilham do patrimônio amazônico, devendo, pois, através da cooperação mútua, promover o seu desenvolvimento simultâneo, ou seja, a sua integração.

Dai haver o Itamaraty idealizado o Tratado dos Países da Bacia Amazônica, que se consubstanciou no Tratado de Cooperação Amazônica, mais conhecido como Pacto Amazônico, assinado em 1980.

As tentativas em prol de um Pacto que viesse a promover a integração da Amazônia tem sua origem em 1946. Nesse ano, o Brasil propunha à UNESCO a organização do Instituto Hidrográfico Internacional do Amazonas, que

não chegou a ser formalmente inaugurado.

Ainda em 1946 havia o Brasil firmado um acordo com os Estados Unidos para a feitura de mapas aerofotogramétricos da Amazônia; acordos similares foram feitos com o Peru, Venezuela, Colômbia e Bolívia, este último país só em 1965. Reunidos, por acordos bilaterais, todos os países amazônicos, começaram a USAID (Cooperative Research Foundation) da Califórnia e o Center of Amazonas Research de Houston as fotografias com fins cartográficos e geológicos.

A criação da entidade de Houston, que no Brasil foi conhecido como Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, ocasionaria protestos e um pronunciamento do EMFA. Esse pronunciamento faria abortar o Projeto da Hiléia pois "as demais nações participantes, particularmente as não amazônicas" receberiam segundo o documento, "tratamento igual ao Brasil" e gozavam de todos os direitos e privilégios, o que não era nada interessante "numa época em que vemos essas nações, temerosas de uma possível restrição de sua soberania, cercarem de uma série de garantias sua anuência ao Pacto do Atlântico".

A cobiça internacional pela Amazônia se ligava sobretudo ao seu potencial hidráulico; e, para afastar a área da ingêncie estrangeira, falharia também o "Projeto Científico" da Academia de Ciências de Washington (1965), bem como o "Projeto do Lago Amazônico" do Hudson Institute (1967/68), idealizado pelo futurólogo Herman Kahn.

Levando-se em conta que o Tratado da Bacia do Prata (1967) formalizava a nível regional e em caráter espontâneo os entendimentos entre os países da área, nasceria, durante o governo Geisel, a idéia de agrupar num instrumento de

que procuraram em 1980 se unir em prol da construção do futuro amazônico.

CONCLUSÃO

— Os oito países integrantes da bacia Amazônica fazem parte das quatro regiões naturais que formam o conjunto sul-americano. A região do Caribe é representada pela Guiana, o Suriname, a Venezuela e a Colômbia; pertencem à região do Pacífico, o Peru e o Equador; a Bolívia faz parte da região Interiorizada e o Brasil da região Atlântica. As nascentes, tanto do eixo principal como dos demais tributários da rede Amazônica se dividem entre os diferentes países da área; cabendo exclusivamente ao Brasil a foz do complexo fluvial. Ali, Belém que se constituiu no passado, num autêntico glici defensivo, embora no presente, por seu posicionamento, ocupe posição-chave para um imenso hinterland, não chega a exercer o mesmo papel centripetista de Buenos Aires no Prata.

— Muito embora todo núcleo vital em expansão procure ocupar uma bacia fluvial dotando-a de uma mesma cultura sob a égide geopolítica de um mesmo Estado, é fato comprovado a oposição natural entre os ocupantes da nascente e da foz. Assim, já na antiguidade o Nilo forjava o Estado da Foz (Egito) e o Estado da Nascente (Sudão), enquanto no Tigre-Eufrates se opunham sumérios e acádios; enquanto a bacia do Danúbio se reparte entre vários países o mesmo ocorre com a do Prata e a própria Amazônia. Assim, dentro da dinâmica brasileira a bacia Amazônica tem valor geohistórico por ter anulado a descontinuidade que a linha de Tordesilhas, em Belém, imprimiu ao Estado do Brasil; importância geopolítica no anfiteatro andino que articula com a área as repúblicas his-

pano-americanas; e alcance geoestratégico no enlace guianense que demanda o Caribe.

— Em se tratando de um rio navegável, quando a ocupação se encontra no seu ciclo vital inicial, dá origem a uma formação geopolítica conhecida como Estado-Faixa-Fluvial, visto que é ao longo de um eixo de rio que se encontra a via principal de penetração. Foram, pois, Estado-Faixa-Fluvial, o Canadá, dependente do S. Lourenço e o próprio Vice-Reino do Prata no eixo longitudinal Paraguai-Paraná-Uruguai. Foi, pois, em função da faixa fluvial transversal do Amazonas que se instalou, no período colonial, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, separado do governo do Rio de Janeiro, que comandava o Estado do Brasil. Como a linha de Tordesilhas incluía dentro do Estado do Brasil, precisamente no Maranhão, a pré-Amazônia, a fusão geopolítica se processou formalmente quando da criação, em 1816, do Reino Unido do Brasil; muito embora, como área carente de integração, a Amazônia tenha se mantido, no conjunto brasileiro, como uma autêntica região-faixa-fluvial.

— No conjunto de uma bacia hidrográfica, quer quando os rios se dispõem no sentido paralelo, como a região Platiniana, quer quando os cursos d'água vêm de variados núcleos de dispersão, como no caso da Amazônia, o centrifugismo geopolítico se faz presente. No primeiro caso é bem mais pronunciado o centrifugismo geopolítico, visto que na bacia do Prata, dentro de um mesmo núcleo geohistórico caracterizadamente espanhol, não foi este centro cultural suficientemente forte para manter num todo político os diferentes cursos dos rios. Assim, a bacia Platina, guardadas as devidas proporções das respectivas

planícies, apresentou uma fragmentação geopolítica bem maior que a Amazônica, com 70% de sua área integrada ao Brasil.

— Na Cordilheira dos Andes, onde as correntes fluviais que demandam a bacia Amazônica fluem em sentidos bem opostos, comandados pelos nós ou nudos de Vilcanota, Cerro Pasco, Loja e Pasto, observou-se o papel geopolítico eminentemente dissociado que veio a subdividir os restantes 30% da denominada yunga entre a Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, geohistoricamente incluída na Audiência de Mainas; alijando-se ainda a Venezuela em seus 11 anos que se voltam naturalmente para a Amazônia através do canal de Cassiquiare.

— A posse inicial da embocadura dá, via de regra, ao povo que aí se estabelece maior capacidade de expansão pela bacia fluvial. Tal determinismo geopolítico se fez presente no caso da bacia do Prata, onde os portugueses, detentores das nascentes, se viram barrados pelo expansionismo espanhol possuidor da foz; tal premissa fez-se presente, em sentido geopolítico inverso, na Amazônia, onde os portugueses, estabelecendo-se em Belém e alcançando Manaus no geoestratégico "limite do vento geral", impuseram um epílogo às conquistas espanholas.

— Esse ciclo vital geopolítico origina, via de regra, os chamados "Estados Avassalados", sem saída para o mar. Na bacia do Prata o fenômeno geopolítico é representado pelo Paraguai. Na bacia Amazônica forjou-se a Bolívia, país sem litoral, já que os demais países se dispõem em posicionamentos centrífugos nas direções do Pacífico, Caribe e Atlântico; assim sendo, só se pode falar, no âmbito da planície Amazônica em "Regiões Avassaladas".

— Foi a partir de século XVII que a diplomacia, dentro do ideal mercantilista, se voltou para as zonas de atritos que se impunham nos Estados e Áreas Avassaladas, surgindo em decorrência, as medidas de liberdade de navegação nas bacias que se repartiam entre vários países. Ou então, dentro de uma diplomacia tida como naturalista, na formação dos corredores, cujo exemplo mais característico foi o de Dantzig. Assim, dentro da chamada diplomacia naturalista a Bolívia, sem litoral próprio ou mesmo amplos caminhos fluviais, reclama do Chile o seu geográfico corredor no Pacífico.

— No caso da bacia Amazônica, com diferentes vales fluviais convergindo para a grande calha do rio Amazonas, a tendência é a da criação de um centro comum econômico que, unificando o



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista. Entre suas obras publicadas destaca-se o livro "Rumo à Antártica" (Livraria Freitas Bastos, 1976, Rio de Janeiro), no qual advoga o direito do Brasil a uma mesa do continente antártico.

conjunto viário, venha a corresponder os interesses complementares de cada um dos núcleos de irradiação formado pelos condôminos. Nesse sentido o grande desafio geopolítico da integração está encerrado, contribuindo para isto, em linhas gerais, o sistema rodo-fluvial: o pilar centralizador, no capitalizador natural de terminista da calha do rio Amazonas congregando, nos dois hemisférios da Terra, a atração para o Atlântico; e o

recurso humano possibilista, em torno dessa mesma calha do rio Amazonas, representado pelo anel rodoviário formado pela Transamazônica e Perimetral-Norte, obras ciclópicas do nosso século.

No conjunto, pois, o grande desafio geopolítico da Amazônia reside no congregar, numa comunhão a mais perfeita possível, o determinismo marcante da natureza com o possibilismo científicamente dosado da técnica.

conjunto viário, venha a corresponder os interesses complementares de cada um dos núcleos de irradiação formado pelos condôminos. Nesse sentido o grande desafio geopolítico da integração está encerrado, contribuindo para isto, em linhas gerais, o sistema rodo-fluvial: o parque centralizador, no capitalizador natural de terminista da calha do rio Amazonas congregando, nos dois hemisférios da Terra, a atração para o Atlântico; e o

recurso humano possibilista, em torno dessa mesma calha do rio Amazonas, representado pelo anel rodoviário formado pela Transamazônica e Perimetral-Norte, obras ciclópicas do nosso século.

No conjunto, pois, o grande desafio geopolítico da Amazônia reside no conglomerar, numa comunhão a mais perfeita possível, o determinismo marcante da natureza com o possibilismo científicamente dosado da técnica.



A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA EM 1980/1981

A. Delfim Netto

**Apresentação pelo Comandante da Escola Superior de Guerra,
General de Exército Alacyr Frédérico Werner**

Senhoras e senhores estagiários e convidados:

Cabe-me a honra de dar as boas vindas e, como de praxe, fazer a apresentação, sem dúvida desnecessária, do nosso convidado de hoje, Sua Excelência o Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, professor Antônio Delfim Netto, que nos vem brindar com a sua conferência "Política e Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro".

De fato, o ilustre conferencista é sobejamente conhecido por todos nós. É um técnico e um político na acepção elevada do termo. É daqueles homens públicos que, pela sua evidência no cenário nacional, tem defensores e adversários tais que é impossível desconhecê-lo. Pelo cargo que exerce e pelos que tem exercido com evidente proficiência, sua contribuição para os nossos estudos da conjuntura nacional é, deveras, altamente valiosa.

O seu curriculum vitae diz: nascido em São Paulo, é Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da USP. No Magistério, foi Professor Assistente de Estatística Geral e Econômica, em 1952/1954. De 1954 a 1959, Professor Livre Docente da mesma matéria. Desde 1963, professor catedrático de Análise Macro-Econômica, Contabilidade Nacional, Teoria do Desenvolvimento Econômico, Economia Brasileira, Planejamento Governamental. Foi, também, diretor dos Institutos de Administração e Pesquisas Econômicas, representante da congregação da Faculdade de Economia e Administração no Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

Sua carreira política teve início no seu Estado, onde desempenhou os seguintes cargos: membro do Grupo de Planejamento do Estado de São Paulo e Secretário da Fazenda.

Em 1967, o Presidente Costa e Silva foi buscar o professor Delfim Netto, então com apenas 39 anos, para assumir o cargo de Ministro da Fazenda. Sua Excelência deu continuidade ao vigoroso trabalho de saneamento da economia nacional, iniciado no primeiro Governo da Revolução, procurando combater a inflação que começava a declinar, ao mesmo tempo em que introduziu estímulos ao desenvolvimento, particularmente nos setores agrícola e industrial.

No Governo do Presidente Médici, foi o professor Delfim Netto mantido na Pasta da Fazenda, quando extraordinários marcos foram alcançados no saneamento das finanças brasileiras, com a taxa de inflação sendo reduzida, como já vimos ocasião de ver, a 15,7% ao ano. A agricultura e a indústria multiplicaram a sua produção algumas vezes. Nossa crescimento econômico médio anual foi de 11% no período, alcançando em 1973 a taxa mais elevada da nossa história: 14%. Foi a época do milagre brasileiro, de que um dos autores está aqui presente. Com o término do Governo Médici, Sua Excelência foi nomeado pelo Presidente Geisel Embaixador do Brasil na França, época em que o Mundo e o nosso País em especial começavam a sentir os terríveis efeitos da crise do petróleo. Em 1979, foi convocado de novo ao Governo pelo Presidente João Figueiredo. Primeiro, para Ministro da Agricultura e, no ano seguinte, para Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

No Ministério da Agricultura, procurou renovar a confiança dos produtores rurais, desanimados depois de duas safras frustradas. Empenhou-se a fundo neste problema, dialogando com agricultores de todo o País e mostrando-lhes que o Governo estava atribuindo à agricultura a prioridade um. O resultado da batalha da produção agrícola, na qual se bateu o próprio Presidente Figueiredo, foi a ocorrência de duas supersafras, uma em 1980 e outra agora, em 1981.

No Ministério do Planejamento, está enfrentando o desafio triplice de conter a inflação, que subiu de novo a níveis acima dos três dígitos empurrada pelo segundo choque do petróleo; a amortização da dívida externa brasileira, cujos juros ameaçam o processo de desenvolvimento econômico brasileiro; e a substituição da energia importada pela energia produzida aqui mesmo no Brasil.

É sobre este desafio e sobre como está sendo conduzida a política econômica brasileira que vamos ouvir, agora, o Senhor Ministro, professor Antônio Delfim Netto.

Senhor Ministro: na realidade, a manhã de hoje é um reencontro da ESG com um dos seus mais eminentes e constantes colaboradores. Reencontro que, a exemplo do que sempre tem ocorrido, deixará cada um de nós mais enriquecido, pela contribuição que Vossa Excelência nos proporcionará, seja por sua didática exposição, seja pela dinâmica franca que impõe aos debates.

Aceite os nossos agradecimentos e acredite ser uma honra para nós ouvi-lo uma vez mais neste auditório, onde V. Exa. já nos tem dado, ao longo desses anos, magníficas aulas sobre a realidade brasileira.

Esta tribuna é sua, Senhor Ministro.

Senhore Comandante, senhores oficiais, minhas senhoras e meus senhores: é para mim motivo de grande alegria voltar hoje à Escola Superior de Guerra para conversar com os senhores sobre alguns dos problemas que nos afligem.

O Comandante Alacyr Frederico Werner já teve a bondade de dar um início para esta conversa.

Na última conferência que tivemos oportunidade de fazer na ESG mostramos que o objetivo básico do Governo Figueiredo é a manutenção de níveis de desenvolvimento que garantam a criação de novos empregos para a sociedade brasileira.

O Governo Figueiredo continua empenhado em um programa de desenvolvimento e de mobilização dos recursos nacionais para realizar a grandeza do nosso País.

Por que esse desenvolvimento não tem sido este ano tão brilhante como no ano passado? É o que vamos tentar esclarecer nesta conversa.

I – OS TRÊS PROBLEMAS NACIONAIS

É preciso que todos nós tenhamos em mente o objetivo básico da política econômica, que é o do desenvolvimento o mais acelerado possível; o mais acelerado possível e compatível com as três restrições a que o Comandante Alacyr Frederico Werner se referiu: o combate à inflação; o equilíbrio do balanço de pagamentos; e a criação interna de energia para substituir a energia importada.

Nós temos, portanto, de encarar o quadro presente dentro destas restrições.

Nós precisamos crescer. O Brasil não pode deixar de crescer; não podemos fa-

zer por menos. O Brasil tem que se desenvolver aceleradamente porque tem uma população economicamente ativa extremamente jovem, que está crescendo a uma taxa de 2,7 ou 2,8% ao ano e até um pouco mais nos grandes centros urbanos.

Não temos outra forma de acomodar esse desenvolvimento populacional, a não ser crescendo com certa rapidez.

Nós vamos ver, então, como se trabalhou durante o ano de 1980 para superar essas dificuldades.

Os três objetivos têm que ser conseguidos simultaneamente, mas acontece — como tudo na vida — que eles não são inteiramente compatíveis.

Quando nós temos um sucesso maior num dos objetivos, em geral acarretamos algumas dificuldades nos outros objetivos.

Vamos ver que em 1980 e continuando agora, em 1981, o Governo deu ênfase total ao problema do balanço de pagamentos, que era o constrangimento maior que nos afligia, ao lado de ter realizado investimentos substanciais na produção de energia interna, de tal forma que esses dois objetivos foram cumpridos, na minha opinião, de forma bastante razoável.

O terceiro objetivo, que foi a redução da inflação, ficou um pouco prejudicado, como veremos. Nós esperávamos que houvesse uma redução na taxa de inflação, quando o que conseguimos foi uma certa estabilização da taxa de inflação.

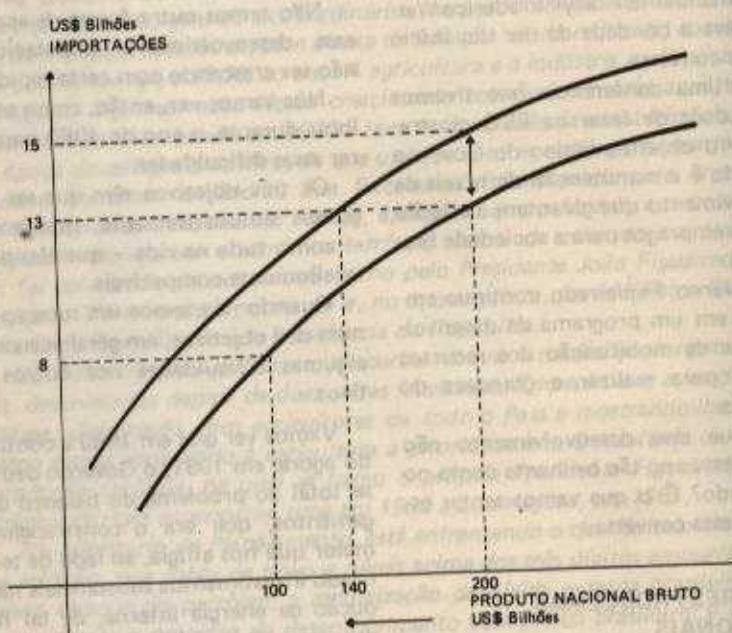
Daqui a pouco vamos ver como neste ano de 1981 conseguimos empurrar também esse vetor para a direção correta.

A primeira coisa que vale a pena recordar é saber qual foi a origem do nosso problema, onde se apresentou a difi-

cuidade fundamental que impediu que aquela taxa de crescimento extraordinário do ano passado continuasse a se processar.

No gráfico a seguir há uma relação muito simples entre o nível de PRODUTO do País e a necessidade de IMPORTAÇÕES:

RELAÇÃO ENTRE IMPORTAÇÕES E PRODUTO



Estes números são mais ou menos arbitrários. Mas, para realizar, digamos, 100 bilhões de dólares de Produtos, o Brasil precisa importar 8 bilhões de dólares; para chegar a 200 bilhões de dólares de Produto, o Brasil precisaria importar 13 bilhões (antes do aumento do preço do petróleo).

Esses valores são mais ou menos números de estatística, e a curva é totalmente imaginária; é uma simples representação.

O que representou o choque do petróleo? Nós já vimos que o choque do petróleo foi, no fundo, um imposto cria-

do pelos produtores de petróleo sobre a economia dos consumidores de petróleo.

Do nosso ponto-de-vista, o choque do petróleo significou empurrar a curva da importação para cima, para um mesmo nível do Produto. Para um Produto de 100 bilhões, precisamos importar agora 10 bilhões de dólares. Para produzir 200, uma coisa parecida com 15 bilhões de dólares.

Isso significa que quando houve o choque do petróleo, só existiam duas formas de ajustar a economia: ou deslocar a curva de novo para baixo — isto é,

produzir uma rápida substituição da energia importada — ou acomodar um volume menor de produção.

Suponha-se que nós estamos nos 200. Quando a curva se deslocou para cima, nós teríamos que importar 15 bilhões de dólares. Mas nós estávamos importando 13 bilhões, com razoável equilíbrio do balanço de pagamentos. Então, teria de aparecer um déficit de 2 bilhões para acomodar os 200 bilhões do Produto. Ou teríamos de reduzir o Produto a 140 bilhões, para acomodar a curva de importações, desaparecendo o déficit.

O que fizemos, realmente? Confianto na possibilidade nacional de deslocar mais tarde essa curva para baixo, nós mantivemos durante cerca de sete anos posteriores à crise do petróleo os déficits que iam aparecendo.

Esses déficits foram-se acumulando. Esses déficits criaram, realmente, a dívida que nós vivemos.

As pessoas normalmente se assustam com a dívida. Têm a impressão de que a dívida foi um ato de liberalidade do Brasil. O Brasil realmente se endividou porque quis, porque desejou endividar-se? Não!

O endividamento foi um ato de confiança, um ato de um País que tem confiança no seu futuro e sabia que mais dia, menos dia, acabaria ajustando seu balanço de pagamentos. E que, portanto, poderia sacar sobre esse futuro, recebendo recursos externos durante um prazo relativamente curto, para manter o mesmo nível de produção e preparando-se, nesse período, para a substituição de energia.

Vejam que não seria possível adotar uma outra estratégia. As pessoas que estão fora do Governo normalmente têm

receitas prontas para qualquer problema. O sujeito que é mais radical diz: "Deveriam ter baixado o Produto para 140".

Simplesmente, isso significava desempregar milhões de pessoas, o que seria rigorosamente possível, mas criminoso.

Outro, mais esquerdista, diria: "Você não devia pagar a dívida".

De fato, seria uma solução, essa de não pagar a dívida. Só que o credor, infelizmente, é um pouco mais esperto do que nós e acabaria por não nos dar mais crédito; e terminava o processo. Nós quebrávamos, com vexame.

Então, creio que foi uma decisão correta do Governo Geisel, a de embarcar num programa de fazer a dívida, usar recursos externos, que são poupanças que estavam disponíveis, e preparar-se para substituição da produção de energia.

Com isto, é verdade, houve uma acumulação de dívida; mas é verdade, também, que aquela curva vai-se acomodando para baixo, de tal forma que num período mais ou menos longo, de oito a dez anos, conseguiremos caminhar para uma solução. De fato, caminhávamos já para a solução em 1979.

Só que a solução não veio, porque veio o segundo choque do petróleo, que introduziu um novo deslocamento da curva para cima; isto é, nós corremos durante cinco anos e quando acordamos, tudo estava parado, porque simplesmente o segundo choque representou de novo puxar a curva para cima e foi preciso iniciar todo o processo de adaptação outra vez.

Nós vamos ver daqui a pouco que na segunda vez já nos saímos um pouco melhor do que na primeira vez. Nós ajustamos e estamos ajustando as coisas com muito mais rapidez.

BRASIL: INDICADORES PARA O SETOR EXTERNO
1973/1980

INDICADORES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980(*)
PIB (US\$ Bilhões)	81,3	106,0	124,2	146,2	164,2	193,0	215,6	255,0
Exportações, FOB (US\$ Bilhões)	6,2	8,0	8,7	10,1	12,1	12,7	15,2	20,1
Importações, FOB (US\$ Bilhões)	6,2	12,6	12,2	12,3	12,0	13,7	18,0	22,9
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	0,0	- 4,6	- 3,5	- 2,2	+ 0,1	- 1,0	- 2,7	- 2,8
Déficit em Conta-Corrente do Balanço de Pagamentos (US\$ Bilhões)	- 1,9	- 7,1	- 6,7	- 6,0	- 4,0	- 5,9	- 10,5	- 12,9
Dívida Externa Bruta (US\$ Bilhões)	12,6	17,2	21,2	26,0	32,0	43,5	49,9	53,8
Reservas (US\$ Bilhões)	6,4	5,3	4,1	6,6	7,2	11,9	9,7	6,9
Dívida Externa Líquida (US\$ Bilhões)	6,2	11,9	17,1	19,4	24,8	31,6	40,2	46,9
Serviço da Dívida (US\$ Bilhões)	2,6	2,6	3,7	4,8	6,2	8,0	10,6	11,3

FONTE: Relatórios do Banco Central do Brasil.

NOTA: (*) Dados preliminares.

Os senhores têm na tabela "Brasil: Indicadores Para o Setor Externo" a acumulação dessa dívida no período. A dívida líquida, isto é, a dívida total menos as reservas, passou de 6 bilhões de dólares para 47 bilhões; multiplicou praticamente oito vezes no período.

É certo que o endividamento é importante. Mas é certo, também, que é apenas um lado do fenômeno. A contrapartida dessa dívida está aí: estão sendo construídas Itaipu, Tucuruí, a Ferrovia do Aço, a Acominas, os dois metrôs, o do Rio e o de São Paulo.

Algumas pessoas poderiam discutir, dizendo que "não são obras prioritárias". Mas, normalmente, eu acredito que o Governo investiu em obras prioritárias, talvez não só de prioridade econômica, como é o caso da Ferrovia do Aço, da Acominas, mas prioridade social, como é o caso do metrô nas grandes cidades.

A dívida não foi jogada fora. A contrapartida dessa dívida são usinas, são barragens, são turbinas. Isso tudo que está se preparando para produzir. Isso tem um período longo de maturação,

mas que vai acabar produzindo os resultados que nós queremos.

Esse processo que nós utilizamos mais intensamente no período de 74 a 77, quando multiplicamos a dívida por 4, está sendo contido, agora. Exatamente como se imaginava que poderia ser feito quando se embarcou nesse tipo de programa.

II — COMO PAGAR A DÍVIDA?

A nossa dificuldade fundamental, hoje, é superar o constrangimento do balanço de pagamentos.

Se nós pudermos superar o constrangimento externo, nós poderemos voltar a crescer com a rapidez anterior.

Se nós não superarmos essa dificuldade, não vai haver nenhuma outra forma de crescer, como esperamos mostrar aos senhores mais à frente.

No esquema seguinte os senhores têm o que nós usamos para tentar corrigir essa dificuldade externa. Como nós procedemos. É um esquema extremamente simples, que mostra como essa estratégia de viabilização das contas nacionais está operando. Depois, vamos ver os resultados a que chegamos.

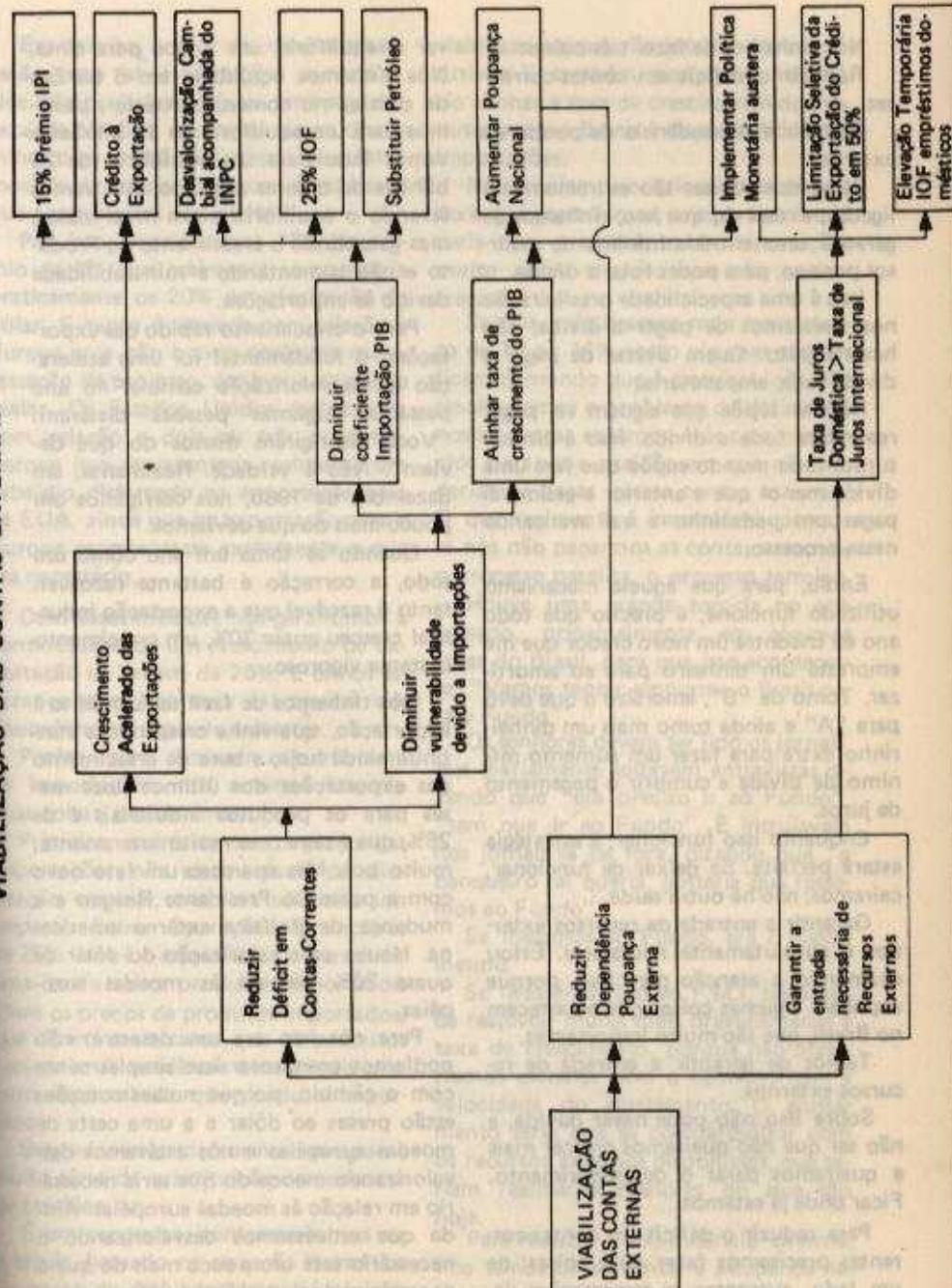


FIGURA 1

Nós tínhamos de fazer três coisas:
Reducir o déficit em contas-correntes.

Reducir a dependência de poupança externa.

Essas duas coisas são extremamente ligadas; e mais do que isso, tínhamos de garantir uma entrada mínima de recursos por ano, para poder rolar a dívida.

Isto é uma especialidade brasileira. Se nós tivéssemos de pagar a dívida, não haveria jeito. Quem tivesse de pagar a dívida toda, empacotaria.

Não se supõe que alguém vai pagar realmente toda a dívida. Isso é um absurdo; todo mundo supõe que fará uma dívida menor que a anterior e assim vai pagar um pedacinho e vai avançando nesse processo.

Então, para que aquele mecanismo utilizado funcione, é preciso que todo ano eu encontre um novo credor que me empreste um dinheiro para eu amortizar. Tomo de "B", amortizo o que devo para "A" e ainda tomo mais um dinheiro extra para fazer um aumento mínimo da dívida e cumprir o pagamento de juros.

Enquanto isso funcionar, a estratégia estará perfeita. Se deixar de funcionar, cairemos; não há outra saída.

Garantir a entrada de recursos externos é absolutamente necessário. Estou chamando a atenção para isso, porque explicaré algumas coisas que acontecem no Brasil, que são muito importantes.

Temos de garantir a entrada de recursos externos.

Sobre isso não pode haver dúvida, a não ser que não queiramos crescer mais e queiramos parar o desenvolvimento. Ficar onde já estamos.

Para reduzir o déficit em contas-correntes precisamos fazer duas coisas: de um lado, aumentar as exportações, le-

var o equilíbrio um pouco para cima. Nós tínhamos equilíbrio em 6 bilhões de dólares no comércio exterior; passamos para um equilíbrio de 15 bilhões e vamos indo para um equilíbrio de 25 bilhões de dólares este ano. Nós vamos levando o equilíbrio a um nível maior, mas garantindo o crescimento do Produto e não aumentando a vulnerabilidade devido às importações.

Para o crescimento rápido das exportações, o fundamental foi uma aceleração da desvalorização cambial no ano passado. Algumas pessoas disseram: "Você corrigiram menos do que deviam". Não é verdade. Realmente, em dezembro de 1980, nós corrigimos um pouco mais do que devíamos.

Quando se torna um ano como um todo, a correção é bastante razoável: tanto é razoável que a exportação industrial cresceu quase 30%, um crescimento bastante vigoroso.

Nós tínhamos de facilitar o crédito à exportação, que vinha crescendo e continua ainda hoje; a taxa de crescimento das exportações dos últimos doze meses para os produtos industriais é de 26%, que é uma taxa muito interessante, muito boa. Mas apareceu um fato novo com a posse do Presidente Reagan e a mudança da política externa americana. Houve uma valorização do dólar de quase 20% vis-a-vis às moedas europeias.

Para nós isso era um desastre; não podíamos compensar isso simplesmente com o câmbio, porque nossas cotações estão presas ao dólar e a uma cesta de moedas europeias e nós estávamos desvalorizando menos do que seria necessário em relação às moedas europeias. Ainda que estivéssemos desvalorizando o necessário (até um pouco mais do que o necessário) com relação ao dólar.

Era preciso, então, dar uma compensação para as exportações europeias. Nós não poderíamos fazer uma segunda taxa de câmbio, não poderíamos discriminar com relação à Europa. Nós tínhamos de encontrar qualquer mecanismo que compensasse esse efeito.

Por isto, introduzimos 15% de prêmio de IPI, que realmente compensaria praticamente os 20% da valorização do dólar. E tanto é verdade com relação à Europa que não houve nenhuma manifestação de protesto, nenhuma alteração maior. Os Estados Unidos reclamaram com relação a dois ou três produtos, porque isso representava realmente um subsídio disfarçado na exportação para os EUA, ainda que na exportação para a Europa representasse exatamente o que era necessário.

Com essas medidas nós garantimos a continuidade de um crescimento de exportação da ordem de 26%. E temos esperança que essa taxa vai crescer um pouquinho no segundo semestre.

Porém, para diminuir o coeficiente de importações, nós estamos fazendo duas coisas, basicamente:

Primeiro, aumentamos o preço das importações; não só através da desvalorização cambial, mas introduzindo um Imposto Sobre Operações Financeiras de 25%. Isso é o equivalente a introduzir uma tarifa sobre produtos importados. Eleva os preços de produtos importados, que ficam mais caros que os produtos nacionais. A tendência é usar mais produto nacional do que produto importado.

Segundo: embarcamos num programa muito sério de substituição do consumo de petróleo.

É um programa, conforme vamos ver a seguir, baseado na elevação dramática do preço de derivados de petróleo para

viabilizar a produção interna dos substitutivos. E, também, porque era necessário alinhar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto à disponibilidade de importações.

Não podíamos continuar crescendo à taxa que gostaríamos, porque isso implicaria num crescimento de importações muito acima daquilo que elas podem crescer.

Se nós insistissemos num crescimento de 10 ou 11% como algumas pessoas ficam pensando que é possível, nós não resolveríamos o problema do déficit das nossas contas externas. Nós caminhariam para uma posição em que não poderíamos pagar nossas contas externas. O que realmente é impensável, porque se nós não pagarmos as contas externas, o processo paralisa, o processo termina.

Houve uma grande torcida no ano passado, principalmente em algumas áreas do Brasil, para que isso acontecesse: "Vamos tentar empurrar o Brasil para o Fundo".

Os senhores devem ter lido os jornais, que diariamente soltavam entrevistas dizendo que "era preciso ir ao Fundo", "tem que ir ao Fundo". E intrujavam nos jornais lá de fora, dizendo que "o banqueiro tal queria, gostaria que fôssemos ao Fundo".

Se fôssemos ao Fundo, era o fundo mesmo.

Se tivéssemos ido ao F.M.I. teríamos de reajustar muito mais drasticamente a taxa de crescimento, porque não poderíamos escolher nem o caminho nem a velocidade do ajustamento. O ajustamento teria que se compatibilizar com os recursos externos disponíveis, que seriam realmente menores do que são hoje.

Para reduzir a dependência externa, nós temos de aumentar a poupança nacional. Não há outra saída.

O déficit em contas-correntes é rigorosamente igual à diferença entre o investimento e a poupança nacional. Se nós não podemos reduzir o nível de investimento — porque nós estamos substituindo a produção de petróleo e porque nós temos de manter o nível mínimo de crescimento — só existe um meio de fechar o déficit: é crescer a poupança nacional. É por isso que se criou todo um sistema de estímulo à poupança.

Hoje, realmente, a poupança está crescendo e não é só a poupança individual: a poupança das empresas também está crescendo. Além disso, a poupança do Governo cresceu um pouco, porque nós aumentamos tarifas e fizemos correções de impostos. Estamos realmente financiando esses investimentos com recursos do ponto-de-vista interno não inflacionários e sem serem recursos externos. Portanto, este aumento da poupança nacional é fundamental para que haja uma diminuição da nossa dependência externa.

A terceira coisa a fazer era garantir a entrada de recursos externos.

Para garantir a entrada de recursos externos nós precisamos de uma condição fundamental, sem a qual isto não acontece. Essa condição é a seguinte: a taxa de juros interna tem que ser maior do que a taxa de juros externa; isto é, tem que ser mais vantagem para o sujeito se endividar em moeda externa do que em moeda interna.

Quando se realiza essa condição, são milhares de sujeitos independentes, cada um deles usando como indicador o seu bolso, procurando lá fora os recursos de que nós precisamos para pagar os nossos compromissos. Isso é absolutamente necessário. Como nós vimos, se nós não mantivermos este processo em andamento, o sistema paralisa.

Ora, o que é a taxa de juros externa? A taxa de juros externa é hoje uma taxa da ordem de 19%, mais um certo *spread*, mais alguma coisa que o banqueiro ganha quando nos empresta, e mais a perspectiva de desvalorização cambial. O produto desses três números, a taxa *Libor*, como se diz, multiplicada pelo *spread*, multiplicada pela taxa cambial, vai dar o limite inferior da taxa de juros interna. E não adianta ficar triste, não adianta imaginar que a política monetária é que está elevando a taxa de juros, não adianta ficar como certos industriais, que apresentam lucros extraordinários, mas que se especializaram num choro gigantesco, porque estão acostumados a ficar pendurados nas tetas do Governo, recebendo crédito subsidiado.

Nós não podemos fazer isso, simplesmente. Porque, se fizermos, eles não quebram, mas o Brasil quebra.

Não é possível. Há um limite para atender a esses reclamos.

E nós temos que nos convencer que a taxa de juros interna tem de ser maior ou igual à taxa de juros externa.

Qual é a única forma de reduzir essa taxa de juros? É, realmente, diminuindo a correção cambial. E qual é a única forma de reduzir a correção cambial? É diminuindo a inflação.

Por isso é que o Ministro Galvões disse aos senhores, aqui, que não há nenhuma esperança de que a taxa de juros se reduza sem que se reduza a inflação; as duas coisas estão ligadas pela taxa de câmbio. E nós vamos continuar com essa política. Porque é a única que existe. Tanto é a única, que os Estados Unidos, querendo corrigir o seu balanço, elevaram a taxa de juros interna. Por que é que a Alemanha elevou a taxa de juros interna? Nunca antes se ouvia falar em *Deutsch Mark* com 14% de taxa de ju-

ros. Por que? Porque, se não elevar a taxa de juros, fogem os capitais; e eles, que eram credores, estão se transformando em devedores, como nós vamos ver a seguir, com o seu déficit em conta-corrente indo para US\$ 17 bilhões. E não há truque ideológico que supere isto. Pode ser de esquerda, de direita, de centro, neste caso a Aritmética não tem contemplação com ninguém. E não há também sistema econômico... Porque muitas vezes se ouve dizer: "Ah! Mas se o modelo fosse diferente isso não era assim."

Nós estamos vendendo a Polônia. Nós estamos vendendo todos os outros países que têm modelo muito diferente, que quebraram simplesmente, porque não conseguiram manter esse sistema funcionando. Porque não há truque ideológico capaz de superar essa desigualdade Aritmética. Mas, para que nós tenhamos controle, para que esta taxa de juros permaneça no nível em que ela está, é preciso uma política monetária realmente austera, que controle não apenas os meios de pagamento mas que, através dos meios de pagamento, ajude a controlar o total de dispêndio nacional. Foi por isso que nós introduzimos uma limitação seletiva de crédito, uma expansão seletiva de 50%.

As pessoas normalmente dizem: "Mas como? Cinquenta por cento, quando a inflação anda por volta de 110%? Isso é um bando de loucos."

O crédito externo não está sujeito a estes limites. Tanto que, quando os senhores olharem as aplicações, os empréstimos dos bancos, eles estão crescendo a quase 80%. Por que? É porque o sistema está funcionando.

Isto não é uma crítica. Isto devia ser um elogio.

O sistema está funcionando exata-

mente porque montamos os diques, porque ele só pode funcionar no buraco que você abriu no dique. Ele não tem por onde caminhar. Isto é, conseguiu-se pôr toda a comunidade empresarial para trabalhar na linha que o Governo quer. Para fazer isso, nós tivemos que acabar com o crédito subsidiado e deixá-la ir buscar o dinheiro lá fora. De forma que isto é programado, isto foi projetado para ser assim. E não tem outra forma.

Nós construímos uma alavanca. Porque não se pode garantir isto aqui simplesmente pelo mercado. Nós construímos uma alavanca pondo o Imposto de Operações Financeiras — IOF sobre os empréstimos domésticos. De tal forma que, se a desigualdade está sendo violada, eu aumento ou diminuo o IOF. Então, nós temos uma alavanca para manter a desigualdade funcionando na direção correta e abrimos no dique uma fresta, que é o único lugar pelo qual se pode buscar crédito. Graças a isto é que a situação hoje é bastante mais tranquila do que no passado. Nós estamos com uma entrada de recursos que é extremamente favorável. Nós recebemos praticamente US\$ 9 bilhões de recursos nos cinco meses de 81. Eu acho que "fecharemos" este ano sem nenhuma dificuldade maior, o que mostra que o sistema está realmente funcionando.

Agora, vamos pensar um pouquinho no que está acontecendo. Vejamos no gráfico a seguir o nosso objetivo, o que era o objetivo fundamental: manter o balanço de pagamentos sob controle. E o nosso segundo objetivo: produzir substituição na produção interna de energia. Estes dois objetivos são compatíveis. Quando eu empurro um, eu favoreço o outro. Quer dizer, eles são como se fossem complementares, eles caminham na mesma direção.

Se os senhores olharem para o que aconteceu, vão ver o seguinte: tudo o que foi feito representa aumento de preços. Quando eu dou um crédito de IPI, significa que cortei a receita do Tesouro em Cr\$ 60 bilhões, Cr\$ 70 bilhões. Ora, de duas, uma: ou eu faço um excedente, ou corte também a despesa em Cr\$ 70 bilhões. Normalmente isso não é fácil: a gente corta Cr\$ 30 bilhões, os outros Cr\$ 40 bilhões ficam sobrando. Então, ou você aumenta o imposto, porque tem um limite para arranjar outros Cr\$ 40 bilhões, ou tem que fazer operação de mercado aberto, ou seja, acaba-se puxando a taxa de juros um pouquinho. Portanto, de novo produz-se uma certa inflação.

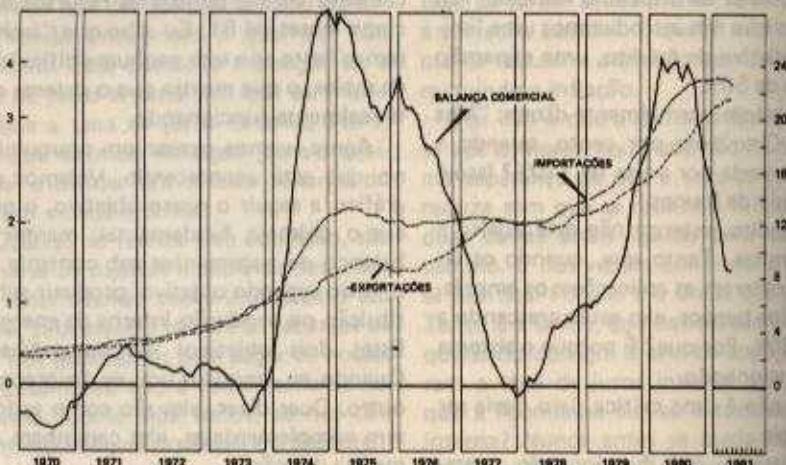
Quanto ao crédito à exportação, é igual; o crédito à exportação eu tenho de dar uma conta de crédito à exportação relativamente frouxa, e aí, sim, um crédito subsidiado. Porque este é que é o "salzinho" adicional que nós estamos pondo em cima da taxa de câmbio, para que as empresas se dirijam para a exportação. Aqui também eu produzo um

pouco de inflação. Na desvalorização cambial, ela é consequência e causa, eu corrojo a taxa de câmbio pela inflação interna, mas ela volta em cima da inflação interna por uma elevação no preço dos produtos importados, e também por uma elevação no preço dos produtos exportados. Isto é, quando eu deixo a taxa de câmbios se ajustar rapidamente, o preço do óleo de soja aqui dentro sobe, de acordo com a desvalorização cambial, porque se eu não o deixar subir aqui dentro, simplesmente todo o óleo é exportado. E, se eu fizer um controle da exportação, eu começo a meter um sistema de contradições aqui dentro que fica uma enorme dificuldade administrativa. Então, também se tem inflação.

A elevação do IOF obviamente produziu um impacto, mas isso tem um efeito de uma vez só. Ele aumentou os preços, aumentou uma vez só, o IOF permanece, mas ele produziu uma certa inflação. A substituição do petróleo, nós vamos ver daqui a pouco, é realmente uma das fontes mais nítidas de criação da inflação.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES AGREGADAS E SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
ÚLTIMOS 12 MESES

BALANÇO DA BALANÇA COMERCIAL - US\$ BILHÕES



O resto também eleva a taxa de juros, de forma que se tem mais inflação. Ou seja, a solução do problema de balanço de pagamentos contém em si uma alta dose de inflação. Quando eu resolvo o problema do balanço de pagamentos, eu empurro a inflação para cima, e o fato de se ter caminhado para uma solução, ou relativo sucesso na solução do problema do balanço de pagamentos, significa que se conseguiu fazer a inflação necessária para ter aquele sucesso.

O gráfico anterior permite observar se a política caminha na direção correta. Ele dá a média das importações e das exportações nos últimos 12 meses. Quando eu estive aqui a última vez, em maio de 80, eu dizia para os senhores que a política era fazer convergir as duas curvas: das importações e das exportações. E, realmente, se os senhores olharem, estas curvas convergem. Nós já tivemos um saldo positivo mês passado e esperamos que no correr do ano tenhamos mais saldos positivos. Os senhores vêem, então, que a balança comercial, dividida em 12 meses, que estava com um déficit da ordem de US\$ 4 bilhões, já está com cerca de US\$ 1 bilhão e 400 milhões. E nos cinco primeiros meses de 81, o déficit do comércio já está menor do que US\$ 400 milhões.

Há aqui um inegável sucesso da política; quer dizer: a política posta em prática conduziu as variáveis reais para a direção correta. Realmente, nós caminhamos no sentido de fechar a balança comercial, nós estamos caminhando no sentido de equilibrar a balança comercial. É interessante os senhores observarem o primeiro choque do petróleo e o segundo. No primeiro choque, entre 74 e 77, o Brasil leva três anos para produzir a adaptação. No segundo, o Brasil já foi capaz de produzir o ajuste em prati-

camente um ano. Ou seja, a economia já estava preparada para este segundo choque. Ela sofreu menos. Ainda que o efeito sobre os preços tenha sido muito maior, ela já estava no caminho da adaptação. E os senhores vejam que, se realmente não tivesse havido o segundo choque do petróleo, o Brasil teria resolvido o seu problema.

A grande verdade é que a política posta em prática no Governo Geisel estava conduzindo para a solução, e já se tinha atingido um ponto em que as coisas estavam mais fáceis. O segundo choque do petróleo iniciou tudo de novo.

Uma visão mais clara disso pode-se ter no gráfico a seguir que é, realmente, a relação entre o saldo da balança comercial e as exportações agregadas nos 12 meses.

Os senhores vêem que, em 77, se tinha chegado praticamente com superavit — pequeninho, mas um superavit — e que depois se teve de novo uma alta.

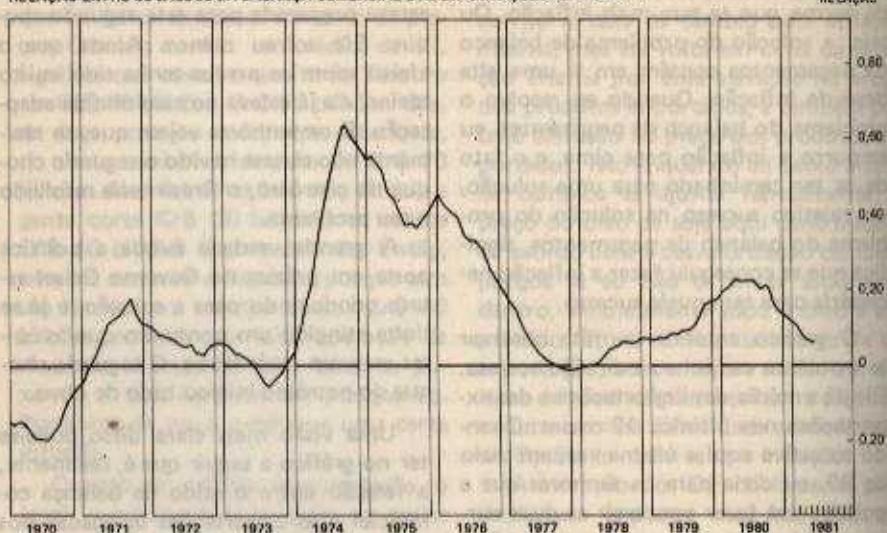
Agora, é interessante.

O petróleo passou de 2 para 12 dólares, em 1974. Depois passou de 12 para 34 dólares, em 1979. Vejam que a rapidez com que a economia se ajustou foi consideravelmente maior no último choque.

Isso mostra o seguinte: certamente nós estamos conseguindo algum sucesso na solução do problema do balanço de pagamentos. Eu acredito que — ao voltar aqui em maio do ano que vem — possa dizer para os senhores que nós temos de novo um superavit, mesmo que seja pequeno. E que, mais uma vez, se realize o processo de ajustamento.

Mas todo esse processo de ajustamento deixou aquela dívida a que nos referimos: e mais, hoje nós juntamos à crise do petróleo a elevação da taxa de juros externa.

RELAÇÃO ENTRE OS SALDOS DA BALANÇA COMERCIAL E AS EXPORTAÇÕES AGREGADAS



Vejam o seguinte: algumas pessoas imaginam: "Isso é uma verdadeira desgraça: além de ter subido o preço do petróleo, subir a taxa de juros."

Não é, não! No fundo, é a mesma coisa. Qualquer sujeito que pensasse alguns minutos saberia que, depois da crise do petróleo, teria de haver um ajuste na taxa de juros. De forma que isso também não é surpresa para ninguém. Certamente é surpresa a taxa de juros ter ido para 19% e 20%, mas que ia ter um reajuste, todo mundo sabia. Por que? Porque não há nenhum segredo, não há nenhuma novidade no caso brasileiro. O caso brasileiro é exatamente igual ao caso de qualquer outro país que não produz petróleo.

Os países europeus estão se ajustando elevando a taxa de juros, da mesma forma que nós. Quando nós tomamos dinheiro lá, nós temos o efeito duplo: é o efeito da nossa elevação e da elevação da

taxa deles. Mas é uma coisa que tinha de acontecer. Agora, vejam no gráfico "Contas Externas: Indicadores Selecionados", que relaciona a taxa anual de juros (Libor), o déficit de serviços e o pagamento de juros: em 77, pagávamos de juros US\$ 2 bilhões e este ano estamos pagando US\$ 8 bilhões, o que aumentou consideravelmente a conta do déficit de serviços. Também aqui — ainda que isto possa parecer uma coisa triste, desagradável — nós temos que entender que é assim mesmo.

Não há outra saída, a não ser realmente exportar, mobilizar a economia para gerar os recursos necessários para exportar e baixar as importações.

Por que?

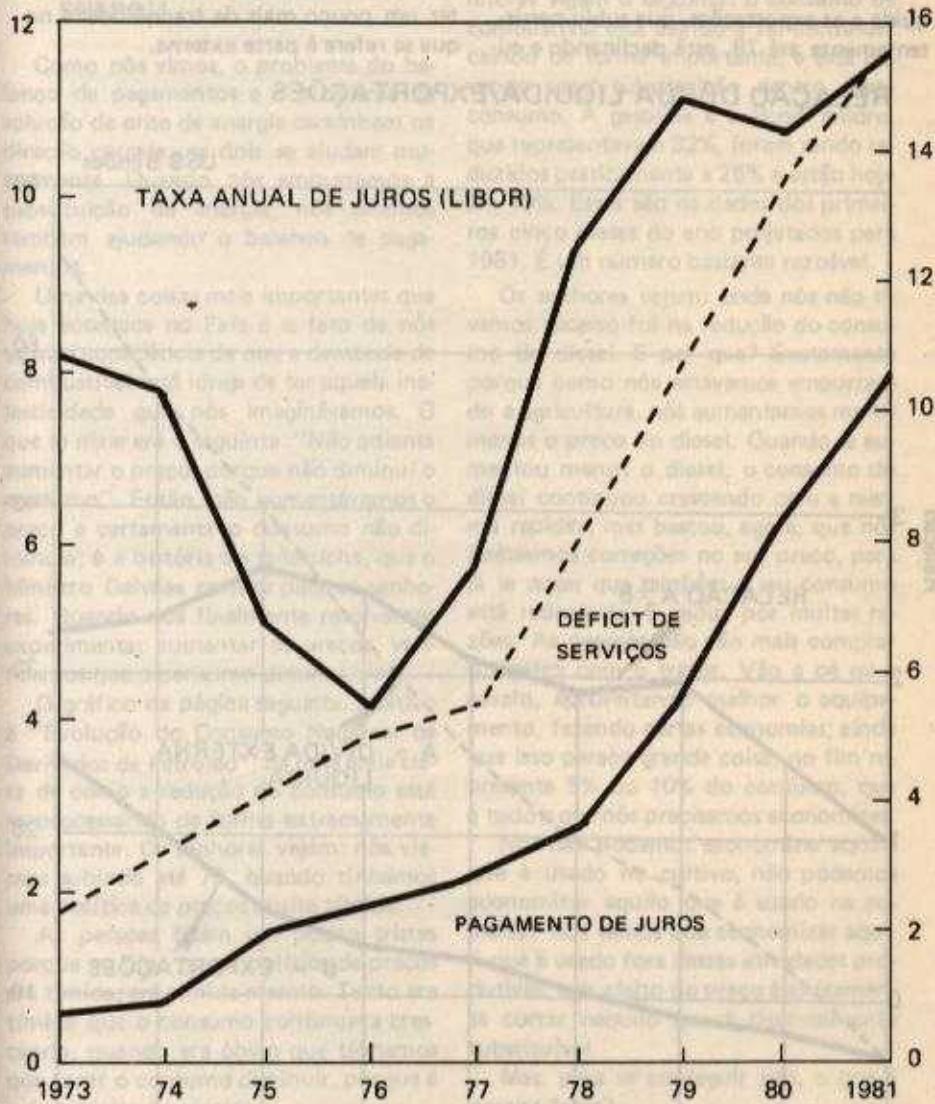
Porque nós temos de pagar a fatura.

Quanto mais rapidamente nos ajustarmos, tanto mais rapidamente nos livraremos deste pesadelo.

CONTAS EXTERNAS: INDICADORES SELECIONADOS

US\$ Bilhões

% ao ano

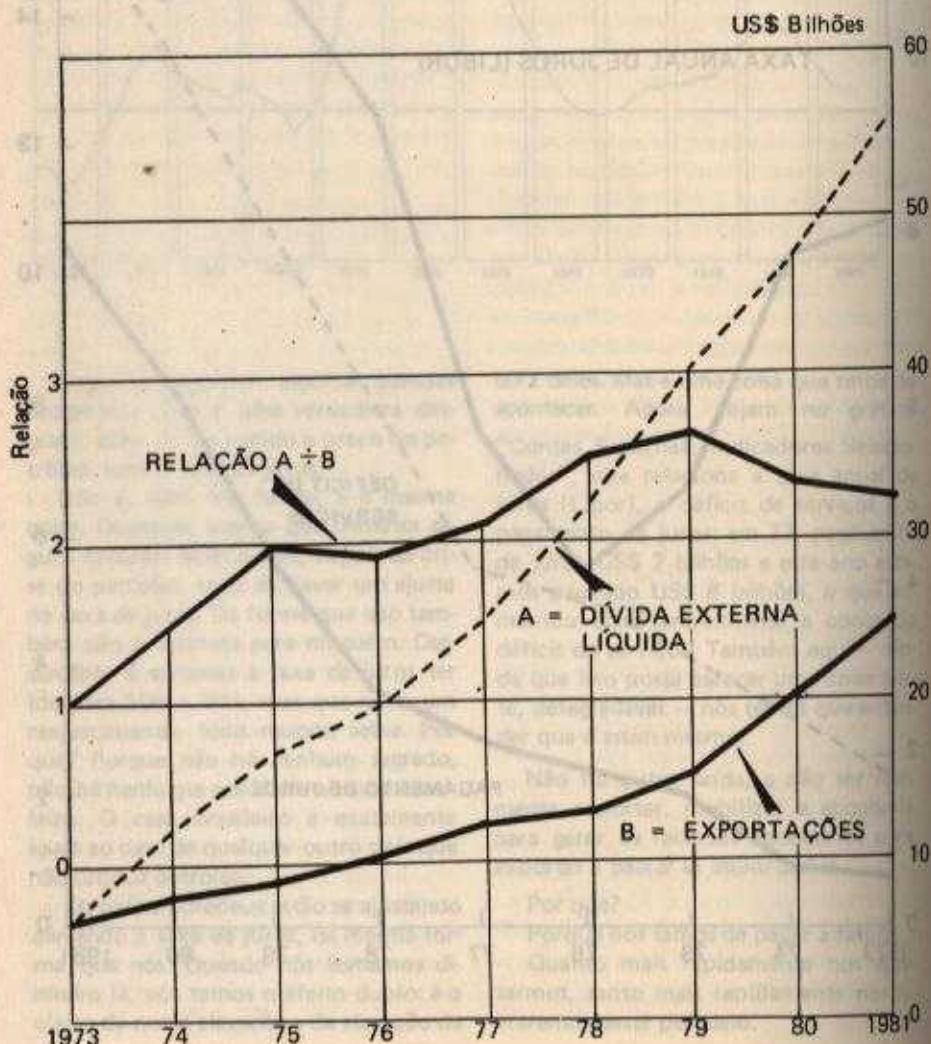


No gráfico a seguir os senhores podem ver que as coisas caminham na direção correta.

A relação entre a dívida externa líquida e as exportações, que subiu persistentemente até 79, está declinando e eu

acho que temos condições de mantê-la declinante, o que significa que o Brasil viabilizou o seu problema externo; significa que o Brasil está em vias de voltar a ter um pouco mais de tranquilidade no que se refere à parte externa.

RELAÇÃO DÍVIDA LÍQUIDA/EXPORTAÇÕES



Passemos, agora, ao problema da adaptação da economia à crise de energia.

III – ADAPTAÇÃO À CRISE DE ENERGIA

Como nós vimos, o problema do balanço de pagamentos e o problema da solução da crise de energia caminham na direção correta: os dois se ajudam mutuamente. Quando nós empurramos a substituição de energia, nós estamos também ajudando o balanço de pagamentos.

Uma das coisas mais importantes que hoje acontece no País é o fato de nós termos consciência de que a demanda de combustível está longe de ter aquela inelasticidade que nós imaginávamos. O que se dizia era o seguinte: "Não adianta aumentar o preço, porque não diminui o consumo". Então, não aumentávamos o preço e certamente o consumo não diminuía; é a história do sanduíche, que o Ministro Galvães contou para os senhores. Quando nós finalmente resolvemos experimentar aumentar os preços, verificamos que o consumo diminui, sim.

O gráfico da página seguinte, relativo à "Evolução do Consumo Nacional de Derivados de Petróleo", dá uma idéia clara de como a redução do consumo está se processando de forma extremamente importante. Os senhores vejam: nós vemos subindo até 79, quando tínhamos uma política de preços muito tímida.

As pessoas ficam um pouco tristes porque eu digo que a política de preços era tímida; era tímida mesmo. Tanto era tímida que o consumo continuava crescendo, quando era óbvio que tínhamos que fazer o consumo diminuir, porque é o único jeito de ajustar.

A partir de 79 nós começamos uma política de preços mais agressiva, uma

política de preços que atinge afinal a todos nós, a cada um de nós; quando vamos sair no fim-de-semana, realmente somos protagonistas desta queda. Os senhores vejam o seguinte: o consumo de combustível está caindo e vai continuar caindo de forma importante, e está havendo uma substituição dentro deste consumo. A gasolina e o álcool anidro, que representavam 32%, foram sendo reduzidos praticamente a 25% e estão hoje em 19%. Esses são os dados dos primeiros cinco meses do ano projetados para 1981. É um número bastante razoável.

Os senhores vejam: onde nós não tivemos sucesso foi na redução do consumo do diesel. E por que? Exatamente porque como nós estávamos empurrando a agricultura, nós aumentamos muito menos o preço do diesel. Quando se aumentou menos o diesel, o consumo do diesel continuou crescendo com a mesma rapidez; mas bastou, agora, que nós fizéssemos correções no seu preço, para já se notar que também o seu consumo está reduzindo. E reduz por muitas razões. As pessoas não vão mais comprar o cigarro com o trator. Vão a pé ou a cavalo, aproveitando melhor o equipamento, fazendo certas economias; ainda que isso pareça grande coisa, no fim representa 5% ou 10% do consumo, que é tudo o que nós precisamos economizar.

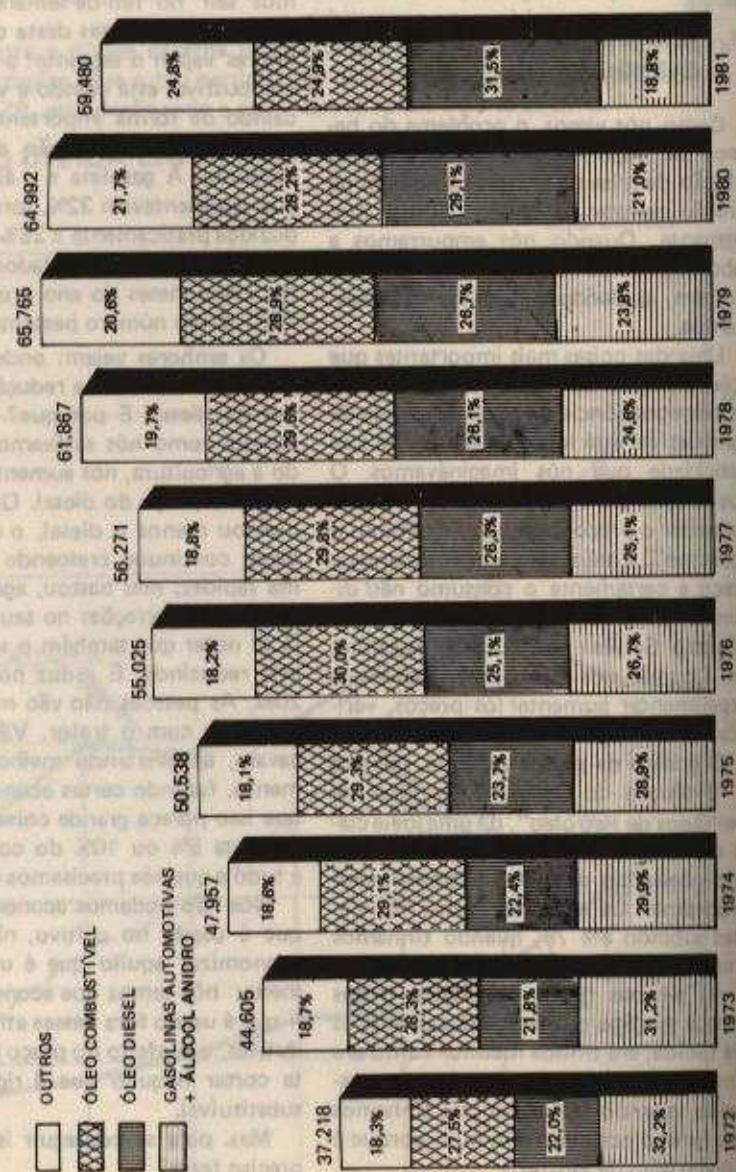
Nós não podemos economizar aquilo que é usado no cultivo, não podemos economizar aquilo que é usado na colheita: nós temos que economizar aquilo que é usado fora dessas atividades produtivas, e o efeito do preço é exatamente cortar naquilo que é rigorosamente substituível.

Mas, para se conseguir isto, o que é preciso fazer?

Para conseguir isto foi preciso, primeiro, elevar dramaticamente o preço

EVOLUÇÃO DO CONSUMO NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

VALORES TOTAIS EM 1.000 m³



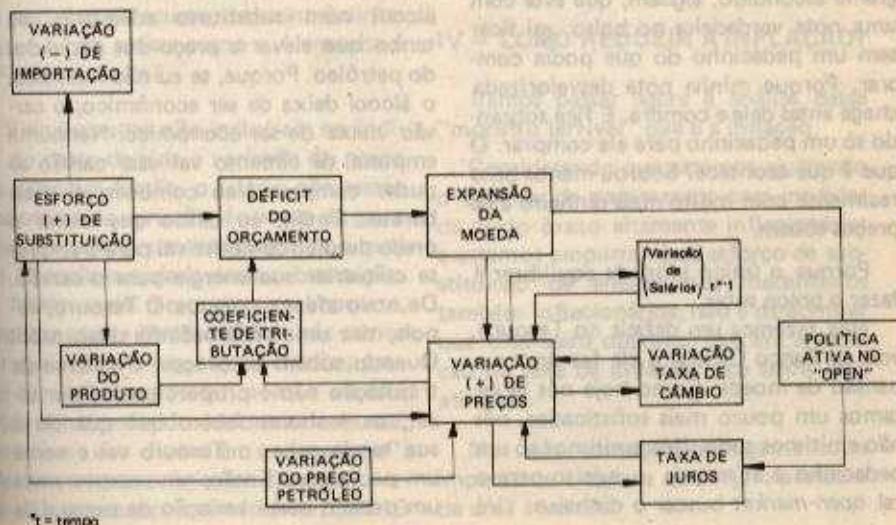
dos derivados do petróleo e, segundo, era preciso elevar o preço da energia. É óbvio. Por que é que não se produzia álcool antes? Não se produzia álcool porque o álcool era um substituto muito ineficiente da gasolina. Foi preciso que o petróleo atingisse US\$ 36 por barril, para o álcool se transformar num combustível relativamente eficaz. Foi preciso, de qualquer forma, alterar os preços relativos da energia importada e da energia produzida internamente para que fosse possível produzir internamente o substituto. Eu costumo dizer, sem nenhuma originalidade, que o primeiro substituto do petróleo é o petróleo; o segundo é o petróleo; o décimo também é o petróleo; o décimo-primeiro, quem sabe, é o álcool. De maneira que isto dá uma idéia do que é preciso pagar em custos sociais para sair de um combustível mais eficiente para um combustível menos eficiente. Foi preciso, portanto, pagar um preço altíssimo por isto. E nós pagamos. O Brasil pagou este preço. O Brasil, realmente, reajustou os preços in-

ternos dos derivados do petróleo como poucos países o fizeram. Alguns países fizeram isso com maior rapidez, mas o Brasil, realmente, conseguiu fazer essa adaptação a duras penas.

Como este programa empurra a inflação, é visto ao lado.

Como é que faz o esforço de substituição? Eu vou fazer o álcool, por exemplo, e quero aumentar a produção de carvão. Para aumentar a produção de carvão, eu preciso aumentar os investimentos na pesquisa de carvão; preciso aumentar os investimentos nas minas de carvão; preciso aumentar os investimentos no transporte e no armazenamento do carvão. Ou seja, para eu aumentar a produção de carvão, eu preciso fazer um volume muito importante de investimentos. Para aumentar a produção de álcool, eu preciso também fazer um volume muito grande de investimentos. Tenho que produzir cana, tenho que produzir as usinas e somar todo esse investimento.

Encurtando a conversa, nós aplicamos no Proálcool, este ano, 1 bilhão e



meio de dólares. De onde vem esse bilhão e meio de dólares? Se você perguntar para alguém: "Quer dar 10 cruzeiros aí para a gente fazer o Proálcool?", o sujeito diz: "Esse negócio não é comigo. Eu nem uso o álcool, eu uso gasolina. Como é que você quer que eu pague este negócio?" Ninguém quer pagar. Agora, explica para a gente o seguinte: se ninguém quer pagar, como é que a gente faz? Só tem um jeito: é tomar o dinheiro. E a forma simples de tomar dinheiro é fazer a inflação. A inflação é simplesmente um mecanismo ineficaz de tributação. Como é que isso se processa? Da seguinte forma — tudo planejado, e elegantemente... — Nós fazemos um programa lindo, tudo com as curvas certinhas, vamos produzir tanto de açúcar, tanto de usina, tanto de guindaste, tanto de transporte, e diz: "Vai para o Tesouro"; a "viúva" comparece e diz: "Eu banco." "Eu banco" significa o seguinte: eu vou ao Banco Central e peço para ele fabricar umas notinhas por lá por baixo do pano, e eu vou pagar escondido este programa aqui. Quando eu pago aquele programa escondido, alguém, que está com uma nota verdadeira no bolso, vai ficar sem um pedacinho do que podia comprar. Porque minha nota desvalorizada chega antes dele e compra. E fica sobrando só um pedacinho para ele comprar. O que é que acontece? Sobrou menos bens realmente com muito mais dinheiro e os preços sobem.

Porque o único jeito de equilibrar é fazer o preço subir.

Nós fazemos um déficit no Tesouro, vou ao Banco Central e ele faz uma expansão de moeda. Como hoje nós já estamos um pouco mais sofisticados, nós não emitimos tudo. Nós emitimos só um pedacinho e aí manda o sujeito para o tal *open-market* buscar o dinheiro: "Vá

no *open* e tome o dinheiro dos caras." Mas, para tomar o dinheiro dos caras, o que é que é preciso? Elevar a taxa de juros. Mas, quando eleva a taxa de juros, sobem os preços. E a elevação de preços dá uma volta em cima da taxa de juros. Mas, vamos dizer, se o processo terminasse aqui, estava tudo bem.

Mas, não.

Esta expansão da moeda causa variação nos preços e quem chega na frente compra e quem chega depois já não pode comprar pelo mesmo preço. Então os preços sobem. Uma vez elevado o preço, passa para o salário, no período seguinte. E volta de novo para os preços. Mas, como eu estou querendo resolver o meu problema do balanço de pagamentos, eu não posso deixar de fazer subir a taxa de câmbio, e o efeito se volta de novo para os preços.

O preço aqui é como o coração naquele samba do Adoniram Barbosa, "está tão fechado que não cabe mais nada". O que é que acontece? Tudo converge para aumentar os preços. E ainda por cima, para eu transformar o álcool num substituto adequado, eu tenho que elevar o preço dos derivados do petróleo. Porque, se eu não fizer isso, o álcool deixa de ser econômico; o carvão deixa de ser econômico. Nenhuma empresa de cimento vai usar carvão se puder comprar óleo combustível mais barato. Então, eu tenho que elevar o preço do óleo combustível para a empresa converter sua energia para o carvão. De novo afeta os preços. O Tesouro, depois, tira uma rebarbazinha disso tudo. Quando sobem os preços, o sistema de tributação não é proporcional. Quer dizer, os senhores sabem que quando a sua renda sobe, o Tesouro vai e come um pedacinho. Então, nós recapturamos um pedaço dessa variação de preço e da

variação do produto, porque quando eu estou produzindo cana, estou produzindo a usina, a estrada-de-ferro; enfim, quando estou aumentando o produto, um pedacinho disto tudo volta para o Tesouro. Ou seja, o efeito líquido do esforço de substituição é todo o sistema mostrado no gráfico anterior, com exceção das variações nos preços e no câmbio, que representam uma pequena receita. Mas isso, no fundo, pode representar 10 ou 15% do programa, somente.

O programa de substituição energética produz, portanto, uma enorme inflação. Mas não é por causa disso que nós vamos parar o programa. Por que?

Porque nós sabemos que precisamos dessa substituição. Não é uma questão de poder ou não poder fazer. É uma questão de ter que fazer. Alguém pode dizer: "Há uma forma muito mais simples. "Eu concordo. Num país de renda diferente da nossa, nós introduziríamos um imposto para a produção de combustível, um imposto pessoal para financiar a substituição, não é transferível, e tiraria todo esse recurso do contribuinte. Como é que países como a Alemanha e a França fizeram?

Simplesmente não incluíram no índice do custo-de-vida a variação do preço do petróleo. Então, o salário não cresce por efeito da variação do preço da gasolina. E aquilo é um imposto com o qual ele financia o pedaço dessa substituição. A forma mais direta era, realmente, explicar para a Nação: "Olha, nós vamos ter que cobrar o imposto, e esse imposto vai ser de pessoa física, porque ele não pode ser transferido de forma nenhuma; com isso vou financiar o programa". Mas esse imposto seria um imposto cava-
lar. Nós estamos investindo, hoje, US\$ 10

bilhões no programa energético para um Produto de US\$ 250 bilhões, ou seja 4% do Produto. Os senhores vejam o que significa tomar 4% do produto das pessoas físicas. As pessoas físicas talvez consumam o que? Oitenta por cento do Produto. Isso representaria um imposto de 6% sobre o consumo efetivo. É uma redução dramática. O pior é que essa redução acontece entre nós, embora de uma forma menos inteligente, ou seja, fazendo inflação. Simplesmente porque não existe essa racionalidade, não existe esse mínimo de possibilidade de se convencer a Nação de que, realmente, para fazer isto sem inflação, seria preciso um cavalar aumento de imposto. Por que? Porque todo mundo já tem a sensação de que não pode pagar mais nada. E até de vez em quando é verdade. Mas, queríramos ou não, nós acabamos pagando esse imposto. A inflação é o mecanismo pelo qual esse imposto é tomado da gente.

Portanto, de novo, o grande esforço de substituição tende a acelerar a inflação.

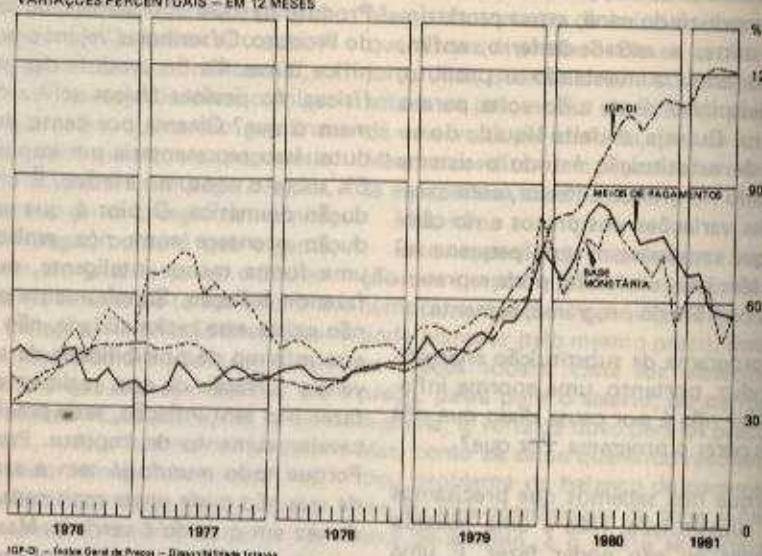
IV – COMO REDUZIR A INFLAÇÃO?

Vamos passar agora à análise desse "monstro terrível" que é a inflação.

Considerando que estamos ajustando o balanço de pagamentos com medidas de curto prazo altamente inflacionárias e estamos empurrando o esforço de substituição de energia por mecanismos também inflacionários, não é de admirar que o terceiro objetivo, que era a redução da taxa de inflação, não tenha sido atingido.

Mas nós conseguimos alguma coisa importante e espero que seja o prelúdio de uma inversão.

MEIOS DE PAGAMENTO, BASE MONETÁRIA E IGP-DI
VARIACOES PERCENTUAIS – EM 12 MESES



Os senhores vêem no gráfico que o Índice Geral de Preços estava constante no limiar do segundo choque do petróleo. Ele ficou mais ou menos constante em 79 e daí começou a acelerar e veio embora.

Não é só o petróleo. Algumas pessoas pensavam que seria preciso chamar um Prêmio Nobel de Economia para dizer que não é o petróleo que causa inflação. Mas, qualquer economista nosso sabia isso. Não precisava gastar dólares para chegar a esta brilhante conclusão.

É claro que o petróleo é um "starter". Quando você dá a partida num esforço de substituição de importações, de um lado, e de um esforço de correção de balanço de pagamentos, do outro, além de adotar um mecanismo de política salarial mais liberal, tudo isso põe em movimento uma máquina infernal que se vai auto-alimentando e produzindo essa inflação que se vê no gráfico, a partir de 1979, subindo em 80 e 81.

Claramente os senhores vêem o que seria, digamos uma reta que dá a inclinação da taxa de crescimento da inflação. Também se vê claramente a inversão da curva da política monetária, que já vai produzindo os primeiros efeitos de paralisar e inverter a curva da inflação.

Espero que isto seja o começo da redução contínua da taxa, porque estamos usando políticas fiscal e monetária que devem conduzir à redução da inflação.

Algumas pessoas dizem, no Brasil, que a política está certa, mas a dose está errada. O que está errado é a forma de aplicar, porque ninguém imagina, nem no Brasil, nem na China, nem na Rússia, nem nos Estados Unidos, nenhuma outra forma de corrigir a inflação a não ser começando a agir por uma combinação de política monetária e de política fiscal.

Há pessoas que falam em modelo, dizem que "tem de mudar o modelo".

Pergunta-se: O que é modelo? Não tem esse negócio de modelo "Socialista" capaz de inventar outro mecanismo diferente daquele que se usa na sociedade "exploradora", "capitalista". Ambos têm de usar uma política monetária.

A China não é uma economia capitalista e, no entanto, controla rigidamente os meios de pagamento e procura fazer superávit fiscal, porque é a única forma, realmente, de combater a inflação.

Isso acontece na Inglaterra, na Itália; acontece nos Estados Unidos; não é apenas por falta de imaginação: é que ninguém descobriu outro recurso, outro jeito!

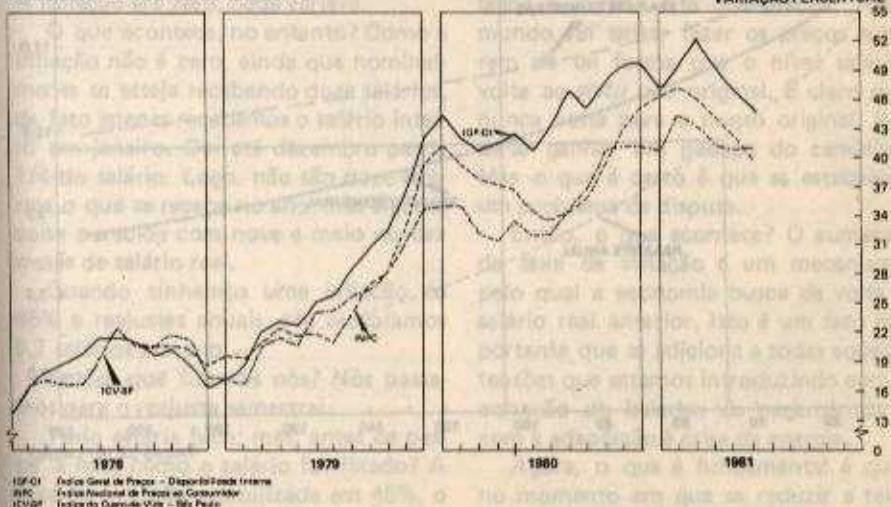
Exatamente por isso passamos a efetuar o controle mais duro da base monetária. Vocês podem perguntar o seguinte: 'Por que não fez isso em 1980?'.

Não fizemos porque as pressões de custo eram tais que se nós tivéssemos controlado os meios de pagamento dessa forma não teríamos tido as duas grandes safras agrícolas. Não teríamos podido expandir o crédito agrícola como

queríamos. Nenhum sistema seria capaz de absorver em três ou quatro meses, apenas, a brutal elevação de preços do petróleo a partir de 79. Era preciso que a taxa de inflação atingisse um patamar onde a gente pudesse sentir que, dali para a frente, dava para controlar e seguir. Ela tinha que se cansar um pouco, a política monetária mostrar-se eficaz e a partir daí, declinar a taxa de inflação.

Uma coisa é certa: mais dia, menos dia, esta curva da inflação que está no mais alto nível, vai fazer o mesmo movimento. Isso podemos dizer que é uma crença apoiada em um bilhão de observações. O Sol pode deixar de nascer amanhã, mas é muito pouco provável. Aqui também pode ser que não aconteça, mas é muito pouco provável. Então, temos 300 anos de história monetária para provar que isso acontece. Isso tem um custo. Se fosse de graça não haveria problema, mas não existe esse negócio de almoço grátis em economia. Cada coisa tem de pagar direitinho. Quando eu consigo uma vantagem de um lado,

INDICADORES DE PREÇOS
EVOLUÇÃO SEMESTRAL: IGP-DI, INPC E ICV-SP



perco em outro. Isso é como se fosse um jogo de soma nula; quando ganha num, perde no outro.

Se queremos crescer depressa, não podemos ter uma alta taxa de inflação, porque aumenta a incerteza do processo econômico, dificulta o funcionamento da economia. É preciso, portanto, baixar essa taxa e não tem outra saída: temos de baixá-la.

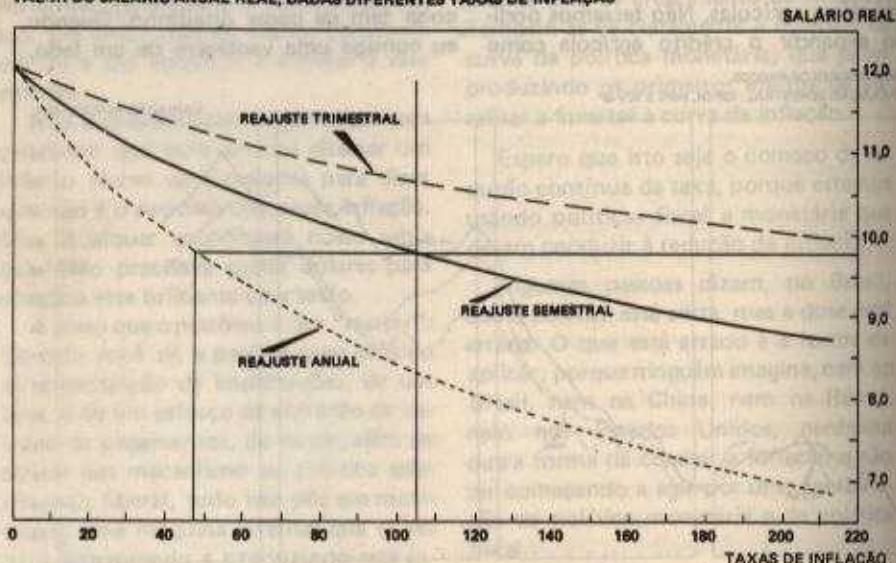
O gráfico mostra períodos de seis meses de observação, como se tivéssemos encurtado o ano para seis meses. Depois da subida ao novo patamar em 1980, o Índice Geral, o INPC e o ICV já apresentam realmente uma estabilização, uma mudança. A tendência se processou já na virada de 1980.

Estamos com taxas estabilizadas — altíssimas, mas estabilizadas — o que significa que devemos ter oportunidade de começar a reduzi-las dentro de pouco tempo.

Qual é o fator fundamental mais rente para reduzir essa taxa de inflação? De um lado, a aceleração da taxa de juros; as pessoas atribuem à aceleração da taxa de juros uma importância muito maior do que ela tem. Normalmente, quando o sujeito diz que está pagando 140% de juros, é mentira! É que ele não diz que recebeu dinheiro do BNDE a 22% sem correção monetária; que recebeu um dinheirinho do Banco do Brasil a 45%, sem mais nada. Quando se faz a média, a taxa de juros obviamente não é essa. Essa é a taxa de juros de um segmento do mercado, do segmento livre do mercado.

A taxa real no Brasil certamente é uma taxa elevadíssima, que deve andar em torno de 14,18%, mas não é os 25% ou 26% a que as pessoas se referem, porque ninguém conta direito a história do seu débito.

VALOR DO SALÁRIO ANUAL REAL, DADAS DIFERENTES TAXAS DE INFLAÇÃO



Todo mundo conta a história do que quer conseguir, ninguém conta o que já conseguiu. E não há empresa no Brasil, a não ser uma empresa pequena, que não haja tomado dinheiro nesse mercado. Normalmente ele vai ao Banco do Brasil, onde realmente a taxa não é de 140. Se for empresa industrial de porte, essa pessoa certamente tem programa subsidiado pelo Governo. O que significa que a taxa de juros é menor do que aquela a que se refere.

O gráfico mostra o que, na minha opinião, é hoje o fator mais renitente para uma redução dramática da taxa de inflação. Quando digo redução da taxa de inflação, quero dizer uma baixa que realmente venha a ser notada pelas pessoas. Quando a inflação estabiliza, como agora, todo mundo acha que é igual. Inflação de 120 que cai para 110, realmente não causa nenhuma sensibilidade maior.

Vejam o gráfico onde se tem salário real medido ao longo dos meses; se a inflação fosse zero, cada um receberia por ano rigorosamente doze salários.

Todo mundo receberia doze salários. A inflação era zero, nada variava.

O que acontece, no entanto? Como a inflação não é zero, ainda que nominalmente se esteja recebendo doze salários, de fato apenas recebemos o salário inteiro em janeiro. Daí até dezembro perde 1/4 do salário. Logo, não são doze salários o que se recebe no ano, mas alguma coisa parecida com nove e meio ou dez meses de salário real.

Quando tínhamos uma inflação de 45% e reajustes anuais, nós recebíamos 9,7 salários por ano.

Então, que fizemos nós? Nós passamos para o reajuste semestral.

Tudo estaria bem; mas, antes de passar a isso, como o salário foi fixado? A taxa de inflação estabilizada em 45%, o

que significa? O seguinte: que havia relativo equilíbrio na distribuição de renda; isto é, o sujeito pensava que recebia doze, recebia 9 e meio e os outros pensavam que tinham lucro X; tinham lucro X, menos alguma coisa. Estava mais ou menos equilibrado.

Então, introduzimos o reajuste semestral, que é da maior justiça, porque dá a impressão não ser justo tomar dois e meio salários como tributação escondida.

Quando se introduz o reajuste semestral e, com a mesma taxa de inflação, se altera o salário real, a taxa de salário real passou de 9,7 para 10,7. Ora, acontece que quando se eleva o salário real coisa de 8 a 9%, o sistema todo entra em desequilíbrio. Com 9,5% a mais de salários, tínhamos de comer mais 6% do Produto. Mas há os outros, os que vivem de renda e não de salários, que teriam de abdicar de 6% do Produto.

O que acontece é que todo mundo quer acabar com a inflação do outro, não a sua.

Quem perde não se conforma.

Como é que se restabelece o equilíbrio? É com a alta dos preços. Todo mundo vai tentar fazer os preços subirem de tal forma que o nível salarial volte ao *statu quo* original. É claro que nunca volta para o ponto original. Pode-se ganhar um pedaço do caminho. Mas o que é certo é que se estabelece um problema de disputa.

Então, o que acontece? O aumento da taxa de inflação é um mecanismo pelo qual a economia busca de volta o salário real anterior. Isso é um fato importante que se adiciona a todas aquelas tensões que estamos introduzindo com a correção do balanço de pagamentos e com a adaptação à crise de energia.

Agora, o que é fundamental é que, no momento em que se reduzir a taxa

de inflação o salário real vai subir; tem de subir.

Aqui é que está a grande dificuldade. Quando o salário real começar a subir, as outras forças se põem em marcha de novo, para impedir que isso aconteça. E a inflação volta para o ponto anterior. Para conseguir um sucesso você precisa, então, um choque externo, uma repetição 4 ou 5 anos seguidos de safras agrícolas gigantescas, de tal jeito que praticamente estabilize os preços dos produtos agrícolas. Ou, realmente, introduzir uma política salarial que mantenha o nível do salário real. De qualquer forma, isto introduz uma enorme rigidez para o combate à inflação.

Ainda assim, eu acho que nós devemos conseguir taxas de inflação decli-

nantes. Não conseguiremos nada muito dramático. Mas vamos conseguir, como os números estão demonstrando, algum sucesso nesta política.

V – CRESCIMENTO E EMPREGO

Eu voltaria agora ao ponto inicial desta palestra, que já está um pouco longa. O Brasil é um País que está crescendo e precisa crescer. O Brasil não tem outra forma de resolver os seus problemas, a não ser crescendo. As pessoas imaginam que nós estamos num processo de recessão. Frequentemente se fala em recessão

Antes de passar ao problema de crescimento, eu vou tomar a liberdade de mostrar para os senhores um exemplo de desemprego ligado ao negócio de sa-

**Número de Pessoas Procurando Emprego por Faixa de Idade
(1.000 pessoas) – Rio de Janeiro**

Faixa de Idade	Maio/80		Maio/81		Variação	
	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego
15 – 19	313,9	90,2	290,9	96,9	– 23,0	6,7
20 – 24	511,5	89,9	496,9	98,9	– 14,6	9,0
25 – 49	1.849,4	90,2	1.865,8	104,8	16,4	14,6
+ de 50	489,4	9,6	510,0	7,6	20,1	– 2,0
TOTAL	3.164,7	279,9	3.163,6	308,2	– 1,1	28,3
PEA Expendida (Em 1.000 pessoas)	3.444,6		3.471,8		27,2	

Taxas de Crescimento: maio 81/maio/80

PEA * : 0,8%

Emprego: 0,0%

* PEA = População Economicamente Ativa

lário, que é muito importante. Normalmente, se imagina que a política econômica está causando um grande desemprego, que nós estamos numa recessão. O IBGE fez um levantamento bem preciso e hoje nós sabemos quantas pessoas estão trabalhando, quantas pessoas estão desempregadas, qual o sexo dessas pessoas e conhecemos a sua distribuição etária.

porque é um ano em que a economia estava a plena carga: crescemos 8,5%. Comparemos esta época em que a economia estava a plena carga, com maio de 81, onde se diz que o Brasil está numa grande recessão. As pessoas ocupadas em maio de 80 eram 4 milhões 150 mil pessoas. As pessoas ocupadas em maio de 81 são 4 milhões 190 mil pessoas. Aumentou o emprego. Mas cresceu tam-

**Número de Pessoas Procurando Emprego por Faixa de Idade
(1.000 pessoas) – São Paulo**

Faixa de Idade	Maio/80		Maio/81		Variação	
	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego	Nº de Pessoas Ocupadas	Nº de Pessoas Procurando Emprego
15 – 19	575,1	90,4	546,2	121,3	- 28,9	30,9
20 – 24	742,3	68,8	730,4	87,8	- 11,9	19,0
25 – 49	2.318,7	89,5	2.383,9	111,3	65,2	21,8
+ de 50	516,5	9,3	533,0	11,3	16,5	2,0
TOTAL	4.152,6	258,0	4.193,5	331,7	40,9	73,7
PEA Expendida (Em 1.000 pessoas)	4.410,6		4.525,2		114,6	

Taxas de Crescimento: (maio 81 / maio/80)

PEA * : 2,6%

Emprego: 1,0%

* PEA = População Economicamente Ativa

As tabelas mostram o problema do emprego em São Paulo e no Rio de Janeiro. São Paulo é certamente a economia mais industrializada do País, onde o setor que está mais sofrendo, que é o setor automobilístico, está concentrado numa só cidade. Começemos examinando a situação em maio de 80. De 80,

bém o pessoal procurando emprego. Neste levantamento incluem-se inclusive as pessoas que nunca trabalharam, isto é, aquelas que estão procurando emprego pela primeira vez. Porque o levantamento do IBGE é um levantamento feito nos domicílios. Havia 258 mil pessoas procurando emprego em maio de 80. Há

331 mil pessoas procurando emprego hoje. A população economicamente ativa era de 4 milhões 410 mil pessoas e passou para 4 milhões 525 mil pessoas. A população economicamente ativa cresceu 2,6%. Mas o nível de emprego cresceu apenas 1%. Quer dizer, o que houve realmente foi o seguinte: a economia não está crescendo suficientemente para absorver todos os empregos que precisam ser criados.

Mas o IBGE revela um outro fato muito importante: quem são as pessoas desempregadas? São as pessoas entre 15 e 19 anos e 20 e 24 anos. O pessoal que está procurando emprego pela primeira vez, o pessoal realmente de salário-mínimo — possivelmente este é um dos efeitos perversos da própria lei salarial, onde, na nossa generosidade, nós acrescentamos o coeficiente 1,1 para a remuneração das pessoas que recebem de 1 até 3 salários-mínimos. Nós temos aqui um efeito que não era o desejado. Agora, o que é interessante é que aumentou em 65 mil o número de pessoas ocupadas entre 25 a 49 anos. Ou seja, dentro do próprio mecanismo industrial, estão-se processando correções que possivelmente se devem também ao funcionamento da Lei de Salário. Isto dá uma

dimensão do desemprego existente: há pessoas que dizem que há um milhão de desempregados, outro faz um levantamento familiar que tem 2 pessoas, 1 pessoa está desempregada, ele diz que o desemprego é 50%, e alguns empresários — a Federação das Indústrias propriamente — calculam o desemprego de uma forma, e outros, de outra. Este número é um número importante. Por que? Porque o IBGE começou a calcular isso no dia em que foi promulgada a Lei de Salário.

Hoje, nós temos as informações corretas sobre o que é que está acontecendo. Nós estamos longe de estar numa recessão. Nós estamos muito longe de estar numa recessão. Nós estamos, isto sim, com um nível de atividade menor do que aquele que nós desejávamos.

Agora, como é que será possível elevar esse nível de atividade?

O caso brasileiro não é um caso especial. No quadro a seguir selecionei quatro exemplos externos: um produtor de petróleo e três que não são produtores de petróleo e que certamente não se pode tomar por imbecis: nem a Alemanha, nem a França, nem a Itália são imbecis, certamente.

ALGUNS INDICADORES DE PAÍSES SELECIONADOS, 1981

Países	Crescimento do Produto (*)	Saldo em C/Correntes (US\$ Bilhões)	Crescimento da Indústria (%)	Taxa de Desemprego	
				Abri/81	Abri/80
França	0,5	- 9,9	- 8,0	7,3	6,1
Alemanha	- 0,7	- 16,2	- 2,5	5,3	3,7
Itália	- 0,1	- 4,0	- 5,0	8,7	7,8
Inglaterra	- 1,9	10,9	- 9,0	10,4	6,2
Brasil	5,0	- 12,0	5,0	7,8 (+)	5,8 (+)

(*) Verificado nos últimos 12 meses

(+) São Paulo

Eles têm o mesmo problema que nós, eles têm de ajustar o seu balanço de pagamentos à crise de energia, e têm de produzir energia substituta. Eles estão produzindo a energia atómica e nós estamos produzindo álcool.

O crescimento do produto estimado para 81 é 1/2% na França; -0,7% na Alemanha; -0,1% na Itália; -1,9% na Inglaterra.

Ao contrário do que pensa muita gente, para criar um emprego hoje é preciso exportar um dólar. Só se pode criar emprego aumentando a receita de divisas.

Por isso é que é vital para o País a ampliação das exportações.

E por isso que é vital para o País entender que exportar não é aumentar a dependência.

Exportar é o contrário: é aumentar a independência. Há pessoas que imaginam que o Brasil é um País voltado para a exportação. Isso é uma tolice enorme. Não há nenhum produto no Brasil, nem o café, que seja destinado à exportação.

Este ano, vamos produzir 33 milhões de sacas e, se tivermos sorte, exportar 50% disso; vamos consumir internamen-

te 20% e vamos deixar 30% para os nossos netos.

A soja toda que nós produzimos, o grosso é consumido internamente. Nós só exportamos um resíduo. O Brasil é um País cujo coeficiente de exportação é da ordem de 8% do Produto. É comparável, digamos, à União Soviética e aos Estados Unidos, que são países continentais, como nós somos. Se eu comparo com a Alemanha, a França ou a Itália, 35 a 40% do seu produto são exportados. O caso do Japão é ainda mais sério.

O crescimento estimado no Brasil é +5%: a Agricultura, não há mais dúvida alguma, já cresceu 12% em relação ao ano passado. A pecuária deve crescer em torno de 6%. A Indústria, nós estamos estimando que, na média, crescerá 4%. Com estes números, o Brasil crescerá 5%. Ou seja: nós estamos absolutamente longe de qualquer recessão. Nós estamos ajustando nossa economia; eu ousaria dizer, tão bem ou melhor do que estão ajustando os outros países.

Como, porém, podemos voltar a crescer a taxas ainda maiores?

Voltar a crescer significa eliminar o constrangimento externo. Nós só pode-

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL

— Acumulado em 12 Meses —
1980/1981

ESTADOS E REGIÕES	DEZ/80	JAN/81	FEV/81	MAR/81
Rio de Janeiro	3,9	4,6	4,4	3,5
Minas Gerais	7,5	8,1	6,4	5,4
São Paulo	7,4	6,9	6,0	4,2
Rio Grande do Sul	6,9	7,1	7,1	5,8
Região Nordeste	2,4	3,4	4,6	6,0
Brasil	7,6	7,3	6,6	5,3

FONTE: FIBGE

mos voltar a crescer, realmente, ampliando as exportações e ampliando a produção nos setores menos exigentes de importações. E o setor menos exigente de importações é a Agricultura. É por isso que as Exportações e a Agricultura são os dois setores de apoio da política econômica, além do programa de substituição energética, que é o programa economizador de divisas.

Se nós não tivermos sucesso na ampliação das exportações, no nosso programa energético e na utilização de setores menos exigentes de importação, nós não poderemos voltar a crescer, sob pena de o balanço de pagamentos se comportar de forma perversa e de fato impedir o crescimento.

Portanto, a independência reside em eliminar o constrangimento externo; a independência reside em produzir efetivamente para eliminar o constrangimento externo! Se nós fizermos isso, nós voltaremos a crescer, voltaremos a dar o emprego que os nossos patrícios precisam, mais do que tudo. Nós só podemos voltar a crescer aceleradamente se tivermos sucesso no nosso programa de superação das dificuldades do balanço de pagamentos. E isso nós estamos tendo. Com todas as dificuldades, com todas as atribuições, nós estamos tendo um sucesso bastante importante na solução do nosso problema externo. E é por isso que eu tenho a certeza de que uma vez superada essa fase de ajustamento da atividade industrial — fase de ajustamento produzida basicamente porque nós tivemos uma enorme redução de estoques — nós vamos começar, de novo, a aumentar o nosso nível de atividade. Tão logo tenhamos as condições de superar o constrangimento externo, nós voltaremos a crescer aceleradamente.

O Brasil não pode viver com taxas de crescimento pequenas, porque tem que absorver essa população jovem economicamente ativa que está crescendo. E o Brasil vai absorver essa população.

O Brasil tem recursos, o Brasil tem condições de fazê-lo, tem uma sociedade razoavelmente organizada, e eu estou absolutamente convencido, depois desta fase de ajustamento — que é necessária, que é fundamental — que nós vamos voltar a crescer aceleradamente, e já ajustados a um novo Mundo, já ajustados a um Mundo que terá superado esse problema dramático, que foram os dois choques do petróleo.

E eu tenho certeza, também, que estamos no caminho da solução dos nossos problemas.

Tivemos um sucesso inegável na política externa; tivemos um sucesso inegável na política de substituição de importações; e vamos conseguir um sucesso razoável na política de combate à inflação; e vamos voltar a crescer.

Agora, o que é impossível é imaginar que estas coisas aconteçam por milagre.

Está "assim de gente" vendendo leigo azul, dizendo que, realmente, existe o desenvolvimento sem lágrimas. Não existe!

Não há nenhuma forma de fazer o desenvolvimento, a não ser trabalhando duro e entendendo o que está se passando. Não será o truque ideológico que vai fazer este País crescer.

Este País só vai crescer se nós nos convencermos de que o que há de fundamental é o trabalho.

Se fizermos isso, como todos temos feito, eu não tenho a menor dúvida, vamos emergir desta crise em condições muito melhores.

Muito obrigado.

Primeiro Debatedor: — Se a Agricultura é a grande base que sustenta as exportações brasileiras, por que a ênfase nas exportações industriais, onde nossos concorrentes são mais tradicionais, competentes e sólidos? É válido querer deixar de ser o Brasil — com seu potencial agrícola invejável — o grande fornecedor mundial de alimentos?

Resposta: — Essa pergunta é interessante e ajuda a esclarecer alguns aspectos que ficaram à margem da exposição. Nós temos dado toda ênfase à exportação agrícola. Poderíamos exportar uns 12 bilhões de dólares de produtos agrícolas, mais ou menos metade de todas as nossas exportações. Mas os preços dos produtos agrícolas caíram violentamente no mercado mundial, de modo que o que vai sustentar as exportações este ano será basicamente a exportação industrial.

No café, estamos com um preço em torno de 90 centavos. O cacau caiu brutalmente; o açúcar caiu violentemente, e a soja caiu também um pouco. De forma que, neste ano, vamos exportar mais e realmente obter um rendimento menor na Agricultura.

A exportação de produtos agrícolas recebe do Governo todo apoio. Exatamente a exportação de produtos industriais é mais delicada, mais difícil. É que o produto industrial recebe aparentemente maior suporte, mas não existe limite de crédito para a exportação agrícola.

Uma coisa importante é saber que nos últimos doze meses praticamente não tivemos excedentes exportáveis. Este ano é a primeira vez que nós vamos ter algum excedente exportável e ainda assim não vamos ter todos os excedentes exportáveis que desejávamos. Mas não

há nenhuma restrição à exportação de produtos agrícolas.

Segundo Debatedor: — Sr. Ministro, V. Exa. declarou e demonstrou que o reajuste semestral era justo. Mas, por que essa justiça só é aplicada aos que trabalham para as empresas privadas? Por que o Governo não tem a mesma obrigação se o aumento do custo-de-vida, evidentemente, é o mesmo também para os funcionários públicos?

Resposta: — Eu acho o seguinte. Justo, realmente, era pagar 12 salários para todo mundo. Simplesmente há coisas que são justas, mas não são praticáveis. O que é que nós podemos fazer? Isto é um fato da vida.

Há, simplesmente, uma impossibilidade física. Não discuto e acho que realmente seria justo; simplesmente não pode ser feito.

De novo, se me permitirem elaborar um pouquinho, há um problema fundamental que é o seguinte:

O Governo não cria recursos; o máximo que o Governo faz é tomar recursos de um lado e aplicar do outro e no caminho ele consome um pouco. De forma que o Governo não consegue criar nada. Se alguém disser: "O Governo tem que pagar o salário semestral", está bem. O que ele está dizendo é o seguinte: "A Sociedade tem que se conformar com um imposto maior". A Sociedade é que não se conforma com isso. As pessoas imaginam que, em Brasília, se possam criar recursos. É um dos inconvenientes de a gente ter ido tão longe. Aqui no Rio ninguém imaginava isso. Mas, como nós estamos muito longe, o sujeito diz: "Não, o cara não dá porque não quer".

Não é verdade. O Governo não cria recurso algum. O Governo só consome. O Governo toma recursos de um lado e aplica no outro. Ele não tem como fazer

mos voltar a crescer, realmente, ampliando as exportações e ampliando a produção nos setores menos exigentes de importações. E o setor menos exigente de importações é a Agricultura. É por isso que as Exportações e a Agricultura são os dois setores de apoio da política econômica, além do programa de substituição energética, que é o programa economizador de divisas.

Se nós não tivermos sucesso na ampliação das exportações, no nosso programa energético e na utilização de setores menos exigentes de importação, nós não poderemos voltar a crescer, sob pena de o balanço de pagamentos se comportar de forma perversa e de fato impedir o crescimento.

Portanto, a independência reside em eliminar o constrangimento externo; a independência reside em produzir efetivamente para eliminar o constrangimento externo! Se nós fizermos isso, nós voltaremos a crescer, voltaremos a dar o emprego que os nossos patrícios precisam, mais do que tudo. Nós só podemos voltar a crescer aceleradamente se tivermos sucesso no nosso programa de superação das dificuldades do balanço de pagamentos. E isso nós estamos tendo. Com todas as dificuldades, com todas as atribulações, nós estamos tendo um sucesso bastante importante na solução do nosso problema externo. E é por isso que eu tenho a certeza de que uma vez superada essa fase de ajustamento da atividade industrial — fase de ajustamento produzida basicamente porque nós tivemos uma enorme redução de estoques — nós vamos começar, de novo, a aumentar o nosso nível de atividade. Tão logo tenhamos as condições de superar o constrangimento externo, nós voltaremos a crescer aceleradamente.

O Brasil não pode viver com taxas de crescimento pequenas, porque tem que absorver essa população jovem economicamente ativa que está crescendo. E o Brasil vai absorver essa população.

O Brasil tem recursos, o Brasil tem condições de fazê-lo, tem uma sociedade razoavelmente organizada, e eu estou absolutamente convencido, depois desta fase de ajustamento — que é necessária, que é fundamental — que nós vamos voltar a crescer aceleradamente, e já ajustados a um novo Mundo, já ajustados a um Mundo que terá superado esse problema dramático, que foram os dois choques do petróleo.

E eu tenho certeza, também, que estamos no caminho da solução dos nossos problemas.

Tivemos um sucesso inegável na política externa; tivemos um sucesso inegável na política de substituição de importações; e vamos conseguir um sucesso razoável na política de combate à inflação; e vamos voltar a crescer.

Agora, o que é impossível é imaginar que estas coisas aconteçam por milagre.

Está "assim de gente" vendendo liguinho azul, dizendo que, realmente, existe o desenvolvimento sem lágrimas. Não existe!

Não há nenhuma forma de fazer o desenvolvimento, a não ser trabalhando duro e entendendo o que está se passando. Não será o truque ideológico que vai fazer este País crescer.

Este País só vai crescer se nós nos convencermos de que o que há de fundamental é o trabalho.

Se fizermos isso, como todos temos feito, eu não tenho a menor dúvida, vamos emergir desta crise em condições muito melhores.

Muito obrigado.

Primeiro Debatedor: — Se a Agricultura é a grande base que sustenta as exportações brasileiras, por que a ênfase nas exportações industriais, onde nossos concorrentes são mais tradicionais, competentes e sólidos? É válido querer deixar de ser o Brasil — com seu potencial agrícola invejável — o grande fornecedor mundial de alimentos?

Resposta: — Essa pergunta é interessante e ajuda a esclarecer alguns aspectos que ficaram à margem da exposição. Nós temos dado toda ênfase à exportação agrícola. Poderíamos exportar uns 12 bilhões de dólares de produtos agrícolas, mais ou menos metade de todas as nossas exportações. Mas os preços dos produtos agrícolas caíram violentamente no mercado mundial, de modo que o que vai sustentar as exportações este ano será basicamente a exportação industrial.

No café, estamos com um preço em torno de 90 centavos. O cacau caiu brutalmente; o açúcar caiu violentamente, e a soja caiu também um pouco. De forma que, neste ano, vamos exportar mais e realmente obter um rendimento menor na Agricultura.

A exportação de produtos agrícolas recebe do Governo todo apoio. Exatamente a exportação de produtos industriais é mais delicada, mais difícil. É que o produto industrial recebe aparentemente maior suporte, mas não existe limite de crédito para a exportação agrícola.

Uma coisa importante é saber que nos últimos doze meses praticamente não tivemos excedentes exportáveis. Este ano é a primeira vez que nós vamos ter algum excedente exportável e ainda assim não vamos ter todos os excedentes exportáveis que desejariam. Mas não

há nenhuma restrição à exportação de produtos agrícolas.

Segundo Debatedor: — Sr. Ministro, V. Exa. declarou e demonstrou que o reajuste semestral era justo. Mas, por que essa justiça só é aplicada aos que trabalham para as empresas privadas? Por que o Governo não tem a mesma obrigação se o aumento do custo-de-vida, evidentemente, é o mesmo também para os funcionários públicos?

Resposta: — Eu acho o seguinte. Justo, realmente, era pagar 12 salários para todo mundo. Simplesmente há coisas que são justas, mas não são praticáveis. O que é que nós podemos fazer? Isto é um fato da vida.

Há, simplesmente, uma impossibilidade física. Não discuto e acho que realmente seria justo; simplesmente não pode ser feito.

De novo, se me permitirem elaborar um pouquinho, há um problema fundamental que é o seguinte:

O Governo não cria recursos; o máximo que o Governo faz é tomar recursos de um lado e aplicar do outro e no caminho ele consome um pouco. De forma que o Governo não consegue criar nada. Se alguém disser: "O Governo tem que pagar o salário semestral", está bem. O que ele está dizendo é o seguinte: "A Sociedade tem que se conformar com um imposto maior". A Sociedade é que não se conforma com isso. As pessoas imaginam que, em Brasília, se possam criar recursos. É um dos inconvenientes de a gente ter ido tão longe. Aqui no Rio ninguém imaginava isso. Mas, como nós estamos muito longe, o sujeito diz: "Não, o cara não dá porque não quer".

Não é verdade. O Governo não cria recurso algum. O Governo só consome. O Governo toma recursos de um lado e aplica no outro. Ele não tem como fazer

diferente. Mesmo para o programa de substituição de energia, o Governo só tem os recursos quando tributa.

Eu acho o seguinte: a questão é justa, mas é uma questão que, no caso, não pode ser atendida, simplesmente porque a Sociedade não está disposta a pagar o imposto necessário para fazer os dois ajustes.

Eu sou suspeito, porém. Não sei. Quem sabe se a gente cobrasse, dava certo. Mas eu suspeito que não dá, não.

Terceiro Debatedor: — A um Comandante ou Administrador militar, obrigado à prestação de contas mensal, jamais é possível admitir o não cumprimento pontual dos encargos sociais das pessoas sob suas ordens e nem a contratação de qualquer obra, serviço ou aquisição, sem a correspondente disponibilidade de recursos. Daí a pergunta: Como é possível explicar a grande dívida da União para com a Previdência Social e empresas privadas? Esse provável "rolamento da dívida" não será um gerador de efeitos sociais perversos e um obstáculo ao desenvolvimento nacional?

Resposta: — Certamente é. Vamos explicar um pouco isso. Como foi possível acumular essa dívida?

Uma das vantagens de discutir o orçamento das Forças Armadas é que no começo todo mundo briga por mais recursos, mas depois que acertou ninguém mais ouve falar no assunto. Eles se arrumam lá dentro, não vêm mais pedir.

Agora, no caso dos órgãos civis, que são o grande problema, quase nenhum deles faz orçamento para cumprir. Todo mundo faz orçamento da seguinte forma:

O que é prioritário?

Prioritário é Tucuruí.

O que não é prioritário?

Resposta: X, Y, Z...

Então, faz o orçamento com o que não é prioritário e depois, pede mais recursos "para não paralisar o prioritário". Essa é uma técnica antiga praticada com mais freqüência do que a gente imagina. Aos poucos você vai detectando e corrigindo.

O mais grave é que o sujeito não tem restrição de caixa. Ele aceita que o empreiteiro vá tocando a obra pensando que, no fim, o dinheiro aparece. Só há dívida porque há esta manobra entre o administrador e o empreiteiro, para fazer a dívida. Vamos imaginar que se punisse isso com ferocidade: o Governo acabava. E não é só este Governo. Qualquer governo...

Posso garantir que nós caminhamos para o controle. O Presidente Figueiredo introduziu o controle das empresas estatais e não abre mão de acabar com esse tipo de calote oficial.

Acontecem as pressões mais incríveis. Há uma verba, digamos, de 200, mas só tem 50. Dá os 50. Diz então que ele está calculando a inflação em 30%, por isso deu 50. Mas a inflação é de 120%, logo, tenho direito ao restante.

Os exageros de gastos com Pessoal também são enormes. Estamos tentando pôr isso também em ordem; não é coisa nova, é uma coisa que tem muito a ver com a inflação brasileira.

Você tem razão. Isto é mais um produto da inflação e um grande causador do desequilíbrio social. Como o orçamento é feito em cruzeiros, as pessoas não se conformam, querem um orçamento feito em bases físicas. Então dizem: "Vamos desviar o rio em tal dia; se isso não ocorrer, o rio vai inundar, vai destruir." A história é sempre assim. Se tem dinheiro ou não, a coisa é com o Delfim. Sempre faltam 5% para terminar

a obra... "Se isso não for feito será uma desgraça".

Estão sempre faltando 5%, mas foi assim que chegamos aonde chegamos; mas é preciso corrigir.

Demos um grande avanço nesse controle e estaremos dando um avanço muito maior nos próximos anos.

Vou dar um exemplo: devíamos 120 bilhões de cruzeiros no mês de outubro de 1980. Terminamos o ano devendo 120 bilhões. O Presidente ordenou que no orçamento se cancelassem operações correspondentes a 120 bilhões, para pagar esta dívida.

De fato nós pagamos a dívida. Só que ainda temos os 120 bilhões de dívida. Agora, diz-se que a inflação foi de 100% e a dívida cresceu. De fato a dívida diminuiu, mas o fato de pagar todas as dívidas foi insuficiente para fechar o buraco. Estou convencido de que vamos terminar o ano devendo muito menos e entrar em ordem.

Quarto Debatedor: — Nossa pergunta refere-se a dois aspectos estudados nesta Casa, referentes ao campo psico-social, integração social e participação. Produzir mais e poupar, eis a saída. Não há como se refutar esse receituário e tudo o mais que dele decorre, nesta ou em qualquer outra conjuntura, principalmente nesta. Afinal, o objetivo maior é gerar empregos. Mas não é possível deixar de observar o paradoxo: este é um País pobre, e muitos pobres marginalizados, segundo alguns, no próprio processo produtivo.

Todavia, é um País rico, de imensa riqueza potencial, ávido de trabalho, ainda que carente de capital. Da ausência de receitas alternativas conclui-se que muitos pobres neste País potencialmente rico terão que esperar sua hora e vez.

Excelência, teríamos de inexoravelmente conviver, neste interregno, para alguns, com a lacônica afirmação de Malthus, "o pobre é a causa de sua própria pobreza?"

Resposta: — Não, necessariamente. Malthus sempre estava se referindo a isto porque tinha muitos filhos. Certamente, a minha posição é oposta.

Qual é, realmente, a causa dessa pobreza?

A causa dessa pobreza é a causa que o senhor enunciou na sua primeira fase, a de que este é um País pobre. Por que é que nós não podemos mobilizar todos os nossos recursos?

Porque não temos capital para mobilizar esses recursos.

Como é possível produzir esse capital?

Exige tempo.

O que esse processo exige mais?

Produzir mais, como o senhor disse muito bem no começo... Exige que amplie a taxa de formação de poupança, e com isto se vai mobilizando cada vez mais gente.

Também, não.

No Brasil, se tem certamente no Nordeste segmentos abaixo da pobreza absoluta. No resto do País, não há nenhuma necessidade de isso acontecer, a não ser quando o sujeito se acumula na periferia das cidades; quando ele realmente sai do campo, o que é um outro problema importante.

Existe um modelo alternativo? Existe alguma forma de fazer uma mobilização mais rápida?

Eu creio que não.

Significa que essas pessoas vão viver abaixo do nível de pobreza absoluta?

O emprego no campo está aumentando, porém. Não está diminuindo. O emprego no campo continua aumentando.

com uma certa rapidez. Basta ver como crescem as taxas de salário no campo.

Essa acumulação em torno da cidade, que gera esse problema de pobreza absoluta, honestamente, qualquer que seja o mecanismo, a sua correção toma um tempo. E nós estamos correndo contra o tempo. Se se olhar o Brasil, nós progredimos enormemente nesses últimos 20 anos. Mas, mesmo assim, ainda ficou uma boa quantidade de gente fora do mercado organizado, e esta gente vai ter que ser absorvida aos poucos. O drama é que, se a taxa de crescimento for menor, a velocidade de absorção será também menor. E é por isso que eu volto a insistir. Nós não temos outra saída. Nós temos que nos libertar da restrição imposta pelo balanço de pagamentos para poder voltar a crescer. Se nós não fizermos isto, realmente nós não resolveremos nenhum dos problemas mais importantes do País. E acho que não tem outra forma.

Quinto Debatedor: — Desde a sua criação, em outubro de 1979, que a SEST vem adequando os orçamentos das empresas estatais às disponibilidades financeiras do momento, aliás com nossos aplausos. Porém, é do conhecimento público que esses cortes vêm repercutindo diretamente nos Programas de Proteção Ambiental dessas estatais. Podemos citar o exemplo da Petrobrás-Reduc, que alega a suspensão das obras devido a esses cortes. Por outro lado, o Governo, através do Ministério do Interior, vem empregando enormes quantias para melhoria da qualidade de vida das populações daquela mesma área. Ora, a suspensão das obras da Reduc reflete diretamente na qualidade de vida da área. Assim, pergunto: Não poderia V. Exceléncia recomendar a SEST de forma que fossem respeitados os orçamentos de

proteção ambiental pelo menos proporcionalmente?

Resposta: — Eu acho que é isso uma questão importante, mas não se pode resolver através da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais — SEST.

O Ministério do Interior tem por tarefa e obrigação conservar o meio ambiente e aplica recursos nisso. Acho que, no caso, é talvez melhor integrar o trabalho da Petrobrás com o do Ministério do Interior, de tal forma que possa a Petrobrás encontrar maior equilíbrio.

Não é possível à SEST chegar aos detalhes desta ordem, o que tira a liberdade do administrador. A proteção do meio ambiente depende também do nível de sensibilidade do administrador.

Não acredito que a Petrobrás faça uma obra violando as normas da Secretaria Especial do Meio Ambiente. Talvez os limites da obra não sejam adequados, suficientes, mas não acredito que as normas da SEMA sejam violadas.

Sexto Debatedor: — Considera V. Exceléncia importante e até necessário garantir a entrada de recursos externos como empréstimo? Pergunta-se: como se situam aqueles que assim agem, diante de uma maxidesvalorização?

Resposta: — Essa questão é a seguinte. Cada um torma os seus riscos.

Quando há um risco de maxi, todo mundo tenta se defender, todo mundo tenta escapar desse processo. Hoje, não há mais esse risco, como não houve durante anos seguidos.

Quando há uma maxidesvalorização, algumas pessoas realmente sofrem, têm dificuldades. Nós fizemos uma maxi de 30% faz um ano e 5 meses e algumas pessoas sofreram; mas, quando realmente a situação era crítica, foram auxiliadas pelo Governo, e estão hoje tomando

recursos externos normalmente. Mesmo porque se tem uma vantagem ao longo do ano nessa tomada de recursos. Normalmente, o recurso externo é mais barato do que o recurso que se conseguia até internamente. Agora, não há como proteger isso. Eu acredito, realmente, que a taxa está de tal forma ajustada, que não há nenhuma razão para pensar nisso, mas não há seguro contra isso.

Sétimo Debatedor: — Quais as principais consequências provocadas pela internacionalização da economia na segurança do País?

Resposta: — Acho muito positivas. Na medida em que a economia começa a crescer, o que se chama internacionalização? É exportar mais? Esta é uma das coisas mais inteligentes que um país pode fazer, pois aumenta a eficiência da economia, e permite que ela cresça mais depressa.

Nada mais favorável à segurança nacional do que isso.

Oitavo Debatedor: — Excelência, na mesma linha da pergunta anterior, eu lhe pediria para dissertar sobre a influência da internacionalização da economia na segurança e no desenvolvimento nacionais.

Resposta: — Vamos pensar duas coisas.

Primeiro, vamos pensar no problema das exportações e depois vamos pensar no tal capital estrangeiro, capital estrangeiro que está trabalhando aqui no Brasil.

No problema de exportação, é óbvio que a internacionalização tanto é fundamental, como absolutamente necessária. Nenhum país realmente desenvolvido deixa de ter um segmento de comércio exterior também desenvolvido. Nem as economias mais fechadas do Mundo.

Você pega uma economia como a americana, tem 4% ou 5% do seu Produto como exportação, só que tem US\$ 3 trilhões de Produto. Esta é a "pequena diferença". São economias continentais, como o Brasil. O Brasil tem 8% de sua produção exportável. E é muito pouco. Devia ser um pouquinho mais, eu acho.

De forma que, na exportação, você só tem vantagens. Primeiro, aumenta a eficiência da economia — este é o ponto chave — não há nada mais dramático para o crescimento do que o cartório. Não há nada mais dramático que o cartório. Isto é, você entregar o mercado nacional sem estabelecer um nível de competição.

Então, eu acho que, nesse ponto-de-vista, é muito interessante e muito próprio.

Do ponto-de-vista do capital estrangeiro, eu diria que não tem o menor risco. Por que? O Brasil é um dos países onde há o maior controle do mundo. O sujeito não consegue entrar com um dólar sem registrar no Banco Central; não consegue sair com um dólar sem registrar no Banco Central; não tem crédito a não ser com a interveniência do Governo; não tem o menor incentivo para instalar uma indústria sem obter uma licença do CDI; não tem condições de fazer absolutamente nada, sem receber a cada instante um carimbo do Governo. É até um milagre que os "tipos" venham aqui trabalhar. Quanto aos lucros: eles têm bons lucros. E, para onde é que vai esse lucro?

Aqui vamos discutir algumas das teses:

"Ah! Eles remetem como lucro muito mais do que o capital que eles internalizam."

Será que esse raciocínio é verdadeiro?

Esse raciocínio confunde uma repre-
sa com um rio: o capital é o estoque; o
lucro é o fluxo. Normalmente, quando
ele remete 8% do lucro, que é a média
que se remete aqui, o que é que ele ge-
rou internamente em termos de ativi-
dade econômica? Ou em termos de paga-
mento de salário? Em termos de paga-
mento de juros? Em termos de pagamen-
to de aluguéis? Em termos de pagamen-
to de tudo que ficou aqui dentro?

Noventa e dois por cento do que foi
produzido ficaram aqui dentro.

Qual é o mal que 8% vão lá para fo-
ra?

Eu não estou produzindo os 100?

Se eu tivesse capital, eu diria o se-
guinte: "Eu tenho capital e posso dis-
pensar o estrangeiro"; está bem, é uma
questão de gosto. Agora, nós não temos
nada. Nós não temos capital; e preci-
samos do mercado. Frequentemente nós
ficamos preocupados com o fato de que
o sujeito traz capital, traz a tecnologia,
que nós nos apropriamos dela, e traz o
mercado. É óbvio que seria muito ele-
gante se nós pudéssemos fazer um de-
senvolvimento sem nenhuma participa-
ção externa. É óbvio. Seria muito inte-
ressante.

Mas nós não podemos fazer isso.

Não podemos por muitos motivos.

Primeiro porque, se nós tivéssemos
condições de fazer isso, levaríamos cer-
tamente 20 vezes mais tempo do que es-
tamos levando.

Segundo, é que o capital estrangeiro
não causa a menor ameaça ao poder na-
cional. Nem a mais forte corporação do
Mundo tem a menor possibilidade de en-
frentar o poder nacional brasileiro. Pega
a General Motors. Um piparote do Go-
verno e está completamente inerte.

A minha impressão é de que nós não
precisamos ter medo disso. Essa interna-

nacionalização... Quando você fala "in-
ternacionalização", o nome é tão feio
que já causa um certo medo. Agora,
quando você pensa nesse negócio, não
acontece nada. E eu estou absolutamen-
te convencido de que, apesar do pala-
vrão, é uma coisa útil.

Nono Debatedor: — V. Exceléncia
acredita que seja possível debelar uma
inflação de 3 dígitos sem que a socieda-
de se conscientize que o processo é do-
loroso? Em não acreditando, a mini-
mização dos sacrifícios poderia ser feita pe-
la distribuição discriminada do ônus en-
tre as classes sócio-econômicas que mais
fôlego têm para suportá-lo? A política
monetária anti-inflacionária, aparente-
mente sob controle, tem efeitos pratica-
mente uniformes sobre as diferentes
classes econômicas. A política fiscal po-
de ter, entretanto, através de taxação e
gastos públicos, quaisquer efeitos que se
queira em termos de distribuição do in-
vitável sacrifício social. O Exmo. Sr. Mi-
nistro da Fazenda explicou satisfatori-
amente, ontem, nesta Escola, nosso con-
trole monetário anti-inflacionário. O que
se faz, em termos de política fiscal
anti-inflacionária, para a distribuição do
ônus social dessa política segundo a ca-
pacidade de cada um de suportá-lo?

Resposta: — A distribuição do ônus
fiscal se faz basicamente através do Im-
posto de Renda. É possível imaginar a
questão que se está querendo levantar:

É que se imagina que a taxação do
capital é muito menor do que a taxação
do trabalho. Isto não é verdade. O capi-
tal é tributado duas vezes.

Poderia, eventualmente, haver um
processo de tributação mais intenso pa-
ra a classe de renda mais elevada, que já
é bastante elevada no Brasil.

Poderíamos, também, argumentar.

É elevada, mas há formas de escape. Há. Mas estão diminuindo. Temos hoje uma margem de tributação equivalente a qualquer país desenvolvido.

O que é importante é o seguinte: onde se terá capacidade de tributar? Teria que ser, por exemplo, o consumo supérfluo.

Mas, para o consumo supérfluo a taxação é gigantesca. O IPI, que é um imposto indireto, o imposto de renda para nível mais alto de renda, os que ganham talvez 350 mil cruzeiros por mês, pagam realmente 30% de sua renda como imposto.

O inconveniente é que se ganha 350 mil cruzeiros e se é um proprietário de indústria, debita uma série de gastos no custo da indústria. Ele tem, realmente, uma série de benefícios que não aparece na forma de salários, não sendo tributáveis.

De fato é benefício que está recebendo: carro, motorista, às vezes aluga casa pela empresa, mas isso está sendo corrigido e o Imposto de Renda não deixa mais acontecer coisas como essa.

É possível imaginar que o sistema tributário pudesse ser mais pesado. Por exemplo, imposto sobre capital, coisa que não funciona, porque é difícil arrecadar, extremamente difícil de controlar.

Acho mais eficaz um Imposto de Renda inteligente do que um imposto sobre o capital.

Décimo Debatedor: — Sr. Ministro, qual o planejamento de V. Excelência na área da Agricultura?

Décimo-Primeiro Debatedor: — Sendo o café um dos produtos de maior importância para a nossa pauta de exportação, quais serão as perspectivas para uma nova política do café?

Décimo-Segundo Debatedor: — Sr. Ministro, como sugestão de prioridade para substituição de petróleo, eu gostaria de lembrar a necessidade de dar maior rapidez ao projeto de irrigação na área de Campos, no Norte-Fluminense, para poder aumentar rapidamente a produção de álcool naquela área, já que as destilarias já estão instaladas e subutilizadas.

Resposta: — Eu vou responder pela ordem em que elas foram feitas.

Não há propriamente um planejamento sobre a Agricultura. O que existe é uma política agrícola, que é apoiada basicamente numa política de preços mínimos e numa facilidade de crédito ao agricultor. O que o agricultor planta depende exclusivamente dele. É ele quem avalia os riscos do plantio; ele é quem avalia se vale a pena plantar soja ou arroz; ele é quem deve decidir se vale a pena plantar milho ou plantar feijão; ele deve ter os seus indicadores e imaginar o que dá mais lucro: feijão, arroz, soja, etc.

Nesse campo, o Governo simplesmente fixa os preços mínimos e dá facilidades de crédito, dá a garantia de compra: tudo o que ele produzir é comprado ao preço mínimo, que é garantido. De forma que o Governo se limita, na Agricultura, a esse tipo de intervenção. O Governo não planeja quanto vamos produzir de arroz. O que determina quanto nós vamos produzir de arroz, no fundo, é o custo do arroz e o custo de produzir arroz. Quando está dando lucro arroz, no ano seguinte se produz bastante arroz. E assim por diante.

O que se poderia dizer é o seguinte: "Isso é um critério errático, a produção vai flutuar".

A produção agrícola flutua em todo o Mundo. E não há como, realmente, o

Governo correr o risco de dizer o que plantar. Porque, se o Governo disser: "Eu quero que você plante isso", ele realmente tomou o risco e tem depois que arcar com as consequências. É fundamental que cada um saiba que, na Sociedade em que nós vivemos, a gente tem que se manter com a responsabilidade do que a gente está fazendo. Nós não podemos, realmente, assumir a responsabilidade quanto aos produtores. O Governo não faz isso. O Governo dá suportes, financia o plantio, garante a safra, facilita o crédito. Nada mais do que isso.

No caso do café, o problema é diferente. No caso do café, você tem uma intervenção estatal que começou praticamente em 1906, com o Convênio de Taubaté, e o Governo está acostumado a arcar, mexendo nesse mecanismo. No caso do café, o Governo faz tudo. O Governo estimula o plantio através de crédito subsidiado, o Governo dá um excedente. A política de café, infelizmente, eu não posso dizer qual vai ser. Você vai ter que esperar até as próximas semanas.

Quanto ao caso de Campos, acho que você tem toda a razão. Campos é um caso típico em que você já tem toda a estrutura instalada, mas falta realmente a produção de cana. Por alguma razão misteriosa, são 7 anos seguidos de seca, e eu suspeito, realmente, que Cristo está querendo se vingar dos antigos senhores de engenho, porque não é possível impor 7 anos de seca. Isto deve ter um simbolismo próprio, que nós não esclarecemos ainda. Mas, de qualquer jeito, o Governo está dando apoio e vai sair rapidamente, dependendo só de esclarecer uma diferença no orçamento da Cooperativa e no do Ministério do Interior. É uma diferença tão grande, realmente,

que nós vamos ficar com o Ministério do Interior...

Décimo-Terceiro Debatedor: — Quando enfrentamos uma crise de alimentos, o Brasil se voltou fortemente para a Agricultura. Em face de uma crise de Balanço de Pagamentos, nos voltamos para as exportações. Com a crise energética, nos voltamos para a substituição de energia e economia de combustível. Ao acirramento do processo inflacionário, respondemos com o controle dos gastos públicos, política monetária mais restrita e restrição do crédito, com exceção para a Agricultura e exportação. São políticas eminentemente pragmáticas, mas consistentes com as prioridades estabelecidas nas Diretrizes Governamentais. Neste contexto de um Mundo turbulento, em que a economia brasileira sofre tremendas transformações, não acha V. Excelência que se torna secundário, ou mesmo impróprio, falar-se em Modelo Econômico Brasileiro, termo muito usado pelos críticos à política econômica dos últimos anos?

Resposta: — Não aprovo esse termo "Modelo Econômico".

Mudar "modelo" virou um slogan porque é muito mais fácil fazer política inventando coisas que não significam nada. Nada mais agradável do que isso.

O Governo não tem modelo nenhum. O Brasil não tem originalidade nenhuma, não somos um país original. O Brasil é um caso comum de um país em vias de desenvolvimento, com todos os equívocos dos países em "vias de desenvolvimento"; nada de especial.

A inflação brasileira é ordinariamente como qualquer caso de inflação. Qualquer livro de texto esclarece isso.

O problema da balança de pagamentos é o mesmo na Itália, França, Alemanha; não tem nenhuma originalidade.

Nós temos possibilidade de superar algumas dessas dificuldades através da produção interna de energia. Em termos de álcool, temos um substituto razoável e o nosso carvão é pobre, mas é um substituto razoável do óleo combustível. Temos, possivelmente, óleos vegetais que poderiam, em caso de guerra, por uma questão de segurança, ou em caso de dificuldade maior, substituir o óleo diesel. Mas ninguém vai usar agora óleo vegetal para substituir o diesel. O óleo vegetal custa 500 dólares a tonelada, enquanto o diesel mais caro custa 130 dólares a tonelada.

Não temos nenhuma peculiaridade. Dizer que o caso brasileiro é um caso típico, que vai ser estudado por todo o Mundo, não tem sentido. É um caso para qualquer rodapé de livro-texto.

Temos de nos convencer disso. Inventar modelos só dá confusão. Queremos ser originais e o exercício da originalidade não paga a pena. O Mundo já fez todos os erros que nós já fizemos e estamos por fazer. O que paga a pena é olhar o que os outros fizeram.

O senhor tem razão. Não há modelo brasileiro nenhum, nem há modelo de desenvolvimento. O caso é olhar o Mundo inteiro, as coisas mais antagônicas; por exemplo, nada mais antagônico que a China, onde há problema de inflação, de meios de pagamento etc. Onde ajustar o problema da inflação vai desempregar 20 milhões de pessoas. Não há nada de diferente, não há realmente nada que caracterize o Brasil como um caso especial.

Décimo-Quarto Debatedor: — Sr. Ministro, dentre as metas propugnadas pelo 3º PND, estão, prioritariamente, os programas de alcance social, visando entre outros a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Um outro programa importante do Governo é a política de diminuição de energéticos importados, mediante maior exploração de alternativas energéticas nacionais.

Pergunto a V. Excelência da viabilidade de um tratamento diferente para o Nordeste mediante a concessão, sem restrições, de recursos para programas de infra-estrutura, como por exemplo maior liberação de investimentos dos programas de geração hidrelétrica, como Itaparica e Xingó, obras cujo alcance atendem ao social e ao político-energético.

Resposta: — Primeiro, eu acho o seguinte. Há um tratamento fortemente diferenciado para o Nordeste. Todo o sistema de concessão de crédito é diferenciado; todo o sistema de apoio aos investimentos no Nordeste é diferenciado, com taxas muito inferiores.

Pode-se dizer o seguinte: "Isso não é suficiente".

Não é mesmo. Aí depende da disponibilidade de recursos.

Pegue a sua sugestão. Como é possível dizer o seguinte: "Eu dou uma conta aberta para fazer o ajustamento energético no Nordeste".

Vamos pensar, só para argumentar, em produzir álcool no Nordeste. Nós temos dado, realmente, um subsídio enorme. Está aumentando o emprego na região. Só que alguém tem que pagar o subsídio. Este ano representa 35 bilhões de cruzeiros e alguém tem que pagar isso.

Como é que pode liberar Itaparica dos controles orçamentários? Para liberar Itaparica dos controles orçamentários, tinha que parar Itaipu. E como é que começa Xingó se a prioridade de Xingó acho que é a quarta ou quinta usina, na lista de prioridades? Se fizesse-

mos isso nós estariamos atrasando o Brasil. A verdade é a seguinte: nós temos de combinar o social com o econômico na medida do possível. Se não, nós não fazemos nenhum dos dois. Ninguém faz o social sem fazer o econômico. E ninguém consegue fazer permanentemente o econômico sem fazer o social. O grande equívoco disso é pensar que são independentes. Se nós quisermos simplesmente fazer o social, nós vamos acabar não fazendo nada, nem o social, nem o econômico. Porque eu escolho as piores obras, as de mais baixa prioridade, e ponho todo o recurso nelas. Aí fica todo mundo pobre, pois não tem quem gere o excedente e quem conserve o excedente. Tem que ter alguém gerando o excedente para poder ter alguém comendo o excedente. Se não tiver alguém gerando o excedente, não tem como fazer, vai comer vento.

Então, estas são formas de colocar a questão que causam um certo impacto verbal. Quando o sujeito diz: "Tudo é economia, só se pensa na economia, se largou o social", isso causa um certo impacto. Mas isso faz muito pouca justiça a quem está praticando a política. Todo mundo sabe que é preciso combinar os dois: o social e o econômico.

Existe uma limitação: só pode fazer o social na medida em que realmente se tem disponibilidade de fazer o social. Você pode dizer: "Não, mas nós temos que dar preferência ao social".

Tem razão: concordamos com isso; agora, o que não é possível é que, para fazer o social, você escolha as obras menos prioritárias. Porque afinal não se fará nada, nem o social, nem o econômico.

Esse é um constrangimento imposto pela pobreza do País. Nós somos um País pobre. Nós não somos um País rico. O suporte que nós damos ao Nordeste é

um suporte importante. Eu duvido que exista algum país que transfira, persistentemente, recursos de uma região para outra como nós fazemos no Brasil. E muito justamente. Nós gostaríamos que fosse mais. Mas não é possível ser mais.

Vou lhe dizer mais. Hoje, somando todos os mecanismos de transferências, nós transferimos normalmente cada ano, do Sul para o Nordeste, mais recursos do que o mundo desenvolvido transfere para o mundo subdesenvolvido.

O que acontece é o seguinte: é pouco.

É pouco por que?

Veja o caso atual: nós estamos com o terceiro ano de seca no Nordeste. Três anos de seca é um negócio desastroso. Não tem o que comer, não tem quase nenhuma atividade que vá para a frente. Para manter uma atividade, por menor que seja, você tem que levar alimentos, tem que dar recursos para fazer alguma obra no local, realizar algum investimento enquanto ele não voltar a produzir alimentos. Constrói uma cacinha, faz uma cerca, enquanto se prepara para quando vier um Inverno adequado. Isso é o que tem sido feito todos esses anos, regularmente. E precisamos continuar fazendo. E eu acho que, quando for preciso, inclusive, instituiremos um imposto especial para fazer isso. Felizmente, este ano não foi preciso. E estamos fazendo esta transferência.

Agora, não é possível é imaginar que isso possa ser ilimitado. Não tem como, ainda que eu reconheça que nós temos obrigação de transferir cada vez mais para o Nordeste.

Décimo-Quinto Debatedor: — Como analisa V. Excelência o desemprego e a recessão econômica que já se apresentam no Brasil? Acredita V. Excelência

que estes gravíssimos problemas estejam sob total controle no presente momento, dentro do previsto pela política de combate à inflação? Em resumo, Sr. Ministro, as lideranças empresariais brasileiras estão apavoradas sem motivo?

Resposta: — Vamos ver se há recessão. Que é isso? Recessão seria um decréscimo de produção. Continuado, ao longo de um ano, por exemplo. Se tomarmos o período acumulado de janeiro a abril de 81 e compararmos o crescimento industrial com o do ano passado, praticamente houve estabilidade menos 0,2%. Mas se pegarmos a média dos 12 últimos meses, continuamos crescendo a 5%, como já vimos.

A indústria extrativa mineral continua crescendo a 5%.

A indústria de transformação em todo o período de quatro meses contra o mesmo período no ano passado decresceu 0,2%.

A indústria de bens de capital, durante quatro meses deste ano cresceu 0,3 mas mantém-se crescendo 5,7 ao ano.

Onde realmente esse fenômeno é mais sensível? Na indústria de bens de consumo durável. Caiu 10% no período de janeiro a abril de 1981 em relação a igual período de 1980. Mas a média dos 12 meses continua sendo um crescimento de 5,7%.

Aqui realmente há um fato básico, o da indústria de automóveis.

Vamos enfrentar o problema.

Por que caiu a venda do automóvel? Simplesmente porque o automóvel está hoje muito mais caro do que gostaríamos que estivesse. De forma que realmente estamos fazendo um progresso de economia de combustível num mecanismo onde o Mundo inteiro se ajustou. Essa é a grande verdade: o Mundo inteiro se ajustou e no ano passado a produção

de automóveis decresceu de 20% nos países industrializados.

É natural que no caso haja decréscimo, mas o importante é que se utilize o decréscimo para liquidar os estoques. E depois continuar com um nível de produção mais baixo. Produtos e bens de consumo durável de linha branca como geladeiras e tv a cores caíram um pouco. Como a taxa de juros se elevou rapidamente, todo mundo soltou os estoques. Quando ajustaram os preços, vendendo o tv a cores a 10 meses sem juros, todos venderam. Baixaram os preços, venderam.

Não há outra saída. Quem quiser vender tem de baixar os preços e é por isso que estamos brigando o tempo todo. É o caminho certo. Não há outro remédio. Podem dizer que os custos são elevados, que têm prejuízos. Nós estamos trabalhando há dezoito meses para que os preços caiam e agora que acontece não vamos, realmente, mudar a política.

Se isso ameaçar uma recessão, vamos ter de fazer alguma coisa. Mas não causa recessão nenhuma, porque a verdade é que continuamos crescendo.

Há setores onde o reajuste foi mais doloroso, houve mais dificuldade, exatamente nos setores de bens de consumo durável que são mais caros e exigem maior nível de renda.

O que podemos fazer, se a Sociedade não quer comprar, nem o Governo tem a menor intenção de comprar automóvel novo? A Sociedade não quer comprar; então como resolver o problema? Subsidiar a indústria automobilística? Como resolver o problema?

Há um descompasso entre a oferta interna e a demanda interna que vai exigir um ajuste, queiramos ou não. Só há uma forma possível: a exportação, como fazemos. Exportamos um bilhão de dó-

lares este ano, de automóveis e peças. Não podemos fazer nada mais que isso. Temos de ajustar nossa oferta interna e nossa demanda interna; não há outro caminho para isso.

Vai acontecer que construimos tudo — Tucuruí, Itaipu, Ferrovia do Aço, Açominas, etc. Há quatro meses faltava aço. Agora não se produz automóvel, tem aço para construir usinas e até mais barato.

Não me vai comover esse fato de não vender automóvel; é problemas deles, não nossos.

Eles têm de entender que o que vai acontecer é o ajustamento, queiramos ou não. Suponho que inventem um truque — compre hoje para não deixar de comprar amanhã. Eu me lembro que eles anunciaavam que era melhor ter automóvel do que caderneta de poupança. Vendiam automóvel. Agora não podem mais anunciar isso.

Décimo-Sexto Debatedor: — Sr. Ministro, eu li há pouco que um dos pontos negativos do desenvolvimento brasileiro é a imperfeição na distribuição de renda, gerando e aprofundando, com isso, os desniveis sociais e até mesmo criando bolsões de pobreza.

Eu pergunto: que medidas estão sendo tomadas ou serão tomadas para otimizar a distribuição da renda da economia nacional?

Resposta: — Honestamente seria um exagero dizer que nós temos alguma política que otimize a distribuição de rendas. Hoje, todas as políticas sofrem uma espécie de escrutínio. Elas sofrem uma espécie de peneira. Você só põe em prática uma política quando ela não piora a distribuição de renda. Realmente, está sendo feito alguma coisa fundamental em distribuição de renda: a política

salarial é certamente uma política que visou e visa ainda a uma melhoria na distribuição de renda, e que tem conseguido uma transformação na distribuição de renda importante. Basta ver o seguinte: se nós tomarmos esses índices gerais que nós estamos falando aqui, e que alguns tomam como recessão, vamos encontrar que a produção de automóveis e eletrodomésticos caiu, mas que a produção de tecidos e calçados subiu. A de alimento, também.

Pensar, realmente, que vai haver uma política de distribuição de renda seria um exagero, ainda que a gente reconheça que esse é um problema sério. A verdade é que não existe nenhum mecanismo muito eficiente de produzir uma redistribuição de renda rápida. Toda tentativa de produzir uma redistribuição de renda rápida termina apenas em inflação. Isso é uma experiência também vivida por muitos países.

De qualquer forma, eu acho o seguinte:

Deve ter havido uma melhoria de distribuição de renda razoável, depois da aplicação da política salarial.

Décimo-Sétimo Debatedor: — Senhor Ministro, poderia V. Excelência nos informar quais datas os grandes projetos como Itaipu, Tucuruí, Carajás, Ferrovia do Aço, os dois metrôs, sem falar nas termo nucleares, quando poderão ficar prontos e quais os custos de cada projeto? Será que a economia nacional tem suporte para levar esses projetos até seu final, sem incrementar ainda mais o desassego social?

Resposta: — Essa é a questão que põe o dedo realmente no problema. Embarcamos em muitos mais projetos do que podemos financiar, essa é a verdade. Estamos tentando terminá-los. Ninguém

faz mais do que pode; tentando fazer mais do que podíamos, acabamos limitando o que se faz.

Exatamente afi ocorrem as pressões violentas do serviço público. Tem que haver um espaçamento na programação das obras. Itaipu não, porque decorre de um contrato binacional e estaremos gerando energia em 1983.

Tucuruí é para 1983. Está ligada à indústria de alumínio que estamos fazendo lá, ao Programa Carajás, à necessidade de energia.

A ferrovia em Carajás, estamos tentando fazer com recursos da Vale do Rio Doce, que vai muito bem, tem algum recurso externo. A Ferrovia do Aço deve ficar pronta em dezoito meses. Quanto às usinas nucleares, estamos com um regime dentro das limitações de orçamento. Teremos a primeira produzindo brevemente, a da Westinghouse. As outras, levando 13 a 14 anos para começar a produzir.

O senhor tem toda a razão quando levanta essa questão. Realmente, nós estamos tentando mais do que podemos.

Décimo-Oitavo Debatedor: — Sr. Ministro, qual o custo patrimonial para o Brasil da garantia à entrada de recursos externos? Ou não há?

Esclareço que identifico como patrimônio, principalmente, as reservas de ouro e os recursos minerais ainda não explorados.

Resposta: — Ouro, realmente, nós temos produzido muito pouco. A entrada do capital estrangeiro aqui não altera em nada. O estrangeiro é obrigado a vender o ouro para o Banco Central, aos preços internacionais, obviamente.

No caso dos minérios, normalmente ou autorizamos a exportação de minérios porque temos um horizonte de vida

do estoque mineral de 50 ou 60 anos, ou, quando o estoque é menor, quando a vida da jazida é menor, exige-se que o produto seja industrializado internamente.

De maneira que não há motivos para temer pelo nosso patrimônio. O recurso só é recurso fora da terra. Enquanto estiver embaixo da terra, não é recurso nenhum, nem para nós, nem para eles. O que nós podemos fazer é o seguinte: Temos o manganês, do qual se exportou um pedaço; há uma mina muito grande, agora, em Carajás; calcula-se a vida útil desse minério. Eu não sei quais são os parâmetros, mas, digamos, deve ser algo parecido com 50 anos. Então, se permite exportar um pouco de minério. Se forem 20 anos, não se permite exportar. O sujeito é obrigado a manipular o minério internamente, transformar aqui em metal. É assim que se faz a política mineral.

Décimo-Nono Debatedor: — Na busca de fontes de divisas para fazer frente ao Balanço de Pagamentos, formulo a seguinte proposição: o turismo de massa é uma grande fonte de divisas. Por exemplo, a abertura dos aeroportos ao turismo externo de massa, com aparente desproteção da companhia aérea local — a IBÉRIA aumentou substancialmente a atividade na Espanha, tornando-se uma das maiores fontes de divisas daquele país.

O Brasil é hoje um dos países mais caros ao turismo de massa internacional, pelo alto custo das tarifas aéreas, mesmo para vôos charter, visando, entre outros, a manter e a proteger a nossa empresa local de transportes aéreos. A par disso, a nossa rede hoteleira, mormente no Norte e Nordeste (inclusive Salvador) tem sua ocupação muito reduzida. Não seria medida de grande alcance, para au-

mentar nossas divisas, a liberação dos aeroportos brasileiros à livre operação do turismo internacional de massa?

Resposta: — O senhor tem razão. O custo é coisa misteriosa para nós. O custo do transporte no Brasil realmente é muito mais caro do que qualquer turismo alternativo.

Mas, a abertura pura e simples para todas as companhias, não seria solução. É a minha impressão. A solução certamente seria encontrar uma fórmula de barateamento do bilhete e acho que a Embratur já teve algum sucesso nisto, porque uma das dificuldades fundamentais do turismo no Brasil é o custo do transporte.

Não conheço bem o assunto — mas essa abertura acho que sempre gera enorme confusão. Mas, de qualquer forma, o senhor tem razão quando diz que o custo do transporte é impeditivo grande para o turismo e é uma das razões por que a Embratur está tentando corrigir isso.

Vigésimo Debatedor: — Sr. Ministro, a nossa geração está passando pelo segundo estágio de elevada inflação.

A primeira, levou à Revolução de 1964, pois mudanças bruscas de valores morais também estavam envolvidas. Hoje, nesse segundo estágio, os valores morais estão se alterando lentamente por imposição de uma realidade de ter que sobreviver. Este segundo sacrifício desta geração tem momentos de profunda introspecção, originando uma série de dúvidas dentro de nós. O nosso povo sofre pelo atingimento das decisões econômicas de desenvolvimento do País, com a compra e adoção de tecnologias complicadas, num povo culturalmente não desenvolvido, isto na busca do bem-estar social e do bem comum a longo prazo.

No momento atual, a inflação aumenta, o desemprego também, criando sérios problemas na família, atingindo valores morais importantes, enquanto as multinacionais faturam cada vez mais nas ORTNs ou no *open-market*.

Eu gostaria que V. Excelência esclarecesse as seguintes dúvidas: primeira, em quais políticas e estratégias do desenvolvimento brasileiro estão inseridos o desemprego, o salário-mínimo insuficiente na satisfação de necessidades primárias de uma família, tais como alimentação, saúde, educação e também a respectiva desvalorização mensal desse salário-mínimo? Segunda, em que estratégia de desenvolvimento brasileiro está inserida a aplicação de capital das multinacionais no *open market*? Terceira, em que estratégia de desenvolvimento brasileiro está incluída a subvenção para exportação de gêneros que satisfazem às necessidades primárias e são inacessíveis ao poder aquisitivo do povo? Quarta, qual é a Nação que possui um modelo econômico com elevados indicadores de desenvolvimento e um povo subdesenvolvido? Quinta, se é consistente o desenvolvimento cuja estratégia origina como o aumento de bens de produção e belíssimas edificações, enquanto o homem é desconsiderado em seu viver diário? Sexta, se continuamos a copiar o tecnicismo e a experiência de outros povos para resolver problemas brasileiros?

Resposta: — Vamos responder por partes. Em primeiro lugar, a questão da tecnologia importada.

O brasileiro está novamente inclinado a inventar a roda.

Nós estamos permanentemente imaginando que a importação dessa tecnologia é um mal para o Brasil. Nós estamos permanentemente imaginando que a ação da multinacional é um mal para o

Brasil. Vamos pensar um pouco nesses assuntos. O Brasil é pobre. Sobre isso, eu acho que não pode haver nenhuma dúvida. A não ser alguns sonhadores, todo o Mundo há de reconhecer que o Brasil é um País pobre, carente de capital e carente de saber fazer.

Esse negócio de inventar tecnologia, de só usar tecnologia nacional é um processo que recebe um apoio imenso do Governo, mas leva anos. Vamos esclarecer uma coisa:

Qual é o mal em se importar a tecnologia estrangeira? Qual é o mal que existe nisso?

Simplesmente acelera o processo de incorporação das vantagens que o Mundo já criou. Por que razão o Brasil haveria de impedir o aproveitamento dessa tecnologia simplesmente porque ela não é nacional? Qual é a vantagem que existe, simplesmente de ter o rótulo nacional ou estrangeiro?

O que importa é a eficácia produtiva. A eficácia produtiva, e o aumento da produtividade só contribuem para resolver os nossos problemas fundamentais.

O salário-mínimo é insuficiente?

É insuficiente, mesmo, porque nós somos pobres.

O salário-mínimo não dá para viver?

Não dá para viver, mesmo, porque nós somos pobres.

Há uma distribuição de renda inadequada?

Há mesmo, porque nós somos pobres.

Essa distribuição de renda é inadequada por causa das multinacionais?

Ao contrário. Muito possivelmente, se elas não estivessem aí, seria pior.

De forma que eu acho que não é aqui que está a causa do problema. A causa do problema está basicamente na nossa pobreza, na nossa necessidade de acumular mais capital e rapidamente para

desenvolver o País. Capital é "saber fazer".

Isto leva tempo. Isto toma um tempo imenso. Você avança por infinitíssimos.

Ninguém faz um desenvolvimento extremamente rápido sem pagar um preço imenso por ele. Então, o mal, está na pobreza mesmo. E essa pobreza só se supera com eficácia produtiva.

Não há nenhum mal em usar o capital estrangeiro quando ele vem ajudar a poupança interna. Não há nenhum mal em usar a tecnologia estrangeira quando ela vem aumentar a eficácia produtiva.

Um grande mal existiria em não usar essas vantagens.

Por que?

Porque nós estaríamos condenados a continuar nesse estado de miserabilidade a que o senhor se refere, o resto da vida. Nós crescemos, crescemos muito; nós crescemos muito depressa nos últimos 17 anos, e isto ainda foi insuficiente. Nós sentimos isso agora, quando estamos diante de um problema que realmente não depende de nós e que nós não poderíamos ter superado antes que aparecesse.

Veja uma coisa: o problema brasileiro, a partir de 1973/74, decorre basicamente da incapacidade temporária brasileira de produzir a auto-suficiência em matéria de energia.

Há chance de produzir auto-suficiência em matéria de energia a curto prazo?

Nós desenvolvemos uma tecnologia nacional, que é a de álcool e que substitui um pedaço do petróleo. O resto que não temos não é por incompetência da PETROBRÁS.

Que mal teria havido se as multinacionais tivessem vindo antes?

Nenhum.

Pelo contrário, talvez não se tivesse exposto a PETROBRÁS ao tipo de crítica a que foi exposta. A PETROBRÁS ficou sob suspeita de que não tinha competência porque não achava petróleo. E por que?

Simplesmente porque nós impedimos que os outros procurassem.

Quando deixamos os outros procurarem e não encontraram petróleo, não aconteceu nada. Pelo menos, melhorou a imagem da PETROBRÁS...

Nós sabemos que não foi por incompetência que não se encontrou petróleo. Não se encontrou petróleo porque, no caso brasileiro, a coisa parece mais complicada, a geologia parece que é perversa. Mas não há mal nenhum em usar a tecnologia estrangeira também neste campo. Eu acho que nós temos que nos libertar desse fantasma. Por mais nacionalistas que nós sejamos, a gente só pode praticar o nacionalismo quando o capital já está aqui dentro. Quer dizer: hoje, a produção de automóveis não depende mais de estrangeiro nenhum. Talvez tenha um técnico estrangeiro chefiando uma linha de produção da Volkswagen. Se ele for embora, os brasileiros continuam fabricando Volkswagens muito bem.

Isso é nacionalismo!



O Professor Antonio Delfim Netto, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), é natural da cidade de São Paulo. Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de São Paulo, é Catedrático de Economia Brasileira (que abrange "Análise Macroeconômica", "Contabilidade Nacional", "Teoria de Desenvolvimento Econômico", "Programação Econômica" e "Planejamento Governamental") da Universidade de São Paulo. Tem vários livros publicados sobre Economia, entre eles "Alguns Problemas da Agricultura Brasileira", "O Problema do Café no Brasil" e "Sobre Alguns Problemas de Planejamento para o Desenvolvimento Econômico".

Mas não deixar entrar a Volkswagen teria sido burrice.

O nacionalismo, como eu vejo, consiste em ser nacionalista depois que a produção está aqui dentro. Não antes de entrar.

Esta é uma diferença fundamental de enfoque.

Nós não temos o que temer. Eu posso lhe assegurar que os mecanismos de controle brasileiro são completos. Acho até que exageramos quando infernamos o investidor com a quantidade de papéis, de documentos e de satisfação que tem que dar a cada instante.

O nosso problema é que nós somos pobres. O nosso problema está no seguinte: nós tínhamos dado o "take-off", nós estávamos no ar realmente, e os "tipos" tiraram o combustível da gente.

Nós estamos pousando meio sem jeito, mas estamos pousando.

Isto é que é fundamental.

Ao contrário do que parece, nós temos uma dependência relativamente pequena do exterior.

Quando nós disputamos essas tecnologias, quando precisamos delas, eu acho que nós devemos trazê-las.

Devemos ser nacionalistas depois que elas estiverem aqui.

Agora, que o Brasil é um País pobre, eu acho que é; que o salário-mínimo é insuficiente?

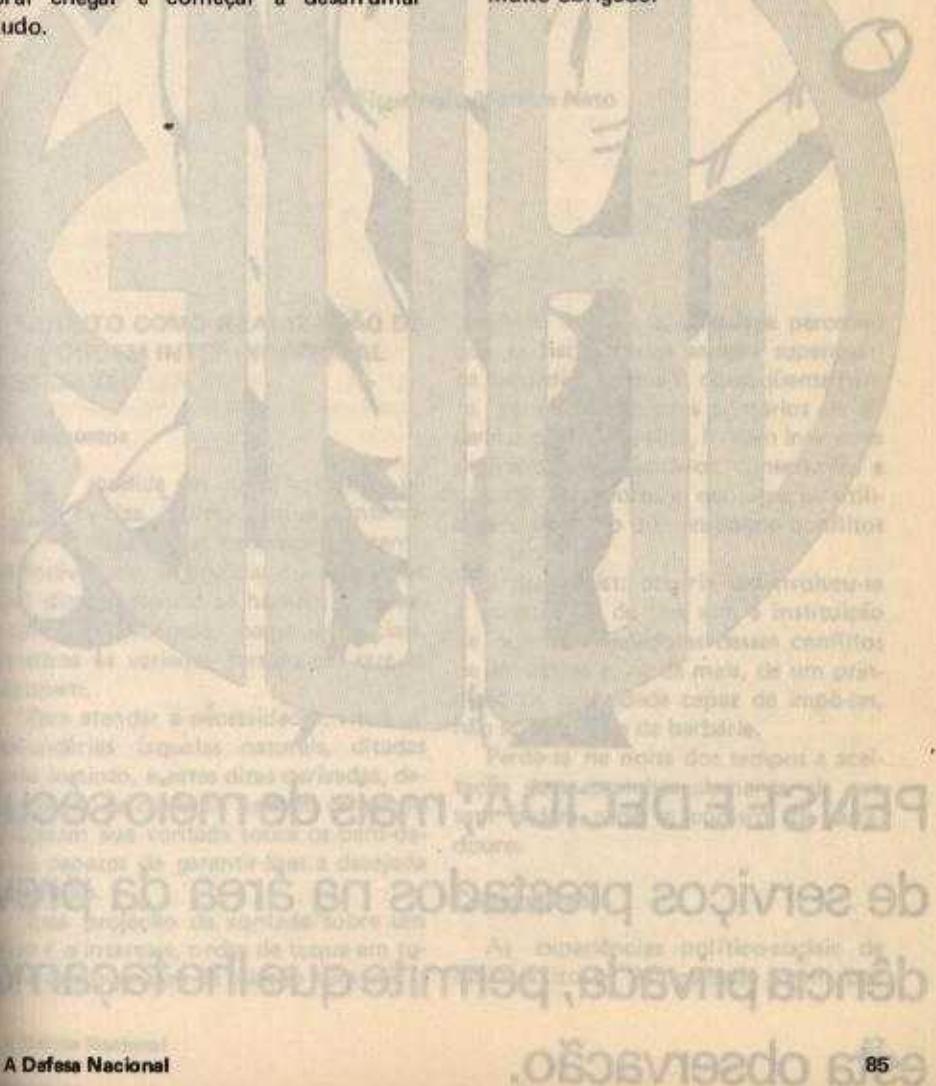
É insuficiente.

Que há uma distribuição de renda imperfeita, também não é um fato novo. Distribuição de renda perfeita existia quando Cabral chegou aqui. Estava tudo "arrumadinho", cada um de nós tinha exatamente o seu quinhão. Foi só o Cabral chegar e começar a desarrumar tudo.

Agora, falando sério, acho que nós temos melhorado muito desde que acolhemos este primeiro "estrangeiro". E, honestamente, não vejo razão para ter mais medo do estrangeiro.

Desculpem a repetição, mas a mais poderosa, a maior multinacional, é rigorosamente impotente diante do poder nacional.

Muito obrigado.





O FENÔMENO DO PODER E O DIREITO PÚBLICO NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

O DIREITO COMO REALIZAÇÃO DE UMA ORDEM INTERINDIVIDUAL DESEJÁVEL

Pressupostos

A medida em que o homem se civiliza, multiplicam-se e intensificam-se as necessidades, tanto as individuais, entendidas como aquelas que dizem respeito ao homem singularmente, considerado, como as sociais, relativas às variadas formas em que se agrupam.

Para atender a necessidades, vitais ou secundárias (aqueles naturais, ditadas pelo instinto, e estas ditas derivadas, de correntes da cultura), homem ou grupo projetam sua vontade sobre os bens-da-vida capazes de garantir-lhes a desejada satisfação.

Esta projeção da vontade sobre um bem é o interesse, pedra de toque em todo e qualquer tipo de relação humana.

Desde logo a humanidade percebeu que as necessidades sempre superavam os bens disponíveis e, consequentemente, além dos interesses primários em alcançar os bens-da-vida, haviam interesses derivados em mantê-los, conservá-los e garantir seu oportuno consumo ou utilização, evitando ou compondo conflitos de interesses.

E porque isto ocorria, desenvolveu-se a consciência de que sem a instituição de normas reguladoras desses conflitos de interesses e, ainda mais, de um princípio de autoridade capaz de impô-las, não se emergeria da barbárie.

Perde-se na noite dos tempos a aceitação dessa premissa elementar de que sem ordem nada se constrói de duradouro.

Conseqüências

As experiências político-sociais de maior êxito na Antigüidade foram, por

isto mesmo, aquelas que desenvolveram uma técnica social destinada à imposição de uma disciplina capaz de, até certo ponto, prevenir e compor conflitos de interesses individuais. Garantida, assim, a ordem entre seus membros explica-se como certas sociedades logram, e outras não, um destacado desenvolvimento.

Não sem razão, o espírito prático dos romanos foi o que mais se revelou, fundamentando seu imenso império na sua *ordo juris*, basicamente a mesma ordem jurídica que haveria de se tornar também, direta ou indiretamente, um dos mais estáveis suportes do que se convencionou denominar de civilização ocidental.

Interpretado, adaptado, miscigenado e glosado durante a Idade Média, foi, ainda, o Direito Romano, que servira às autocracias cesárea e feudal e à monarquia absoluta, o Direito Privado do liberalismo, entronizado como garantia e símbolo do primado do indivíduo e da quase irrestrita intangibilidade de suas liberdades e direitos.

No liberalismo, o Direito Público formava como um apêndice ao Direito Privado; considerado um direito de exceção, era menos um Direito do Estado e mais um cauteloso repositório de normas derogatórias do Direito Privado, ao qual servia de sistema de reforço.

Por isto é que o Direito Constitucional do liberalismo pouco foi além de uma carta de princípios individualistas e o Direito Penal, que um capítulo primitivo do Direito Privado.

Tanto quanto o comportem as segmentações didáticas que se possa impor aos rebeldes processos históricos, até o liberalismo, inclusive, adentrando o século XIX, o Direito servia basicamente à realização de uma ordem in-

tersindical desejável, no sentido de que a sociedade era considerada pelo jurista como um somatório de individualidades — presumidamente livres, conscientes, responsáveis e capazes de plena realização pessoal na medida de suas próprias vontades. Quanto ao Estado, seu papel ficava bem expresso na parêmia liberal: “quanto menos Estado, melhor”.

Não competia, assim, ao Direito, se não o papel de mera disciplina de convivência entre tais homens admitidamente livres e capazes de forjar seus respectivos destinos e, em consequência, vedado era o Estado de interferir em suas respectivas vontades.

A esse Estado espectador e a seu Direito estático, a Revolução Industrial haveria de opor tremendos desafios, evidenciando, a curto prazo, a transitoriedade, senão ingenuidade, de boa parte dos postulados individualistas.

O DIREITO COMO REALIZAÇÃO DE UMA ORDEM SOCIAL DESEJÁVEL

Pressupostos

Entre tantos novos fatores inseridos na sociedade pela Revolução Industrial, pode-se destacar o surgimento da massa e o advento do capitalismo como aqueles que mais contribuíram para a proliferação de uma nova categoria de conflitos de interesses.

Ao conflito individual, sucedia-se, dentro da sociedade organizada, na macro escala introduzida pela máquina, o conflito coletivo, travado entre interesses dos grupos secundários emergentes — as nossas classes sociais.

À magnitude e à violência de tais conflitos, não bastava a resposta do Estado Liberal, restrita aos instrumentos do Direito Privado, concebidos para a

antiga escala. Revolução nos valores e novas concepções jurídicas, entre as quais as que conformavam os novos tipos de Estado, surgiram como solução. Na ausência de instrumentos legais adequados, a pressão dos fatos levava à eclosão de ideologias "salvadoras", lide ranças carismáticas e "nacionalismos" todo-poderosos.

De um modo geral, todavia, em toda parte, fortalecia-se o Estado para que pudesse impor sua vontade harmonizadora sobre os grandes interesses conflitantes. A pouco e pouco, correções puderam ser introduzidas e uma nova ordem legal desenvolvida; não para se substituir mas, na verdade, se acrescentar à herança jurídica milenar. É evidente que muitas alterações foram necessárias e, entre elas, o sacrifício da unidade monólica do Direito Privado, para atender às peculiaridades de várias relações econômicas e sociais que só poderiam ser disciplinadas satisfatoriamente pelo Direito Público.

O Direito Privado, apto a solucionar conflitos de interesses individuais — axiologicamente igualados perante o Estado — cederia áreas ao Direito Público, dotando de instrumentos de poder capazes de impor soluções socialmente desejáveis aos conflitos de interesses travados entre grupos, ou entre grupos e o Estado e entre indivíduos e o Estado — axiologicamente desiguais.

Consequências

A expressão "publicização" do Direito Privado, primeiramente usada por GEORGES RIPERT, bem caracteriza a evolução que seguiu o Direito a partir do século XIX. Relações dantes disciplinadas dispositivamente, concertando interesses individuais num plano horizontal de valores, passaram a ser disciplina-

das imperativamente, impondo o predomínio do interesse público, numa hierarquização vertical de valores em que o Estado se postava como responsável pelo Bem-comum.

A este novo Direito, paradoxalmente, se constituiria em uma nova e mais eficiente ordem de garantia do indivíduo diante do próprio Estado, uma vez que a cada acréscimo a seu poder buscava-se a limitação adequada de seu exercício. O Estado-de-Direito, na verdade, é uma dádiva do Direito Público.

Assim é que foi no próprio reforço do Direito Público que se pôde lastrear convenientemente o Estado-de-Direito, ao definir rigorosamente as relações verticais — as relações de Poder — para as quais o Direito Privado é inane.

Considerando, embora, as exceções autocráticas, de modo geral as novas frentes do Direito Público ditaram a expansão do Direito Constitucional, redefinindo os poderes e as atribuições do Estado de Direito Social; iniciou-se a tratar constitucionalmente a ordem social e a ordem econômica. De espectador, passava o Estado a ator, e sua presença demandava a constante ampliação do estatuto jurídico de sua atuação — o Direito Administrativo, ao qual acresciam incessantemente os abotoamentos provindos do Direito Civil: o Direito Mineiro, o Direito Florestal, o Direito de Caça e Pesca, o Direito Energético e tantos mais.

Do constitucionalismo estático evoluía-se para um constitucionalismo dinâmico que iria, como na observação de DUVERGER, passar a caracterizar o ramo jurídico que no século XX, cada vez mais introduzia agilidade nas relações Política—Direito Público. A "erosão constitucional", apontada por LÖWENSTEIN, resultante do divórcio progressi-

vo entre o fato político e o fato constitucional, exigia, como ainda está a exigir, o abandono de uma rigidez suicida e a adoção do mecanismo flexível característico do constitucionalismo americano; o conceito da *living constitution*.

Por outro lado, o Estado começa a sentir a necessidade não apenas de ser legal mas de ser eficiente — a muitas vezes se vendo na contingência de sacrificar ora um ora outro valor diante de circunstâncias imprevisíveis.

A eficiência exigia um novo dimensionamento do Direito Administrativo. A este ramo, timidamente surgido na Revolução Francesa, mais como um instrumento de controle da Administração pela burguesia triunfante, estava reservado um importantíssimo papel na modelagem do Estado Contemporâneo.

De seu surgimento, no início do século XIX até o final do século, o espectro de atuação do Direito Administrativo se estendeu a uma vastíssima gama de relações sociais e econômicas, diversificadas e complexificadas no vertiginoso processo de mudança deflagrado pela Revolução Industrial, e, no atual século, acelerado ainda mais pela Revolução Científico-tecnológica.

O Direito Administrativo absorvia uma fantástica ampliação do Poder de Polícia, limitando e condicionando o exercício das liberdades e dos direitos individuais de forma a garantir melhor qualidade na convivência social, expandindo-se em campos como o dos costumes, da comunicação social, da salubridade, da viação, do comércio e indústria, das profissões, edifícios e dos estrangeiros.

Por outro lado, acrescia-se ao Direito Administrativo duas novas atividades, decorrentes da abertura constitucional introduzida pelo Estado de Direito So-

cial: o Ordenamento Econômico e Ordenamento Social. Através de ambos, o Estado desempenha um conjunto de atribuições de caráter disciplinador, fiscalizador e sancionador para tornar efetiva uma ordem legalmente imposta aos processos econômicos, de produção, circulação e consumo das riquezas, bem como aos processos sociais, não econômicos, em que se haja identificado a necessidade de proteger a dignidade da pessoa humana e de certos valores culturais considerados angulares. Como vem perfeitamente identificado por CARL BRENT SWISCHER, estava superado o dilema liberdade—autoridade, substituído pelo problema: controle público ou privado?

Até mesmo certas relações contratuais haveriam de sofrer alterações com a crescente intervenção do Estado. Foi o que ocorreu com o delineamento do contrato público, para a execução de serviços públicos (concessões) e de obras públicas, e, de maneira muito especial, com a autonomia do contrato de trabalho, gerador da relação trabalhista que, por suas peculiaridades assumiu, em muitos países, características de Direito Público ou, até certo ponto, mistas, para conter uma componente imperativa no relacionamento capital—trabalho.

O advento da massa e o capitalismo pressionante deslocaram, ainda, para o Estado, na esfera do Direito Público, a previdência e a assistência social, assumindo, a prestação destes especialíssimos serviços, características públicas, seja pela execução assumida pelo próprio Estado, seja pela execução concessionada ou credenciada.

O Estado do Século XX, já participante nos processos sociais e econômicos estava pronto para desempenhar novíssimas atribuições como recondiciona-

dor de uma sociedade acossada por desafios de dimensão e complexidade além de todas expectativas. Diante desses desafios, por que a improvisação além de extremamente dispendiosa, nem sempre oferecia solução satisfatória, o Estado passaria a prever e a planejar e, com isto, novo quadro de relacionamentos de Direito Público se desenharia para a realização de uma ordem na qual a função política receberia um dimensionamento preciso, dentro de um processo de racionalização de exames de situação, escolha de linhas de ação e de decisões, construindo, ao lado dos indivíduos, com a vantagem do poder concentrado e da característica de permanência, a sociedade do futuro.

O DIREITO COMO REALIZAÇÃO DE UMA ORDEM POLÍTICA DESEJÁVEL

Pressupostos

O progresso pode ser compreendido como um processo coletivo de busca de melhor satisfação das necessidades humanas. Mas a cada nova conquista do progresso, vão-se abrindo em leque, novas necessidades, a demandarem satisfação. O processo é, pois, exponencial e vertiginoso, mesmo se considerarmos o breve lapso de uma geração. No mundo atual convivem seres humanos que se maravilham com a rádio de galena e com o primeiro voo do mais pesado-que-o-ar, ao lado dos que passearam na superfície da Lua.

O impacto da Revolução Científico-tecnológica do Século XX não poderia deixar de afetar preponderantemente o Estado: não só pelas mudanças de ordem material que vem introduzindo na sociedade como, e não menos consideravelmente, pela revisão que impôs aos

postulados que até pouco tempo orientavam a Ciência Política.

Heisenberg, Planck, Einstein, Russel e ainda recentemente Monod, entre tantos outros, fazendo em escombros o universo materialista, mecanicista e determinista do Século XIX, tornaram obsoletas suas antigas ideologias e seus regimes.

A Revolução da bata branca não se fez tanto pelas conquistas arrancadas à natureza quanto pela revisão que impôs aos conceitos sociais.

A "verdade" medieval, a Revolução Industrial substituiu pela "certeza" e a Revolução Científico-tecnológica, pela "probabilidade". Neste Universo probabilístico do Século XX é que o Estado e o Direito haveriam de encontrar também suas soluções para salvaguardar este precioso patrimônio da humanidade — a civilização.

Derrubadas as fronteiras que compartimentavam o conhecimento humano em Ciências Naturais e Ciências Sociais, tudo se reduzia a estimativas de probabilidades, não importando qual a complexidade dos dados a serem considerados. O computador ascendia como instrumento de trabalho não só das Ciências Naturais como das Ciências Sociais, englobando, digerindo e devolvendo, devidamente processadas, toda sorte de informações.

Mas não menor foi a repercussão da Revolução Científico-tecnológica no plano material: tremendas consequências viriam abalar profundamente a sociedade em razão da concentração de poder que se passava a possibilitar em escala jamais sonhada.

Várias formas de concentração de poder, no Estado e fora do Estado, começaram a ameaçar e comprometer as estruturas políticas que estavam desprepa-

radas para enfrentar fenômenos tão extraordinários.

A Ciência Política, até então considerada tradicionalmente como "Ciência do Estado e do governo dos homens", necessitou ser aos poucos redimensionada como Ciência do Poder, para abranger toda a imensa gama de relações surgidas nos quadros, cada vez mais inextricáveis, da política interna e da política externa dos Estados.

A pujante e violenta realidade da asseveração do Poder como fenômeno nodal da Política, obrigou o estadista a reformular seus métodos, impôs o emprego da estratégia e, no plano teórico, exigiu que o cientista político desenvolvesse uma visão pragmática e interdisciplinar para fornecer ao político militante, ao administrador, ao jurista, ao diplomata e a outros profissionais das macro-relações sociais, conceitos e aberturas capazes de embasar soluções sofregamente carecidas pelas sociedades em acelerado processo de mudança.

A terrível ameaça de um holocausto nuclear, as inúmeras modalidades de agressão, as diversificadas formas de destruição, o Poder, em suma, que se multiplicava à disposição de Nações, de grupos e até mesmo de homens, redimensionaram o conceito de conflitos humanos. A importância da repressão, agora, em tantos casos, ficava despida de sentido prático, assombrando, com nova amplitude, o conceito de prevenção.

Em termos cratológicos, a prevenção assume paulatinamente o primeiro plano das preocupações dos responsáveis pela segurança, seja mundial, estatal, grupal ou individualmente considerada.

O Poder, que a Ciência e a Tecnologia colocaram nas mãos de um só homem, seja estadista, general, terrorista, industrial, ou cientista, escapa às mais

imaginativas previsões. Um homem pode destruir uma aeronave, um navio, uma cidade, um país, um continente ou talvez, todo o planeta. Como bem observou BERTRAND RUSSELL, "em outros tempos, os homens se vendiam ao diabo para adquirir poderes mágicos. Em nossos dias, adquirem-no por meio da ciência e se vêem na necessidade de converterm-se, eles próprios, em demônios".

O Poder, tradicionalmente connotado ao Estado, tornou-se intra-estatal, transestatal ou mesmo extra-estatal, desvinculado de qualquer Estado — eis uma nova realidade que Estado e Direito estão enfrentando.

Muito mais importante, em suma, impõe freios ao uso do Poder, que tentar remediar os efeitos de seu abuso. Um pouco além, mais importante ainda, olhando adiante, estimular a ação politicamente deseável, para concentrar todas as modalidades de poder em esforços socialmente positivos que deixá-los atuar ao apelo de outras influências, nem sempre aceitáveis.

Resulta claro, portanto, que a Revolução Científica-tecnológica do Século XX, com todas as suas consequências notadamente a consideração do fenômeno do Poder, tal como exposto, tem levado a profundas modificações o Estado Contemporâneo e o seu Direito Público. O que apresentaremos, encerrando este esboço, não são senão algumas observações de fatos que, parece, estão a conferir ao Direito a missão de realizar uma ordem política deseável, em complemento às missões já historicamente enfrentadas de realizar uma ordem interindividual e uma ordem social desejáveis.

Como se lê na autorizada obra de um dos mais característicos politicólogos da atualidade, GEORGES BURDEAU, o próprio Estado, para cumprir esta mis-

são, passou a ser entendido como uma forma que pode assumir o Poder.

Consequências

A ordem a ser imposta dentro de um conceito de prevenção — segurança, necessita que a sociedade absorva reformas institucionais mais rápidas do que espontânea e naturalmente as geraria.

O Direito tradicional, como tão bem sintetizou HARTMANN, buscava cristalizar em normas as tendências sociais e ocorria, em regra, *a posteriori* do fato a ser disciplinado.

O Direito Contemporâneo, sob influxo de um conceito de Poder que não se compadece com experiências nem pode admitir atrasos, dificilmente ou jamais recuperáveis, deve se antecipar ao fato social.

Quem não conhece o clássico estudo de HAURIQU sobre as instituições? Quem não sente a beleza na evolução de uma instituição que, nascida de uma idéia de conteúdo social, cobra o consenso da comunidade (*Oppinio necessitas*) e retira dela o poder que o torna cogente? E, no entanto, esta solução, ainda aceitável para a evolução, mais lenta, das relações privatísticas, teve que sofrer uma profunda revisão porque as instituições necessitam agora de amadurecimento forçado para anteciparem-se aos fatos e, se possível, condicioná-los.

Cabe ao Direito — a seus profissionais — a missão de prover novas instituições prevendo sua imediata necessidade. Ao Direito Constitucional, mas, principalmente, ao Direito Administrativo, impõe-se a tarefa de construir os moldes para conformar uma sociedade melhor para o futuro, agindo como instrumentos de um Estado que GEORGES BURDEAU chama de FUNCIONAL, em

oposição ao TRADICIONAL; preocupado agora em racionalizar não só o Poder como em fixar seus objetivos, retirando-os de uma "lógica interna dos mecanismos sociais".

Este papel dinâmico da ordem jurídica, ainda que não seja uma novidade, esclareça-se, assumiu importância excepcional, em razão da escala e da intensidade em que o Estado Contemporâneo dele se vem valendo para plasmar uma ordem desejável, em que os conflitos se minimizam, garantindo estabilidade necessária ao progresso material e espiritual, atendendo a objetivos inspiradores partejados da própria estrutura social, mediante um processo racional.

Como se expôs, os problemas de Poder em particular, ligados às modalidades emergentes de antagonismos, aguçaram a percepção dos fenômenos da Segurança: política e juridicamente a Segurança passou a receber um tratamento cuidadoso específico, como valor social e como função do Estado. Definida como valor jurídico, construiu-se em torno de suas normas um subsistema que pode ser didaticamente distinguido como um Direito de Segurança.

A Segurança Nacional não tem mais como característica conceptual a atividade arbitrária, como no primeiro momento o teve; em seus aspectos externo e interno, já conta com toda uma sistematização em curso, em que se amalgam normas penais, processuais e administrativas, num todo de atividades vinculadas e discricionárias, dosadas científicamente.

Mas o poder não deve ser apenas represso e limitado em seu abuso; tão ou mais importante se apresenta, em seu uso, a necessidade de crescente racionalização de seu emprego. A necessidade estaria atendida, de modo particular,

mente mais eficiente, no planejamento estatal.

Se os ensaios em pequena escala remontam ao século passado é certo que o Estado só iniciou a planejar globalmente sua atuação no início deste século; a princípio, nos países socialistas e, depois, estendido, com as devidas adaptações conceituais às nações ocidentais.

Não há como negar-se que a pressão dos fatos sociais, a imensidão da tarefa de governar não só no presente mas, principalmente, para o futuro, impuseram a técnica de planejamento estatal e, com ela, o aparecimento de um novo ramo do Direito Público que, curiosamente, veio redefinir áreas de competência e de atuação do Poder Estatal. Com efeito, vale observar que a adoção de um sistema de planejamento estatal representa uma renúncia a áreas de discreção; a ablação parcial dos poderes de decisão político-administrativa outrora concentrados no Poder Executivo.

Há os que combatem esta tendência, inconformados com o que simplesmente se convencionou chamar de "esvaziamento" do Parlamento mas, por certo, muitos o fizeram porque não se aperceberam da formidável incumbência político-administrativa que passava também à competência de uma Casa Legislativa quando deveria definir, em colaboração com o Executivo, um Plano de Estado, revestindo-o da forma legal que o torne obrigatório ao próprio Executivo, não importando que homem ou que homens, que tendência ou variações de posição nele venham a preponderar enquanto viger o plano.

Um novo Direito, misto de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, se esboça e demanda sistematização em prol deste esforço de racionalização do uso do Poder — um Direito de

Planejamento — em que se discipline cada vez mais estreita e efficientemente, esta nova técnica político-administrativa, de modo a garantir resultados sempre melhores da ação do Estado, balizada pelas definições políticas fundamentais dos parlamentos.

Paralelamente, e até certo ponto utilizando este Direito de Planejamento, avulta um outro ramo, nascido da tomada de consciência do homem de que sua atuação não deve ser disciplinada apenas face aos outros homens mas também face ao meio em que vive. A Revolução Científico-tecnológica ensejou um uso indiscriminado do Poder em volume tal que obriga, agora, o Homem, a voltar suas vistas às consequências sofridas em escala planetária. Reativa-se um antigo e secundário ramo de Biologia — a Ecologia — redimensiona-se seu estudo às exigências atuais para extrair dela princípios e regras com vistas à preservação e melhoria do meio-ambiente.

Estes princípios e estas regras, todavia, não teriam qualquer validade social se não recebessem dimensão jurídica que as tornam obrigatórias; todo um ramo do Direito — um Direito Ecológico — está por ser construído sobre este propósito. Não só a poluição, estágio crítico do problema, como a conservação e a regeneração da natureza passam a ocupar as cogitações do publicista, agora, mais que nunca, obrigado a uma visão interdisciplinar para cumprir suas grandes tarefas de integração: integrar o antigo ao novo, os valores tradicionais aos valores emergentes, as normas permanentes às passageiras, os princípios fundamentais às transições contingentes.

E nada mais característico desta interdisciplinaridade cada vez mais necessária e presente no jurista moderno, que o Direito Urbanístico, tão ligado ao Di-

reito de Planejamento e como que contido no Direito Ecológico — a disciplina jurídica da utilização físico-social dos espaços habitáveis constituam-se tais áreas em cidades ou não, que passa a condicionar o bem-estar do homem a partir de seu próprio *habitat* social.

Mas não ficam aí as novas expansões do Direito Público, reclamadas e configuradas no revolucionário Estado Contemporâneo. Esta segunda metade do século introduz ainda a sistematização de um novo Direito Político, ambos em curiosa interação, talvez as mais promissoras de todas as tendências e soluções jurídicas que atualmente se esboçam e se desdobram.

As modernas classificações das atividades administrativas destacam, além das clássicas atuações de Poder de Polícia e de Serviços Públicos e das mais recentes de Ordenamento Econômico e de Ordenamento Social, a de Fomento Público, como a atividade administrativa destinada a estimular a iniciativa privada de interesse coletivo.

Como peculiaridade no campo de Direito Público, destaca-se a quase ausência de compulsoriedade na formação da relação jurídica de Fomento Público: o Estado não obriga o administrado a valer-se de seus instrumentos. O relacionamento é facultativo (o que não significa que possa ser suavemente recomendado através de um mecanismo que torne, até certo ponto, desvantajoso o evitá-lo), mas uma vez estabelecida a relação jurídica, volta a prevalecer o *imperium* estatal (a marca da desigualdade, da ín-doie do Direito Público). Graças a esta modalidade administrativa, o Estado, direta ou indiretamente, com relativamente pouca suasão, proporciona, a quem o busque, instrumentos para o desenvolvimento econômico ou social, visando a

despertar e a canalizar todos os esforços que concorram para o atingimento de objetivos de cunho coletivo.

Quando a atividade de Fomento Público está plenamente afinada com a de planejamento de um Estado, há como que uma mobilização geral de atividades que escapando embora à sua imparatividade, logra-se fazer com que concorram para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais adotados na sua definição política fundamental.

Distinguindo-se o Fomento Público Econômico, voltado à empresa, do Fomento Público Social, especialmente dirigido à pessoa humana, para o cultivo de seus valores sociais, através do estímulo à educação, à cultura, às modalidades de gregarismo construtivo, aos hábitos de habitação, de higiene, de alimentação e à fixação à terra, já se pode avaliar o quanto importante será o emprego intensivo e correto deste instrumento na construção de uma política de superior qualidade.

Se o grande drama da política tem sido o de harmonizar a dignidade humana com o Poder, altamente concentrado no Estado, um Direito Político redimensionado a estas duas realidades, tal como enfrentadas na vida de cada Nação, não prescindirá de uma estreita vinculação a um Direito de Fomento Social, destinado a preparar o homem para as responsabilidades e tarefas face ao Poder em sua dimensão contemporânea.

Já BERTRAND RUSSEL alertava que o problema de controle do Poder é muito antigo e que a solução completa, à luz da História, não estaria limitada a condições políticas, chamando à linha de conta condições econômicas, condições de comunicação social (que chamou de "propaganda") e condições psicológicas e educacionais.

A observação é válida, apenas a sistêmica seria ligeiramente diferente; a par das limitações políticas, definiríamos agora as de ordem econômica, psicosocial (abrangendo as condições de comunicação social, de educação e psicológicas, entre outras mais) e militares (por reconhecer a realidade da violência no espectro dos conflitos).

Mas se o problema do controle do Poder não se esgota no Político, sem dúvida há de ser a partir de um processo político, de seleção daqueles que devem ascender aos cargos de mando, como a partir de um processo político de decisão e de um processo político de segurança — todos eles expressados em normas jurídicas — que o Estado Contemporâneo poderá proporcionar à sociedade humana um sistema de racionalização do poder e, em consequência, conformá-lo, controlá-lo, domá-lo e utilizá-lo na satisfação das necessidades coletivas.

Fomente-se uma cidadania ativa e ter-se-á reduzido consideravelmente a influência das minorias corruptas, desagregadoras e anti-sociais, que sempre existiram e sempre existirão. O Direito Político se deve voltar à implantação de um modelo em que, garantida a participação

da grande maioria ordeira, responsável e criadora, minimize-se ou reduza-se a inexpressividade a contestação e a adversação destrutivas.

Um Direito Político, assim concebido, como um sistema lastreado no Direito Constitucional e conformado por normas de Direito Eleitoral e de Direito Administrativo, será a cristalização positiva das linhas mestras de um modelo político, cujo aprimoramento incessante reconhece-se hoje ter que realizar todas as nações, qualquer que seja seu nível de desenvolvimento.

Na medida em que as soluções nacionais para a racionalização da participação política, da mesma maneira que a racionalização da ação política, forem positivadas nesse novo ramo, disciplinarmente considerado em suas peculiaríssimas relações e interrelações, o Direito Público terá mais uma vez prestado inestimável contribuição à sociedade na realização de uma ordem política deseável, partindo justamente daquele ponto mais sensível e problemático: a escolha de seus dirigentes.

OBSERVAÇÃO FINAL

Neste trabalho não houve preocupação de atingir-se uma conclusão, de de-



O Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto é Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, com os seguintes cursos de especialização: Direito Nuclear, pela Universidade do Estado da Guanabara; Direito Penal Militar, pela Universidade do Brasil; Pós-graduação em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal; e curso de atualização do Instituto de Política e Direito Público da Universidade de Munique, Alemanha. É Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito Cândido Mendes e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Exerce atualmente a função de Chefe da Seção de Assuntos Políticos do Colégio Interamericano de Defesa, Washington, DC, EUA.

fender nenhuma tese, nem de adotar qualquer posição que pudesse suscitar divergência considerável de um leitor médio e de formação democrática, o provável e desejado público que se teve em mente. Aqui ou ali, uma colocação que não atinge o consenso é natural, neste bosquejo de tão dilatado espectro, mas isto não o compromete, pois seu principal escopo foi o de expor ordenadamente pontos de uma evolução, contando certos aspectos de fenômenos políticos e jurídicos. Seu valor estará, isto sim, na medida em que sugira e suscite conclusões e que desperte o interesse de estudantes, de militantes e de doutos para os promissores desdobramentos cien-

tíficos que se abrem ao Direito Público demandando tratamento sistemático, como o Planejamento, a Segurança Nacional, a Ecologia, o Urbanismo, o Fomento Público e a própria Política, como arte de acesso ao Poder.

O desenvolvimento dos novos instrumentos, realentará o profissional do direito a retomar o lugar que lhe cabe na sociedade, não como conservador passista, mas como fator moderador nas mudanças sociais; ao mesmo tempo aberto e inovativo, mas seguro fiador de valores permanentes. O que vale dizer: prosseguir em sua missão civilizadora iniciada há mais de dois milênios.



O SOLDADO NA GUERRA MODERNA

Roberto Misco Filho

INTRODUÇÃO

Muito se tem falado e escrito contra a guerra; desde os "hippies", até os mais sisudos pensadores, uma larga faixa de mentalidades não hesita em externar, de modo veemente, sua idiossincrasia com respeito ao conflito armado. Os meios de comunicação divulgam, quase diariamente, uma ou outra manifestação de tendência pacifista.

O problema que nos deixa algo curiosos ou perplexos é o seguinte: abstraindo a maior facilidade hoje existente para a divulgação de idéias, teria ocorrido em outras épocas a mesma campanha contra a guerra? O movimento "pacifista" já existia em séculos passados ou é genuíno produto do século XX?

E quando falamos século XX, não nos estamos atendo à sua segunda metade, isso é, à fase posterior a Hiroshima e Nagasaki.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Vejamos algumas páginas do passado:

— Recentemente, a televisão exibiu o filme "Guerra e Paz", baseado no romance homônimo de Tolstoi; uma das cenas mais impressionantes é a da batalha de Borodino, travada em 7 de setembro de 1812, onde vemos a infantaria francesa *marchando* impávida ao som dos tambores contra os canhões inimigos.

— A "Carga da Brigada Ligeira" não é uma ficção épica de Tennyson; ela realmente ocorreu em Balaclava, em 25 de outubro de 1854, quando, ao comando de Lord Cardigan, heróicos cavalaria-*ns* ingleses carregaram contra baterias de artilharia russa (guerra da Criméia)¹.

— Em 24 de maio de 1865, o Brigadeiro Antonio de Sampaio, no terreno úmido de Tuiuti, à frente de sua famosa "Divisão Encouraçada" resistiu bravamente à carga da numerosa tropa inimi-

ga, saindo ele mesmo ferido três vezes, vindo a morrer em consequência dos ferimentos. Estoicamente, após receber o terceiro tiro, ainda pôde falar ao mensageiro que levava ao General Osório o pedido de substituição: "Olhe, Sr. Alferes, diga ao General que este é o terceiro ferimento".²

— Em 25 de junho de 1876, o legендário General George Armstrong Custer, na região do Little Big Horn, dispôs os homens do 7º de Cavalaria a pé, em formação de quadrado e com eles resistiu, até o amargo fim, ao cerco dos pele-vermelhas muito mais numerosos.³

Os exemplos acima citados são apenas quatro entre centenas de possível achado em uma pesquisa histórica, todos levando à mesma conclusão: ainda descontado algum exagero romântico de poetas ou historiadores, os combates do passado condicionavam atos de galante heroísmo. E os combates modernos?

A GUERRA ATUAL

Tem sido sobejamente glosado o mote: "a tecnologia na guerra moderna"; nós mesmos, na condição de Oficial OEM—Comunicações, poderíamos enfatizar, por exemplo, a importância dos recursos atuais do raio LASER, das PABX's eletrônicas, dos sistemas PCM/DELTA, do satélite artificial etc.

Entretanto, gostaríamos de abordar outro aspecto fortemente característico da guerra atual. Para fins de raciocínio, vejamos como pequeno exemplo os seguintes dados numéricos, fornecidos por companheiros de Artilharia e de Infanteria:

— *Obus 155 mm:*

- alcance útil: 12.800 m (12,8 km)
- raio de alcance da granada: 40 (quarenta) metros

• número aproximado de estilhaços: 1.800 (mil e oitocentos)

— *Morteiro pesado 120 mm:*

- alcance útil: 4.000 m (4 km)
- raio de ação da granada: 30 (trinta) metros
- número aproximado de estilhaços: 2.000 (dois mil)

Além desses dados, convém lembrar o ruído da explosão, ruído cujo nível provavelmente deve chegar aos 120 decibéis (120 dB), ou seja: até o limiar da dor, bem como o efeito demolidor do sopro da arrebentação sobre as edificações.

A respeito do ruído convinha comentar uma propriedade da nossa audição. O ouvido humano tem o chamado "limiar de percepção", isso é, o menor nível acústico que pode ser detectado pelo homem. Quando somos submetidos a uma pressão acústica mais forte, esse limiar sobe, isso é, vai para um nível mais alto; cessada a pressão, o limiar retorna ao valor mais baixo. Entretanto, se a forte pressão acústica for contínua, periódica (caso dos freqüentadores assíduos das discotecas), o limiar sobe e estaciona, não regredindo mais.⁴

Podemos imaginar o seguinte quadro: um soldado, após vários dias ou horas sob contínuo bombardeio, é colocado de vigia em posição avançada; ele poderá deixar de ouvir o "comando" que rasteja próximo com a faca pronta para matar a sentinela.

Além das armas tradicionais de tiro curvo e longo alcance, poderíamos citar ainda as minas anti-pessoal, os lança-chamas, os canhões sem recuo, os foguetes etc, sem falar nas metralhadoras e outros engenhos.

O poder *destruidor*, isso é, mais do que matador, das armas atuais, é nít-

damente superior ao dos antigos armamentos; o efeito dessa potência destruidora sobre a tropa visada pode ser observado através do impacto *psicológico* no combatente.

Sobre esse aspecto, dois importantes jornais do Rio de Janeiro publicaram⁵ recentemente notícia a respeito do filme documentário "LET THERE BE LIGHT". Filmado em 1945 por encomenda do "Signal Corps", o filme de John Huston mostra de que modo um grupo de psiquiatras do Exército conseguiram recuperar (através da hipnose ou de um tratamento analítico) homens que voltaram da guerra com problemas psíquicos que os impediam de falar, de andar, de ouvir, ou que os deixavam paralisados de medo no escuro da noite.

Falamos acima sobre efeitos de armas de tiro curvo; considerando agora o alcance de utilização do armamento leve (p. ex. o FAL-7.62 – Mod 1964) igual a 600 metros (sem luneta), o soldado pode abater seu inimigo a uma distância onde não poderá distinguir os detalhes do rosto, a cor dos olhos, etc., do "alvo".

Somando tal possibilidade do fuzil ao poder destruidor das granadas da artilharia, das minas e dos morteiros, ao calor torrido dos lança-chamas e bombas incendiárias, somos levados a formular a seguinte questão:

— "Na guerra moderna, o soldado é de fato um *combatente* ou um *matador* mais eficiente?"

Essa questão pode parecer irrelevante se analisada de um ponto de vista pragmático, indiferente ao fator humano e mais preocupado com o resultado final da batalha (é o ponto de vista adotado pelos nazistas ou pelos comunistas).

Entretanto, está fora de dúvida a existência de um emaranhado de tensões, de pressões a que fica submetido

cada combatente quando se aproxima do inimigo.

A luta corpo a corpo, talvez mais sanguinolenta porém, paradoxalmente, mais humana, vai ficando cada vez mais rara. Lutar contra quem, se, ao galgar a trincheira inimiga, vamos achar apenas corpos despedaçados ou cadáveres calcinados ou ainda sonâmbulos enloquecidos e sem vontade de brigar?

Sobre o tema da destruição, convinha lembrar uma anedota da 2ª Guerra Mundial. Um soldado americano prendera um japonês após um combate em ilha do Pacífico. Entaboliando conversa com o inimigo, o americano pergunta qual, na opinião do japonês, seria o melhor combatente na selva. O outro responde que em primeiro lugar está o filipino, em segundo o japonês, em terceiro o australiano e em quarto o inglês. O "yankee", desapontado, desabafa:

— "E o americano?"

Ao que o filho do Sol Nascente responde:

— "Americano não luta selva, americano destrói selva!"

CONCLUSÃO

A digressão apresentada não pretende ser conclusiva; faltam-nos dados que permitiriam análise mais completa. Por exemplo: em alguns trabalhos modernos escritos por oficiais médicos brasileiros não vimos nenhuma referência a problemas de neurose surgida entre os combatentes da guerra do Paraguai.

É preciso lembrar que a moderna psicologia experimental começa a surgir no final do século XIX; basta olhar os nomes dos principais autores, suas notáveis obras e respectivas datas.⁶

— Wundt — "Grundzüge der Physiologischen Psychologie" (1872);

- Angelo Mosso — "La Paura" (1896), "La Fatica" (1903);
- Gustave Le Bon — "La Psychologie des Foules" (1895);
- Freud — "Studien Uber Hysterie" (1895)

e outros.

(OBS.: O autor deste artigo *não* leu as obras citadas; elas apenas estão aqui referidas, com as respectivas datas, para melhor caracterizar a situação cronológica dos estudos).

Assim, os frutos da pesquisa desses doutos só poderiam ser aproveitados a partir do início do século XX quando, então, principia de modo maciço e generalizado o emprego de armas pesadas, de longo alcance e forte poder destruidor.

Parece-nos evidente um fato: muito mais que o preparo físico, muito mais que a perícia no tiro, muito mais que a habilidade no aproveitamento do terreno, a guerra moderna exige do Combatente um condicionamento para torná-lo o menos vulnerável possível ao impacto psicológico da destruição.

Resta um problema: como conseguir tal condicionamento em tempo de paz?

Nossos regulamentos e manuais ensinam-nos como atirar, como progredir buscando cobertas e abrigos, como fazer educação física e dar os primeiros socorros, como ler e interpretar cartas topográficas, como obter informações, como criptografar mensagens, como operar rádios e telefones. Não há um manual para ensinar como suportar com sangue frio um bombardeio contínuo e ainda ter capacidade de lutar, sem o fanatismo suicida dos defensores de Iwo Jima..

As considerações anteriores parecem dar excepcional relevância a três fatores, sempre importantes no passado e agora mais ainda:

a) a liderança autêntica — isso é, o chefe profundamente solidário com os seus subordinados e capaz de elevar-lhes o ânimo em meio às piores circunstâncias (faz lembrar o general americano que, cercado juntamente com suas tropas em Bastogne, respondeu laconicamente ao ultimato de rendição: NUTS!);

b) a camaradagem saudade — isso é, o convívio onde, ausente o "zelo de amargura", reinem a amizade e o respeito mútuo entre os companheiros, mantendo-os coesos face ao perigo;



O Cel ROBERTO MISCHOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia (IME).

c) por último, e talvez o mais importante, a crença em valores pelos quais vale a pena lutar; isso é tanto mais crítico nesta época pragmática e anti-intelectual, onde se assinam acordos como o de Munique e o de Isalta e em que o suicídio pela fome e o terrorismo são usados como arma de guerra.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Encyclopédia Britânica — ed. 1951.
- 2) História do Exército Brasileiro — EME — (1972).
- 3) Encyclopédia Britânica — ed. 1951.
- 4) W. A. Ainsworth — "Mechanisms of Speech Recognition" — Pergamon Press (1976).
- 5) Ver p. ex. "Jornal do Brasil" — 19 mai 81.
- 6) Encyclopédia Britânica — ed. 1951.



NAMÍBIA — MARXISMO OU DEMOCRACIA ÉTNICA ?

Therezinha de Castro

O território da Namíbia, banhado pelo Atlântico-Sul, está compreendido entre os rios Cunêne e Orange, entre Angola no norte e a República da África do Sul no setor meridional. A Zâmbia e Botswana completam-lhe, em linhas artificiais, a longa fronteira do interior; fronteira que dentro do enfoque geopolítico se constitui num mero expediente da História, sobretudo na cunha que se insere entre a Zâmbia e Botswana, formada pela faixa de Caprivi*, com 450 km de extensão e largura variando dos 30 aos 60 km. (Mapa 1)

Um planalto cobre a maior extensão do território em cujo centro se encontra Windhoeck, a capital, numa altitude de 1.675 metros.

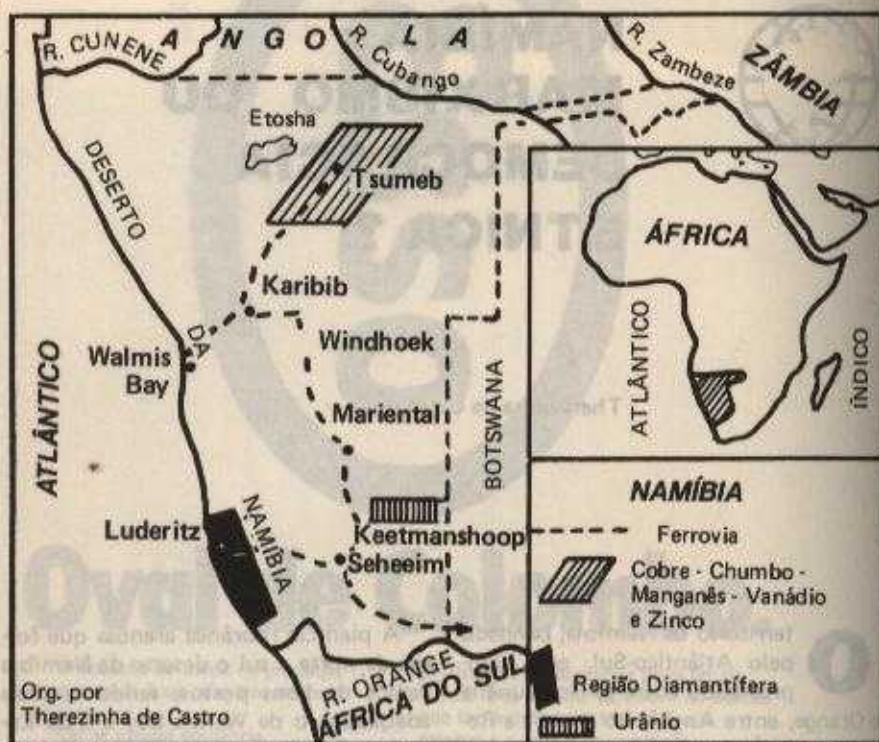
* Homenagem ao Ministro que em 1980 substituiu a Bismarck, que ao convocar o Congresso de Berlim conseguiu que a África fosse partilhada politicamente.

A planície litorânea arenosa que forma de norte a sul o deserto da Namíbia carece de bons portos, sendo os mais adequados o de Walvis Bay e o de Luderitz. O litoral que se estende para o sul de Walvis Bay, é formado por paisagem de dunas, atingindo normalmente 600 km de comprimento por 100 km de largura; e é justamente nessas dunas que se perdem alguns rios, oriundos do planalto, que não conseguem assim atingir o mar.

Observa-se que, em seu conjunto, o território namíbio apresenta climas que pouco variam do árido ao semi-árido, embora as chuvas estivais se apresentem num crescendo do sul para o norte.

Enquanto no norte a pâla de Etosha foi represada para servir à zona mineira, no sul as regiões diamantíferas e uraníferas se encontram intercaladas pelos canions de afluentes do Orange.

Pelo posicionamento geoeconômico, partem de Walvis Bay e Luderitz os tri-



Org. por
Therezinha de Castro

Ihos das ferrovias que servem à Namíbia, completando-se em Karibib e Seeheim no interior, ponto em que a via norte-sul leva toda a região de Tsumed para a República da África do Sul.

Zona de Fricção

Com uma superfície de 824.292 km², correspondendo aos territórios de nossos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e S. Paulo juntos (825.357 km²), a atual Namíbia pertenceu, desde o Congresso de Berlim (1884-85) até 1915, à Alemanha, na categoria de colônia, sob o nome de Sudoeste Africano.

Vencida a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o território foi entregue pela Liga das Nações à Inglaterra para que, sob forma de mandato, fosse administrado. Mandato que naturalmente ficou sob a responsabilidade da então União Sul-Africana, por ter um exército daí, sob o comando do General Jan Christian Smuts, invadido a colônia alemã ao eclodir o conflito. Ao conceder o mandato, a Liga das Nações optou pelo da Classe C, pois, em função do primitivismo em que se encontrava o território, este passaria a ser governado como parte integral do poder mandatário.

Fundada em 1945, a ONU em sua Carta proclamou que os países adminis-

tradores de territórios não autônomos deveriam encaminhá-los, progressivamente, para a independência.

Em 1956 a Assembléia Geral da ONU declarou extinto o mandato sobre o Sudoeste Africano, mas a África do Sul recusou-se a acatar tal ordem alegando não reconhecer na ONU a legítima sucessora de extinta liga das Nações.

Diante do fato, em 1960 a Etiópia e a Libéria recorriam à Corte Internacional de Justiça para que este Órgão obrigasse a África do Sul a cumprir com os deveres resultantes da Carta da ONU. Durante quase cinco anos o problema foi al debatido, chegando-se à conclusão de que os dois países africanos que recorreram não tinham qualidade para pleitear a condenação da África do Sul.

Tal ocorrência não impediu, porém, que a Assembléia Geral da ONU e o Conselho de Segurança continuassem a forçar o processo de independência do território, que em 1968 passava a chamar-se Namíbia. A mudança de nome servia para caracterizar a ilegalidade da união com a República da África do Sul. E, no momento em que se criavam na ONU uma Comissão Permanente e um Instituto para a Namíbia, iniciava-se, em outubro de 1966, oficialmente, a guerra de independência liderada pelos guerrilheiros da Organização do Povo da Ovambolândia, que desde 1959 se vinha organizando.

Essa organização guerrilheira, transformada na SWAPO (1960) que em inglês forma a sigla — Organização do Povo da África do Sudoeste, dirigida por Sam Nujoma, é formada por maioria de ovambos, sendo reconhecida pela ONU como representante de toda a nação.

Com a independência de Angola, os guerrilheiros da SWAPO armados pelos russos e dirigidos pelos cubanos, se ins-

talaram no sul do território angolano. Iniciaram-se, então, a partir de 1975, as violações territoriais. Mas foi em maio de 1978 que se realizou o maior ataque contra Angola; na realidade um ataque aerotransportado contra Cassinga, 120 km dentro do território angolano e quartel-general avançado da SWAPO.

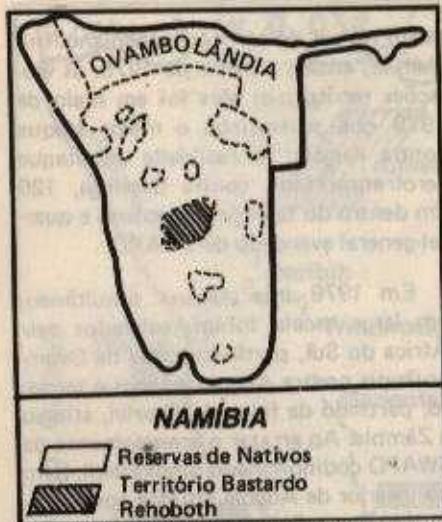
Em 1979 três ataques simultâneos em larga escala foram realizados pela África do Sul, partindo todos da Ovambolândia contra Angola; apenas o terceiro, partindo da faixa de Caprivi, atingiu a Zâmbia. Ao arrasar o acampamento da SWAPO codinominado Smokeshell, bem no interior de Angola, foi essa considerada a maior ação sul-africana desde a Segunda Guerra Mundial; ação que só teve similar na ocorrida em agosto-setembro de 1981.

Mosaico Racial

Ao governo dos 15% de brancos descendentes de afrikaners e alemães, se opõem os ovambos, a metade dos 750.000 negros que vivem na Namíbia nas chamadas reservas de nativos. (Mapa 2)

Os negros ou bantus são representados por tribos variadas entre as quais além dos ovambos, se destacam os demaras, os hereros, os namas, os hotentotes e os boshimanos. Estes últimos, mais mongoloides do que negrões, com sua pele amarelo-acinzentada, ou mais apropriadamente acobreada, os cabelos mais crespos que encapinhados, a tradicional dobra mongólica.

Em meio às 10 reservas de nativos há também o Território Bastardo Rehoboth, onde vivem os rehobothes, mestícios da tribo negra dos namas com os brancos.



A esse divisionismo geopolítico que se assemelha ao mapa da África do Sul com seus enclaves e batusthans, se impõem na Namíbia os dialetos tribais, ao lado do afrikaan e do inglês as duas línguas oficiais, muito embora seja o alemão também muito usado.

Observa-se que na Namíbia a sociedade tradicional apesar da introdução da técnica moderna, não sofreu grandes transformações; e, se essas ocorreram, foram mais nos principais centros urbanos, visto que as reservas ou áreas tribais permaneceram praticamente inalteradas. Nessas condições, o tribalismo é tão forte na Namíbia como em qualquer parte da África; ou talvez até mais forte.

No entanto, como são poucas as figuras notáveis nessas reservas, o "nacionalismo" em si, sendo liderado por Sam Nujoma, tem, na realidade, apenas um forte adversário, coincidentemente um outro ovambo — o Pastor luterano Cornelius Njoba, que dirige o governo tribal da Ovambolândia.

Portanto, é bastante difícil de se acreditar que os "nacionalistas" ovambos, marxistas, defensores de uma "socieda-

de sem classes", dirigida por um "governo do povo", possa vir a ter sucesso num país que se torne independente dentro da dependência tribal ligada à agricultura de subsistência.

Em contrapartida, preconizando uma "democracia étnica", a República da África do Sul só concorda com a independência da Namíbia se fôr afastado o predomínio da SWAPO, que representa, na realidade, os ovambos, e não cada autoridade tradicional das várias reservas nativas. Isto porque, segundo afirma a África do Sul, os vários grupos étnicos da Namíbia, reunidos pelo governo de Pretória em 1975, na Conferência de Turnhalle, em Windhoeck, concordaram em alcançar a independência de maneira unitária.

O governo de Pretória faz questão de afirmar que a "democracia étnica" é um fato geohistórico na Namíbia. Não foi a República da África do Sul que criou as reservas; ao administrar o território que recebeu dos alemães já as encontrou e tratou então de respeitar-lhes a terra, a identidade, os costumes, as aspirações, as tradições e os dialetos das várias tribos.

Por outro lado, essa independência só será aceita pela República Sul-Africana ante a manutenção, pelo governo de Pretória, do enclave de Walvis Bay, enclave que foi sempre britânico e, portanto, jamais esteve integrado à Namíbia. Embora a 7 de setembro de 1977 a ONU tenha condenado essa pretensão por destruir a unidade territorial da Namíbia, não se reportou a Gibraltar que a Espanha não se cansa de reclamar.

Relações Internacionais

O acordo que o governo sul-africano aceitou em 26 de abril de 1978 e a ONU

em 27 de junho do mesmo ano, estipula no parágrafo 8A a "cessação de todos os atos hostis para todos os partidos e a limitação à base das forças armadas da África do Sul e da SWAPO".

Não sendo respeitado o parágrafo, em 1979, por sugestão de Kurt Waldheim, Secretário Geral da ONU, pretendeu-se criar uma zona-tampão em área de 50 km ao longo da fronteira Angola-Namíbia. Muito embora a idéia tenha sido aceita pelo governo de Luanda, não agradou à Rússia, a Sam Nujoma, nem tampouco à República da África do Sul.

Para Angola-a medida seria bem cômoda, visto que implicaria na redução do efetivo, ou até mesmo no regresso das tropas cubanas para Cuba; visto que a ida desses soldados para a África foi para defender o território angolano quer do secessionismo local representado pela UNITA de Jonas Savimbi, quer das incursões sul-africanas. Assim, uma vez cortadas as ligações da UNITA com a África do Sul, que a alimenta, seria mais fácil manter a unidade de Angola; levando, por outro lado os guerrilheiros da SWAPO a abandonarem a sul de Angola e passarem a realizar seus planos e ações dentro da própria Namíbia.

Já para a Rússia, o desagradável seria perder essa base africana representada pelo território de Angola, ponto estratégico de opressão ao governo sul-africano via Namíbia. Fato que deixaria também o exército guerrilheiro bem mais exposto ao poderio militar da África do Sul.

Sabendo-se que as jogadas de Havana estão intimamente ligadas às ambições de Moscou, não é difícil compreender o interesse soviético nessa zona de fricção da África. A independência da Namíbia com a SWAPO no governo representaria a implantação de mais um governo marxista dependente na área; com pequeno

custo e pouco risco, porém patentemente vantajoso para a Rússia, que dentro da Doutrina Gorshkov de facilidades navais, teria sua posição geoestratégica reforçada.

Dentro do contexto, no âmbito das Relações Internacionais, o Brasil nunca deixou de apoiar a independência da Namíbia. Assim, em 1978, quando a Comissão Permanente da ONU para a Namíbia visitou Brasília, o Itamaraty reafirmou nossa posição chegando mesmo a contribuir monetariamente para a causa. No entanto, não quis manter entendimentos diretos com a SWAPO, já reconhecida pela ONU.

Em 1980 o Brasil tratou de se definir internacionalmente quanto ao Pacto Sul-Sul. Daí o Chanceler Saraiva Guerreiro, no discurso de abertura da XXXV Assembléia Geral da ONU (1980) haver condenado formalmente a política apartheidista da África do Sul, bem como as incursões armadas a território angolano, reconhecendo a SWAPO como representante única do povo da Namíbia.

A posição estratégica da Namíbia em face do Atlântico-Sul e da própria segurança da rota do Cabo é, sem dúvida, o dado mais importante para que os Estados Unidos tenham vetado em 31 de agosto de 1981 as sanções contra a África do Sul, impostas pela ONU ante a nova invasão de território angolano para desalojar os guerrilheiros da SWAPO.

A SWAPO é vista hoje pelo governo Reagan como uma organização guerrilheira concebida em estado de pecado comunista, com a finalidade de subordinar a Namíbia à Rússia. Assim, nessa zona de atrito da África, a geopolítica passa a ser tão importante quanto a geestratégia. E, se a rota marítima do Cabo da Boa Esperança, coberta pelo litoral da Namíbia, passagem necessária

de aproximadamente 70% dos materiais estratégicos necessários aos países da OTAN, vier a ser bloqueada, o mundo poderá ser verticalmente cortado ao meio, mesmo que o canal de Suez não seja fechado. Só este fato reflete a importância da Namíbia para a África do Sul, bem como para as nações em confronto no continente africano.

Conclusão

Conseguindo sua independência, sem qualquer sentido de nacionalidade e sem liderança para um governo maduro, a Namíbia terá que viver, na prática, na dependência externa dentro do neocolonialismo. Assim conclui Nora Chase, ex-membro da SWAPO, que não importa no que os líderes e guerrilheiros acreditam, "uma vez que no poder, estarão em débito com aqueles que os ajudaram, os soviéticos e os cubanos, e esses não os deixarão esquecer-se disso. De qualquer modo eles precisarão da ajuda externa

para sobreviver. Onde irão procurar a não ser em Moscou?"

Eis, pois, as premissas para o difícil nascimento de um país onde a produção agrícola caiu em 25% em 4 anos, e as riquezas minerais representam 2/3 das exportações; e quando os preços internacionais dos diamantes, do urânio e do cobre caem, aumenta o desemprego entre os negros, aumento que em 1981 atingiu a 35%. Por outro lado, as prósperas cidades mineiras vêm sendo quase que desativadas, numa evidência constrangedora de que a riqueza do subsolo se esgota.

Planejando-se a independência para a Namíbia, não são nada animadoras as realidades econômicas, nem pelo menos tentadoras as realidades políticas; concluindo-se, pois que o problema da Namíbia, sobretudo depois da independência de Angola, Moçambique e do Zimbabué, se transformou num ponto de honra para os países da "linha de frente" em oposição ao governo branco de Pretória.

cessidade de enquadrá-lo no contexto das relações internacionais.

Conseqüentemente, buscaremos de início estabelecer uma visão ampla da realidade mundial, na qual se insere a África; em seguida, passaremos ao comportamento do Continente Africano, como um todo, em face dos grandes cismas que dividem a humanidade; e, finalmente, chegaremos à África Austral e Ocidental, aqui definida pelos países da costa atlântica ao sul do Saara e mais Moçambique, Zâmbia, Rodesia e Botsuana.

Como resultado dessa análise, tentaremos estabelecer o objetivo que, nos parece, deve orientar nossa atuação em relação àquela parte da África, e esboçaremos uma estratégia para atingir aquele fim.

CONFLITOS DA ATUALIDADE

Generalidades — Apesar de todo o esforço, os maiores ideais do homem, a paz mundial e uma humanidade justa e fraterna, ainda não foram alcançados.

A falta de uma autoridade internacional reconhecida pelos povos e a ausência de um corpo de leis aceito por todos têm permitido que os interesses dos Estados predominem sobre o que seria justo, beneficiando particularmente os mais fortes. Daí, serem os conflitos muito mais comuns que a cooperação nas relações internacionais de todos os tempos.

Modernamente, dois critérios básicos têm sido utilizados para identificar os grandes cismas que dividem a humanidade: o ideológico e, mais recentemente, o sócio-econômico.

O Conflito Ideológico — De acordo com o critério ideológico é comum ouvir-se que o mundo está dividido entre Ocidente e Oriente, e polarizado, respec-

tivamente, em torno dos Estados Unidos da América, de um lado, e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de outro.

Se a existência das superpotências polarizadoras é indiscutível, a divisão geográfica pretendida nos parece mais simbólica que real, em vista das considerações que se seguem.

Em primeiro lugar, ao contrário do que seria lícito esperar, há povos perfeitamente identificados com os EUA no Oriente, como o Japão, e fiéis seguidores do Sistema Soviético no Ocidente, de que é exemplo Cuba. Além disso, a grande maioria dos Estados, no Oriente e no Ocidente, não se definiu ideologicamente de forma definitiva, não integrando, portanto, efetivamente, quaisquer dos dois blocos.

Conseqüentemente, seria mais apropriado dizer-se que a oposição se faz entre os sistemas democrático, liderado pelos EUA, e comunista, sob a regência da URSS. Isto não significa, entretanto, que todo o universo não esteja envolvido no conflito, como veremos a seguir. Assim sendo, para analisar objetivamente o problema, como poderíamos definir geográfica e ideologicamente os grupos oponentes?

O Mundo Democrático é, antes de tudo, uma associação de fato entre Estados, por força de afinidades que são consequência de objetivos e formas de vida semelhantes. Ele se constitui de países desenvolvidos, ricos, de economia predominantemente capitalista, de sistemas políticos verdadeiramente democráticos e organização social baseada na liberdade individual. Depende, para sua sobrevivência, do livre comércio e da manutenção da atual ordem econômica mundial, compondo-se, basicamente, dos países da América do Norte e Europa.

podendo incluir-se o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia.

O Mundo Comunista, que se lhe opõe, é, ao contrário, um sistema mais formal, mais rígido, na medida em que as lideranças russas e chinesas se fazem sentir de forma mais impositiva por intermédio dos Partidos Comunistas. Dele fazem parte aqueles países cujos regimes comunistas já se encontram consolidados, a URSS e seus satélites na Europa Oriental e China.

Estes são os grandes protagonistas do conflito pelo domínio do mundo. Mas, nesse quadro, que papel desempenha o "Resto do Mundo" ou, mais especificamente, a América Latina, a África, a Oceania e parte da Ásia?

Em verdade, os Estados dessa área periférica, embora maioria no mundo, são, a grosso modo, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, se preferirem. E, como tal, vivem em permanente instabilidade social e política na busca de um sistema que resolva seus problemas cruciais, os quais, em muitos casos, são a fome e a miséria.

Ainda que se reconheça em grande parte deles, como na América Latina, por exemplo, uma forte tradição cultural ocidental, que portanto os aproxima do Mundo Democrático, não nos parece difícil admiti-los como integrantes definitivos daquele bloco.

Bastaria, para confirmar essa conclusão, os registros dos últimos e recentes movimentos na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Peru, no Chile, na própria Venezuela e no Brasil, sem falar no crônico problema das guerrilhas na Colômbia.

Se isso se passa aqui, o que não dizer do jovem Continente Africano que, há apenas duas décadas iniciou sua vida in-

dependente, sem estar preparado para caminhar com suas próprias pernas?

Por outro lado, a informação de que determinado país do "Resto do Mundo" passou-se para a órbita comunista, não pode também ser considerado como definitiva pois, na maioria das vezes, reflete uma situação particular e conjuntural, ligada à necessidade de ajuda ou apoio externo. Veja-se, por exemplo, o caso do Egito.

Assim, respondendo à pergunta, poderíamos dizer que o "Resto do Mundo" é uma área disputada por dois blocos. A propósito, encontrei a seguinte nota de autor e obra desconhecidos para mim: "Enquanto 350 milhões de indivíduos põem toda a sua fé na democracia, 400 milhões acreditam cegamente nas virtudes do socialismo". No entanto, "serão 1.400 milhões de indecisos, vacilantes, sem rumo definido, no momento, que deverão decidir essa questão, o domínio mundial". Atualizando-se os números, cremos ser válida tal assertiva.

Desde o início do conflito, que se iniciou com o estabelecimento do comunismo na Rússia (1917), o Mundo Comunista tem estado em atitude ofensiva, pelo menos ideologicamente.

As democracias, ao contrário, se conformaram em adotar uma postura defensiva que, às vezes, chegou a ser passiva. Mesmo as esporádicas ações ofensivas dos EUA e seus aliados nada mais têm sido que simples aspecto dinâmico inerente a toda atitude defensiva geral.

Não sendo admissível, na atual era nuclear, um confronto direto com o Mundo Democrático, a URSS se tem utilizado a via indireta para aumentar sua área de influência. Assim, tem procurado coordenar a ação dos Partidos Comunistas espalhados pelo mundo, fomentando e estimulando focos revolucionários

nos países subdesenvolvidos e apoiando política, econômica e militarmente as chamadas guerras de libertação nacional, através de seus satélites.

Esta atuação tem surtido o efeito desejado, a nosso ver, pelos seguintes motivos:

— a atitude defensiva das democracias, de que já falamos;

— a fragilidade das nações do "Resto do Mundo", em permanente instabilidade política e social na busca de um sistema que resolva seus problemas;

— O ressentimento das nações subdesenvolvidas em relação às democracias. A maioria das nações do "Resto do Mundo" são ex-colônias das nações democráticas, e se julgam por elas espoliadas, mesmo depois da independência política, em face da imposição de uma ordem econômica mundial que reputam injusta (neocolonialismo);

— a inexistência de passado colonial da URSS, que a torna, às vezes, o único ponto de apoio válido para muitos dos países do "Resto do Mundo", em sua luta pela independência e pelo desenvolvimento;

— a ação dinâmica da URSS na "conquista" de novas áreas e a exploração de temas aos quais as democracias só agora começam a responder.

Assim se explica o fato de que, a partir de seu núcleo pioneiro o comunismo tenha conseguido expandir-se, primeiro como forma de defesa, depois como meio de derrotar as democracias pela lenta e gradual asfixia que lhes vai impondo, à medida que amplia seu domínio e lhe restringe o campo de comércio, alterando a ordem econômica mundial, estabelecida em seu proveito.

A luta ideológica começou na própria Europa, com a absorção das nações do

Oriente pelo comunismo, logo após a Segunda Guerra Mundial. Impedida de prosseguir para Oeste, pela barreira democrática da Europa Ocidental, a URSS voltou-se para Leste, chegando à Ásia. O "Colosso Chinês" se comunizou, e a luta atingiu o Sudeste Asiático.

Tal ciclo parece se encerrou com a retirada dos americanos do Vietname. E os acontecimentos na África de hoje sugerem que as disputas ideológicas chegaram ao "Continente Negro", destinado a ser o palco principal das disputas pelo domínio mundial nos próximos anos.

O Conflito Sócio-Econômico — De acordo com esse critério, o mundo é acha dividido entre os povos capitalistas e da América do Norte (que habitam as regiões temperadas, particularmente no Hemisfério Norte) e as populações chamadas subdesenvolvidas, que proliferam, a grosso modo, nas áreas tropicais (na maioria ao sul do Equador). É o conflito Norte x Sul.

O Norte é, pois, constituído pelo Mundo Democrático do conflito ideológico que, durante séculos, exerceu o domínio do mundo, e que, ainda aguarda as regras que pautam a vida econômica internacional.

O Sul, por seu lado, é formado pela imensa maioria da humanidade. É de uma maneira geral, o mesmo "Resto do Mundo" do conflito ideológico, aqui chamado Terceiro Mundo.

O que caracteriza o Terceiro Mundo são a sua pobreza e a aspiração ao progresso e bem-estar de suas populações, bem como a esperança de poder participar nas decisões que afetam a humanidade como um todo.

Este conjunto de povos responsabiliza os países desenvolvidos por seu atraso, e se mostra inconformado com as de-

sigualdades e injustiças no cenário internacional.

Como se trata de um bloco, cujos integrantes dispõem individualmente de limitada capacidade econômica e política, suas reivindicações têm sido baseadas no número de seus membros (2/3 das nações do mundo), na coesão da associação e na utilização da tribuna da ONU.

É graças particularmente a esses três fatores que o Terceiro Mundo tem conseguido pressionar os países desenvolvidos. Assim, aprovaram na ONU a criação da UNCTAD (Conferência nas Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, fórum específico para debate Norte-Sul que se reúne a cada quatro anos) e a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos.

É interessante observar que, conquantto possa haver alguma dose de comunhão ideológica entre a maioria do Terceiro Mundo e os países desenvolvidos, persistem reais fontes de conflito entre eles, pois aquele não abre mão de suas reivindicações e estes relutam em ceder privilégios que já duram séculos.

Outro ponto importante da questão é que o Mundo Comunista aqui não participa diretamente da disputa: é um observador privilegiado que dela tira o máximo proveito. Como é natural, ele se coloca vantajosamente ao lado do Sul e, ao mesmo tempo que consegue as simpatias do "Resto do Mundo", isola cada vez mais os países do Mundo Democrático, reforçando, portanto, sua posição no grande conflito ideológico.

Para isso, o conceito de luta de classes foi transferido pelos comunistas da esfera nacional para a internacional, passando as nações a representar as diferentes classes em conflito. De um lado, as nações ricas e capitalistas da Europa e da América do Norte, vivendo num esta-

do de "parasitismo internacional", representariam a "minoria dominadora" ou a classe burguesa exploradora da concepção marxista. De outro, as nações pobres, nações proletárias da Ásia, África e América Latina, trabalhadoras e exploradas, que deveriam se unir na luta para conquistar sua independência e destruir a minoria exploradora. Pregam, assim, os comunistas um conflito mundial entre, "de um lado, o Ocidente e, do outro, a massa das nações subdesenvolvidas que, unidas sob a liderança soviética, estariam destinadas a conduzir vitoriosamente a revolução mundial e a impor pela força a nova ordem de justiça e paz internacional". (20:64)

Resumo — A humanidade continua dividida, sendo de especial importância na atualidade os conflitos Comunismo x Democracia e Norte x Sul.

Os personagens são os mesmos em ambos os conflitos: o Mundo Democrático, o Mundo Comunista e o Resto do Mundo ou Terceiro Mundo. Na luta ideológica, as democracias e os comunistas disputam o Resto do Mundo. No conflito Norte x Sul, o Resto do Mundo se opõe ao Mundo Democrático, e o Mundo Comunista procura tirar partido do confronto.

Assim, as democracias sofrem dupla pressão. O comunismo, por sua vez, tem no confronto Norte x Sul um aliado na luta ideológica em que se empenha. E o Resto do Mundo, balançando entre os dois lados, busca uma independência cujo principal obstáculo é a sua fragilidade em face dos outros formidáveis contendores. Os dois grandes cismas que dividem a humanidade são, portanto, interdependentes.

Esta é uma visão ampla da realidade mundial, na qual se insere a África, e é com base neste quadro complexo que

procuraremos discutir seu comportamento e esboçar suas perspectivas.

PANORAMA AFRICANO

A Formação — Até o início do Século XIX, a África, excluída a área do Mediterrâneo, nada mais era que um ponto de apoio na rota para as Índias, ali se fazendo um comércio incipiente de troca de mercadorias acabadas por produtos da terra.

Essa situação pode ser explicada por sua aparente pobreza, por sua continentalidade maciça, que dificultava a penetração, e por sua inospitalidade, gerada particularmente pelo clima, pela vegetação e pelas doenças.

Posteriormente, os Estados industrializados da Europa se deram conta de sua importância como fornecedor de matérias-primas, como mercado para seus produtos manufaturados e mais do que tudo como fonte de poder pela posse de suas terras.

Iniciada a exploração, chegaram à conclusão de que a livre concorrência pela posse da África era perigosa para a paz na Europa e, na Conferência de Berlim (1885), estabeleceram as regras para a divisão do continente. Tinham, então, poder suficiente para dispor da África como algo de suas propriedades, sem qualquer consulta aos interesses dos povos africanos.

Durante o período colonial, a situação pouco evoluiu. As sociedades coloniais continuaram a viver em estado primitivo, praticando uma economia de subsistência interna, sacrificada, na maioria das vezes, às exportações especializadas que atendiam aos interesses das metrópoles. Era uma colonização de "retiradas" que buscava apenas auferir lucros.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a divulgação dos ideais de liberdade e de autodeterminação dos povos, iniciou-se, sob a inspiração das Nações Unidas, de forma pacífica porém acelerada, o processo de descolonização africana. E nunca, em tão pouco tempo, surgiram tantas nações.

Hoje, o Continente Africano abriga, em seus 30 milhões de km², mais de 350 milhões de habitantes, organizados em cerca de meia centena de países. Representa, portanto, 1/3 das terras do Globo, 1/10 da população mundial e 1/3 dos Estados atualmente existentes.

Os Problemas Básicos — O acesso à independência por parte das antigas colônias muda apenas aparentemente a situação das populações africanas. Elas se tornam juridicamente donas de seu próprio destino, isto é, de escolherem seu modo de governo e determinar sua política. Entretanto, os Estados africanos continuam economicamente dependentes dos países industrializados e notadamente das antigas metrópoles coloniais.

Do ponto-de-vista político, constituídos como Estados independentes na base de fronteiras coloniais que não correspondiam às realidades étnicas, linguísticas e religiosas de seus povos, os países africanos abrangem uma tal variedade de etnias, religiões e línguas, que os governos tendem a agir de modo drástico, a fim de manterem a unidade nacional contra a reivindicação de tribos que almejam o estatuto de nacionalidade independente.

Configura-se, assim, uma situação original, na qual a organização do Estado precede a formação da Nação. Conseguentemente, a tarefa essencial dos dirigentes "é encontrar uma fórmula de governo eficaz, necessariamente forte,

que sobreponha a idéia de nação ao faciosismo étnico (23:8)".

Os sistemas políticos que comportam pluralidade de partidos, próprios de países que têm unidade nacional e que alcançaram um estágio de desenvolvimento econômico apreciável, não têm lugar na África. A heterogeneidade étnica ali existente acabaria exercendo sua força desagregadora e romperia as frágeis linhas da coesão nacional (23:9).

Cientes desta verdade, os regimes políticos africanos adotaram o partido único como fórmula capaz de atenuar a falta de unidade nacional e de criar condições para o nascimento de fatores de coesão interna. Tal sistema se apoia na liderança e no autoritarismo do chefe de Estado, nas Forças Armadas e em alguns poucos denominadores comuns, como anticolonialismo e o desejo de progresso social e econômico.

A fragilidade do sistema, por falta de legitimidade do poder exercido e devido à incapacidade para promover o progresso, leva a uma instabilidade política crônica, marcada por freqüentes golpes de Estado.

A Presença Estrangeira — Até recentemente a África era o campo de ação exclusivo dos Estados europeus. As grandes potências de então, Grã Bretanha, França e Alemanha, e outras menores, como a Espanha, a Holanda, a Bélgica e Portugal ali, agiam livremente.

Os Estados Unidos, embora não concordassem com essa situação de dependência exclusiva, que contrariava sua política de liberdade comercial, aceitavam-na para apoiar seus amigos europeus e, principalmente, porque a África não era um objetivo prioritário. Estavam eles mais ocupados com a colonização de seu território e com as perspectivas ofereci-

das pelas Américas do Sul e Central, e pelo Caribe.

A União Soviética, de outro lado, embora tivesse por objetivo a destruição dos privilégios entre os Estados Capitalistas e seus dependentes, como meio de acelerar o triunfo do Socialismo, não podia intervir de maneira efetiva, por lhe faltarem meios para atuar em área tão distante e por terem que consolidar sua própria defesa no leste europeu após a guerra de 45. Seu apoio aos movimentos nacionalistas africanos foi, por estas razões, apenas de cunho moral.

Desse modo, as duas superpotências pouca influência tiveram nos acontecimentos africanos até a década de 60, pois estavam mais preocupadas, na época, com outros problemas.

Na década atual, estando paralisada a situação na Europa e tendo se encerrado o ciclo de lutas na Ásia com a retirada dos americanos, o confronto se deslocou para a África e para o Oriente Médio. E a África é o novo campo principal de luta, depois da intervenção militar dos Estados marxistas em Angola. Entretanto, esta intromissão não é inédita, uma vez que anteriormente a União Soviética já havia tentado implantar-se no Egito, Argélia e Guiné.

Dessa forma, depois de 1976 a União Soviética passa a ser o ator principal do jogo diplomático e militar na África. Ela dispõe de bases militares importantes na Somália e desenvolve ações em Angola, Moçambique e Etiópia e, em menor escala, na Argélia. Sua razão é a solidariedade revolucionária. Não é mais o caso de independência e da resistência ao imperialismo, mas o desenvolvimento do marxismo-leninismo.

A chegada da União Soviética traz a China, que vê com temor a expansão da zona de influência dos russos. A presen-

ça chinesa na África é relativamente antiga, porém apenas simbólica, salvo na Tanzânia e em menor proporção na República Popular do Congo. Embora lhe faltem meios para agir mais efetivamente, sua presença hoje é sentida e tende a competir com a Rússia.

Os EUA, por sua vez, não têm dado resposta convincente à ação dos Estados marxistas. Os efeitos da Guerra do Vietname vêm impedindo que ajudem militarmente os Estados que lhes são favoráveis. Não reagiram à ação soviético-cubana em Angola, e o fizeram com muita moderação à intervenção na Etiópia. No momento, não lhes seria mais possível deixar que os russos estendessem sua zona de influência.

A posição das potências europeias diminuiu de importância a partir do momento em que a África passou a ser palco do confronto Comunismo x Democracia. No momento, são atores secundários com relativa influência sobre suas respectivas ex-colônias.

O último e mais importante ator é a própria África. O fato de ter recentemente se tornado independente e de ser sub-desenvolvida economicamente, faz dela um parceiro muito fraco.

A Balança do Poder — As potências ocidentais consideraram durante longo tempo que a África era tão-somente fonte limitada de matérias-primas e mercado para alguns pouco produtos industrializados. A persistência destes objetivos tradicionais se manifesta ao longo dos anos que se seguem à independência, através de relações econômicas marcadas pela vontade de conservar os mercados conquistados.

Nos últimos anos, novos objetivos explicam o aumento das tensões e a multiplicação de crises resultantes da inter-

venção das potências marxistas no Continente.

Hoje em dia, a África apresenta um interesse econômico considerável, um dos móveis da disputa entre as grandes potências. Ela detém, em sua região austral, uma grande parte das reservas mundiais de minerais, indispensáveis às indústrias modernas: cromo, cobalto, ouro, platina, urânio e diamante industrial.

É imprescindível para as grandes potências o acesso a esses recursos, pois eles são a chave de seu desenvolvimento econômico no futuro e, por conseguinte, de suas capacidades militares. Esta necessidade explica a multiplicação de tentativas para desestabilizar os regimes da África Austral por ambos os blocos, conforme suas conveniências.

A África tem igualmente um grande interesse estratégico. É essencial para os Estados europeus a rota para o petróleo do Oriente Médio. O aumento considerável da frota naval soviética no Oceano Índico, a presença de Forças Armadas soviéticas na Somália e o controle pelos russos sobre Aden podem pôr em perigo a rota do petróleo. A este respeito, a presença de forças francesas na República de Djibouti pode ser considerada como uma garantia. A importância dessa parte do mundo explica o fato de que o Oceano Índico tenha sido declarado "zona da paz", na superfície do mar e no espaço aéreo pela Assembleia Geral da ONU. Esta resolução não tem sido obedecida, daí ter aumentado a presença de forças militares da Rússia, EUA, França e Grã Bretanha na área.

A África é também o campo da competição ideológica. Ao se tornarem independentes os primeiros Estados africanos, optaram pela democracia liberal, copiando os modelos de sua ex-metropóles. Depois, diversos regimes adota-

ram o marxismo-leninismo como linha política: Angola, Moçambique, Etiópia, Somália, Madagáscar, República Popular do Congo, República Popular do Benin e a Guiné. Hoje, um rápido exame no mapa da África mostra que a posição de supremacia dos países democráticos vem diminuindo ao curso dos últimos anos.

A União Soviética tem bases aparentemente sólidas em Angola, Moçambique e Etiópia. Dispõe de meios para intervenção a grandes distâncias, e se beneficia igualmente de um braço armado, constituído pelo corpo expedicionário cubano e por elementos originários da Europa Oriental, que podem colocar em execução sua política sem que ela esteja diretamente envolvida nos conflitos. Esta precaução tem um duplo valor: de uma parte visa não criar uma situação que poderia ser considerada como provocação pelos EUA; de outra parte, Cuba, um pequeno país cuja população é em grande parte de raça negra e dispõe de prestígio por sua atividade revolucionária, goza de grande simpatia na África.

A situação atual leva a pensar que novos conflitos possam surgir. A África Austral é, em razão do interesse que representa, uma posição particularmente ameaçada. A Rodésia, depois de vários anos, conseguiu um acordo com as forças nacionalistas moderadas, mas as chances de sucesso são mínimas, em face da ação dos extremistas sustentados por Angola, Moçambique e Zâmbia. Outra questão é a Namíbia. Não se sabe ainda como será conseguida sua independência.

Até aqui os Estados Democráticos assistiram pacificamente os acontecimentos em Angola e Etiópia, mas provavelmente não poderão tolerar no futuro novos atos de expansão comunista, sob

pena de perderem o controle sobre a África.

A ÁFRICA AUSTRAL E OCIDENTAL

Na apreciação que fizemos sobre a África, chamaram nossa atenção as profundas transformações que sofreu no curto espaço das duas últimas décadas. Recém-safda de uma situação colonial, onde gozava de relativa estabilidade e paz, ela hoje apresenta um emaranhado de disputas. Esta nova situação é capaz de gerar outras significativas mudanças no continente e de produzir, como consequência, reflexos no cenário global da disputa entre as superpotências.

E é exatamente na África Austral e Ocidental que encontramos a zona mais conturbada e explosiva de todo o continente. Não seria mesmo nenhum exagero compará-la, na atualidade, ao Oriente Médio, tantos são os graves problemas ali existentes, sem solução pacífica à vista.

De fato, se nos detivermos um pouco na análise do que se passa naquela porção da África, particularmente na região austral, veremos que ali se chocam poderosos interesses das superpotências, temperados por fundas desavenças locais.

Posição Geoestratégica — Comecemos a análise discutindo seu valor estratégico. Qual a importância da localização da África Ocidental e Austral no conflito Democracia x Comunismo? Por que teriam os comunistas escolhido tal área para uma intervenção armada?

Admitamos, para tornar mais objetiva a discussão, que a área esteja sob o domínio da União Soviética ou sob o controle de países simpatizantes do comunismo.

A presença da URSS nessa parte do Continente Africano permitir-lhe-ia, quando necessário, exercer o controle

sobre a chamada "rota do Cabo" que, da Ásia, do Oriente Médio e da África Oriental demanda a Europa e as Américas. Uma interrupção nessa via teria efeitos altamente negativos para a Europa Ocidental e Estados Unidos, considerando-se que é através daquela rota que recebem 90% do combustível que consomem.

Uma segunda vantagem do estabelecimento de bases de apoio na área seria a facilidade de atuação na Antártida e nos Oceanos Índico e Atlântico Sul, em condições de disputar seus domínios aos Estados Unidos em situação bastante favorável, quando necessário.

Um terceiro aspecto a considerar seria a existência do ponto de apoio necessário a uma grande manobra estratégica envolvente que buscasse chegar aos Estados Unidos, através da África e das Américas do Sul e Central, evitando a barreira da Europa Ocidental.

Haveria ainda um quarto ponto que não poderíamos esquecer. Na expansão "pacífica" do comunismo, a via africana para chegar à América do Sul talvez seja mais promissora do que foi a cubana, considerando-se a liberdade de manobra que haveria e as relações históricas e culturais existentes, além da relativa proximidade. Tal linha de raciocínio parece justificar os últimos acontecimentos que ali se desenrolam e o empenho com que a União Soviética põe em execução sua estratégia africana, diretamente ou através de Cuba e de seus outros satélites. Por outro lado, fica claro que as potências democráticas não podem permitir a expansão do domínio comunista na região.

Importância Econômica — Os recursos minerais constituem a principal riqueza econômica da África Ocidental e Austral, e estão concentrados na África do Sul, na Rodésia, na Namíbia, no Zai-

re e em Zâmbia. Representam significativas parcelas das reservas mundiais. Assim, ali encontramos 96% do cromo existente no mundo, 40% do cobalto, 50% do ouro, 71% da platina e 80% do diamante. Em menor proporção temos: 13% do cobre, 5% do antimônio, 37% do manganês, 19% do vanádio, 14% do urânio, 6% do amianto, 17% do fluor, além de apreciáveis depósitos de petróleo em Angola, Gabão e Nigéria.

Os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, em menor proporção, dependem desses minerais para alimentar suas indústrias. Isso explica a intervenção franco-belga no conflito do Zaire em 1978, e poderá justificar atitudes semelhantes sempre que os Estados industrializados se vejam ameaçados em seus suprimentos. No momento, os países fornecedores de matérias-primas são simpatizantes do Mundo Democrático, mas tal situação está sob permanente ameaça em face da atuação das nações marxistas-leninistas.

A URSS, ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, só eventualmente depende da importação de matéria-prima africana. Mas, na luta pela implantação final do socialismo, não vacilará em tomar atitudes que privem aquelas nações dos recursos de que necessitam, precipitando acontecimentos de repercussão internacional.

Afinidades e Antagonismos — A situação de conflito latente ou declarado que vive a África Austral e Ocidental é fruto da existência de antagonismos e afinidades entre seus Estados. Cumpre observar que esta variedade de forças pode produzir diferentes associações de países. Assim, o sentimento anticolonial pode, hoje, unir as mesmas nações africanas que, amanhã, estarão em campos opositos, separados pelo conflito ideológico.

É, portanto, de fundamental importância a análise destas convergências e divergências de interesses entre Estados para a projeção da balança de poder.

Afinidades de Caráter Geral — Os Estados da África Ocidental e Austral, excluídos aqueles governados por minorias brancas (Rodésia e África do Sul), embora apresentem grande variedade de etnias, línguas e religiões, têm alguns traços de união.

O primeiro dos denominadores comuns é o nascimento de uma consciência africana com base em sua unidade racial global. A primeira grande manifestação desta identidade cultural é a luta contra o racismo do sul do continente. Não obstante todas as outras divergências existentes, esta convergência de interesses tem possibilitado uma atuação unida no foro internacional, e obtido significativas vitórias, particularmente no caso da Rodésia. Em outras situações, entretanto, tal unidade não tem sido mantida, mesmo na organização da Unidade Africana, provavelmente pela presença de vários interesses em jogo.

A outra força aglutinadora de caráter geral é o nacionalismo africano, que nasceu como protesto anticolonial e que ainda hoje tem como principal manifestação a reação a qualquer tipo de dominação ou interferência estrangeira. A opressão, as frustrações e as desigualdades socio-econômicas do período colonial são responsáveis por esse sentimento, que atinge principalmente as nações de passado colonialista e as superpotências.

Afinidades de Caráter Particular — A herança colonial comum, recebida através da língua, dos costumes e das estruturas político-administrativas, criou de-

terminadas afinidades entre as ex-colônias de uma mesma metrópole.

Após a independência, reforçaram-se esses vínculos com o ingresso das novas nações em associações de cooperação sob a liderança dos Estados coloniais. Assim, os países de língua inglesa foram admitidos no Commonwealth, e os de origem francesa uniram-se numa Comunidade Francesa.

Podem parecer estranhas tais associações, se considerarmos o sentimento anticolonial africano. Entretanto, elas se justificam na medida em que representam considerável auxílio ao desenvolvimento das ex-colônias. Mesmo assim, não deixam de ser uma forma de preservar os interesses políticos e econômicos dos países industrializados no Continente Africano.

Quanto às ex-colônias lusas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a luta pela independência e o apoio marxista-leninista romperam os vínculos com Portugal. Hoje constituem um outro grupo, ligado por heranças históricas mas, principalmente, por afinidades ideológicas.

Uma última afinidade a destacar é a que une a Rodésia à África do Sul: a discriminação racial, responsável por grande parte dos atritos na África Austral.

Antagonismos — Os grandes antagonismos que dividem a África Ocidental e Austral colocam de um lado a Rodésia e a África do Sul e do outro, os demais países. Três são os problemas causadores dessa formidável desavença: a política do "apartheid" desenvolvida pela África do Sul; a questão da independência e da organização político-administrativa e social da Rodésia; e a concessão de liberdade à Namíbia. Observe-se que na raiz de todos os problemas está a mesma questão: a discriminação racial.

A política do "apartheid" está baseada na crença do "desenvolvimento separado" da raça branca e da raça negra. Daí o aparecimento dos "bantu-tangs", espécie de "reservas" que ocupam 15% do território sul-africano, com certa autonomia administrativa, onde se pretende confinar a população negra que representa 70% do total do país. Essa organização político-social tem sido formalmente repudiada pela comunidade internacional em resoluções aprovadas na ONU.

Apesar disso, o Partido Nacionalista, dominante na África do Sul, teve seu mandato renovado, o que demonstra o apoio que os quatro milhões de brancos prestam ao governo e, por consequência, à sua política.

No plano internacional, o governo de Pretória, à exceção da Rodésia, não mantém relações com nenhum outro país africano, asiático ou do bloco socialista. As relações com os demais países apóiam-se, quase exclusivamente, em razões econômicas, uma vez que os governos evitam aproximação política com o Governo sul-africano, pelo receio de prejudicarem o relacionamento com os países afro-asiáticos.

Como a África do Sul dispõe de um complexo industrial bastante desenvolvido e diversificado, e grandes riquezas minerais em seu território, a minoria branca está capacitada a manter o "status quo" por muito tempo. Entendem os dirigentes sul-africanos que qualquer movimento de transferência de poder para a maioria negra significa o início da expulsão do homem branco do Continente Africano.

O segundo problema envolve a Rodésia, onde uma minoria branca de 250 mil habitantes exerce o controle, prati-

camente absoluto, sobre uma população negra de cerca de seis milhões.

A declaração unilateral de independência, em 1965, não foi reconhecida pela comunidade internacional, e o governo de Salisbury foi declarado ilegítimo pela ONU.

Pressionada internacionalmente por sanções políticas e econômicas e, internamente, pela guerrilha apoiada do exterior, a Rodésia negociou, no início de 1979, uma "solução interna" com os setores negros moderados. De acordo com esta resolução, os brancos, apesar de constituírem 4% da população, teriam 28% de assentos do Parlamento e, além disso, ficariam com o controle da polícia, das Forças Armadas e de outras instituições básicas, além de terem, no próprio Legislativo, poder de veto durante dez anos sobre quaisquer proposições. Por tudo isso, nem um único país, fora da África do Sul, deu seu apoio ao novo regime que se estabeleceu com a eleição do bispo Abel Muzorewa, um dos líderes negros que aceitaram a composição.

No início de agosto de 1979, foi aprovado, em Lusaka, por unanimidade, um plano de paz para a Rodésia, pela conferência de cúpula da Comunidade Britânica. Os principais pontos do documento são: trégua na guerra de guerrilha; realização de uma conferência constitucional de todas as partes; redação de uma nova Constituição que reduza a influência da minoria branca e realização de eleições supervisionadas pela Grã-Bretanha. Em princípio, tanto os guerrilheiros quanto o Primeiro-Ministro Abel Muzorewa aceitaram participar das negociações.

O terceiro e último problema é a questão da Namíbia, ex-África do Sul, antiga colônia alemã que vem sendo administrada pela África do Sul

desde o fim da Primeira Guerra Mundial, por mandato da Liga das Nações.

Não reconhecendo a ONU como sucessora legal da Liga das Nações, a África do Sul tem ignorado as resoluções daquela alta corte internacional que extinguiram seu mandato sobre a Namíbia e reconheceram o Movimento do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) como legítimo representante da população namíbia.

Apesar dos esforços dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, que apóiam Namíbia em sua luta para conseguir a independência, as negociações estão atualmente paralisadas.

Influências Externas — A fragilidade das estruturas políticas das jovens nações africanas e sua dependência econômica do exterior tornam a África presa fácil de manobras internacionais. A disputa, aliás, não se desenvolve apenas entre Estados Unidos e União Soviética. Quase duas décadas depois do auge do movimento de descolonização, algumas das antigas metrópoles ainda lutam para manter zonas de influência no continente.

A Presença dos Estados Unidos — Até o início da Administração Carter, pode-se dizer que os americanos estiveram ausentes da área, a não ser por sua participação na força de emergência da ONU que atuou na luta do Congo quando de sua independência. Para os EUA, a África era, ainda, área de manobra exclusiva das potências europeias.

Mesmo no caso da intervenção aberta dos Estados comunistas, por ocasião da independência das colônias portuguesas, a América não fez mais que elevar a voz em sinal de condenação às atitudes russa e cubana. Coincidência ou não, a verdade é que a União Soviética aprovei-

tou-se admiravelmente da situação interna americana que, traumatizada pelos acontecimentos do Vietname, não admitia que seu governo tomasse a atitude que o mundo livre reclamava.

Perceberam, mais tarde, Carter e seus assessores, que a ausência americana da África não podia ser suprida pela França ou pela Grã-Bretanha, e que tal fato estava criando um vazio que começava a ser ocupado pelos comunistas.

Buscando justificar moralmente sua participação nos assuntos africanos, os EUA escolheram o Sul da África como área principal de atuação, tendo, como bandeiras, a solução pacífica do problema racial e a independência da Namíbia. Além disso, no encaminhamento de sua política, têm procurado excluir qualquer idéia de intervenção, preferindo agir sobre de comum acordo com as Nações Unidas, com o Conselho de Segurança da ONU e, principalmente, com a Organização da Unidade Africana, como foi o caso da Guerra do Zaire em 1978. Essa forma de proceder tem conferido algum grau de confiabilidade à sua política.

Os americanos reconhecem que Moscou, Pequim e Havana levam grande vantagem, por terem chegado primeiro e escolhido os aliados mais convenientes. Entretanto, pensam que, buscando a solução dos problemas através da negociação, têm alguma vantagem sobre eles, que só admitem a vitória pela força.

Dando execução à sua política, os Estados Unidos condenaram formalmente os regimes de Salisbury e Pretória, e aplicaram severas sanções econômicas à Rodésia. Mas, têm buscado dialogar com as partes interessadas, mantendo aberta uma porta aos entendimentos.

Seu principal trabalho no momento é convencer a Rodésia e a África do Sul

de coesão entre as jovens nações e as antigas metrópoles.

A França é, provavelmente, o país europeu que mais influência tem no Continente. Isso ficou claro na V Conferência de Cúpula franco-africana que reuniu, em Paris, em 1978, 21 dos 49 chefes de Estados da África. Naquele encontro discutiu-se a criação de uma força interafricana, treinada e armada pela França, para contrabalançar a intervenção cubana. Na ocasião, a França tinha na África 14.195 militares em 19 países, dos quais Senegal, Costa do Marfim, Camarões (onde tem uma base), Gabão e Zaire na África Ocidental.

Também em 1978, como prova de sua presença atuante, as forças francesas interviveram no Zaire em socorro ao regime de Mobuto, certamente defendendo seus crescentes interesses econômicos naquele país.

Por outro lado, a participação da Grã-Bretanha é também bastante ativa nos assuntos africanos, em particular naqueles que dizem respeito ao sul do Continente. Como prova disso bastaria dizer que na última Conferência do Commonwealth, que reuniu 41 países, em Lusaka, no mês de agosto de 1979, o governo britânico conseguiu que fosse aprovado por unanimidade um plano de paz para a Rodésia que foi aceito por ambas as partes (guerrilheiros e Salisbury).

Balança do Poder — Antes de avaliarmos a situação de equilíbrio do poder entre as duas grandes correntes do pensamento mundial, torna-se necessário uma síntese da análise que fizemos até aqui.

Síntese da Conjuntura — Não resta a menor dúvida de que na África Austral joga-se uma cartada das mais decisivas

para a balança do poder entre comunismo e democracia.

Em primeiro lugar, e como pano de fundo, está a competição entre Estados Unidos e União Soviética. Lutam eles por maiores áreas de influência, em um conflito que aqui se agrava pela significativa importância geoestratégica da região e por suas apreciáveis riquezas minerais, de inestimável valor econômico e militar.

A existência de países declaradamente marxistas-leninistas, como Angola e Moçambique, o apoio que lhes presta o Mundo Comunista e, em particular, a presença de considerável efetivo militar cubano na área, dão ao conflito uma dimensão que ultrapassa o próprio continente.

A permanência daquelas tropas cubanas na África constitui um perigo para o Mundo Democrático pois é sabido que um milhar de homens bem armados, equipados e instruídos é suficiente para desestabilizar qualquer país africano tão pobres são suas forças armadas. Isto preocupa tanto quanto a existência dos regimes marxistas-leninistas.

Em segundo lugar está a luta do nacionalismo africano contra os regimes de minoria branca da Rodésia e da África do Sul. As últimas tentativas de acomodação por parte daqueles países, em especial a Rodésia, não têm tido sucesso, e a cada dia que passa parece aproximar-se a hora do confronto aberto, de consequências imprevisíveis para os destinos africanos.

A estratégia da União Soviética, tudo indica será "conquistar" primeiro a Rodésia para, então, com Angola, Moçambique e o apoio de Zâmbia compor o "cinturão" que isolará a África do Sul para o golpe final. Contam, para isso,

que estão defendendo causas perdidas e de que dispõem de melhores condições para negociar agora do que no futuro. Uma solução negociada será uma vitória da política americana, e poderá evitar que essa importante área caia em mãos comunistas, o que de outra forma, seria praticamente impossível.

A Presença Comunista — Na África Ocidental e Austral a presença comunista se faz, efetivamente, através de Cuba e outros satélites do leste europeu, de acordo com a estratégia concebida por Moscou.

Até o início da presente década, a situação comunista tinha por base intensas relações diplomáticas, alguma ajuda econômica e militar e considerável intercâmbio cultural (formação de profissionais africanos nas escolas do leste europeu e na própria União Soviética).

Foram as guerras de libertação das colônias portuguesas que proporcionaram a oportunidade, aliás muito bem aproveitada, para a criação de regimes marxistas em áreas de grande valor econômico e estratégico, como são Angola e Moçambique.

Embora a estratégia russa seja bastante flexível, aproveitando as oportunidades surgidas com rara eficiência, é possível distinguir aqui quatro objetivos previamente fixados. O primeiro, de caráter global e permanente, é a expansão da área de influência até o completo domínio daquela posição estratégica. Os outros dois são temporários e conjunturais: consolidar os atuais regimes de Angola e Moçambique; criar em Angola e Moçambique aliados fiéis e dependentes, a partir de cujos territórios se possa levar a subversão aos países vizinhos; e, quebrar a resistência das minorias brancas da Rodésia e da África do Sul como

primeiro passo para a comunização da área.

Para alcançar esses objetivos, os russos se têm valido de métodos indiretos que lhes permitem prosseguir em sua estratégia expansionista sem pôr em risco a política da "detente". Cuba, por exemplo, com seus 20 mil soldados e talvez 10 mil civis em Angola, é um instrumento muito conveniente, pois não faz parte do Pacto de Varsóvia e se declara oficialmente como país "não alinhado". Além disso, os cubanos são muito mais aceitáveis para os africanos, por razões étnico-culturais, que a presença de soldados de uma potência completamente estranha.

Entretanto, esta estratégia tem encontrado alguns obstáculos. Assim, apesar dos esforços cubanos, os grupos guerrilheiros que contestam o regime de Luanda continuam atuando; o efetivo militar cubano em Angola já começa a causar incômodos a certos setores dirigentes e ao povo; a falta de competitividade da economia russa impede o aumento de seu comércio com os africanos e limita o financiamento de projetos de desenvolvimento.

A realidade é que as ex-colônias portuguesas, apesar de se dizerem marxistas-leninistas e de aceitarem a cooperação comunista (e até a proteção militar, como em Angola), ainda não se "satelitzaram". Ao contrário, têm procurado manter abertas as portas à colaboração dos Estados industrializados da Europa e dos Estados Unidos.

A Presença das Antigas Metrópoles — A França e a Grã-Bretanha, embora como atores secundários, têm ainda, efectiva presença na África. A cooperação que prestam às respectivas ex-colônias, através das associações que lideram, têm servido para manter determinado grau

com o sentimento anti-racista dos africanos, apoiado por todo o mundo.

Para as democracias o momento é delicado pois têm que participar do movimento para derrubar do poder as minorias brancas, mas não podem perder o apoio da Rodésia e, principalmente, da África do Sul. A saída encontrada pelos Estados Unidos foi conseguir uma solução de compromisso que atenda ao problema racial, sem necessidade de apelar para a luta armada, mantendo, assim, a influência das democracias na área.

Um terceiro ponto explosivo é a questão da Namíbia. A África do Sul recusa conceder-lhe independência, apesar das resoluções favoráveis das Nações Unidas. E a luta guerrilheira prossegue, inclusive com o beneplácito da ONU e o apoio das nações africanas, num desdobramento do conflito contra as minorias brancas.

Por fim, devemos considerar as guerrilhas que atuam na região, com decidido apoio dos territórios vizinhos, num claro atentado da intenção de promover a desestabilização dos regimes existentes. Elas nada mais são que a exteriorização violenta da situação conflitiva da África Austral.

Assim, os guerrilheiros de Shaba (Zaire) são apoiados do território de Angola; o grupo FLNA (Angola) recebe ajuda do lado do Zaire, a UNITA (também de Angola) tem bases de apoio na África do Sul; a SWAPO (Namíbia) é, inclusive, treinada em Angola; os guerrilheiros da Rodésia têm seus "santuários" em Zâmbia e Moçambique.

Aspectos Estratégicos e Políticos — Entre os 27 países da área, apenas cinco têm influência predominante do campo socialista: Angola, Moçambique, Congo, Benin e Guiné. A importância de Angola e Moçambique e os últimos aconteci-

mentos indicam que na região austral se joga uma cartada das mais decisivas para os destinos da África e talvez para a América.

Do ponto-de-vista estratégico, a posição do Mundo Democrático ainda é sólida. Domina a maior parte da área, bem coroado seus pontos críticos, e o Mundo Comunista enfrenta problemas para consolidar suas recentes conquistas.

No campo político, as democracias têm a desvantagem do passado colonialista, mas, em compensação, dispõem de suficientes recursos para poder cooperar técnica e financeiramente com o desenvolvimento africano. Têm pela frente, no momento, o delicado problema da discriminação racial e a questão da Namíbia. Deverão agir com cautela para manter sua influência ali após as mudanças político-sociais que parecem inevitáveis.

O comunismo, por sua vez, é beneficiado politicamente pela ausência de passado colonial e por sua posição em face da discriminação racial e da exploração neocolonialista. Entretanto, a falta de competitividade da economia russa não lhe permite participar da vida econômica africana na medida de suas necessidades. Isso tem retardado a consolidação dos regimes socialistas da África, que se sentem obrigados a manter abertas duas economias aos interesses dos países industrializados da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Além disso, a longa permanência de tropas cubanas em Angola pode prejudicar sua imagem libertadora e transformá-la em "forças de ocupação", precipitando mudanças radicais em termos políticos e estratégicos.

A situação atual indica que os conflitos podem continuar a evoluir, mas é pouco provável que as potências demo-

cráticas aceitem pacificamente a expansão do comunismo. A intervenção de 1978 no Zaire pode ser o anúncio de uma nova estratégia.

O BRASIL E A ÁFRICA AUSTRAL E OCIDENTAL

De acordo com a teoria da translação das massas continentais, a África e a América do Sul constituíram, há milhões de anos, um todo geográfico. Atualmente, entretanto, apesar de continuarmos vizinhos, "unidos" pelo Oceano Atlântico, a verdade é que nos encontramos tão distantes, que nos desconhecemos.

E, agora, quando buscamos uma maior aproximação com as nações africanas, aquele fato geológico poderia servir como símbolo para o estreitamento de nossas relações.

O Interesse Brasileiro — Antes de mais nada, devemos ter presente que nosso interesse pela África não coincide com o das potências industrializadas. Nós desejamos penetrar no continente e eles, ao contrário, estão lutando por suas permanências e para evitar concorrentes. Por outro lado, a alteração pretendida pelos comunistas, também não nos interessa. Necessitamos de uma África independente com a qual possamos dialogar livremente.

Após a premissa, cabe afastar as ideias ufanistas de substituir as antigas potências coloniais e obter no continente africano uma posição de liderança. Ou ainda, a pretensão de que nos caberia, em curto prazo, um papel de relevo como "potência emergente" e herdeira da influência portuguesa. Mesmo a criação de uma comunidade afro-luso-brasileira parece um ideal longínquo e inatingível, enquanto não se criarem condições

necessárias à aceitação da idéia pelos africanos.

Em suma, devemos concordar que faltam ainda ao Brasil as estruturas políticas e econômicas para arcar com as responsabilidades e consequências de um papel de importância no cenário africano. Contudo, não é menos verdadeira a constatação de que somos potencialmente uma grande nação e de que devemos preparar o nosso futuro.

É nesta linha de pensamento que procuraremos identificar nossos interesses africanos, dividindo-os em duas categorias: econômicos e políticos. No campo econômico temos, fundamentalmente de:

- explorar os mercados potencialmente importantes para a colocação de nossos produtos de exportação;
- assegurar a importação de matérias-primas críticas, como o petróleo.

Já os interesses políticos, ou geopolíticos, estão intimamente relacionados com a segurança nacional e com o fortalecimento de nossa posição no âmbito regional. Em primeiro lugar, como estamos tão próximos da África, não gostaríamos de ter ali governos hostis aos nossos propósitos e ao nosso modo de vida. Em segundo lugar, é de nosso interesse que as nações africanas nos tenham como interlocutor realista, de credibilidade e identificado com o mundo subdesenvolvido, e, por fim, desejamos que os princípios de autodeterminação e não-intervenção sejam respeitados, de modo que os africanos possam escolher livremente seus parceiros, entre os quais pensamos nos incluir.

Um Objetivo Político para o Brasil — Os quadros mundial e africano que traçamos nos capítulos anteriores, e agora os interesses nacionais, permitem que es-

bocemos um objetivo político para o Brasil em seu relacionamento com a África. Este objetivo, embora estruturado sobre bases atuais e concretas, não deve perder de vista o futuro, e pode ser assim enunciado: desenvolver relações com os países africanos, a fim de conquistar mercados, assegurar o fornecimento de matérias-primas críticas e criar vínculos de interesse para uma estratégia futura.

Vantagens e Óbices — Escolhido o objetivo, cabe agora identificar os aspectos que favorecem o desenvolvimento de nossa estratégia e os obstáculos a eliminar ou, pelo menos, neutralizar para a consecução da meta final.

Campo Geográfico — É fora de dúvida que a relativa proximidade da costa africana favorece nosso inter-relacionamento. Além disso, sendo a posição do Brasil em relação ao equador igual à da África, os aspectos fisiográficos, como o clima e a vegetação, são semelhantes. Tal fato favorece o intercâmbio na medida em que nossas soluções, nossos produtos e nossa técnica têm condições de se adaptar ao meio ambiente africano. Mas, de outra parte, isso nos torna competidores quanto à produção de certos produtos tropicais como o cacau e o café.

Campo Psicossocial — Do ponto-de-vista histórico e cultural, existe, como sabemos, alguma identidade que facilita nossa aproximação, principalmente com as ex-colônias portuguesas. Entretanto, de todos estes aspectos o trunfo mais importante em relação aos nossos competidores, americanos, europeus e asiáticos, é a língua. A identidade de idioma tem permitido que o Brasil prepare um número sempre crescente de técnicos para as nações de língua portuguesa, os

quais serão uma das cunhas que introduziremos na África.

Campo Econômico — A primeira grande vantagem do Brasil na área econômica é nossa capacidade para oferecer serviços, artigos manufaturados e tecnologia de nível intermediário, muito mais aplicáveis às atuais circunstâncias sócio-econômicas da África do que os de tecnologia sofisticada produzidos pelos países industrializados.

Isso vem sendo demonstrado com a exportação crescente de produtos, como máquinas de costura manuais, chuveiros elétricos, bicicletas de aro reforçado, ferramentas simples, veículos para estradas não asfaltadas, etc.

Outra vantagem importante em favor de nossa posição como fonte de suprimento e tecnologia adaptados às condições reais do atual estágio de desenvolvimento da África consiste em que este intercâmbio não implica em comprometimento ideológico. E, mais que isto, significa uma abertura para o Terceiro Mundo, dentro, portanto, da filosofia de atuação dos países em desenvolvimento.

Há, entretanto, nessa área, quatro rios obstáculos:

- o fraco poder aquisitivo da maioria das nações africanas;
- os laços econômicos que unem a África com a Europa e os Estados Unidos;
- o pequeno número de produtos africanos de interesse para o mercado brasileiro;
- a falta de financiamento para as nossas exportações, em quantidade e condições adequadas ao mercado africano.

Campo Político — Aqui estão, em nosso entendimento, os principais óbices ao relacionamento Brasil-África:

— as influências externas que condicionam de maneira restritiva as relações africanas;

— as desconfianças em face da posição que assumimos por ocasião do processo de independência das colônias portuguesas. O apoio que prestamos a Portugal nos marcou profundamente, a ponto de Angola e Moçambique não temem, até hoje, designado representante diplomático em Brasília;

— a propaganda internacional que se fez até recentemente contra o Brasil, tachando-nos de "fascistas". O termo, altamente negativo, nos transformou, aos olhos de certas nações africanas, numa espécie de África do Sul da América;

— e, por fim, a presença cubana, especialmente em Angola. A oposição entre nossos regimes acaba por atingir os governos africanos, dificultando o intercâmbio.

A chamada abertura política brasileira e a ênfase de nosso governo em relação à África têm conseguido alguns resultados positivos, mas a eliminação daqueles obstáculos só será possível após persistente e demorado esforço.

Uma Estratégia — Em função da conjuntura, do objetivo político, das vantagens e dos óbices, estabelecemos os seguintes fundamentos estratégicos:

1º — Os óbices e a própria natureza do objetivo visado indicam que a estratégia deverá ser programada a longo prazo.

2º — Nossa linha de conduta política deverá acatar os princípios universalmente aceitos, solidarizar-se com o mundo subdesenvolvido e respeitar a realidade africana, a fim de ganharmos credibilidade como parceiro político.

3º — Para manter um alto grau de liberdade de manobra no futuro, devemos

apoiar e estimular o respeito local aos princípios de não-intervenção e autodeterminação, e atuar de forma independente.

4º — O esforço da ação estratégica deverá ser concentrado sobre as áreas de menor resistência e de maior interesse econômico imediato. No caso, as ex-colônias portuguesas, especialmente Angola e Moçambique, e a Nigéria, pela amplitude do mercado e produção de petróleo.

5º — Para evitar desequilíbrios em nossas relações, procuraremos ampliar a penetração já obtida nos quadros das nações africanas que integram o Commonwealth e a Comunidade Francesa, mantendo relações prioritárias com suas nações líderes no continente (Nigéria, Costa do Marfim e Senegal).

6º — No quadro das relações bilaterais, dar ênfase à harmonização dos interesses nacionais, ao comércio, à propaganda, à cooperação na formação de pessoal técnico e à promoção de visitas ao Brasil por autoridades e personalidades africanas.

7º — Nas áreas de pequeno interesse econômico, mas de valor político, prover a penetração através da cooperação para o desenvolvimento e contratos de serviço.

Consideração Final — Não podemos nos esquecer de que nosso interesse pela África não coincide nem com o da superpotências nem com o das demais nações que ali estão presentes. Na verdade, eles estão em oposição, e se chocarão à medida que aumente nossa participação na área. Assim, nossa estratégia deve visar mais a própria África, de modo a conquistar-lhe primeiro a confiança e depois o mercado.

CONCLUSÕES

No conflito mundial entre democracia e comunismo, a vitória final dependerá do rumo que tomar o Terceiro Mundo na luta que empreende para resolver seus problemas cruciais que, em muitos casos, são a fome e a miséria. Vencerá aquele que oferecer a solução mais adequada ou, como querem alguns analistas, a mais atraente.

Embora esta competição pelo domínio da humanidade seja global e permanente, é possível distinguir, ao longo do tempo, perfodos críticos, localizados, e com sinais evidentes da participação das superpotências. A primeira dessas grandes crises aconteceu logo após a Segunda Guerra Mundial, quando se dá a comunização do leste europeu. Depois, veio a Ásia, cujo ciclo se encerra com a retirada das tropas americanas do Vietname. Agora, parece, o conflito se desloca para a África, particularmente depois que o comunismo realizou ali, pela primeira vez, uma intervenção armada que, até então, era privilégio das democracias.

Na África, a julgar pelos últimos acontecimentos, a área austral é o palco escolhido pelo comunismo para jogar uma cartada decisiva. O valor estratégico da região, sua importância econômica, a fragilidade das estruturas políticas e econômicas das jovens nações, o sentimento anticolonial e anti-racista dos africanos e a presença de países que se declararam marxistas-leninistas são motivos mais que suficientes para a evolução explosiva da crise.

No momento, os regimes comunistas recentemente implantados estão em fase de consolidação, e a balança do poder ainda favorece às democracias que têm a simpatia das maiorias das nações e

controlam os pontos estratégicos e recursos econômicos mais importantes.

O Brasil, que se defronta com aquela parte da África e tem a pretensão de tornar importante parceiro econômico político das jovens nações africanas, acompanha de perto e com interesse o desenvolver dos acontecimentos. Nessa estratégia, nesta conjuntura, deve respeitar a realidade africana, para que possamos ganhar sua confiança, e deve ser suficientemente independente para não proporcionar um alto grau de liberdade de manobra no futuro.

BIBLIOGRAFIA

1. ADELMAN, Kenneth L. *The Cold African States*. In: *Current History*. Philadelphia, 76(1): 32-8, abr 1977.
2. ÁFRICA. In: *Veja*. São Paulo, 45(1): 32-8, abr 1977.
3. ÁFRICA — Antigas Colônias Portuguesas São Alvo de Atenções Muito Especiais. In: *Visão*. São Paulo, 52(11): 30 mai 1979.
4. ÁFRICA — Uma Luta em Casa. In: *W*. São Paulo, 508(1): 44-5, mai 1978.
5. ÁFRICA: Um Continente Emergente. In: *Nueva Sociedad*. San José, Costa Rica, 39(1): 5-190, nov/dez 1978.
6. ALEIXO, José Carlos Brandi. *A natureza das relações internacionais*. Rio de Janeiro, s. ed. 1979. Conferência na Escola de Estado-Maior do Exército, 1979.
7. AZAMBUJA, Ten Cel et alii. *África Atlântica: Aspectos Políticos e Econômicos*. Rio de Janeiro, s. ed. 1978. Trabalho em Grupo na Escola de Comando Estado-Maior do Exército, 1978.
8. BRASIL mantém diretriz internacional. In: *Visão*. São Paulo, 52(11): 51-63, maio 1979.
9. CARVALHO, Delgado. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1971. 284p.
10. EXTERNAL intervention in Africa. In: *Survival International Institute for Strategic Studies*. Londres, nov/dez 1978. p.268.

FILHO, CMG Pedro Steenhagen. *A Importância Estratégica da África para a Segurança Nacional* (Monografia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1978.

FONTAINE, Roger W. Estratégia Cubana na África: A Rota da Ambição. In: *Jornal do Brasil - Caderno Especial*. Rio de Janeiro, 12 ago 1979, p.5.

GEORGE, Pierre. *Panorama do Mundo Atual / Panorama du Monde Actuel* / Trad por Pedro de Alcântara Figueira. Rio de Janeiro, DIFEL, 1976, 260p.

HOWE, Russell Warren. United States Policy in Africa. In: *Current History*. Philadelphia, 76(1): 97-100, mar 1979.

HULL, Richard W. Rhodesia in crisis. In: *Current History*. Philadelphia, 76(1): 105-9, mar 1979.

JUNIOR, Cruz. A África em movimento. In: *Anais do Clube Militar Naval*. Lisboa, jan/mar 9178, p. 73.

LANZARINI, Mario. Un punto de vista sobre la presencia soviética en África. In:

- Boletin de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, 1977, p. 41.
18. LAVROFF, Dimitri-Georges. Les enjeux africains. In: *Defense Nationale*. Paris, dez 1978, p. 5.
19. MARQUES, Ludovico. *Ação do Movimento Comunista Internacional* (Monografia). Biblioteca da Escola de Guerra Naval, 1978.
20. PENA, J. O. de Meira. *Política Externa – Segurança e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, AGIR, 1967, 208p.
21. PEREIRA, Roberto Campos. Ação do Movimento Comunista Internacional na África Austral e Ocidental. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 678(1): 35, jul/ago 1978.
22. TECNOLOGIA brasileira operando em três continentes. In: *Comércio e Mercado*. Rio de Janeiro, nov 1978, p. 20.
23. SENGHOR, Henri Arphang. A África – Atualidade e Perspectivas. Rio de Janeiro, s. ed. 1968. Conferência na Escola Superior de Guerra, 13 set 1968.



O Coronel de Infantaria Tamayo Pereira das Neves é da Turma de 1954, promovido ao posto atual, por merecimento, em 30 de abril de 1980. Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Curso Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval. Entre as funções recentemente exercidas destaca-se a de Comandante do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, DF. O presente trabalho é uma monografia realizada no Curso Superior de Comando da Escola de Guerra Naval, que o autor frequentou em 1979.



A PETROBRÁS E O PROCESSO DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE ENERGIA

Paulo Vieira Belotti

Para maior clareza na exposição do processo de investimento no setor petróleo convém, preliminarmente, recordar tanto as circunstâncias que tornaram necessária a implantação da indústria petrolífera em nosso País, quanto os argumentos que justificaram que esta implantação fosse feita através de um monopólio estatal.

O surto industrial iniciado no Brasil como consequência da retratação imposta ao comércio internacional pela II Grande Guerra, alterou significativamente a estrutura do balanço energético nacional. De acordo com dados levantados pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, o crescimento anual médio do consumo de energia do País foi de somente 2,8% durante a última Grande Guerra. No pós-guerra acelerou-se a expansão da demanda energética, registrando-se uma taxa de 7,2% a.a. entre 1945 e 1952. Esta aceleração torna-se ainda mais significativa se considerarmos que, neste

período, intensificou-se a substituição das fontes não comerciais de produção de energia pelo petróleo. Assim, a participação dos combustíveis derivados de petróleo na oferta global de energia, que se mantivera praticamente inalterada durante a guerra, elevou-se de 17% em 1945 para mais de 41% em 1952.

Como eram incipientes a produção nacional de petróleo e a capacidade de refino do País, o atendimento da crescente demanda de combustíveis líquidos passou a onerar pesada e progressivamente o nosso balanço de pagamentos, chegando a 12% do valor total de nossas exportações em 1951 e elevando-se para 18% no ano seguinte. Estes percentuais, que hoje seriam considerados extremamente favoráveis para nossa economia, constituiam-se, no estágio em que ela se encontrava, séria ameaça à continuidade de seu processo de industrialização. Para fazer frente a esta ameaça, impunha-se implantar rapidamente, em nosso País,

uma indústria petrolífera que, assegurando o atendimento da demanda interna de combustíveis líquidos, aliviasse nosso balanço de pagamentos pela redução progressiva do peso dos derivados de petróleo.

Tendo em vista que o empresariado nacional não dispunha dos vultosos recursos exigidos pelo empreendimento e aos consórcios internacionais não interessava realizá-lo, notadamente na parte relativa à pesquisa de petróleo, restava ao Estado assumir a responsabilidade pela implantação da indústria petrolífera nacional, o que foi feito com a instituição do monopólio estatal no setor, através da Lei 2.004, de 03.10.1953.

As atividades de execução do monopólio — exploração, produção, refinação e transporte — foram conferidas a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, cabendo ao Conselho Nacional do Petróleo — CNP — orientar e fiscalizar a política governamental para o setor, superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo e derivados, bem como fixar o preço destes últimos.

Para que pudesse cumprir suas finalidades, a PETROBRÁS foi definida como um serviço público descentralizado que deveria assumir a forma e o estilo das grandes sociedades privadas. Assim, o seu sucesso dependeria tanto de uma concepção básica de organização adequada à grande empresa moderna e às peculiaridades da indústria de petróleo, quanto da criação de instrumentos capazes de permitir ao governo o efetivo exercício de seu controle sobre ela, sem restringir-lhe a flexibilidade de gestão que o legislador reconhecia como indispensável para a plena consumação de seus objetivos.

Tendo em vista a ampla diferenciação e o elevado grau de interdependência que caracterizam os segmentos que constituem a indústria do petróleo, a estrutura da PETROBRÁS assumiu uma forma que, possibilitando a especialização e a integração de suas atividades, assegurou condições para que o desenvolvimento do sistema, em seu conjunto, se processasse de maneira harmônica e com aumento de seus padrões de eficiência operacional, como vem ocorrendo até hoje.

Os instrumentos destinados a possibilizar o controle governamental sobre a PETROBRÁS, sem restringir-lhe a flexibilidade indispensável para o exercício de sua gestão, foram sendo continuamente aperfeiçoados, valendo destacar a Reforma Administrativa iniciada pela promulgação de Decreto Lei 200 de 25.01.1967. A partir daí, através de numerosos textos legais, criou-se o Sistema de Planejamento Federal que hoje establece as diretrizes básicas, orienta e controla a ação governamental no campo econômico e social, coordenando a elaboração, promovendo a integração e acompanhando o exercício dos planos e programas regionais e setoriais.

O aperfeiçoamento deste Sistema vem sendo buscado através de diversas iniciativas entre as quais se inclui a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais — SEST. Entretanto, muito ainda há por fazer para que seja plenamente alcançado o objetivo do Sistema de Planejamento Federal.

Embora o mercado internacional do petróleo atravesses momentaneamente uma situação favorável em matéria de abastecimento mundial, caracterizada especialmente pela retração da demanda e por preços estáveis, essa conjuntura não muda as perspectivas da necessidade

de minorar a participação relativa do petróleo na estrutura energética mundial. Assim, o planejamento energético, especialmente nos países dependentes de suprimento externo do petróleo, deve persistir no aproveitamento de fontes energéticas próprias, bem como na redução do consumo de petróleo, de forma a minimizar os gastos cambiais.

O concurso da empresa pública neste particular é altamente significativo, tendo em vista seus vínculos mais estreitos com o planejamento e objetivos governamentais.

A intensificação do planejamento governamental na área energética é uma tendência internacional nos países de economia de mercado. Nos Estados Unidos, por exemplo, o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas não está desvinculado de uma coordenação pelo Governo, que conta como uma empresa pública (SYNFUEL CORPORATION) para, em associação com empresas privadas, desenvolver a produção de combustíveis sintéticos.

Em que pese a redução do ritmo de crescimento da demanda mundial de energia e os esforços para o desenvolvimento de fontes alternativas, o petróleo deverá continuar sendo a principal fonte energética ainda por muito tempo. Também no Brasil, a projeção do comportamento do consumo de energia primária, elaborada pelo Ministério das Minas e Energia, indica que a participação do petróleo continuará relevante, embora gradativamente, como consequência direta da Política Energética do Governo no esforço de conservar e substituir o petróleo.

Embora com sacrifícios, é indiscutível que o País dispõe de meios para ajustar sua economia à nova realidade mundial, preservando o seu desenvolvimento

econômico. E, dentro desse objetivo, a PETROBRÁS se constitui num instrumento decisivo, não só no sentido de aumentar a disponibilidade nacional de hidrocarbonetos, como também pela contribuição, em termos de economia de divisas, decorrente de suas atividades de abastecimento — comercialização, transporte e refinação do petróleo — e do trabalho de suas subsidiárias nos setores da petroquímica, fertilizantes, mineração, distribuição, comércio internacional, e exploração e produção de petróleo no exterior.

Por ser empresa estatal, na programação de suas atividades a PETROBRÁS coloca sempre em primeiro plano os objetivos e diretrizes nacionais, que se sobrepõem às motivações puramente empresariais. Dessa forma, mesmo em detrimento do lucro — principal fonte de seus recursos — a PETROBRÁS procura contribuir efetivamente para a redução do desequilíbrio cambial e do ritmo do processo inflacionário.

Tratando-se de empresa pública, que tem os preços dos seus produtos fixados pelo Governo e que cumpre diretrizes de interesse nacional, a formação do lucro fica, de fato, condicionada ao atendimento daquelas diretrizes e ao esforço permanente de minimização de custos. No entanto, a PETROBRÁS não pode prescindir de lucro compatível com seus elevados investimentos, principalmente na área de exploração e de produção de petróleo.

No campo da exploração, os investimentos são orientados no sentido de definir o potencial petrolífero do País no menor prazo possível. O conhecimento geológico de uma área e as sutilezas características de determinados prospectos fazem com que a exploração de petróleo seja um processo que obede-

ce a uma seqüência de fases. O esforço exploratório vem sendo orientado com base em informações geológicas, as mais completas possíveis, evitando-se deste modo os desperdícios ocasionados pelas perfurações ao acaso, pois deve-se ter presente que a parcela mais representativa dos gastos exploratórios (cerca de 80%) refere-se à perfuração, e 20% relativos a estudos geológicos que precedem a locação do poço a perfurar. Gasta-se, portanto, 20% em busca de garantias para a principal parcela do investimento. É por isso que a intensificação das perfurações exploratórias se dá nas áreas mais promissoras, definidas por investigações geológicas e geofísicas e pelos resultados das perfurações pioneiros. A atuação da empresa se faz, portanto, de modo a maximizar a eficiência da aplicação dos recursos disponíveis.

As atividades de exploração e produção de petróleo, desde a criação da PETROBRÁS, vêm recebendo prioridade sobre as demais e seus investimentos têm apresentado tendência crescente. Em termos reais, ou seja, a preços médios do 1º semestre de 1981, as aplicações, que em 1961 eram da ordem de Cr\$ 11,6 bilhões, elevaram-se para Cr\$ 18,5 bilhões em 1968, atingindo Cr\$ 28,5 bilhões em 1973. Em 1980, essas aplicações somaram Cr\$ 123,4 bilhões e, no ano em curso deverão alcançar cerca de Cr\$ 200 bilhões, ou seja 88% dos investimentos diretos da Companhia. (Quadros I e II).

O Plano de Atividades da PETROBRÁS para o período 1981/85 estabelece que a pesquisa, exploração e desenvolvimento da produção de petróleo continuará absorvendo a maior parcela dos recursos disponíveis pela Empresa. Não se pode desconhecer a dificuldade tec-

nológica para a exploração de petróleo nas bacias sedimentares brasileiras denominadas paleozóicas. O progresso verificado na tecnologia da geofísica está em grande parte vencendo essa dificuldade.

QUADRO I

Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS Investimentos em Exploração e Produção

Cr\$ 1.000

A preços médios do 1º sem/1981

Anos	Total
1954	608.595
1955	2.133.532
1956	3.713.342
1957	7.374.942
1958	10.817.872
1959	8.355.038
1960	8.592.714
1961	11.565.266
1962	13.818.488
1963	15.137.938
1964	15.688.945
1965	18.437.446
1966	18.440.194
1967	18.824.841
1968	18.493.256
1969	20.133.578
1970	23.875.862
1971	20.246.074
1972	24.315.156
1973	28.519.172
1974	36.776.296
1975	50.232.045
1976	62.512.809
1977	70.422.928
1978	83.681.755
1979	99.078.809
1980	123.431.019
1981 (*)	202.110.000

(*) Previsão constante do Programa de Dispêndios Globais — 1981.

QUADRO II

Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS
Previsão dos Investimentos Diretos
em 1981

Atividade	Valor (Cr\$ milhões)	%
Exploração e Produção	202.110	87,8
Refinaria	7.933	3,4
Transporte e Terminais	17.022	7,4
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	1.693	0,7
Xisto	940	0,4
Carvão	372	0,2
Administração e Comercialização	153	0,1
Total	230.223	100,0

Esse tipo de bacia, que ocupa 85% da área sedimentar terrestre brasileira, retém somente 1% das reservas mundiais, enquanto que o tipo de bacia onde se encontra cerca de 50% das reservas mundiais não existe no Brasil.

Apesar das dificuldades de ordem geológica, os resultados alcançados são altamente compensadores. Foram descobertos cerca de 3 bilhões de barris de petróleo em forma de óleo, gás natural e líquido de gás natural. As reservas atuais de petróleo já permitem aumentar a produção da ordem de 224.000 b/d, para cerca de 400.000 barris por dia em 1985, propiciando uma economia de divisas superior a US\$ 4,5 bilhões por ano, aos preços atuais do petróleo.

Ainda no tocante à exploração, tendo em vista o objetivo de se avaliar o po-

tencial petrolífero do País no mais breve prazo, o programa para o quinquênio estabelece a prospecção das áreas reservadas para a exploração direta da PETROBRÁS, com ênfase na plataforma continental. Acha-se programado o levantamento de 320 mil km de linhas sísmicas na plataforma continental, sendo 100 mil km em água com profundidade superior a 200 metros, e de cerca de 50 mil km de perfis sismográficos nas bacias terrestres, de forma a permitir a perfuração exploratória eficiente de cerca de 3 milhões de metros no mar e de 2 milhões em áreas terrestres.

Essas atividades estão conjugadas com estratégias de produção que permitem colocar em regime operacional, no mais curto prazo possível, os campos descobertos, dentro das melhores práticas conhecidas pela indústria do petróleo para maximizar a recuperação do óleo contido nos reservatórios. Além disso, serão realizados os investimentos necessários à operação de campos resultantes das futuras descobertas no período, dentro do objetivo de procurar alcançar a meta governamental de um nível de produção global de 500 mil barris por dia em 1985, meta compatível com índices de sucesso obtidos pela empresa nos últimos anos.

Paralelamente ao incessante trabalho para aumentar a oferta interna de hidrocarbonetos, a PETROBRÁS consolidou a implantação da infra-estrutura industrial e de serviços indispensáveis ao pleno atendimento das necessidades nacionais de petróleo e seus derivados.

Os investimentos nas atividades de refinaria, transporte e comercialização, que compõem o sistema de abastecimento, são orientados de forma integrada, a fim de minimizar os custos a serem transferidos para o consumidor e dentro

do objetivo global de contribuir para a economia de divisas. Neste particular, cumpre ressaltar o papel da empresa pública em assegurar a continuidade no atendimento do mercado de derivados em um País de proporções continentais, que conta com regiões de difícil acesso.

A atividade de refinação desenvolvida pela Companhia ao longo do tempo teve como finalidade precípua alcançar e manter a auto-suficiência na produção de derivados de petróleo, com vistas não só a reduzir o dispêndio de divisas com importação destes produtos, como, ainda, gerar recursos indispensáveis aos sempre crescentes programas de investimento, notadamente na exploração e produção de petróleo. A localização e a estrutura de produção das refinarias da Companhia têm sido estabelecidas em consonância com as características do mercado nacional, levando-se em consideração as suas necessidades regionais, procurando minimizar, além dos custos de refinação, os do transporte de petróleo e derivados.

A capacidade de refinação da PETROBRÁS contempla folga adequada às flutuações do mercado interno e aos riscos de paralisação acidental de alguma refinaria, além de permitir maior flexibilidade na escolha do elenco de petróleos, o que possibilita maior economia cambial. Essa folga de capacidade tem sido utilizada para a exportação de eventuais excedentes, com vantagem cambial para o País.

As atividades de transporte (transporte marítimo, terminais e dutos) têm por objetivo o pleno atendimento do mercado nacional, quanto à natureza, à qualidade e à quantidade de produtos, em tempo e local pré-determinados, com adequada continuidade e ao menor custo global. Neste setor, sobressaem os in-

vestimentos em transporte marítimo destinados a reduzir os gastos cambiais com afretamento de navios. O dimensionamento e a estrutura da frota de petroleiros, entre navios próprios e afretados, levam em conta, também, as perspectivas do mercado internacional de petroleiros. Na cabotagem, a análise dos investimentos procura avaliar a maneira mais econômica de, gradualmente, atender ao preceito constitucional de auto-suficiência.

O planejamento do transporte marítimo de petróleo e derivados considera os reflexos na atividade de construção naval do País, que hoje ocupa lugar de vanguarda na América Latina e tem a PETROBRÁS como um dos seus principais incentivadores. O programa de evolução da capacidade de processamento, dos esquemas de refinação e dos empreendimentos em transporte marítimo, tanquegem, terminais e dutos são estabelecidos a partir das diretrizes da política energética do País, das perspectivas de disponibilidade de petróleos e do balanço oferta/demanda de derivados no mercado internacional.

Como resultado de maior racionalização do uso e da substituição das gasolinas automotivas e dos óleos combustíveis, vem ocorrendo taxas de crescimento bem mais elevadas do consumo dos médios — óleo diesel, querosene de aviação e de iluminação — em relação aos grupos dos leves e pesados, tendência que deverá continuar nos próximos anos. Essas mudanças estruturais na demanda conduzem à necessidade de investimentos adicionais, indispensáveis para adaptação das unidades do parque nacional de refinação no sentido do integral atendimento do mercado. Deve-se ressaltar que a programação desses investimentos

torna-se necessária diante do esforço nacional para reduzir a dependência externa de petróleo, consubstanciado nas metas de desenvolvimento das fontes energéticas estabelecidas pelo Governo no Modelo Energético Brasileiro.

Dentre os programas de substituição, o Programa Nacional do Álcool prevê produção de 10,7 bilhões de litros em 1985, equivalentes a 170.000 barris/dia de petróleo. Desse volume, 9,2 bilhões deverão ser destinados ao uso automotivo e 1,5 bilhões para a alcoolquímica, a indústria farmacêutica e outros.

As metas de disponibilidade do carvão mineral, madeira e carvão vegetal para substituição do óleo combustível, através da queima direta, da queima da mistura de carvão pulverizado com combustíveis líquidos, e da gaseificação, são equivalentes a 230.000 barris/dia de petróleo. Esses programas, embora prioritários pela repercussão positiva no Balanço de Pagamentos do País, aumentam sensivelmente as dificuldades de programação do sistema de abastecimento nacional de derivados de petróleo, pelo desequilíbrio da oferta/demanda de derivados, requerendo investimentos adicionais para adequá-los à nova estrutura das necessidades energéticas. Observe-se que, dado o prazo de maturação dos investimentos necessários ao abastecimento de derivados de petróleo e sua estreita vinculação à consecução das metas governamentais, a sua programação exige análise profunda em termos de avaliação do risco do País não dispor do suprimento energético com a continuidade adequada. Dada a nossa dependência externa no suprimento de petróleo, a esse aspecto internos do abastecimento somam-se ainda as incertezas quanto ao direcionamento e à evolução do mercado internacional.

Esse quadro de dificuldades somente é atenuado pelo fato de a PETROBRÁS deter o monopólio de importação de petróleo e derivados, o que cria condições para um planejamento integrado, proporcionando maior economicidade ao sistema de abastecimento. Nessa atividade, a PETROBRÁS procura assegurar, na qualidade e quantidade requeridas, na ocasião adequada e ao mínimo custo, o suprimento de petróleo importado às refinarias nacionais, bem como importar, em complementação, os derivados necessários ao atendimento da demanda interna, além de exportar os eventuais excedentes de produção.

Após a crise do petróleo, 1973/74, e especialmente depois do seu recrudescimento em 1979/80, as condições de mercado e fatores intervenientes do suprimento de petróleo e derivados assumiram características inteiramente novas. Por mais difíceis que sejam as condições do mercado, a PETROBRÁS, valendo-se de seus fortes laços comerciais e negociando diretamente com as companhias estatais dos países produtores, tem evitado qualquer interrupção no suprimento nacional de petróleo, sem recorrer ao mercado livre mesmo no auge das crises.

Com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de uma política unificada e bem definida de energia, para reduzir a nossa dependência externa, foi a PETROBRÁS incumbida de desenvolver esforços também na investigação de novas fontes energéticas alternativas, dado o interesse dessas atividades para o desenvolvimento do País. Dentro dessa orientação de aproveitamento dos recursos naturais brasileiros, a PETROBRÁS vem intensificando os trabalhos em diversas áreas de pesquisa do aproveita-

mento econômico do xisto betuminoso, já estando autorizada providências para a implantação da usina industrial em São Mateus do Sul (PR), que em sua primeira fase extrairá cerca de 25.000 b/d de óleo de xisto. Passou, também, a promover estudos do aproveitamento do carvão nacional e das possibilidades de utilização do gás de carvão como substituto do petróleo, ou como matéria-prima para indústria química, estando em início de implantação no sul do País uma usina de gaseificação do carvão.

Em consonância com as diretrizes governamentais, e objetivando desenvolver processo do Instituto Nacional de Tecnologia, a PETROBRÁS construiu e vem operando uma usina experimental, com capacidade de 60 mil litros/dia, para a produção de álcool anidro, em Curvelo, Minas Gerais, usando como matéria-prima a mandioca. Além de sua atuação direta, a Empresa constituiu seis subsidiárias que operam inclusive através de companhias controladas e coligadas, resultando num complexo industrial e comercial que realizam um trabalho de complementação econômica, atuando em áreas carentes da presença do Estado para seu pleno desenvolvimento, sempre com vistas ao interesse nacional.

PETROQUISA

A partir de 1967, com o objetivo de possibilitar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento da indústria petroquímica e assegurar a obtenção de produtos petroquímicos básicos a preços estáveis e competitivos, foi criada a subsidiária PETROBRÁS QUÍMICA S.A. – PETROQUISA. A PETROBRÁS, assim, possibilitou a consolidação da indústria petroquímica, viabilizando a implantação e operação de dois pólos —

São Paulo e Bahia — e atualmente participa da construção do pólo do Rio Grande do Sul. A participação da iniciativa privada nacional no controle das empresas petroquímicas, elevou-se 16% em 1969 para 41% em 1979.

PETROFÉRTIL

A partir de 1974, com a política governamental de executar um programa de produção de fertilizantes básicos, visando a redução da dependência externa do País no setor, através da ação coordenada de esforços do Governo e da iniciativa privada, a PETROBRÁS foi solicitada a dar sua colaboração, pela experiência acumulada nessa atividade. Em vista dos empreendimentos neste setor exigirem grandes investimentos e elevada escala de produção, tornou-se necessária a criação dessa nova empresa que, de imediato, se encarregou da execução de projetos cujos objetivos são os de suprir a indústria nacional com os componentes nitrogenados e fosfatados básicos para produção de fertilizantes.

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA

Completando suas ações no campo do suprimento de derivados de petróleo, a PETROBRÁS se lançou, a partir de 1971, na atividade de distribuição, em regime de livre competição com as empresas que operam no País há longos anos, na maioria vinculadas às grandes companhias petrolíferas internacionais. Essa atividade é orientada no sentido de complementar a área de comercialização, de forma integrada à estrutura da Empresa, assegurando o atendimento às regiões mais distantes, sob condições adversas e atender também a imperativos da segurança nacional para, em caso de

cessidade, garantir o abastecimento mínimo necessário.

BRASPETRO

Sem prejuízo do esforço interno de pesquisa, foi criada, em 1972, uma subsidiária, com o objetivo de ampliar suas alternativas de suprimento e de economizar divisas, exercendo fora do território nacional as atividades de exploração e produção de petróleo desempenhadas internamente, favorecendo a absorção de tecnologia e do "know-how" nesse segmento de atuação. Através da ação BRASPETRO, abriram-se possibilidades para que outras empresas brasileiras pudessem se beneficiar dos resultados desse trabalho, permitindo a constatação de novos mercados para os produtos brasileiros de exportação e a comercialização de serviços de engenharia. Ainda, no entanto, assumiu tal importância que foi desdobrada em uma nova subsidiária, a INTERBRÁS — PETROBRÁS COMÉRCIO INTERNACIONAL S.A.

INTERBRÁS

A Interbrás, como *Trading*, visa, prioritariamente, promover o aumento da capacidade de exportação do País, atuando como instrumento de penetração no mercado internacional, também para pequenas e médias empresas. A atuação da INTERBRÁS se dá aproveitando oportunidades nos países onde a PETROBRÁS já realiza negociações para importação de petróleo e derivados.

PETROMISA

O acervo de conhecimentos geológicos acumulados pela PETROBRÁS no

desenvolvimento de suas atividades de pesquisa de petróleo, nas bacias sedimentares brasileiras, levou à criação, em 1977, da PETROBRÁS MINERAÇÃO S.A. — PETROMISA, com a finalidade de produção, industrialização e comercialização de minerais, tais como salgema, sais de potássio e outros sais solúveis, cujas ocorrências se deram em áreas específicas objeto de pesquisa e lavra de petróleo.

Verifica-se, nessa pequena síntese, que a atuação conjunta das empresas subsidiárias complementa as atividades básicas da PETROBRÁS e é orientada, de forma integrada, para atender os interesses nacionais. Outro ponto a destacar no processo de investimento da PETROBRÁS e suas subsidiárias é, dentro da prioridade de obtenção ou economia de divisas para o País, a preferência dada a bens e serviços de origem doméstica, incentivando a participação do empresário nacional nos seus empreendimentos, beneficiando a economia interna e transferindo para o País a tecnologia indispensável ao seu desenvolvimento e à especialização de mão-de-obra.

No setor de fabricação de materiais e equipamentos continuará marcante o estímulo para substituir produtos importados, reforçando a diretriz da nacionalização, intensificando o relacionamento com os fabricantes nacionais, buscando transmitir conhecimentos e colaborando na absorção de novas tecnologias, atuação que contribui de forma relevante para o surgimento de uma constelação de indústrias privadas e a ampliação do mercado interno de mão-de-obra.

Cabe, finalizando, reafirmar que o processo de investimentos da PETROBRÁS, desenvolvido em consonância com os objetivos e diretrizes do planeja-

mento federal, tem procurado minimizar as dificuldades cambiais e o ritmo do processo inflacionário. Nesse sentido, a partir da criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais – SEST, o Governo passou a estabelecer limites para os gastos das empresas estatais que, no caso da PETROBRÁS, são conjuga-

dos com a política de fixação de preços dos derivados. Essa política governamental deve tentar equacionar os naturais conflitos entre os objetivos nacionais de curto prazo (combate à inflação e correção do desequilíbrio cambial) e os de longo prazo atribuídos às empresas públicas.



Paulo Vieira Belotti é Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Brasil (1954) e Bacharel em Matemática pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Guanabara (1960). Possui Curso de Engenharia Nuclear na Oak Ridge School of Reactor Technology, em Oak Ridge, Tenn, EUA (1959/60). Entre as funções exercidas destacam-se as de Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio (1974/77), Presidente da Comissão Nacional do Álcool (1975/1977), Presidente do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica – COBBET – e Ministro Interino da Indústria e do Comércio em várias oportunidades. É atualmente Diretor da PETROBRÁS.

do com a necessidade de investimento em novas fontes de energia, visando ao desenvolvimento econômico e social. No entanto, é preciso lembrar que o maior desafio para o Brasil é a busca de um crescimento econômico sustentável, que não seja baseado na exploração excessiva de recursos naturais, nem na poluição ambiental. A Petrobrás, portanto, deve buscar alternativas para o fornecimento de energia, como a geração hidrelétrica, a geração eólica, a geração solar e a geração nuclear. Ainda assim, é importante lembrar que a Petrobrás é uma empresa estatal, e sua principal função é garantir o fornecimento de energia para o país, garantindo a segurança energética e o desenvolvimento socioeconômico. Portanto, é fundamental que a Petrobrás continue a investir em tecnologia e inovação, buscando sempre melhorar a eficiência energética e reduzir o impacto ambiental.

– Na área de petróleo, a Petrobrás tem feito um grande trabalho, explorando novas fronteiras de exploração, como o pré-sal, e investindo em tecnologia para aumentar a eficiência energética. No entanto, é importante lembrar que a exploração de petróleo é um processo que pode ter impactos negativos no meio ambiente, como a poluição marinha e a destruição de ecossistemas. Assim, é fundamental que a Petrobrás continue a investir em tecnologias mais sustentáveis, como a geração de energia solar e eólica, e a reciclagem de resíduos.

PETROBRÁS E INOVAÇÃO

– A Petrobrás tem investido significativamente em pesquisa e desenvolvimento, buscando inovar em tecnologias para melhorar a eficiência energética e reduzir o impacto ambiental. Um exemplo disso é a exploração do pré-sal, que requer tecnologias avançadas para a extração de óleo em águas profundas. Além disso, a Petrobrás investiu em tecnologias para a produção de etanol a partir de fontes renováveis, como a cana-de-açúcar e o milho, promovendo a diversificação da matriz energética. No entanto, é importante lembrar que a inovação é um processo contínuo, e a Petrobrás deve continuar investindo em pesquisa e desenvolvimento para manter seu posicionamento de liderança no setor de energia.

SERRA PELADA TINHA TUDO PARA SER COMO FILME DE BANG-BANG.

Serra Pelada dá ao Brasil 26 quilos de ouro por dia, mais de um quilo por hora.

Seria quantidade suficiente para reviver o garimpo brasileiro, enas famosas de filmes o velho oeste americano. Mas graças à ação do governo Federal, em Serra Pelada só seouve o barulho de gente trabalhando. Em Serra Pelada,

o garimpeiro descou de viver uma aventura perigosa e violenta e transformou-se num trabalhador feliz e seguro.

O Brasil, com Serra Pelada, aumenta suas reservas

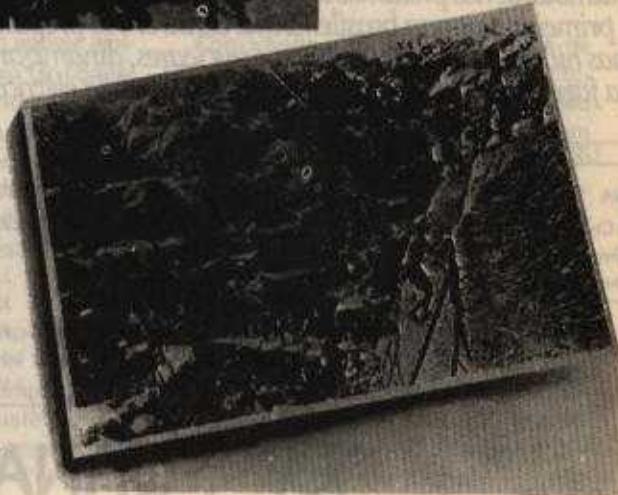


dia a dia, favorecendo a situação monetária nacional.

Os resultados de Serra Pelada são tão bons que estão sendo adaptados a outros garimpos.

Desse modo, a Caixa está ajudando o Governo a atingir e superar, em apenas dois anos, importantes metas para o desenvolvimento brasileiro, na mais perfeita ordem.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL





A AMAZÔNIA E AS OPERAÇÕES DE SELVA

Nunzio Graziano Fontecchio

A experiência de aluno de um curso de Estado-Maior no exterior é realmente muito ampla. O contato prolongado com o país que o hospeda permite conhecê-lo a fundo, sob todos os aspectos. Quando há características muito diferentes da terra de origem, possibilita uma reciclagem e um enriquecimento variado dos conhecimentos que justificam plenamente o sacrifício de, mais uma vez, realizar verificações de aprendizagem e rever manuais escolares. O Brasil é uma das nações amigas que convidam oficiais italianos a cursarem a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

O artigo que se segue foi escrito pelo Ten Cel Nunzio Graziano Fontecchio, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, após realizar um estágio de instrução no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus. Foi originalmente publicado na "Rivista Militare Italiana" de maio/junho de 1981 e traduzido pelo Cel Agenor Francisco Homem de Carvalho, estagiário do Curso Superior da Escola de Guerra Naval.

Nem todos são como aquele amigo que perguntou ao ter conhecimento de uma honrosa missão no exterior: onde? Em Buenos Aires? Aqueles que acreditam conhecer muitas coisas a respeito do Brasil, como turistas, ficariam maravilhados se tivessem a oportunidade de dar uma olhada além de Copacabana.

Os grandes espaços e a impenetrabilidade de algumas regiões têm impedido os brasileiros de explorar completamente o seu território, que qualificam de continente para enfatizar as enormes dimensões.

Convivendo dois anos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, o oficial de nação amiga — especialmente o europeu — tem a possibilidade de fazer uma excepcional descoberta. Desfrutando da eficiente infra-estrutura da Praia Vermelha, localizada em um dos pontos mais encantadores do mundo, além de aprender os elementos fundamentais de uma nova doutrina de emprego, sensivelmente condicionada pela configuração do Teatro de Operações, tem-se a oportunidade de realizar viagens de instrução pelo interior de um vasto país, diferente e original no aspecto e na cultura.

Quase ao término do 1º ano do Curso existe um programa de exercícios chamados opcionais. São atividades realizadas em conceituadas Unidades ou Estabelecimentos de Ensino do Exército Brasileiro, escolhidas, tanto quanto possível, segundo o desejo dos alunos. O autor, incluído num grupo misto constituído de vinte oficiais brasileiros e dois de Nações Amigas, foi enviado para um breve estágio de instrução na selva, no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus. Na oportunidade, conseguiu coletar subsídios, impressões e ensinamentos interessantes que estão sintetizados no presente artigo, na esperança de que possam satisfazer a curiosidade e, ao mesmo tempo, ser de utilidade profissional.

A AMAZÔNIA

A floresta equatorial brasileira se estende por uma área superior a 5 milhões de km², cobrindo 58% da superfície do Brasil. Quem não pode verificar com os próprios olhos não tem condições de avaliar exatamente a extensão da selva amazônica, porque ela é bem maior do que se imagina. As dimensões e suas prodigiosas riquezas naturais a transformam num local deveras surpreendente. A principal riqueza é representada pelá flora, cognominada de Hélia Brasileira.

A reserva de madeira é estimada em 78 milhões de m³ e esse fabuloso mundo vegetal favorece uma fauna variada e rica. O grande número de animais que vivem na floresta pode ser avaliado à noite, quando se escutam suas vozes repetidas vezes, enquanto que é quase impossível vê-los de dia.

O CIGS possui um jardim zoológico maravilhoso, com animais caçados pelas patrulhas que atuam na selva, sendo

uma das principais atrações turísticas de Manaus. É possível observar bem de perto, no seu próprio ambiente, muitas onças e panteras negras, as armadilhas, papagaios e macacos de espécies desconhecidas, lagartos e crocodilos, tartarugas pré-históricas, serpentes mortais (como a jararaca, a cascavel e a urutu que deram nome aos recentes protótipos blindados da emergente produção bélica brasileira) e gigantescas como a jibóia.

Manaus se encontra nas proximidades do Rio Amazonas, e sensacionais são os peixes desse grande curso d'água e de seus afluentes: o pirarucu pode fornecer até 80 quilos de carne e o peixe-boi é um mamífero de cerca de 300 quilos. O estranho e surpreendente, é ver — a 3.000 quilômetros do mar — enormes delfins brancos que saltam fora da água acompanhando as embarcações.

Nesse paraíso animal e vegetal, encontram-se indivíduos ainda em condições tribais. Os civilizados ocupam, notadamente, as duas cidades principais:

— Belém, 800.000 habitantes, capital do Estado do Pará, porto comercial na foz do Rio Amazonas;

— Manaus, 600.000 habitantes, capital do Estado do Amazonas, situada nas proximidades da floresta virgem, à margem esquerda do Rio Negro.

Muitos habitantes vivem às margens dos igarapés, no interior da selva. Nas proximidades de Manaus vivem muitos caboclos e índios miscigenados.

No interior existe um número impreciso de índios puros, certamente mais de 90.000, dos quais somente uma parte mantém contato com a civilização através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A sua presença é ativa e o governo brasileiro reconhece oficialmente o problema indígena procurando fazer a demarcação de suas terras e não interfe-

rindo em sua civilização. Existem várias tribos nas reservas indígenas com plena liberdade de continuarem a viver cultivando as suas tradições, costumes e cultura original.

Os índios somente abandonam suas áreas quando se julgam ultrapassados nos seus direitos de patrões da selva, por não reconhecerem os limites estabelecidos ou por sua índole predominantemente nômade. Os brancos são proibidos de entrarem nas reservas indígenas sem autorização. De vez em quando, os índios reagem de modo violento e os jornais noticiam ataques às residências de colonos, sendo que numa dessas incursões houve 16 mortes.

Não raramente, ocorrem emboscadas aos veículos isolados que se aventuram nas estradas que a Engenharia incansavelmente está construindo e procurando manter, apesar da adversidade da natureza.

Os fazendeiros e aventureiros de toda sorte, por sua vez, aproveitam-se da situação para aumentar a penetração na selva, à procura de novas terras e riquezas. Infelizmente para os índios, existem na imensa área todas as idades geológicas e, portanto, os recursos minerais são abundantes. Seguramente, é uma das regiões mais desconhecidas e menos exploradas do mundo, e somente na construção da Transamazônica foram descobertos mais de 250 afloramentos de minérios de alto teor.

No Estado do Pará existe uma verdadeira corrida ao ouro, depois da descoberta, na superfície, de pepitas pesando 2 quilos (setembro de 1980). Ao lado dos garimpeiros, os contrabandistas de peles de crocodilo exercem atividade destrutiva, uma vez que tal comércio clandestino, em 1980, foi avaliado em 450.000 unidades.

O governo brasileiro considera não ser possível o aproveitamento racional das riquezas, até que seja completado um sistema integrado de transporte que, sem substituir as vias navegáveis de baixo custo, as complemente com meios terrestres mais acessíveis pelos cursos d'água. O projeto da Transamazônica foi idealizado com o objetivo de criar um sistema viário capaz de estimular a penetração controlada na região, facilitar a ação administrativa do Governo e propiciar novas atividades econômicas.

Por tudo isso, pode-se compreender porque os brasileiros incluíram a Amazônia entre as áreas-problema, juntamente com o Nordeste castigado pela seca e carente de recursos.

Existe um plano nacional para a valorização dessas áreas. As Forças Armadas, o Exército em particular, desempenham um papel importante: realizam as ações preliminares, cooperam nas instalações da infra-estrutura essencial e apóiam as diferentes atividades.

A Amazônia representa uma preocupação básica para os Estados-Maiores brasileiros, em função de sua extensão que ultrapassa a metade do país, razão pela qual as "Operações de Selva" assumem a característica de um fato normal à luz da realidade geográfica. O Exército é, assim, obrigado a prever uma organização adequada para operar com eficácia, ainda que sob as condições agressivas impostas pela região.

AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

A floresta amazônica se situa entre os paralelos de 5° de latitude Norte e 10° de latitude Sul. O clima predominante é o quente superúmido. A temperatura é elevada e apresenta pequenas oscilações térmicas anuais, sendo 24° a

média no inverno e 33º a média no verão. Ocorrem, porém, eventuais quedas bruscas de temperatura ocasionadas pelo vento frio que, vindo dos Andes, atravessa a Amazônia.

Existem duas estações: inverno e verão. A primeira vai de dezembro a julho e se caracteriza mais pelo aumento de chuva do que pela diminuição da temperatura. O índice pluviométrico atinge quase 3.000 mm ao ano; as chuvas são abundantes e torrenciais.

Durante o verão, as precipitações diminuem de intensidade, mas chove sempre uma ou mais vezes por dia. Em Belém é costumeiro e habitual marcar-se encontro "depois da chuva".

A causa das freqüentes e fortíssimas precipitações é a umidade atmosférica que alcança um índice médio de 88% a 98% e favorece a vegetação exuberante, elemento típico que identifica a selva. As grandes árvores, ligadas pela folhagem, formam uma cobertura vegetal que dificulta a penetração dos raios solares e a circulação na área.

A vegetação não pertence a um só tipo e se divide em dois grupos fundamentais, o primário e o secundário, ao lado dos quais se distribuem outros subtipos.

O tipo primário corresponde à vegetação mais antiga, elevada (superior a 50 metros), galhos normalmente nas partes mais altas e troncos de grandes dimensões. Ao tipo secundário pertencem as árvores mais jovens, troncos de até 10 metros de altura, contornados por vegetação rasteira. A vegetação secundária se encontra normalmente às margens das estradas, dos rios e ao redor das habitações, onde o desmatamento provocado pelo homem eliminou a vegetação antiga.

A densidade da vegetação, a presença dos cursos de água, o solo irregular, os

espinhos que atravessam as roupas, unidos a uma temperatura sempre elevada e a um forte índice de umidade fazem com que o deslocamento do homem seja penoso e extremamente lento.

EFEITOS DE NATUREZA MILITAR

As características específicas de uma área influenciam sempre a estrutura e a conduta das forças militares que devem atuar no seu interior. O problema não difere daquele de operar na montanha, muito peculiar a nós italianos, onde fatores como os obstáculos e as condições climáticas de extremo rigor reduzem a capacidade operacional da tropa e aumentam as dificuldades de apoio logístico. Também nesse caso é necessário, portanto, uma organização e uma doutrina específicas.

O preparo das unidades especializadas em operar na floresta amazônica é feito principalmente no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus. O Centro foi criado em 1964 e agora não lhe compete somente a formação do pessoal, uma vez que o conceituado órgão desenvolve, também, estudos e experiências para atualizar e aperfeiçoar a composição e os princípios de emprego das várias unidades, não esquecendo da necessidade de melhorar progressivamente as condições de vida na selva.

Todas as atividades dependem da influência direta que as características da selva exercem sobre as operações: o equipamento e o homem.

INFLUÊNCIA SOBRE AS OPERAÇÕES

A vegetação densa, a ausência de elevações e a dificuldade de circulação na

área limitam principalmente a observação, sendo que o primeiro fator é o preponderante.

Nas áreas de vegetação primária o horizonte visual não ultrapassa de 30 metros enquanto que a vegetação secundária reduz a visibilidade a menos de 10 metros.

A ausência de elevações impede a instalação de postos de observação convencionais, substituídos por postos de escuta apesar da falta de circulação do ar impedir a propagação do som a grandes distâncias.

No CIGS, por estes motivos, enfatiza-se a importância dos sinais acústicos (até 700 metros) e dos tiros de fuzil (1.200 metros) que são considerados vitais para substituir a ligação através do rádio, também fortemente prejudicada pela selva.

Em face desta observação limitada, o tiro com armas de trajetória tensa só é possível a curta distância e o emprego tradicional das armas portáteis é pouco prático.

As limitações de vistas e de fogos tornam também difícil o emprego das armas de trajetória curva. A vegetação densa provoca a detonação prematura das granadas e torna impossível a condução normal da observação e do controle do tiro, a não ser que os objetivos se encontrem nas margens dos rios.

Nem o recurso às granadas fumígenas apresenta resultados positivos uma vez que a fumaça não consegue vencer a vegetação e com o emprego de espoletas de tempo, sobre as árvores, a nuvem se dispersa rapidamente.

O problema do tiro de artilharia se agrava pela falta de boas cartas topográficas e as poucas existentes são imprecisas, incompletas e pobres de detalhes.

O ambiente condiciona sobremodo o estudo de situação. Em particular, na selva é praticamente impossível encontrar vias-de-acesso segundo o conceito clássico, uma vez que a dificuldade de progredir na floresta abriga o combatente a pé a freqüentemente mudar de direção. Segundo os instrutores do CIGS, a via-de-acesso na selva é materializada pelo azimute da bússola. É muito difícil selecionar uma via-de-acesso ampla. Em face das dificuldades apresentadas, escolhem-se as vias que apresentam facilidades ao movimento e que possam ser associadas às escassas estradas e aos inúmeros cursos de água, incluindo os rios e igarapés.

A doutrina militar para as Operações de Selva não está ainda consolidada. Atualmente vigente no CIGS considera a experiência da guerra do Vietnam, mas nem tudo que foi realizado pelos EUA é plenamente aceito pelos brasileiros. Por exemplo, estes não são favoráveis ao modo pelo qual o Exército dos EUA instalou suas áreas e bases de combate naquela ocasião.

A área de combate é a área limitada onde se desenvolvem as ações descentralizadas das unidades encarregadas de uma determinada missão.

A qualquer área deve corresponder uma base que permita ao Comandante dirigir as operações e onde o escalão superior possa fornecer o apoio logístico. Mas no Vietnam estas bases se transformaram em verdadeiras prisões, cercadas de guerrilheiros vietnamitas que agiam com grande mobilidade e sem montar as suas bases de operações. Isto ocorreu porque as bases não foram instaladas em regiões favoráveis à defesa, ao apoio logístico e às ligações entre o Comando considerado e os escalões superiores e subordinados.

INFLUÊNCIA SOBRE O EQUIPAMENTO

A adversidade das condições meteorológicas, associada à agressividade da vegetação, exige o uso de materiais adequados. A tropa que opera na selva deve ter a possibilidade de agir isoladamente e sem apoio de qualquer natureza. Portanto, é necessário que o equipamento seja sobretudo resistente ao calor e à umidade, impermeável, leve, de reduzidas dimensões e fácil de transportar.

INFLUÊNCIA SOBRE O PREPARO DO COMBATENTE

A pedra fundamental da Unidade de Selva é o homem ambientado e adestrado para sobreviver.

Os manuais especializados consideram a selva neutra uma vez que a mesma interfere igualmente nas operações dos contendores. Mas as dificuldades existentes a transformam em terrível inimiga do combatente e somente um treinamento adequado poderá torná-la sua aliada, permitindo o aproveitamento máximo das vantagens que pode oferecer. A selva condiciona de modo preponderante o comportamento do homem despreparado e pode comprometer a operacionalidade da tropa. A perspectiva de combater e viver por longo tempo na selva ocasiona uma angústia nos indivíduos que não estejam familiarizados com a mesma. Paralelamente, a monotonia, o ambiente ilusoriamente igual, o solo pantanoso repleto de animais, o calor opressivo, a umidade, os ruídos estranhos e a solidão, exacerbam sensivelmente o natural medo do desconhecido e podem, inclusive, gerar o pânico.

Além destas limitações ambientais, o comportamento do combatente é influenciado pelas características particula-

res de operações militares conduzidas sob condições extremamente difíceis de controle de coordenação, com deslocamentos lentos e prolongados em terreno de difícil progressão, sem o necessário apoio logístico e em precárias condições de higiene.

Portanto, para se conseguir o máximo rendimento do homem há necessidade de aclimatá-lo, prepará-lo técnica e psicologicamente, além de aprimorar as suas condições físicas.

A ACLIMATAÇÃO

Chegando-se a Manaus sente-se nos primeiros dias um calor insuportável que chega a superar a máxima de 45° do Rio de Janeiro. O organismo se ressente desta mudança climática e a transpiração abundante chega a depauperar as pessoas desacostumadas ao ambiente, exigindo, portanto, uma aclimatação adequada. Os instrutores do CIGS julgam suficiente um período de 15 dias para uma boa aclimatação, mas existem fatores que influenciam esta duração, tais como as características individuais e a diferença climática em relação à região de origem.

A PREPARAÇÃO FÍSICA

As Operações de Selva chegam a ser dramáticas. Além dos riscos das ações militares, existem os perigos da floresta virgem. A marcha é estafante e plena de obstáculos que se encontram a todo o instante: troncos caídos, igarapés, igapós e areia moveida. Por outro lado, as doenças, o silêncio, a reduzida observação, os animais, os insetos, o calor intenso e a chuva, são outros fatores negativos que abatem o combatente. Assim, ele deve ser fisicamente muito forte para enfrentar os longos deslocamentos e re-

sistir psicologicamente aos fatores adversos do ambiente.

A preparação física torna-se, assim, de importância fundamental porque tem uma tríplice função: acelera a ambientação, predispõe positivamente o combatente à aprendizagem especializada e auxilia o seu preparo psicológico.

A PREPARAÇÃO ESPECIALIZADA

Este preparo se realiza em duas fases: na primeira, o aluno aprende a sobreviver na floresta e na segunda se processa o treinamento tático e operacional.

A instrução de sobrevivência na selva é essencialmente prática e o mau tempo não a interrompe uma vez que este fato é considerado absolutamente normal. A instrução, além de realística, possui uma carga horária muito grande e exige muito empenho do combatente, mas o deixa bastante desinibido. Em síntese, é ensinado ao homem que para sobreviver na selva é necessário o seguinte:

- estudar a situação com calma;
- saber orientar-se;
- selecionar uma direção de deslocamento;
- recordar o ponto de estação, ou seja, o local de início do movimento;
- aplicar os princípios de sobrevivência;
- ter iniciativa;
- vencer o medo;
- viver como os habitantes locais;
- saber identificar as plantas e os animais;
- dosar o esforço e o repouso;
- examinar os meios disponíveis;
- antecipar-se ao inimigo (homens, animais e ambiente); e
- sistematizar a alimentação.

Após a parte prática, todos os ensinamentos são postos em prática através de exercícios de longa duração (4 dias no

mínimo), a fim de o aluno sentir a necessidade de alimentar-se, lançando mão dos recursos da selva.

A seguir, o treinamento passa à fase tática e operacional na qual são fornecidos os ensinamentos básicos seguintes:

- orientação na selva (diurna e noturna);
- armamento (técnica de tiro, manutenção e limpeza da arma);
- maneabilidade;
- explosivos e destruições;
- navegação fluvial;
- embarcações e reparo de motores;
- utilização dos meios de fortuna;
- transposição de obstáculos.

Após a aquisição destes conhecimentos, o combatente está em condições de aprender a instrução tática propriamente dita: patrulhas, emboscadas e contra-emboscadas, fuga e evasão, infiltração, operações fluviais e aeromóveis.

A partir deste momento, o soldado fica em condições de ser empregado nas operações. Durante este período, os exercícios são de longa duração, a fim de permitir o conhecimento de todos os problemas que possam surgir durante a permanência de várias semanas na selva.

O PREPARO PSICOLÓGICO

Já foi assinalado que a agressividade do ambiente provoca grande desgaste no homem. Além do medo de perder-se, das doenças e dos animais, há o terror de ser ferido e abandonado. Em face destes temores, o elemento perde a confiança na bússola, no Comandante e nos companheiros. Tal fato poderá originar uma indisciplina diretamente proporcional ao cansaço e ao despreparo psicológico.

Durante os deslocamentos na selva, quando o homem passa a maior parte do tempo tenso, mal-humorado, com sono

atrasado, mordido pelos insetos e castigado pela chuva, há necessidade de muita determinação para prosseguir.

O preparo psicológico propiciado pelo CIGS inicia-se com o conhecimento objetivo da selva, o modo positivo de conviver com ela e de aproveitar os seus inúmeros recursos.

Uma vez que é sabido que o homem cansado é propenso à perda do humor, à indisciplina e ao relaxamento, a preparação física merece uma atuação especial por ser determinante também sob o ponto-de-vista psicológico.

Os oficiais e graduados são submetidos às mais duras provas porque além de sofrerem os dissabores comuns a todos, têm a árdua missão de comandar à base do exemplo. Todas as ações devem ser minuciosamente planejadas em face da precariedade de ligações e sobreleva a importância da iniciativa, do vigor e da capacidade decisória do Comandante, em todos os níveis.

CONCLUSÕES

Terminado o curso no CIGS, os homens brasileiros, preparados física e tecnicamente, com moral elevado por haverem superado os obstáculos da selva, vão integrar as unidades da Brigada de Infantaria de Selva. A Brigada é a Grande

Unidade de emprego operacional na Amazônia, mas dificilmente atua de modo centralizado. Se bem que a unidade de comando seja sempre procurada, as limitações do terreno dificultam sobremaneira o controle e a descentralização é quase normal.

A floresta amazônica é um tesouro de enormes dimensões que deve ser protegido, mas as operações na selva são conduzidas por pequenas Unidades de infantaria, excepcionalmente reforçadas por elementos de artilharia e de engenharia que operam em áreas restritas proporcionando, normalmente, apoio aproximado.

Tudo isto ressalta a importância do homem dotado de um preparo complexo e especializado, propiciado pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva com um entusiasmo proporcional à importância geopolítica da Amazônia, área vital não somente para o BRASIL mas também para todos aqueles que necessitam ao mesmo tempo de oxigênio e de matérias-primas.

O rendimento da aprendizagem é elevado porque o homem bem treinado para atuar na floresta equatorial apresenta uma grande vantagem: é habituado a agir sob condições ambientais difíceis e, em consequência, facilmente adaptável



O Ten Cel Nunzio Graziano Fontecchio freqüentou a Academia Militar Italiana, a Escola de Aplicação e a Escola de Guerra de Civitavecchia. Serviu no 3º Regimento de Artilharia Pesada de Campanha, na Brigada Mecanizada "Granadeiros da Sardenha" e na Seção do Serviço de Aproveitamento do Estado-Maior do Exército. Atualmente, cursa o 2º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

para operar nos terrenos convencionais. O treinamento de forças especiais não deve ser privilégio de poucos, uma vez que é útil a todos os exércitos por aumentar sensivelmente a capacidade operacional em face da melhoria de qualidade do combatente. Era isto que se obtinha fácil e economicamente com os curtos estágios nos Centros de Instrução italiana, desativados prematuramente, não obstante os ótimos resultados e o

entusiasmo dos oficiais, graduados e soldados que os freqüentavam.

BIBLIOGRAFIA

- Manual ME 72/20: "Fundamentos das Operações de Selva", ECEME.
- CRUZ, Adalberto Bueno da. "Estudo tático do terreno nas águas de selva da Amazônia".
- REIS, Gustavo Moraes Rego. "Operações na Selva".



REPENSANDO O EMPREGO DAS MINAS

Raymundo Sant'Anna Rocha

INTRODUÇÃO

A era nuclear não enterrou o pensamento de Clausewitz — de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Apesar da detergência estratégica, apesar da ameaça de um holocausto nuclear, o homem ainda não renunciou ao emprego da força para solução de suas disputas e temos assistido, no dia a dia, guerras em que são empregados unicamente armamentos convencionais, mesmo quando algumas das potências nucleares está envolvida no conflito.

Num mundo de mudanças vertiginosas, de notáveis avanços tecnológicos em que novas descobertas e desenvolvimentos técnicos de antigos equipamentos sucedem-se a cada dia, a cada hora, faz-se mister darmos uma parada e, colocando o pé no chão, em terra firme, repensarmos com um enfoque amplo, porém, centrado em nosso país, nesta

região do globo, qual seria nossa participação no cenário político-estratégico que nos envolve.

De tal pensamento surgirão conceitos estratégicos que visualizarão o emprego do Poder Militar e, mais especificamente, para o nosso caso, do Poder Naval visando a consecução de uma estratégia militar.

Foge ao escopo do presente trabalho, nos aprofundarmos em conceituações estratégicas mas, para quem já exerceu a mente acerca de tais considerações, parece ser válido admitir, em termos brasileiros, que no processo de formulação de uma estratégia militar para nosso país, a guerra generalizada, convencional ou nuclear, pode ser considerada como de baixa probabilidade de ocorrência, pois tal conflito, para que dele pudéssemos ser participantes, deveria ser resultante de uma agressão ostensiva de alguma grande potência ao Brasil.

No entanto devemos ter em mente a participação brasileira na arena política internacional e, para o estabelecimento de uma estratégia nossa, devemos dar prioridade ao preparo dos meios para conflitos de menor nível, de âmbito regional.

As características principais de tais guerras são a rapidez, a instabilidade e mutabilidade de situações e a agilidade das forças. Os efetivos empregados serão bem mais reduzidos, podendo-se afirmar que a mobilidade e a capacidade de pronta reação terão peso específico maior nesse contexto.

Como parte de Poder Militar da nação, o Poder Naval deve ser desenvolvido adequando-se a tal situação e condicionado por tais parâmetros.

Dentro do leque de opções para situações de conflito nos dias de hoje certamente, a mina, como arma naval, possui sua vez e sua hora.

Assim, procuraremos, no presente trabalho, comprovar tal assertão analisando os aspectos relevantes da guerra de

minas, especialmente quando empregada ofensivamente. Certamente, pretendemos nos valer de exemplos históricos para que melhor possam ser visualizados nossos pontos de vista.

Discussão

A primeira idéia de emprego de minas foi evidentemente defensiva, isto é, procurava negar o uso do mar ao inimigo afastando-o das águas sob nosso controle e provendo proteção aos nossos navios. Para tal, os campos minados seriam estabelecidos em águas sob nosso controle.

Todavia, logo após esta primeira idéia, foi visualizado o emprego ofensivo das minas. De fato, já na guerra do Paraguai minas derivantes foram empregadas pelos paraguaios contra a frota de Barroso. Em 1904, na guerra russo-japonesa, os nipônicos bloquearam a esquadra russa em Port Arthur por meio de minagem ofensiva permitindo que o Alte. Togo a dizimasse por canhoneio.



Até esta época, as minas deveriam ser lançadas por embarcações de superfície e o sucesso desta nova arma na guerra naval era bastante questionado. Tanto o Almirante Mahan quanto o Almirantado Britânico julgavam "tolos todos aqueles que como Fulton e Pitt encorajavam uma forma de guerra que contrariava aqueles que comandavam os mares e, que, se bem sucedidos, iria privá-los do uso dessas águas".



O advento do emprego do submarino e das aeronaves com capacidade de minagem vem finalmente questionar a doutrina da Mahan pois, a partir de então, aquele que possuísse o domínio do mar via-se ainda frustrado do livre uso das comunicações marítimas e, caso tentasse exercer tal liberdade, poderia ver-se obrigado a pagar um alto preço.



Para ilustrar tal fato recorreremos ao exemplo histórico do mar Báltico na II^a Guerra Mundial onde, apesar de a Esquadra britânica manter a frota nazista bloqueada, aquele mar permaneceu sob controle da armada germânica.

A mina pode ser classificada como arma de emprego estratégico, primordialmente. Poderá, porém, ser empregada, com propósitos táticos.

Os campos de proteção de Defesa de Porto, os campos ofensivos da operação Starvation contra o Japão na II^a GM, as barragens do mar do Norte nas duas grandes guerras, são de características estratégicas.

Todavia, o emprego de minas derivantes na guerra do Paraguai; o lançamento de minas derivantes para cobrir a retirada de forças; ou o lançamento de minas para evitar um desembarque, como em Wonsan, na Coréia, pertencem mais ao terreno tático.

É muito importante ser salientado o efeito psicológico do emprego das minas, pois talvez seja esta sua característica de maior valor.

A mina, uma vez lançada e ativada, permanece em condição de prontidão durante as vinte e quatro horas do dia.

A simples menção da possível ocorrência do plantio de campos minados tem "alterado" a geografia de certos locais: como ocorreu em 1956, nas cercanias de Alexandria, quando os egípcios anunciaram que tanto o porto da cidade quanto o canal de Suez, eram áreas perigosas à navegação. Mais recentemente, ainda naquela região, em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, os egípcios novamente anunciaram o lançamento de minas no golfo de Aqaba. Em ambas as ocasiões, as forças egípcias tinham como propósito explorar o impacto psicológico do emprego das minas.

O impacto psicológico permite-nos antever o emprego das minas como um componente dos elementos de dissuasão, dentro da moderna estratégia, por aqueles que detenham capacidade de mina-

gem ofensiva, bem como a compulsória credibilidade dessa capacidade.

A minagem de Haiphong servir-nos-á de exemplo para uma outra característica a ser explorada no emprego das minas. Em 1972, as nações envolvidas no conflito do sudeste asiático já se encontravam em conversações de paz em Paris, quando o Presidente Nixon autorizou a minagem de Haiphong. Evidentemente, tal operação tinha como propósito pressionar, direta e indiretamente, os norte-vietnamitas a concordarem com os termos da paz que lhes era oferecida. Tal operação não fora anteriormente levada a efeito pelos americanos exclusivamente por motivos políticos, pois, por Haiphong, chegavam suprimentos da URSS para os norte-vietnamitas desde o início do envolvimento norte-americano no conflito e não era, então, de interesse para os EUA, restringirem a liberdade dos mares aos navios de bandeira soviética e de outros aliados seus naquela região.

rão qualquer interrupção do seu direito de livre passagem por aquele gargalo, seja por motivos econômicos ou estratégicos. Logicamente as nações envolvidas no conflito ver-se-iam pressionadas a não minar o citado estreito.

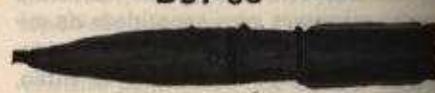
O mesmo raciocínio pode ser aplicado a outras áreas do globo.

O avanço tecnológico vertiginoso dos tempos atuais vem adicionando maiores alternativas ao emprego das minas e às possibilidades de tal engenho.

Bombas de aviação, possuídas em grande quantidade pela U. S. Navy e U. S. Air Force, foram adaptadas, por intermédio de um "kit" e transformadas em minas de 500 e 1.000 lbs. São os destrutores 36 e 40.



DST-36



DST-40

As "deep sea mines" em desenvolvimento e as minas CAPTOR possibilitam o estabelecimento de barreiras anti-submarino contra os modernos submarinos nucleares, com grande eficácia.

Existem ainda outras vantagens no emprego das minas:

- É politicamente mais aceitável (não ataca hospitais, escolas ou igrejas).

- Pode ter seu período de vida ativa ajustado por meio do retardamento de armas e do esterilizador. O esterilizador foi empregado na minagem de Haiphong permitindo aos americanos varrer as minas, por eles lançadas, em segurança.

- É relativamente barata, comparada com outros sistemas de armas.



Imagine, agora, um conflito envolvendo nações ribeirinhas do estreito de Málaca. É evidente que as superpotências, o Japão e outros países não aprecia-

— Exige, quando empregada, que o inimigo dependa grandes esforços em tempo e dinheiro. Aliás, a relação custo/benefício desse sistema de arma merece ser comentada.

Na 1^a Guerra Mundial os alemães tentaram limitar as ações da Grand Fleet britânica com o plantio de campos minados no mar do Norte tendo empregado, então, 43.000 minas. Apesar do estrago causado por tais minas, a Grã-Bretanha conseguiu evitar o bloqueio que lhe procuravam sujeitar, com o emprego de 700 navios varredores construídos durante aquele conflito.

Na guerra da Coreia, 3.000 minas de modelo soviético do princípio do século, em sua maioria, lançadas por juncos norte-coreanos e chineses em Wonsam, barraram o desembarque de sua divisão de fuzileiros navais que se viu obrigada a permanecer ao largo embarcada, até que houvesse possibilidade e segurança para efetivação do assalto anfíbio.

O formidável esforço para varrer 228 minas possibilitando a abertura de canais varridos durou 15 dias, causando grande impacto moral seguido de prejuízos táticos para a força de desembarque.

Em Haiphong, os custos da minagem ofensiva foram orçados em 10 milhões de dólares e a operação de limpeza teve o custo aproximado de 20 milhões de dólares. É mister ressaltar que a minagem foi realizada contra território hostil tendo inclusive sido abatido um caça-bombardeio A-7E; por outro lado, a operação de limpeza foi realizada após as condições de paz terem sido aceitas e, portanto, sem oposição. Para uma medida mais real do valor da minagem devemos considerar os custos dos 26 navios bloqueados no porto de Haiphong, bem como os prejuízos decorrentes da interrupção do uso daquele porto, seja

no aspecto estratégico-militar, seja no aspecto econômico-comercial ou, até mesmo, quanto aos aspectos político e psico-social.

Existe ainda espaço para emprego das minas em guerras de curta duração, quando uma minagem ofensiva, nos primeiros momentos de abertura das hostilidades, poderá acarretar o bloqueio de forças navais num porto ou impedir sua passagem para outra área, proporcionando libe¹⁻² de ação a seus oponentes. Tal possibilidade em cenários regionais deve ser bem entendida para que venha a ser apropriadamente explorada.

Estamos na era nuclear, na era de sistemas de armas complexos, sofisticados e de elevados custos, na era da bipolaridade das superpotências, na era da detergência nuclear, mas, ainda assistindo ao emprego eficaz das minas em todos os conflitos. Mesmo durante a crise do Irã, em 1979, os EUA deixaram claramente antever a alternativa de minar o estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, tornando mais forte a pressão contra aquela nação, por intermédio de um armamento passivo que possibilita ainda ao seu utilizador tomar uma posição de "quem não disparou o 1º tiro".

Apesar de toda essa gama de vantagens e aspectos positivos do emprego das minas e de sua quase inexorável utilização em todos os conflitos, freqüentemente, nos períodos entre guerras, as nações negligenciam o desenvolvimento e pesquisa de tal engenho, como ocorre agora.

Procurando as razões para tal relaxamento consegui alinhavar alguns pontos que julguei relevante mencionar:

a) O pensamento militar é voltado mais para o veículo da arma que, propriamente, para a arma. Ora, as minas têm a desvantagem, nesse aspecto, de

não dependerem de um veículo específico para lançamento, como a maioria dos sistemas de armas. Qualquer embarcação pode lançar minas; qualquer aeronave que lance bombas de 500 lbs., também pode fazê-lo; e qualquer submarino pode ser facilmente adaptado para lançar minas, pelos tubos de torpedos, ou não. Assim, a mina fica esquecida.

b) É comum dizer-se que as minas não possuem "glamour". Não há explosões, ruídos ou qualquer evidência imediata de seu funcionamento durante o lançamento — fase em que a participação do homem ocorre efetivamente. Além disso, a mina é "*impessoal*". O lançador de mina dificilmente verá sua atuação. Portanto, não poderá cadastrar a seu favor o efeito de atuação e destruição do alvo, como ocorre entre os submarinistas e pilotos que marcam o número de navios torpedeados e aviões abatidos, usufruindo uma parcela de glória, que lhes é atribuída, satisfazendo o ego inerente a cada ser humano, especialmente quando guerreiro.

c) As minas têm sido empregadas, na maioria das vezes, por nações em situações de inferioridade militar ou econômica, devido, em especial, ao baixo valor da relação custo/benefício. Isto, sem dúvida, provoca uma equívoca sensação de que o emprego de minas fica "*áquém da dignidade*" das grandes nações. É bem possível que tal reação seja consequência das origens da mina como arma. Consta que, quando Bushnell e Fulton construíram sua primeira mina, durante a guerra de independência americana, em 1775, a mina teria sido romanticamente considerada como "*de uso impróprio para cavalheiros*". Quando o mesmo Fulton mostrou seus planos ao Almirante francês Le Pelley, este recusou-a por "*sentir-se possuidor de escrú-*

pulos de consciência contra tal terrível invenção". Tal estigma é também flagrante no espírito da Convenção da Haia de 1907 quando procura limitar ou regular o emprego de tais armamentos como "... para uso específico para interceptar a navegação mercante inimiga" ... e, ainda, introduzir exigências do tipo", ... emprego de todas as precauções possíveis para segurança da navegação pacífica...".

No contexto brasileiro, certamente tais pontos também influenciam o pensamento dos nossos chefes navais. Paralelamente, outros fatores particulares podem ser arrolados. Dentre eles ressaltamos:

1) A característica pacífica e folgazã do povo brasileiro o impede de visualizar com facilidade a possibilidade de uma guerra.

2) Permanecemos durante longo período de tempo presos a uma idéia de estratégia de bloco continental importada que, entre tantos inconvenientes, tinha o maior talvez, o de uma dependência quase que total do pensamento do país líder do bloco.

3) A conceituação estratégica brasileira vem sofrendo grande influência da falta de mentalidade marítima do povo e do poder político da nação, acarretando consequências na seleção de prioridades para o desenvolvimento dos meios do nosso poder militar.

4) Sofremos restrição permanente de recursos, atribuindo por isso maior prioridade de aplicação de numerários a outros campos de atividade, para atender problemas mais urgentes e possibilitar a manutenção do ritmo de desenvolvimento brasileiro.

5) Devido ao nosso país não se ter envolvido em guerra há mais de 35 anos,

a Marinha tem procurado atender algumas atividades subsidiárias desviando-se de sua missão básica.

6) O incipiente esforço de pesquisas técnicas e científicas vem dificultando o desenvolvimento de uma indústria bélica naval no Brasil.

7) A diminuta experiência e tradição de emprego de minas ofensivamente pela MB, bem como a baixa confiabilidade atribuída a esta arma e, porque não citar, a falta de visão do emprego ofensivo das minas dentro de uma possível estratégia naval brasileira.

8) O caso brasileiro encerra uma outra particularidade. Embora a mina seja uma arma naval, a Marinha não possui capacidade de poder lançá-la pelo agente de minagem de maior importância contemporânea — o avião. Por outro lado, a Força Aérea Brasileira, que possui o veículo lançador, não está motivada para o emprego da mina, como sistema de arma. Urge, portanto um esforço conjunto ou uma coordenação de forças para que possamos realmente dispor de tão importante arma no aspecto global de seu emprego ofensivo.

Conclusão

Gostaria, neste ponto, de fazer um parentes: em nenhum momento busco fazer qualquer pessoa acreditar que os meios de Guerra de Minas serão eficazes se empregados isoladamente; mas, ao contrário, sua eficiência será notada como complemento a outros meios de guerra naval.

Podemos, desta maneira, visualizar ao longo dos tempos o emprego da mina como arma tradicionalmente associada ao conceito de guerra de desgaste. Todavia, pode também ser notado que este sistema de arma também é capaz de



obter bons frutos numa guerra rápida, desde que seu efeito seja produzido a partir do início do conflito.

Foi também mostrada a possibilidade de seu emprego na efetivação de bloqueios, desde que o acesso ao mar pelo inimigo tenha de ser feito por gargalos, estreitos ou outras áreas de navegação restrita, propiciando a contenção do poder naval inimigo, cumprindo a tarefa básica do Poder Naval de negar o uso do mar. Paralelamente, gostaria de acrescentar que, embora as águas minadas venham limitar a navegação de navios mercantes de bandeira neutra, ao mesmo tempo, o risco da passagem por tais áreas é transferido a cada um.

Devemos evitar que critérios menores possam influenciar no projeto de constituição de um Poder Naval realmente capaz. Lembremo-nos da célebre frase do Gal. MacArthur — "In War there is no substitute for victory". Não interessam explicações posteriores para o insucesso ou fracasso.

Assim, como vimos, as minas foram empregadas no século passado, nas guer-



ras mundiais deste século e mesmo, na última década; ora como arma estratégica, ora tática, ora ofensivamente ora defensivamente, mas sempre, com eficácia.

É necessário que tenhamos prontos planos de minagem, para as hipóteses de emprego que visualizamos, feitos em tempos de paz, pois em caso de conflito, a adoção de tais planos terá de ser de imediato. Tal política levar-nos-á ao dimensionamento dos meios e seletividade dos tipos apropriados de armas.

Existe hoje um grande "gap" entre necessidades e disponibilidades.

Para um país de recursos escassos

para despesas com o setor militar deve ser enfatizado o dispêndio de tais recursos na forma mais inteligente e eficaz para o país. Al agiganta-se a importância da Guerra de Minas com seu baixo nível custo/eficácia.

Temos raciocinado com a Guerra de Minas no passado em uma postura defensiva, enfatizando-se o emprego de navios varredores e campos minados defensivos. Quero crer ser mais relevante, especialmente no momento, o desenvolvimento de uma capacidade de minagem ofensiva seja por meios aéreos ou navais. É de suma importância conscientizarmo-nos disso.



O Capitão-de-Fragata Raymundo Sant'Anna Rocha, é, presentemente, Instrutor da Escola de Guerra Naval, e Encarregado do Setor de Guerra de Minas. Serviu por cerca de oito anos e meio em diversas funções a bordo de Navios Varredores e como membro do Estado-Maior da Força de Minagem e Varredura. Possui cursos de Guerra de Minas no Brasil, Estados Unidos e Alemanha. Foi Instrutor de Operações e Táticas, Manobras, Introdução à Ciência Naval e Português na Academia Naval de Annapolis, nos EUA. Comandou o Navio-Varredor "ARATU" de abril de 1971 a agosto de 1973. Possui o Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.

**Produzir mais, poupar e exportar.
Aceitamos voando esta sugestão
do Governo.**



Produzir mais:

Em 1971, nosso primeiro ano de operações, produzimos 12 aviões. Em 1981, depois de 11 anos, estaremos chegando ao total de 2.000.

Poupar:

Hoje, mais de 2.000 aviões da Embraer estão cruzando os nossos céus. Se o Brasil tivesse importado todos esses aviões, mais de 600 milhões de dólares preciosos teriam voado daqui para fora, sem passagem de volta.

Exportar:

O que não importamos, exportamos.

Até o inicio de 1981, 207 aviões brasileiros haviam sido vendidos a 24 países. Desses aviões, 161 são Bandeirante, que é na sua categoria um líder mundial de vendas; e 46 são Xingu, dos quais 41 destinados à Força Aérea e à Marinha da França e 5 à École de l'Aviation Civile, na Bélgica.

Agora, a Embraer está desenvolvendo dois grandes projetos. Um é o EMB-120 Brasília, avião de última geração, pressurizado, para transportar 30 passageiros, para o qual já existem mais de 100 opções, a maior parte do exterior. O outro é o EMB-312, para treinamento

militar, também com mais de 100 unidades encomendadas.

Além de produzir, poupar e exportar, a Embraer cumpre importante função social, proporcionando trabalho a 6.000 funcionários, o que demonstra que a economia brasileira pode contar com a capacidade técnica e competitiva de uma empresa que nasceu, cresceu e trabalha voando.

E isso é muito bom para quem é jovem e tem a vida inteira pela frente.

EMBRAER



Volkswagen
Onde nasce o Brasil



A IMPLACÁVEL SEDE DE PODER DO IMPÉRIO RUSSO

Nicholas Boer

A intervenção soviética no Afeganistão não pode ser entendida como um fato isolado e circunstancial. É parte do processo de agigantamento do Império Russo que se transformou, em três séculos, do pequeno Estado de Moscou ao maior império da história mundial, estendendo-se por um território de 21 milhões de quilômetros quadrados e dominando uma população étnica e culturalmente heterogênea. Neste artigo, Nicolas Boer analisa a gênese e os processos históricos da expansão do imperialismo russo, sob enfoques econômicos, geopolíticos e sociológicos. E revela que o apetite da Rússia pelo Afeganistão tem um sécula: em 1881, depois de estender seu poder aos "khanatos" de Khiva, Bokhara e Kokand, os russos apenas se detiveram nas fronteiras afgãs porque a Grã-Bretanha já havia consolidado ali a sua zona de influência.

Quem concebia a ambição de submeter a uma análise científica o fenômeno político do imperialismo e de estudar, além da essência, estrutura e funcionamento desse fenômeno, sobretudo a sua gênese terá de acompanhar, forçosamente, os processos históricos do agigantamento do Império Russo, mantido, consolidado, estendido e animado por uma vontade de contínua expansão sob a égide da Estrela Vermelha. A razão é simples: no mundo contemporâneo que, nas outras partes do plano, se caracteriza pela descolonização, só há um império no sentido científico do termo, ou seja, um Estado que mantém, sob o domínio político de uma só nação, povos de diferentes origens étnicas, de diferentes consciências nacionais e de diversas civilizações: a URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por essa mesma razão, um só imperialismo existente, no sentido científico do termo, ou seja, a política oficial

mente adotada, ideologicamente justificada, consciente e coerentemente conduzida, visando à incorporação de novos Estados, se não sempre à sua soberania nacional, certamente à sua zona de influência e, o que mais importa, dessa maneira invertendo o equilíbrio do poder mundial em seu favor: o imperialismo soviético, que não é apenas a continuação legítima do imperialismo grão-russo, mas que, a rigor, com ele se confunde.

Estudo intrigante na medida em que demonstra quão reduzida e subalterna é a utilidade de teoria econômica para a análise dos fatores genéticos de um dos imperialismos mais clássicos que a história jamais conheceu – tão clássico e completo que tem sobrevivido mesmo aos tempos modernos, cujos sinais indicativos são a descolonização e a autodeterminação dos povos, por ele mesmo pregados, embora essa teoria, dogmatizada desde Lenin, tenha sido invocada

pelos teóricos soviéticos do marxismo para explicar a gênese de todos os impérios modernos e, entre eles, também o russo. No prefácio que escreveu para a edição russa de seu panfleto *O imperialismo, último estágio do capitalismo*, Lenin confessa que o redigiu numa "lingua escrava", no intuito de desviar a atenção dos censores. Por isso, nunca mencionou expressamente a Rússia: "Fui forçado a citar, como exemplo, o Japão! Mas o leitor atento facilmente substituirá o Japão pela Rússia, e a Coréia pela Finlândia, Polônia, Kurlândia, Ucrânia, Khiva, Bokhara, Estônia e outras regiões que não são povoadas por grão-russos". Do Japão, Lenin fala no contexto das nações capitalistas emergentes, embora as citadas regiões, habitadas por população que não é grão-russa, tenham sido conquistadas antes de haver o capitalismo iniciado a fase da "arrancada" no país dos czares de todas as Rússias.

Não é que a exploração econômica das regiões conquistadas pelos russos não tenha obedecido aos padrões seguidos pelas grandes potências coloniais da Europa Ocidental em seus territórios ultramarinos, no auge do que a história designa como a "era do imperialismo". O traço principal desta era aplica-se ao Império Russo da mesma forma como aos outros impérios coloniais: a indústria metropolitana é abastecida de matérias-primas provenientes das colônias. A maior parte dos cereais sempre veio de regiões cuja população, em sua maioria, não era russa, mas ucraniana ou tártsara. Outro importante produto agrícola, a beterraba, em que se baseou, no fim do século passado, a indústria de açúcar do Império, passou a ser cultivado a oeste de Kiev, por camponeses não-russos, mas ucranianos. No começo des-

te século, o Império transformou-se em grande produtor de algodão, provindo das possessões conquistadas em meados do século XIX, na Ásia Central. O regime czarista, da mesma forma que as autoridades britânicas no Egito, encorajava os camponeses do Turquestão a concentrar atividades na produção de algodão. Os objetivos e métodos eram idênticos: abastecer a indústria de têxteis da metrópole com um volume largo e seguro das matérias-primas necessárias. Em vésperas da Primeira Guerra Mundial, a região de Moscou recebia da Ásia Central mais da metade do algodão cru de que necessitava a sua indústria.

Da mesma forma, a riqueza mineral do Império encontrava-se no subsolo das áreas povoadas por não-russos. As minas de ferro da região do Ural, habitada por tártaros e outros povos primitivos, foram desenvolvidas no século XVIII, quando a Rússia se tornou um dos maiores exportadores de ferro do mundo. Na segunda metade do século XIX, as minas do Ural, por falta de comunicações e de suprimento adequado de mão-de-obra, cederam rapidamente lugar às da Polônia e da Ucrânia, enquanto a Ucrânia Oriental (a bacia do Rio Donetz) se tornava a fonte principal de carvão.

No fim do século passado, iniciou-se, em grande escala, a exploração de petróleo na península de Baku, na área do Mar Cáspio, povoada pelos turcos azeri e por considerável minoria armênia. Este é, aliás, mais um ponto para o qual convergem o antigo colonialismo ocidental e o ainda válido imperialismo russo, pois, nos territórios do Islão esse continente intermediário, partilhado, em zonas de influência, pelas potências coloniais europeias — mais precisamente ao longo da linha que coincide praticamen-

te com o meridiano 30, que vai do Golfo Pérsico e do Mar Cáspio às montanhas do Ural —, concentram-se as mais ricas fontes de ouro líquido. As regiões do Turquestão e do Cáucaso são, ainda hoje, os centros vitais da economia da Rússia. Quase toda a produção de petróleo e de algodão e a maior parte da produção de minérios da Rússia provêm, ainda hoje, dos territórios muçulmanos. Há quem diga que o centro de energia atómica soviética se acha, também, na Ásia Central.

De qualquer forma, a indústria que surgiu no fim do século passado, de acordo com os padrões coloniais, típicos da "era do imperialismo", concentrou-se nas terras de população grã-russa, especialmente em São Petersburgo, em Moscou e na Rússia Central. O esquema imperialista funcionou também assim, mediante essa divisão de trabalho entre a indústria metropolitana e a matéria-prima barata, fornecida pelas colônias.

A GEOPOLÍTICA

Quem desejar ser fiel aos fatos da história, no entanto, nem assim pode afirmar que residem ali os motivos principais da expansão russa, a qual precedeu a exploração colonialista de base industrial. Efetivamente, na época em que ela se deu, e se excetuarmos a conquista dos territórios da Ásia Central, a Rússia ainda estava longe de sentir plenamente os efeitos da revolução industrial. A economia jamais representou um plano separado e autônomo na vida das nações. Sobretudo na época do mercantilismo, inseparável das instituições e dos padrões da autocracia monárquica, ela era concebida como um elemento importante da segurança nacional, a serviço do aumen-

to e da expansão do próprio poder político. Todavia, desde já, *atrás das razões econômicas da expansão, no fundo subalternas, descobrimos a ação dos imperativos da geopolítica*. A aquisição e manutenção de saídas comerciais diretas para os mares abertos constituiu um dos requisitos básicos do crescimento econômico e, consequentemente, político da Rússia. Até os dias de hoje, o comércio exterior russo tem sido preponderantemente transportado por via marítima e foram os portos bálticos, salvo nos períodos do retraimento do poder russo, que sempre forneceram o principal escoamento para os seus produtos em direção ao Exterior. Embora um país, cercado por terra, como a Rússia, possa empenhar-se em intenso comércio interno, supondo que a rede interior de vias de comunicação esteja adequadamente desenvolvida, o que lá não se verifica até os dias de hoje — a autocracia russa, sobretudo no tempo em que só podia contar com os portos árticos, tinha clara idéia de que em hipótese alguma podia renunciar ao controle das saídas para os mares abertos.

A política de expansão que Pedro, o Grande (cuja obsessão, desde a juventude, era a criação de uma grandiosa frota) inaugurou em 1721, obedecia também a razões econômicas, embora, como haveremos de demonstrar, as prevalecentes tenham sido razões políticas, de cunho nitidamente imperialista. Sua atenção dirigia-se antes de tudo para o Báltico.

A saída para os mares abertos, segunda em importância logo depois da do Báltico, estava no Mar Negro. Aqui, porém, a Rússia não só tinha de lutar contra os países ribeirinhos, mas ainda competir com outras grandes potências. Os direitos comerciais obtidos em 1774 no Mar Negro e nas saídas deste mar para o

Mediterrâneo não tinham senão importância nominal, simbólica. Anteriormente, porém, as regiões meridionais da Rússia haviam-se transformado numa das maiores e mais importantes áreas produtoras de cereais. Mais tarde os cereais foram substituídos por produtos da mineração e dos poços petrolíferos. Todo o desenvolvimento da região dependia do comércio com o Mediterrâneo e a autocracia russa concedeu a esses interesses a mais alta prioridade. Eis afim parte a razão por que um dos "leitmotiv" principais, *uma das grandes constantes da política externa da Rússia*, a partir de Pedro, o Grande, senão de Ivã, o Terrível, veio a ser o que se convencionou chamar de "questão oriental", ou seja, o enfraquecimento e mesmo a desintegração do Império Otomano por meio do estímulo aos cristãos dos Balcãs e do Cáucaso e aos turcos da Ásia Central para que se revoltassem contra a Sublime Porta. A garantia mais segura de que interesses estariam bem servidos, na concepção autocrática dos czares russos, parecia ser a incorporação política desses países e povos no Império Russo.

Assim, a secular tentativa russa de assegurar uma saída livre para o Mediterrâneo através dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos — cuja garantia mais firme seria o estabelecimento de sua soberania naquelas regiões — poder-se-ia explicar também, ao menos parcialmente, por motivos econômicos. De fato, o objetivo russo de anexar as regiões dos estreitos foi reafirmado com ênfase particular em muitas ocasiões. O interesse comercial específico foi obter a liberdade de navegação comercial através dos estreitos. Nas épocas do auge do seu poder, a Rússia realmente conseguiu estabelecer (1799-1805, 1833-1840) ou pe-

lo menos exigir (1945-1955) o direito de co-propriedade com os turcos quanto à posse daquelas passagens. Com esse fim, a Rússia por diversas vezes propôs às potências ocidentais a partilha da Turquia, mas a Grã-Bretanha e a França só em 1915 acabaram por concordar com este plano, o qual, porém, em 1917, foi repelido pelo governo soviético. De qualquer forma só em tempos de tal maneira excepcionais, como foram os da Primeira Guerra Mundial, pôde a Rússia almejar a posse dos estreitos com a exclusão das outras grandes potências e como um objetivo permanente dentro dos quadros da *Real politik*.

OS MARES

O princípio da liberdade de navegação comercial, portanto, foi alvo de numerosos tratados entre todas as potências locais e as grandes potências interessadas, por meio de negociações difíceis e duras. Esse princípio da livre passagem dos navios comerciais de todas as nações, excetuando o tempo da guerra em que a Turquia era beligerante, foi estabelecido na Convenção de Londres, em 1840, estipulada entre a Turquia, a Rússia e as potências européias. No caso de guerra em que a Turquia participasse, a concessão de uso dos estreitos era privilégio do governo turco. Esse princípio foi alterado pela Convenção de Lausanne (1923) que permitiu a passagem de navios de potências neutras, mesmo em tempo de guerra, incluindo, porém, a cláusula de que nenhuma força naval maior do que a maior armada do Mar Negro (ou seja a soviética) podia ser enviada ao Mar Negro, nem mesmo em tempos de paz, por uma potência que não fosse da região. O último acordo internacional, regulamentando o status

dos estreitos, foi celebrado em Montreux, no ano de 1936. Esta reafirmou o princípio tradicional da liberdade de passagem de navios comerciais de todas as nações, mas fez uma discriminação entre os vasos de guerra dos Estados litorâneos ou não litorâneos do Mar Negro, concedendo aos primeiros alguns privilégios dos quais os últimos foram excluídos.

Em tempo de paz, os navios de guerra de todos os Estados do Mar Negro, excetuando os porta-aviões e os submarinos, podiam atravessar os estreitos sem restrições, enquanto os Estados regionais somente podiam enviar ao Mar Negro navios de guerra leves, sendo limitado o número das unidades, sua tonelagem e a duração da passagem. Em tempo de guerra, mantendo-se a Turquia neutra, os estreitos seriam fechados para todos os participantes do conflito.

As outras saídas russas para os mares abertos jamais alcançaram a importância dos portos do Mar Báltico e do Mar Negro, embora, após a construção da Ferrovia Transiberiana e o subsequente desenvolvimento da Sibéria Oriental, o porto de Vladivostok tenha visto crescer rapidamente seu valor comercial. A vantagem era que se abria diretamente para o oceano livre, embora a presença do Japão tenha desempenhado papel de equilíbrio, muito semelhante ao papel que se atribuiu à Alemanha e aos Estados Escandinavos no Báltico, e à Turquia, junto com seus poderosos aliados, no Mediterrâneo. Durante curtos períodos (1898-1905, 1945-1955) parecia que a Rússia conseguira estabelecer-se no Mar Amarelo; como contrapeso, equilibrando as posições de predominância do Japão e da China pela aquisição de direitos navais e comerciais nos portos de Port Arthur e Dairen. Mas estas bases, tão dis-

tantes do centro do poder russo, não podiam ser mantidas diante de um Japão determinado e vitorioso (1904-1905) ou de uma China acordada para a consciência de sua vocação de grande potência (1950-1955).

O comércio russo nas costas setentrionais cresceu de intensidade e de importância, juntamente com o progressivo desenvolvimento da Sibéria. Mas está aí também a prova de que os interesses econômicos surgiram e cresceram após as conquistas políticas e em função delas, contrariamente às teses da teoria econômica do imperialismo, segundo as quais as conquistas políticas seriam consequência da expansão do interesse comercial. O comércio russo nos mares nórdicos tinha apenas significação litorânea e doméstica, não figurando entre os objetivos da política externa. Mesmo assim, é de reconhecer que nos períodos de isolamento relativo, anteriores ao século XVIII, os portos do Mar Branco, como Kholmogory e, mais tarde, Arkhangelsk (depois de 1584), constituíam os únicos contatos marítimos diretos com a Europa, como também durante as duas grandes guerras do século XX essas duas antigas saídas do Mar Branco, bem como o porto de Murmansk, livre do gelo (depois de 1915) demonstraram ser vitais para os interesses da economia russa.

O CAMINHO ABERTO

Há quem diga que a colonização da Sibéria, iniciada no século XVI, tenha obedecido sobretudo a interesses econômicos ligados ao comércio de peles. É verdade que esse comércio, do século XVII até o começo do século XIX, teve grande importância, na medida em que 10% da renda do Estado dele advinha.

Mas a procura de peles só muito parcialmente explica a conquista da Sibéria, pois essa procura foi mais consequência do que causa. Ali desempenhou sua força atrativa um elemento da geopolítica, o vácuo geográfico e demográfico, consequentemente o vácuo do poder político. Depois de ter Ivã IV, o Terrível, conquistado Kazâ e Astrakhan, tornou-se possível aos russos viajar para a Ásia desconhecida e misteriosa. Mas o fator determinante era o desafio dos tártaros da Sibéria, que atacavam os territórios desses "khanatos", recentemente conquistados pelos russos. Estes contrataram o líder cossaco Yermak Timofeyevich, que, em 1581, com uma pequena companhia, ocupou Sibir, capital de Kachum, o último "khan" dos tártaros da Sibéria. É um exemplo típico da história dos russos, que sempre consideraram o mais insignificante ataque a suas fronteiras, desde o início muito discutíveis, aliás, como justificação para ocupar todo o território do agressor e incorporá-lo ao seu império. Uma vez destruído o "khanato" de Kachum, o caminho até o Pacífico estava praticamente aberto, pois as populações nômades e muito esparsas, não constituíam obstáculo real para a penetração e colonização russa, feita aliás por comerciantes e campões que, fugiam aos rigores feudais e, mais tarde, em consequência de uma política autocrática oficialmente adotada, pelos desterrados que na terra da Sibéria tinham de pagar pelos seus crimes comuns e políticos. De 1828 a 1898, não menos de 700.000 exilados foram para a Sibéria, juntamente com 216.000 voluntários. No fim da autocracia, os exilados certamente superavam em número os comerciantes e fugitivos que na Sibéria haviam encontrado asilo, exatamente como ingleses e outros europeus que,

em busca da liberdade religiosa e do enriquecimento, iniciaram nova vida em terras da América do Norte. Todavia, os norte-americanos foram mais felizes, separados que estavam da Europa pelo oceano. Já a continuidade territorial favorecia a autocracia russa, que dispunha de meios para integrar essa colônia no corpo político do Império.

De qualquer forma, esgotamos todos os motivos econômicos importantes que teriam podido contribuir para a explicação do agigantamento do Império Russo. São irremediavelmente insuficientes para compreendermos como e por que o Estado russo de Moscou, em três séculos, se transformou no maior império da história mundial, estendido por um imenso território de 21 milhões de quilômetros quadrados e dominando uma população heterogênea do ponto de vista da etnia e da civilização, cuja maioria (55%) não é russa, nação depositária do poder estatal e imperial.

Uma análise mais aprofundada leva forçosamente à conclusão de que só a geopolítica e a sociologia unidas — entrelaçadas e completando-se mutuamente podem explicar adequadamente as causas históricas profundas, as verdadeiras molas propulsoras do agigantamento do Império Russo. Fatores geopolíticos, como "situação", "espaço", "fronteira", "vácuo geográfico" e "vácuo de poder", condicionam o fenômeno da capitalidade internacional, ou seja, os processos de fluxo e refluxo, dilatação e retraimento do poder político em determinadas áreas.

A situação da Rússia, tanto européia quanto asiática, oferece fortes indicações de que a história à qual sua terra serve de cenário comportará intensa movimentação, migrações, fluxos e refluxos do poder entre os numerosos grupos éti-

nicos que a povoam. De fato, tanto a parte européia como a asiática da Rússia, quanto a vegetação, divide-se no plano horizontal em três regiões: a tundra, a floresta e a estepe, havendo entre as duas últimas uma zona de transição, floresta-estepe. A riqueza das terras negras da floresta-estepe e da estepe foi o que atraiu o camponês russo. Este sedentário, porém, tinha de enfrentar os nômades da estepe, que permaneceram durante muito tempo superiores a ele. Soloviev, muito no espírito das tradições da antigüidade européia, concebeu "a luta entre a floresta e a estepe" como o *leitmotiv* da história russa: "A Ásia nunca cessará de enviar hordas vorazes, que querem viver à custa da população sedentária: é claro que, na história desta última, um dos fenômenos principais será a luta incessante com os bárbaros da estepe".

Entre os elementos da geografia, o clima também condiciona os fenômenos da política, mesmo os do fluxo e refluxo do poder político. Como se sabe, a Rússia tem um clima continental extremo, com um inverno longo, frio e abundante de neve e com um verão curto, quente e normalmente não muito seco. A dureza do clima aumenta à medida que se vai para o Norte e para o Leste. Nas épocas de transição — na primavera, a fusão da neve e o degelo, do outono, as chuvas — as regiões tornam-se intransitáveis. Eis um fato com que tiveram de contar os estrategos de todos os tempos. Pois os conceitos estratégicos formados em outros países, sob o céu histórico da Rússia, têm de sofrer correção: as guerras de inverno na história russa não constituem exceção, mas devem ser evitadas e só em casos de emergência empreendidas. Embora os próprios russos prefiram os meses do inverno — novem-

bro e dezembro — como os mais convenientes para as grandes movimentações de tropas. A grande ofensiva dos mongóis, de 1237-1238, foi uma campanha de inverno. A catástrofe da *Grande Armée* de Napoleão, em 1812, deu-se nestes meses; a ofensiva de Hitler, em 1941, foi detida diante de Moscou nesta época, como nesta época se deram as decisivas vitórias sobre a Alemanha que as tropas russas alcançaram no inverno de 1944 e 1945.

Como a Rússia européia é um país sem fronteiras naturais e sem claras fronteiras demográficas, assim também a distinção entre a Europa e a Ásia, do ponto de vista da geografia russa, é artificial. E já que no largo e imenso espaço do atual império de 21 milhões de quilômetros quadrados estavam estabelecidos diversos Estados de diversos grupos étnicos e de diversas civilizações, para o Estado russo a "estabilização das fronteiras defensáveis", como objetivo primordial e preferencial, não representava uma questão geográfica ou étnica, mas uma tarefa política que devia ser regrada por um acordo com o poder político estabelecido além da fronteira. A estabilização podia ser obtida pela redução ou simples eliminação do poder político do vizinho, graças a uma ação militar (capitalidade internacional), pelo estabelecimento do controle político mediante a preempção dos territórios relativamente despovoados (vacuum geográfico) ou apoiando-se em barreiras naturais, como mares, desertos e montanhas extensas de regiões fronteiriças com pequena importância política (vacuum de poder político). Esse espaço sem fronteiras inspira a sensação de insegurança, o medo constante e existencial de uma invasão por adversários fortes e de razias por povos

nomádicos relativamente desorganizados.

De qualquer forma, quanto maior fosse o sentimento de insegurança dos russos, tanto maior seria sua vontade de expansão, como forma de superação e eliminação dos complexos de inferioridade, de isolamento e de cerco. A verdade é que a Rússia sempre experimentou medo e desconfiança em relação aos seus vizinhos europeus e foi por isso que inspirou sempre medo e desconfiança à Europa inteira. Seu território foi invadido periodicamente por agressões arrasadoras, como as dos tártaros (1238-1239), dos poloneses (1610-1612), dos franceses de Napoleão (1812), dos alemães de Hitler (1941), de forma que a Rússia sempre encontrou justificativa, invocando seus direitos e dever de legítima defesa e de segurança, para a tendência a estender fronteiras, tanto a Ocidente como a Oriente, muito além do território colonizado pelo próprio povo. Daí se comprehende a intensa mobilidade do poder do vasto e imenso espaço que ia ser dominado pelos russos. O espaço, como fator da geopolítica, faz com que as partes vitais do país fiquem menos expostas às agressões externas. Outra observação de Ratzel sobre os efeitos psicossociais do espaço também pode ser aplicada à história russa, na medida em que são grandes nações ou têm condições para se transformar em grandes nações os povos que dispõem de um espaço extenso.

FRONTEIRAS VITAIS

A mais antiga fronteira de grande significação política e, durante muito tempo, a mais precária, é a que passa pelo Báltico. Aqui, os predecessores da antiga Rússia dispunham de uma saída comer-

cial e de um litoral reduzido até a derrota infligida a Novgorod por Moscou, no século XV, embora o controle do mar e a maior parte do litoral estivessem em poder de outros povos. Por essa razão, a Rússia travou uma série de guerras com os suecos e os poloneses para obter o controle da região, o que só foi obtido definitivamente em 1721 (Pedro, o Grande). Conseguiu, afinal, abrir uma "janela para a Europa" (São Petersburgo). Reduzindo o poder do outrora perigoso rival sueco, a Rússia acabou por se apoderar da Finlândia, incluída anteriormente na Suécia. Na guerra de 1808-1809, os exércitos russos invadiram a Finlândia. Alexandre I decidiu tornar-se grão-duque da Finlândia, embora permitisse que o seu novo principado mantivesse sistema legal e instituições políticas próprias. Essa união pessoal, contrariamente ao que aconteceu a arranjo semelhante feito com a Polônia, entre 1815 e 1830, funcionou relativamente bem até o fim do século. No mesmo ano de 1809, outros principados básicos, a Curlândia, a Letônia e a Estônia foram incorporados ao império russo.

As fronteiras ocidentais da Rússia não são tão antigas como as do Báltico, mas lhe causaram problemas muito mais sérios, de difícil e prolongada solução. A bem dizer, essas fronteiras, as mais vitais entre todas as outras, sempre refletiram, fiel e exatamente, a posição internacional da Rússia. Foi nessa região que a Rússia enfrentou seus rivais principais e foi aí que travou suas mais importantes batalhas. Só dois séculos depois que surgiu o Estado russo consolidado no século XV, é que se pôde alcançar certa estabilidade neste setor ocidental das fronteiras russas. O desfecho da luta dependia do poder e da sorte tanto da Polônia como da Rússia. Após a invasão

dos tátaros, os povos eslavos desta região foram governados por príncipes lituanos e lituano-poloneses (1386) e, mais tarde, pelo Estado da Polônia. A longa e amarga luta com a Polônia constituiu a preocupação central da política externa russa no século XVI e no começo do século XVII, dramaticamente assinalada pela ocupação de Moscou pelos poloneses (1610-1612). Este acontecimento marcou o auge da influência polonesa. Depois, a Rússia reorganizada registrava uma grande vitória em 1667, consagrada pela paz de Andruszovo, que assinalou um momento de transição nas relações russo-polonesas. A partir deste momento, não obstante reveses transitórios, a expansão russa para o Oeste não podia ser mais detida.

As rivalidades do poder foram estimuladas também por racionalizações de tipo religioso e nacional, pois a Polônia se considerava o baluarte do catolicismo romano, enquanto os czares de Moscou se proclamavam herdeiros dos imperadores bizantinos e, como tais, defensores da única e verdadeira fé. A luta entre eles tinha por objetivo a posse da Ucrânia (a Alsácia-Lorena do Leste europeu), o vasto território situado na linha horizontal entre a Bessarábia e o Norte do Cáucaso e, na linha vertical, entre a Rússia Branca, o Mar Negro e a Criméia. O nome — Ucrânia — diz significativamente: fronteira. Suas estepes de esparsa densidade demográfica foram povoadas pelos servos, que escaparam ao jugo dos senhores feudais russos e poloneses. Era a época do princípio *cujus regio eius et religio*, pois, quando sob o domínio polonês, os proprietários de terra e os funcionários eram poloneses e católicos e os camponeses ortodoxos. Mais tarde, ficaram conhecidos como "pequenos russos". Falavam uma língua diferente do

grã-russo. Também suas instituições sociais eram diferentes das da Rússia Central, pois faltavam-lhes as comunas rurais, que constituíam o centro da sociedade campesina russa. Suas tradições culturais e legais eram de tipo ocidental, com preponderante influência polonesa. Uma minoria da população pertencia à Igreja Católica Unida, o catolicismo oriental fundado em 1595 com a finalidade de conquistar russos para a fé polonesa. Todavia, também este fato contribuiu para que seus fiéis se distinguissem tanto dos poloneses quanto dos russos. Mesmo assim, a grande massa dos ucranianos, embora ressentindo o domínio tanto dos russos como dos poloneses, se não tivesse podido conservar sua autonomia teria optado por Moscou.

A unificação da atual Ucrânia, todavia, progrediu lentamente, tendo sido consumada em diversas etapas, que fizeram amadurecer um nacionalismo ucraniano particular. A terra da Ucrânia, fértil, mas despovoada após as invasões táticas, sobretudo ao longo do Dnieper inferior, produziu um povo, um grupo guerrilheiro de novos colonizadores de origem mista eslava, tática e circassiana — os cossacos — que organizou um poder político e militar autônomo, graças ao qual tentou desenvolver sua capacidade de negociação entre as maiores potências da região: russos, poloneses e tátaros. Conseqüentemente, esse povo não deixou de constituir um foco de conflito entre a Polônia e a Rússia. O grande líder Bohdan Chmielnicki, premido pelos poloneses no Tratado de Pereyaslavi (1664), fez um acordo com o czar de Moscou, graças ao qual esperava manter a autonomia do seu povo. O acordo foi diversamente interpretado: houve quem o considerasse como aliança entre dois Estados, como união pessoal entre duas

monarquias ou como a simples submissão de russos ortodoxos ao seu czar. Na realidade, nos cinqüenta anos que se passaram após 1664, os cossacos da margem oriental do Dnieper elegeram como chefe próprio um *hetman*, que reconhecia o czar como soberano, mas seu poder pouco menos era do que o de um governante independente. Durante a guerra entre Pedro, o Grande, e Carlos XII da Suécia, em 1709, o *hetman* Isaac Mazepa apoiou a causa dos suecos. Após a sua vitória, Pedro privou os cossacos de autonomia, de forma que a Ucrânia das margens orientais do Dnieper foi simplesmente incorporada ao Império Russo e governada por funcionários nomeados pelo czar. No fim do século XVIII, com as três partilhas da Polônia (1772, 1793 e 1795), o resto das regiões fronteiriças ucranianas foi também anexado pela Rússia.

NASCE UMA NAÇÃO

Durante o século XVIII, os exércitos russos rechaçaram os tárquicos e anexaram a Criméia, cujas estepes vazias foram povoadas com gente vinda de terras antigamente polonesas. No fim daquele século, toda a parte meridional do Império Russo, estava povoada por gente que falava o "pequeno russo". No século XIX, esse dialeto se transformaria na língua literária da Ucrânia. Com isso, como só ia acontecer na Europa Oriental, nasceu uma nova nação. Surgiu, portanto, a nação ucraniana, a qual graças à sua língua nacional, tradições culturais e sociais, formou uma consciência nacional diferente da russa e mesmo antagônica a ela. Essa evolução foi fortalecida pelo fato de uma grande comunidade ucraniana que vivia na Galitzia, por ocasião das partilhas da Polônia, ter sido anexada pela Áustria. A Galitzia, onde o

elemento "católico unido" prevalecia sobre o ortodoxo, transformou-se na fortaleza do nacionalismo ucraniano, dirigido tanto contra os poloneses como contra os russos. Viviam ucranianos ainda no norte da Bukovina, separada pela Áustria do Império Otomano em 1775, e na Rutênia, no canto do Nordeste do reino da Hungria. A Galitzia e a Bukovina passaram à Polônia reconstruída após a Primeira Guerra Mundial, e a Rutênia à Checoslováquia. Apesar da Segunda Guerra Mundial, todo o território ucraniano foi unificado e incorporado à Rússia.

Por meio das três partilhas da Polônia entre os seus três vizinhos sôfregos, a Rússia, a Prússia e a Áustria, das quais a última se deu em 1795, os czares russos apoderaram-se não apenas da maior parte da Ucrânia, mas também de uma parte da Rússia Branca (Bielo-Rússia). Aqui, a classe dominante dos proprietários de terras também era polonesa, mas os camponeses falavam o dialeto conhecido como "bielo-russo" ("russo branco"). Sua religião era em parte católica, em parte católica unida e em parte ortodoxa. A Bielo-Rússia era considerada, pela autocracia, como parte da "terra russa", com base no fato de ter pertencido ao Estado de Kiev antes da sua destruição pelos mongóis e pelos lituanos no século XIII. Embora em menor medida que a Ucrânia, também na Bielo-Rússia se formou uma consciência nacional distinta com base na língua e nas tradições e junto com ela um nacionalismo de direito próprio.

Graças às partilhas da Polônia, largas massas deste povo foram incorporadas no Império Russo. Em 1815, após a derrota de Napoleão, a Rússia conseguiu estender ainda mais as suas possessões na Polônia. Os arranjos de 1815, que poderiam ser chamados de quarta partilha da

Polônia, criaram um reino da Polônia, reino mutilado, que deveia entrar em união pessoal com a Rússia, de forma que Alexandre I, czar de todas as Rússias, seria também o rei da Polônia. A solução não se mostrou funcional, pois nenhuma das partes se dispôs a respeitar o direito da outra. Em 1830 os poloneses rebelaram-se contra os russos, mas foram derrotados um ano depois. Após esse infortúnio nacional, perderam a sua própria autonomia. Em 1863 ensaiaram mais uma revolta, também frustrada. Assim, de 1830 até 1917, a maior parte da nação polonesa, no sentido estrito da expressão — ou seja, os católicos de fala polonesa — era constituída de súditos conquistados do czar. Quando da divisão da Polônia, os russos conseguiram estender o seu domínio também à Lituânia, situada no Norte da Bielo-Rússia. Os outros três Estados bálticos foram anexados, como vimos, após a guerra russo-sueca de 1809.

A anexação da Ucrânia colocou a Rússia em contato direto com o Império Otomano e seus vassalos tárquicos numa área que, meio milênio antes, constituiu o principal caminho de comércio entre Kiev e Bizâncio. Durante pouco mais de um século (1676-1812) a Rússia, numa série de guerras, rechaçou progressivamente os turcos e se estabeleceu como uma potência no Mar Negro. A Criméia, o último dos "khanatos" tárquicos da Europa, foi anexada por Catarina II em 1783 e incluída na Ucrânia. Em 1812, graças ao seu avanço no rumo dos Balcãs, dominados pelos otomanos, a Rússia apoderou-se da parte oriental da Moldávia, entre os rios Dniester e Prut, dando a essa província de maioria romena o nome de Bessarábia, desde então pomo de discórdia entre a Romênia e a Rússia. Esses avanços, porém, colocaram em pe-

risgo o próprio equilíbrio de poder europeu, de forma que os interesses das grandes potências européias ocidentais, apoiando os turcos, impediram que os russos conseguissem estender suas fronteiras mais para o Sul balcânico e otomano.

Todavia, nas regiões situadas a leste do Mar Negro, no Cáucaso, na ausência de uma concretização de poder europeu equilibrante e contrabalançador, os georgianos e armênios, mais acentuadamente do que os cristãos dos Balcãs, procuraram o apoio russo contra o poder muçulmano. O crescimento da influência russa ofereceu-lhes a oportunidade de derrubar o domínio opressor dos turcos e dos persas muçulmanos. Em 1783, o principal reino de Geórgia se colocou sob o protetorado russo e, em 1801, seu rei Jorge XIII pediu que o seu país fosse diretamente anexado. Outros principados georgianos tiveram de ser conquistados pelas armas russas. Em 1813, a Pérsia cedeu à Rússia a metade de Azerbaijão, incluindo a península de Baku. Em 1828, a Pérsia entregou ainda à sua vizinha setentrional a parte da Armênia que dominava. Mas os outros povos autóctones das regiões ocidentais e orientais do Cáucaso resistiram durante um século à Rússia. Os tchecenos só capitularam em 1859 e os circassianos em 1864.

Uma conquista envolve a outra; os interesses da defesa das fronteiras conquistadas e inseguras justificam a sua extensão ulterior. A conquista da Sibéria — provocada sobretudo pela atração do vácuo geográfico e demográfico — também impôs a necessidade de novas fixações e correções das fronteiras. Dessa maneira a expansão russa na Sibéria seguiu dois caminhos, um que a canalizou para o sul, no rumo da Ásia Central, e

outro para o leste, o que tinha de provocar necessariamente um choque com a China e o Japão.

O AFGANISTÃO

Na Sibéria, ao sul da colonização russa situavam-se as estepes dos quirguizes (hoje conhecidas como Cazaquistão). Sobre elas durante os séculos XVIII e XIX se foi estendendo progressivamente a soberania russa. Sua população de boiadeiros nômades organizou-se em "hordas". Ao sul das estepes encontravam-se as áreas povoadas do Turquestão, de civilização agrícola e cultura antiga, centralizadas nos vales do Oxus (Amur-Darya) e Jaxartes (Syr-Darya), e ufanando-se de tão famosas cidades como Samarcanda e Bokhara. As relações entre a Rússia e os governantes dessas regiões foram péssimas. Súditos dos "khans" de Bokhara, Khiva e Kokand invadiram periodicamente territórios russos. Os interesses de comerciantes russos e tárquicos do vale do Volga viraram-se prejudicados. O amor próprio dos militares russos no comando das regiões sentia-se desafiado. Em 1860, o governo russo decidiu anexar o Turquestão e, numa nota circular enviada em 1864 aos governos europeus, o ministro das Relações Exteriores da Rússia justificava a ação pela necessidade de garantir a segurança das fronteiras russas. Invocou as lições da experiência dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, que mostravam que, quando um Estado civilizado entra em contato com povos bárbaros, é inevitável que o poder civilizador, a fim de proteger os seus súditos e rechaçar as invasões, seja levado a estender incessantemente suas fronteiras.

O argumento — já estamos em plena "era do imperialismo" — foi considerado perfeitamente racional e correto pe-

las grandes potências, já que estava em conformidade com a sua própria prática. Em 1865, os russos tomaram Tashkent, que se tornou a capital dos antigos territórios da Ásia Central. Em 1873, após uma curta campanha militar, os "khanatos" de Khiva e Bokhara foram postos sob o protetorado russo. Em 1876, o "khanato" de Kokand foi incorporado ao Império Russo. Todas essas conquistas foram completadas entre 1881 e 1884, mediante duras lutas contra os turcomanos, cujo país se situava entre o Oxus e as fronteiras cáspias e persas. Mesmo assim, os argumentos do ministro russo a favor das ocupações não passavam de pretextos, pois a Rússia se sentia obrigada a não permitir que o vácuo de poder na Ásia Central fosse preenchido por outra potência, como a Grã-Bretanha, que no fim do século já incluía o Afeganistão fronteiriço na sua zona de influência. De qualquer forma, nos fins do século passado as fronteiras russas alcançavam as formidáveis barreiras da cadeia do Hingu-Kush.

A Rússia, a partir do século XVII, transformou-se numa potência asiática, pois que, por força da colonização da Sibéria, chegou ao rio Amur, no Extremo Oriente. Ao assinar o Tratado de Nerchinski (1689) com a China, fixou as suas fronteiras asiáticas por duas centúrias. No século XIX, porém, a Rússia aproveitando-se das lutas entre a China e as potências ocidentais, como preço da sua "mediação", extorquiu dos chineses, por meio do Tratado de Aigun (1858), o território triangular situado entre os rios Amur e Ussuri, bem como um trecho da costa do Pacífico. Dois anos depois, quando a China foi atacada mais uma vez pela França e pela Grã-Bretanha, a Rússia apoderou-se, graças ao Tratado de Pequim, de novos territórios

entre o rio Ussuri e o oceano, construindo o importante porto de Vladivostok. O Tratado Russo-Japonês de 1875 assegurou à Rússia a posse de todas as Sacalinas em troca da ocupação japonesa do arquipélago das Kurilas. Em 1890 a Rússia obtinha amplas concessões econômicas no norte da China e o controle político sobre o governo de Pequim. A Rússia apoderou-se, sob pretexto de empréstimo, da península de Liaotung, com a base naval de Port Arthur e o porto comercial de Dairen. Não se contentando com isso, o governo russo se propôs incluir a Coréia na sua zona de influência. Em consequência disso, explodiu a guerra russo-japonesa, vencida pelos nipônios em 1905. No respectivo tratado de paz, a Rússia renunciou à península de Liaotung e à metade das Sacalinas. Mas os dois beligerantes dividiram as suas zonas de influência na Ásia, em detrimento da China e das potências europeias. A Mandchúria Meridional e a Coréia foram incluídas na esfera vital do Japão, enquanto a Rússia conquistava a hegemonia sobre a parte setentrional da Mandchúria e sobre a Mongólia, onde o governo russo explorou o desejo dos mongóis de escapar à dominação chinesa a fim de lhes impôr um autêntico protetorado.

A constante busca de novas fronteiras, sempre mais seguras e sempre mais estendidas, como meio de superar o sentimento sincero ou fingido de insegurança e de revide às agressões sofridas, imaginadas ou pressentidas, foi, indiscutivelmente, uma das forças-motrizes, uma das molas propulsoras da dinâmica da expansão imperialista russa.

Nenhum outro imperialismo da história evidenciou tão palpavelmente como o russo-soviético o fenômeno da capitalidade internacional, pois a dinâmica da

sua expansão foi alimentada pelas vicissitudes do poder — seu fluxo e refluxo, dilatação e retração — no vasto espaço atualmente dominado pela Rússia, que se estende dos rios Oder e Neisse ao Oceano Pacífico, das regiões do Ártico às montanhas do Hindu-Kush. O que o imperialismo russo tem em comum com o colonialismo ocidental dos mongóis e mais tarde se alimentou da luta contra o Islã, representado pelo Império Otomano. Mas nenhuma outra força histórica explorou tão consciente e dinamicamente o vácuo de poder criado nas regiões vizinhas como o poder russo, que se agigantou graças à desintegração, também por ele promovida, de quatro outros grandes impérios: Mongol, o Otomano, Russo, Húngaro e o Chinês. A atual tendência, guardando ciumentamente as conquistas do seu império colonial, é preencher o vácuo de poder que se criou no chamado "terceiro mundo" após a desintegração do colonialismo ocidental ou em virtude das crises de desenvolvimento.

A força-motriz da expansão dinâmica implantou-se na história russa, entre 1236 e 1240, quando a primeira organização política no território nacional, o Estado de Kiev, foi destruída pelo príncipe mongol Batu, neto do grande conquistador Genghis Khan. Depois deste infortúnio histórico, os príncipes russos tornaram-se tributários do novo Estado, a "Horda de Ouro", cuja capital fora construída em Saray, na margem do Volga inferior. Os "khans" foram os herdeiros dos conquistadores mongóis, mas seu povo não era mongol, mas sim turco falando uma língua, aparentada com a dos turcos. No século XIV, os soberanos tártaros adotaram a religião islâmica. Entretanto, nos séculos XIV e XV, um dos principados russos, o de

Moscou, fortaleceu-se de tal maneira com a ajuda da Igreja Ortodoxa, que conseguiu não apenas sobrepujar os outros principados, mas ainda reafirmar sua independência em relação aos "khans" tátaros. Essa tarefa foi facilitada pelos processos de desintegração que assolaram o campo táraro, pois a "Horda de Ouro" se dividiu em três Estados, baseados no Kazã, na região do médio Volga, em Astrakã, na embocadura do Volga e na Península da Criméia. O czar de Moscou, Ivan IV, o Terrível (1533-1584), conquistou Kazã em 1552 e Astrakã em 1556. Os tátaros da Criméia, porém, mantiveram seu temível poder por mais dois séculos. Alimentava-lhes a resistência o maior Estado islâmico, o Império Otomano, do qual se tornavam vassalos em 1475. Surgiu, portanto, o conflito inevitável entre a Rússia e o Império Otomano, pois este, instalando sua capital na cidade sagrada da cristandade ortodoxa, Constantinopla, mantinha em seu poder todas as margens do Mar Negro e barrava o acesso de Moscou ao mundo mediterrâneo.

Foi Pedro, o Grande (1689-1725), que teve êxitos iniciais na guerra contra a Criméia e o Império Otomano, mas essa terra tárara só em 1783, no reinado da czarina Catarina II (1762-1796), é que foi definitivamente anexada pela Rússia. De qualquer forma, Pedro, o Grande, é quem percebeu, e definiu primeiro, com grande clareza e exatidão, os rumos da expansão imperial russa. Esta só podia ser realizada à custa de dois outros impérios, cujo poder, na sua época, já se retraiu, ou seja: ao Norte, a Suécia, que controlava o Báltico e, ao sul, o Império Otomano, cuja soberania se estendia até as embocaduras dos rios Dnieper e Don, e dessa maneira, barrava o acesso rumo ao Mar de Azov e ao Mar Negro, e,

através deles, ao Mediterrâneo. Pedro, o Grande, em seu testamento político, assim formulou os objetivos da política imperial russa, nos itens VIII e IX:

"Expandir-se, sem cessar, no rumo do Norte ao longo do Báltico, assim como no sul, ao longo do Mar Negro. Aproximar-se o mais possível de Constantinopla e da Índia. Quem ali reinar será o verdadeiro soberano do mundo. Em consequência, suscitar guerras contínuas, tanto contra os turcos, como contra a Pérsia; estabelecer núcleos no Mar Negro, apoderar-se pouco a pouco deste mar, como também do Báltico, o que constitui um duplo objetivo necessário para o êxito do projeto..."

O testamento do czar foi religiosamente cumprido, como testemunham as 12 guerras, sem contar as inumeráveis escaramuças de importância menor, que opuseram os dois Impérios, entre a ascensão ao trono de Pedro, o Grande, e a explosão da Primeira Guerra Mundial. Todavia, é oportuno lembrar que o rumo da expansão, desta vez russo-soviética, segue novamente a orientação de Pedro, o Grande, dirigindo-se através da Pérsia e do Golfo Pérsico, que supõe o domínio do mundo árabe, à Índia. Esta terra das riquezas maravilhosas, sonho de todos os imperialismos, do qual se apoderou primeiro a Grã-Bretanha — valendo-se de processos históricos cujo objetivo era contornar o poder islâmico e, dessa maneira, esvaziar as posições de predomínio e arbitragem que exercia, estabelecendo-se entre a Europa e a Ásia — continua a ser o alvo da cobiça expansionista tanto do Império Russo como do Império Chinês, ambos vivendo sob a égide da Estrela Vermelha.

A luta contra o Império Otomano, cujo processo de desintegração lhe valeu o nome de "doente do Bósforo", a qual

entrou na história russa com o nome de "Questão Oriental", teve seis fases principais: o reinado de Pedro, o Grande (1682-1725); o de Ana Ivanovna (1730-1740); o de Catarina II (1762-1796); o de Alexandre I (1801-1825); o de Nicolau I (1825-1855) e o de Alexandre II (1855-1881).

Sob Pedro, o Grande, a Rússia obtém o porto de Azov e a liberdade de navegação no Mar Negro: conquistas que ela perde no mesmo reinado. Sob Ana Ivanovna, consegue instalar-se em Azov. Sob Catarina, a Grande, graças a êxitos militares, fica declarada a independência da Criméia, governada por um "khan" devotado à czarina. A Rússia obtém o direito de proteção sobre a população cristã ortodoxa do Império Otomano e, graças a ela, pode exercer sua influência sobre os Balcãs. Enquanto os povos da Península Balcânica depositam suas esperanças de independência na Rússia, passam progressivamente, em virtude do vácuo de poder que se cria nesta região, à dominação russa. Sob o reinado de Alexandre I, a Rússia contenta-se com a anexação da província de Bessarábia. Sob o governo de Nicolau I, acentua-se a tendência das potências ocidentais, já observada aliás no reinado anterior, para impedir o colapso do Império Otomano. Preocupa-as a rápida dinâmica da expansão russa. Todavia, a Sublime Porta, após a guerra de 1828-1829, reconhece a autonomia das províncias danubianas e cede à Rússia o protetorado da Valáquia e da Moldávia — a futura Romênia — bem como a posse da embocadura do Danúbio. No Cáucaso, a Rússia obtém, em detrimento do poder turco, as fortalezas e dos distritos de Alkhastsyk, Akhalkalabir, Anapa e Ptohi. Durante todo o século XIX, os russos continuam a instigar seus correligionários ortodo-

xos a revoltar-se, a fim de provocar o desmembramento do Império Otomano por dentro. Enquanto isso, as potências ocidentais, sobretudo a Grã-Bretanha e a França, são levadas por um duplo motivo: pretendem proteger os povos cristãos contra os turcos por motivos humanitários e apoiam politicamente os turcos, a fim de barrar aos russos o caminho da expansão para o Mediterrâneo.

Assim a guerra da Criméia (1853-1856) redundou na frustração dos planos dos czares, que ambicionavam obter direitos de proteção sobre todos os lugares santos da Palestina. Tal pretensão chocava-se com os direitos da França que, desde as *Capitulações* de 1740, exerce o protetorado dos súditos católicos da Turquia e dos santuários cristãos da Terra Santa. Por isso, as potências ocidentais — Grã-Bretanha e Áustria — desta vez intervêm abertamente para restituir o equilíbrio do poder à região. A Turquia recupera os territórios europeus que perdera e a Rússia perde mesmo o protetorado sobre os ortodoxos. Sob o reinado de Alexandre II, a Rússia volta a atacar o arquiinimigo, tanto na Europa como na Ásia, chega a San Stefano às portas de Constantinopla, mas seu avanço é detido pela frota inglesa. Mesmo assim, o Tratado de San Stefano (1878) reconhece a independência dos países balcânicos de religião ortodoxa, como a Sérvia, a Romênia e o Montenegro e cria um novo principado, a Bulgária, que, submetida à influência russa, deveria abranger o vasto território que se estende do Mediterrâneo ao Mar Negro. Com isso não concordam as potências ocidentais, as quais, reunidas com os dois beligerantes no Congresso de Berlim (1878), impõem modificações à paz de San Stefano. O território da Bulgária foi reduzido, o de Montenegro, aumentado: a Turquia

mantém territórios europeus, mas a Rússia recupera as partes perdidas da Bessarábia e as fortalezas de Ardaban e de Kars, no Cáucaso, bem como o porto caucásico de Batum, no Mar Negro. Foi este o último tratado, que os czares concluíram com o Império Otomano, o qual, porém, reconhecia ao Império Austro-Húngaro zonas de influência na Península Balcânica, pois autorizava a Bósnia e a Herzegovina ao seu protetorado e a exercer tutela sobre o Montenegro.

A medida que a Casa dos Romanov penetrava nos Balcãs, em detrimento do Império Otomano, cujo poder estava em processo inexorável de refluxo, chocava-se inevitavelmente com a Casa dos Habsburgos, cujas tendências expansionistas também convergiam para os Balcãs. O império multinacional do Danúbio, com a sua expansão balcânica, procurava neutralizar ou contrabalançar as forças étnicas centrífugas que lhe solapavam a coesão e o poder. A Rússia, sempre atenta e preparada para criar um vácuo de poder e explorá-lo, ao longo das suas fronteiras, cada vez mais amplas, alimentava estas forças centrífugas, que haviam de servir diretamente aos interesses expansionistas dos países balcânicos por ela protegidos e, assim, indiretamente, aos seus próprios desígnios imperiais de expansão na Europa Central. Estamos em vésperas da Primeira Guerra Mundial.

O jogo russo nos Balcãs era fácil, era dado pela constelação reinante naquela região, considerada, na época, como o "barrel de pólvora" da Europa. Os países da Península Balcânica, até então províncias do Império Otomano, apoiando-se no pan-eslavismo e na ortodoxia — movimentos messiânico-missionários, a serviço dos planos expansionis-

tas russos — e aproveitando-se do enfraquecimento mortal do "doente do Bósforo", alcançaram progressivamente o *status* de Estados independentes e procuraram, como a Sérvia e a Romênia, engrandecer-se ulteriormente à custa do Império Austro-Húngaro, atacado em sua existência pelas forças centrífugas de minorias nacionais. Esses Estados sucessores do Império Otomano permaneceram divididos entre si, como as duas Guerras Balcânicas eloquientemente o demonstram.

A estratégia russa era portanto simples: praticava alternadamente o princípio imperialista do *divide et impera* e o pontificado do congraçamento das suas forças na luta comum contra o Império Otomano ou contra o Império Austro-Húngaro. Essa estratégia jogou, realmente, os países balcânicos nos braços da Rússia, que, forçada pela derrota que sofrera em 1905 na guerra contra o Japão a encerrar mais um período de expansão na Ásia, recomeçava seu avanço europeu, rumo ao Bósforo e ao Adriático, à procura dos mares quentes e projetando-se como a potência tutelar das reivindicações dos países eslavos e ortodoxos.

Ora, o Adriático era o *Mare nostrum*, a "esfera vital" do Império Austro-Húngaro. Também a Sérvia, Estado independente, não seria viável sem acesso ao Adriático, passando pelas províncias da Bósnia e da Herzegovina, habitadas por populações etnicamente aparentadas com a da Sérvia. Esboça-se assim um conflito entre o Império Austro-Húngaro e a Sérvia — apoiada pela Rússia — cujo desfecho determinará o futuro, não apenas dos Balcãs, mas também da Europa Central. O nacionalismo sérvio sonha com a criação de uma grande Sérvia, que reuniria, no mesmo Estado, todos os "eslavos meridionais" (iugoslavos); a

Bósnia e a Herzegovina sob mandato do Império; a Croácia e a Dalmácia sujeitas à soberania do rei da Hungria; os eslovacos incorporados à Áustria; grupos sérvios que, fugindo dos otomanos, haviam encontrado asilo durante o século XVIII na Hungria; o Montenegro e, mesmo, territórios da Macedônia, cobiçada também pela Bulgária.

A realização desses ambiciosos planos do nacionalismo sérvio equivalia à desintegração da monarquia danubiana, peça-chave do equilíbrio europeu. Diante dessa ameaça, o Império Austro-Húngaro, aproveitando-se do início do movimento revolucionário dos "jovens turcos", que determinaria o ulterior enfraquecimento e esfacelamento do Império Otomano, como medida de precaução anexou, em 1908, agora também formalmente, a Bósnia e a Herzegovina. Grande indignação da Sérvia, à qual a Rússia promete apoio. Todavia, a nota diplomática, que tem o tom de um *ultimatum*, que o príncipe Von Buelow, chanceler do Reich, envia a São Petersburgo, alcança o resultado desejado. A Rússia, derrotada pelo Japão, ainda não se recuperara militarmente e não julgou o momento propício para uma prestação de contas. Mas, em 1908, já se projetavam as sombras de 1914.

A revolução na Turquia realmente explodiu: a 27 de abril de 1909, o velho sultão Abdul Hamid II foi deposto. Os jovens revolucionários turcos pretendiam formar um novo Estado, uma potência moderna, de acordo com os padrões ocidentais. O sultão é preso e transportado para Salônia e seu sucessor e irmão, Mohamed V, entrega o governo inteiramente aos "jovens turcos" revolucionários.

Parece ter soado a hora de rechaçar definitivamente os turcos do solo das

Balcãs. Forma-se, em 1912, a Liga Balcânica, cujo núcleo é a "aliança defensiva e ofensiva" entre a Sérvia e a Bulgária, à qual se associa também a Grécia. O czar de todas as Rússias foi eleito árbitro. Poincaré, primeiro-ministro francês, estava em São Petersburgo, quando se inteirou da formação da Liga Balcânica, que qualificou como "instrumento de guerra". Instrumento que só esperava um pretexto ou oportunidade para se pôr em movimento. A guerra Italo-turca de 1911, em que a Itália — que já havia ascendido ao concerto dos "seis grandes" europeus e começava a afirmar sua presença imperial no Mediterrâneo, à custa, como o tinham feito a Grã-Bretanha e a França, do Império Otomano — obtém o domínio sobre a Tripolitânia, oferece a oportunidade desejada. A França também insiste — é a hora de atacar, antes que a Turquia revide com a mão livre. O rei Nikita de Montenegro — cujas duas filhas casaram com dois grã-duques russos, um dos quais Nikolai Nikolaievich, comandante-chefe do exército imperial russo — declara guerra ao sultão. A Sérvia, a Bulgária e a Grécia se lhe associam. Estamos na época das guerras balcânicas de 1912-1913.

As tropas turcas, mal equipadas e mal dirigidas, apesar de sua coragem e bravura, foram batidas. Em três semanas, os aliados libertam a Macedônia. A 30 de maio de 1913, pelos preliminares de paz assinados em Londres, o Império Otomano abandonava toda a Turquia europeia aos seus adversários, excetuando um pedaço de terra na Trácia. Mas, no mês de junho do mesmo ano, explode mais uma guerra, a segunda guerra balcânica, desta vez entre os aliados, que se desentendiam na questão da divisão da Macedônia, etnicamente heterogênea. Mas a Bulgária, prejudicada quando da

partilha da presa, sucumbe agora diante da superioridade militar da Sérvia e da Grécia, às quais se associa não apenas a Romênia desejosa de anexar Dobrudia, mas também a Turquia, que, aproveitando a oportunidade de uma "revanche", reconquista sua fortaleza de Adrianópolis.

O Tratado de Paz de Bucareste, a 10 de agosto de 1913, consagra essa situação, deixando, porém, em suspenso, a questão das fronteiras do novo Estado da Albânia, as quais escondem o núcleo de futuros litígios, entre a Sérvia e a Albânia, por um lado, e entre a Sérvia e a Grécia, por outro. Mas o perigo real, nesta nova crise balcânica, é o agravamento da tensão entre a Rússia e o Império Austro-Húngaro, a qual ameaça provocar uma guerra entre as duas potências imperiais. E este não tardaria a transformar-se numa guerra europeia. Mais uma vez porém, o "sistema europeu" conseguiu reafirmar-se e salvar-se. A arbitragem do concerto das grandes potências ainda funcionou, embora as duas potências tenham chegado a mobilizar algumas divisões.

No mês de novembro de 1912, o Império Austro-Húngaro, ameaçado com a guerra, consegue impedir que as fronteiras da Sérvia, apoiada pela Rússia, fossem estendidas até o Adriático. A Alemanha reconheceu que se tratava de uma questão "vital" para a monarquia danubiana. Também seu parceiro da Triplice Aliança, a Itália, não desejava que a Sérvia se tornasse sua vizinha na outra margem do Adriático. Em julho de 1913, porém, quando o Império Austro-Húngaro se viu diante da necessidade de intervir militarmente em favor da Bulgária, por falta de apoio dos seus aliados, absteve-se de dar o passo fatal. Foi a última ocasião em que a Alemanha e a

Grã-Bretanha, desempenhando o papel de intermediários, seguraram juntos o fio da balança em favor do equilíbrio.

Mais uma vez, foi salva a paz. Mas já se apoderara dos grandes Estados europeus a convicção de que só haviam tido um quarto de hora de graça: a grande guerra parecia inevitável. Não faltou, ao contrário, intensificou-se a disposição de enfrentar a tempestade mais cedo do que tarde, e mesmo de provocar o seu desfecho tão rapidamente quanto possível, ao invés de esperá-lo num pesado clima de incerteza. Era até previsível que a faísca partisse dos Balcãs e de lá cobrisse de chamas toda a Europa.

A faísca começou a arder, a 28 de junho de 1914, em Sarajevo.

A Rússia dos Czares entrou na Primeira Guerra Mundial com objetivos de expansão claramente definidos, os quais deveriam ser realizados em detrimento do Império Otomano e do Império Austro-Húngaro. Pretendia estender suas fronteiras, incluindo nelas a Armênia e o Kurdistão turcos; bem como partes da Anatólia e da Turquia europeia, com a Constantinopla e os Estreitos. O Grande Desígnio dos czares, no que diz respeito à Europa Central emerge dos acordos interaliados estabelecidos durante essa guerra, e das declarações dos líderes russos e checos: as fronteiras da Polônia russa deviam ser estendidas no rumo oeste até Stettim, incorporando ao Império Russo as províncias polonesas da Alemanha; as províncias do Nordeste da Hungria deviam ser cedidas à Rússia, assim como a Sérvia Maior e a Romênia Maior deviam receber territórios adicionais, tirados da Hungria, ficando este país com um pequeno território, dividido ao meio entre a Sérvia, a Romênia e o reino dos checos, governado por um príncipe russo. A acumulação de terri-

tórios anexados, protetorados, alianças e filiações pan-eslavas teria estendido a influência russa até o rio Oder, aos Alpes e aos mares Adriático e Egeu.

Esses planos do Grande Desígnio russo só foram temporariamente suspensos mas não definitivamente frustrados, pelo desfecho da Primeira Guerra Mundial. O Império Russo foi transitoriamente abalado pela sua "questão social". O Império Austro-Húngaro, porém, saiu, definitivamente arruinado ante o choque da sua "questão nacional" e da guerra perdida. Mas o fracionamento do Império multinacional em numerosos pequenos Estados, não menos multinacionais, criou aquele vácuo de poder do qual a Rússia soube sempre aproveitar-se com maestria, quando criado nas suas fronteiras. Afinal, 25 anos quase nada representam na história de um imperialismo de meio milênio. Na Segunda Guerra Mundial, a resposta da Rússia à agressão, desta vez originada da Alemanha, por via de seus satélites, estados sucessores do Império Austro-Húngaro, foi exactamente aquela que, durante toda a sua história, deu às agressões externas, ou seja, a incorporação pura e simples dos países dos quais partiu a invasão de seu território. O projeto dos czares relativos à Europa Oriental e Central, purificado dos preconceitos dinásticos e sociais do czarismo, tomou forma de sistema de territórios anexados, de zonas de ocupação, de regimes amigos e filiações ideológicas, que constituem a zona de influência russo-soviética na Europa. Somente nos estreitos é que o governo soviético falhou, não alcançando os objetivos concebidos pelos seus antepassados czaristas. Mas, diante dessa dinâmica retilínea e praticamente ininterrupta de expansão, ninguém pode duvidar — e a atual crise no Oriente Médio ali está pa-

ra confirmar a previsão — de que, suspenso temporariamente o avanço russo rumo à Europa Ocidental, ele retomará seu impulso em direção ao Golfo Pérsico e aos mares meridionais da Ásia.

Após a Segunda Guerra Mundial apressou-se o ritmo da História. Tomou novo impulso o expansionismo russo, agora já sob a égide não da legitimidade ortodoxa, mas, sim, da revolucionarização mundial. Sua força motriz permaneceu, como era sempre, a irresistível vontade de preencher os vácuos de poder que se criaram no mundo em consequência do colapso do *Reich* de Hitler e dos impérios coloniais ocidentais, tanto na Europa como nos continentes periféricos.

Acontece que, no fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS anexou os três países bálticos, transferiu a Polônia do Leste para Oeste, dividiu a Alemanha em dois corpos políticos, tornando a oriental seu satélite como a Checoslováquia (onde executou o segundo golpe de Praga, a 25 de fevereiro de 1948, seguido pelo terceiro a 20 de agosto de 1968), a Hungria (reinvadida em 1956), a Romênia e a Bulgária. A Iugoslávia se libertou do jugo russo em 1948. Toda-via, resta saber o que vai acontecer naquele país, com o desaparecimento do marechal Tito.

Em 1946, os russos tentaram apoderar-se da Turquia e da Grécia; em 1948 impuseram um bloqueio a Berlim Ocidental; em 1961, levantaram o "muro da vergonha" que divide a antiga capital do *Reich*; no início da década de 60 satelizaram a Cuba castrista e empreenderam duas tentativas em 1962, em 1968 e outra agora em 1979 (esta, afinal, coroada de êxito) para colocar armas e tropas na Ilha do Caribe. Na década de 60, os russos deram poderoso

apoio à comunização e à sovietização da Indochina (Vietnã, Laos, Cambodja), cujos processos em 1974 praticamente terminaram.

A década de 70 não foi menos rica em agressões expansionistas russas executadas pelos seus *gurkas* cubanos e alemães-orientais, sob sua fiscalização e ajuda. Em 1973, os russos, tendo conhecimento de um iminente ataque dos árabes contra Israel, deixaram de informar os Estados Unidos a respeito e, depois obstruíram por todos os meios os esforços norte-americanos para conseguir um cessar-fogo. Em 1975 e 1976, os soviéticos intervieram na guerra civil de Angola, transportando e abastecendo um exército cubano que executou com eficiência a tarefa de transformar Angola num país comunista. Em 1977-78, a Rússia interveio na Etiópia por meio, novamente, de tropas cubanas e, em 1979, "conselheiros" soviéticos e forças cubanas, sustentadas pelos soviéticos, treinaram as forças do Iêmen do Sul

(seu satélite na fronteira da Arábia Saudita) que invadiram o Iêmen do Norte. Nos últimos anos, os russos executaram três golpes comunistas no Afeganistão. Após os dois primeiros enviaram àquele país alguns milhares de "conselheiros", e, por ocasião do terceiro, resolveram ocupar de vez o Afeganistão, com um exército de 80 mil soldados.

Os russos chegam agora às fronteiras do Irã. O controle do Golfo Pérsico e das suas rotas marítimas é a chave da hegemonia mundial — pelo menos foi isso que os russos retiveram do testamento político do czar Pedro, o Grande (1721). É desnecessário salientar a validade de tal afirmação na época da civilização industrial, cujo elemento vital é o petróleo. Não foi por acaso que os russos tentaram inúmeras vezes, desde o início do século XVIII, apoderar-se da Pérsia. Este é o prêmio da gigantesca contenda que agora se inicia.

(Transcrito de "O Estado", de São Paulo)

O Professor Nicholas Boer é sociólogo e analista político. Entre seus livros publicados, o mais recente é "Militarismo e Clericalismo em Mudança" (F. A. Queiroz Editor Ltda., São Paulo, 1980, 440 págs.).



REFORMULAÇÕES NO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO 1981

01. OPERAÇÕES DO SFH REAJUSTADAS C/BASE NA UPC

A partir de janeiro de 1981, todas as novas operações do SFH passaram a ser reajustadas exclusivamente com base na variação da UPC. No caso das operações contratadas anteriormente e com desembolsos efetuados, foram mantidos os critérios estabelecidos nos respectivos contratos, com base nos índices do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi). As operações já aprovadas e não contratadas passaram a ser renegociadas para que os contratos considerem a UPC como sistema de reajuste dos respectivos desembolsos.

DD 798º, de 29.12.80

02. ISENÇÃO DE LAUDÉMIO NA COMPRA DE TERRENOS

Através de Decreto-lei, os agentes promotores do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que promoverem a construção de empreendimentos popu-

lares, cujas unidades sejam vendidas por preço não superior a 1.350 ORTN, passaram a ficar isentos de pagamento de laudêmio (imposto pago ao Serviço de Patrimônio da União), ao comprarem terrenos de marinha e outros que venham a ser criados por aterro. O primeiro comprador da habitação construída em terreno de marinha e financiada por agente do SFH também ficou isento do pagamento de laudêmio, caso em que o preço do imóvel não ultrapassasse o valor de 1.350 ORTN.

Decreto-lei nº 1.850, de 15.01.81

03. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMÁTICA PARA COMPRA DE TERRENOS

A partir deste ano, o BNH implantou uma política de preços de compra de terrenos destinados à habitações populares, visando a eliminação de quaisquer acréscimos decorrentes de especulações. Foi assim estabelecido um valor máximo em metros quadrados, admissível para

cada cidade. Acima deste valor o Banco não compra, nem financia terrenos, impedindo um crescimento especulativo do custo da habitação popular.

R/BNH nº 98/81, de 21.01.81

04. COMISSÃO PARITÁRIA

BNH—ABECIP

Considerando a necessidade de harmonizar as ações de seu setor de Comunicação Social e das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, o BNH criou a Comissão Paritária BNH-ABECIP para assuntos de Comunicação Social. Tal comissão é integrada pelo Chefe da Secretaria de Comunicação Social do BNH e pelo Presidente da Comissão de Marketing da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP). O objetivo da comissão é assessorar tecnicamente as campanhas de promoção institucional de interesse conjunto que vierem a ser desenvolvidas. Revoga as resoluções: R/BNH nº 90/80, de 27.11.80; R/BNH nº 92/80, de 16.12.80; R/BNH nº 97/80, de 07.01.81.

R/BNH nº 100/81, de 26.01.81

05. DESBUROCRATIZAÇÃO DOS HOMÔNIMOS

O Presidente Figueiredo assinou Decreto, no último dia 10 de fevereiro, promovendo a desburocratização em casos de homonímia, permitindo que uma simples declaração do interessado seja suficiente para comprovar sua identidade. Na declaração devem constar a nacionalidade do cidadão, o estado civil, naturalidade, profissão, filiação, endereço completo e documento oficial de identidade, com o respectivo número e órgão expedidor. A decisão instituiu a prova de homonímia perante os órgãos e entidades da administração federal dire-

ta e indireta, bem como nas fundações criadas ou mantidas pela União. O Decreto estabelece que qualquer pessoa física poderá comprovar a ocorrência de homonímia, com relação a fatos e informações constantes de registros feitos ou mantidos por pessoas de direito privado ou público, inclusive por órgãos e serviços do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Decreto nº 85.708, de 10.02.81

06. ALTERAÇÃO NO BENEFÍCIO FISCAL

Através do Decreto-lei nº 1.851, que alterou o Decreto-lei nº 1.358, de 12.11.74, o limite mínimo de devolução, através do benefício fiscal, passou para Cr\$ 4.464,00, permanecendo o limite máximo em Cr\$ 7.800,00.

R/BNH nº 101/91, de 24.02.81

07. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO PARA OS EX-COMBATENTES

O BNH aprovou, em 4 de maio deste ano, Decisão de Diretoria recomendando aos agentes do SFH a prioridade à concessão de financiamento e à distribuição de unidades habitacionais para os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e suas viúvas. Os beneficiados podem também optar por financiamento de imóveis usados. Além disso, foram autorizadas condições mais favoráveis para esses financiamentos, admitindo-se juros de até 2% e prazo de 25 anos, quando se tratar de unidades habitacionais adquiridas através do Plano Nacional da Habitação Popular (Planhab) ou do Programa de Erradicação da Subsídio (Promorar). As medidas foram aprovadas levando em consideração o pedido da Associação Nacional de Veteranos da FEB que solicitava ao BNH

condições especiais de financiamento para seus filiados.

DD 815º de 04.03.81

08. FINANCIAMENTO ATÉ 5.000 UPC (MODELO DE INDUÇÃO)

O BNH permitiu que as entidades do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) realizassem operações de até 5.000 UPC para fins habitacionais, exclusivamente dentro da faixa especial do Modelo de Indução, já implantado pelo Banco no ano passado. Estas operações são aquelas destinadas à produção e comercialização de imóveis habitacionais com até 180 dias de habite-se e dependem do volume de aplicações de cada agente financeiro, com recursos próprios, em habitação popular, de acordo com o Modelo de Indução. Foi determinado que as operações acima de 3.500 UPC tivessem correção monetária trimestral (Plano de Correção Monetária - PCM) e Comissão de Abertura de Crédito e Taxa de Inscrição e Expediente livremente acordadas entre as partes. Os sistemas de amortização utilizado nestas operações são o SAC ou o SAM. O Modelo de Indução já previa financiamentos de até 5.000 UPC, mas apenas para imóveis comerciais.

R/BNH nº 102/81, de 13.03.81

09. FUNDO COMUNITÁRIO DE PROGRAMAS COOPERATIVOS

O Fundo Comunitário de Programas Cooperativos (FCPC) foi criado para garantir recursos para o desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais de baixa renda. Através deste Fundo, o BNH pretende integrar o cooperativado ou o comprador da habitação no conjunto ou na comunidade. Passou-se a incentivar a formação de associações de

moradores, a organização de condomínios e a administração de equipamentos comunitários, tais como áreas de lazer e esporte, escolas, creches e postos de saúde. Os recursos do FCPC são constituídos basicamente de 0,2% do custo estimado pelo BNH das unidades construídas através dos programas Cooperativas, Prosindri e Prohasp, depositados em conta especial sob a administração do BNH.

R/BNH nº 104/81, de 25.03.81

10. FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO

O Fundo de Estabilização sofreu uma série de reformulações em seu mecanismo operacional para que fosse simplificada a sistemática de aplicação de recursos das entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), no referido Fundo. Seu objetivo principal foi propiciar uma melhor distribuição de oferta de crédito imobiliário entre as diversas regiões do País, contribuindo, dessa forma, para reduzir os desequilíbrios regionais de renda e de condições de vida. O BNH e as entidades do SBPE são os participantes do Fundo, aplicando recursos que se destinam a empréstimos às referidas entidades, vinculados à produção de habitações, além de refinanciamentos de financiamentos concedidos pelas entidades do SBPE para comercialização de habitações. Para isso, as entidades podem adquirir cotas, que têm o valor unitário de 10 mil UPC e rendem juros de 7% ao ano. Para as entidades que aplicarem recursos na Faixa Especial de que trata a R/BNH nº 80/80 (Modelo de Indução), há tipos A, B e C de cotas, com diferentes prazos de resgate e diferentes percentuais de rentabilidade, que constituem incentivos para a aplicação de mais recursos no Fundo. Consolida e Modifica a RE nº 8/71, de

25 de março de 1971.

R/BNH nº 105/81, de 30.03.81

11. AMPLIAÇÃO DO LIMITE DE OPERAÇÕES SOCIAIS

Os projetos do Plano Nacional da Habitação Popular (Planhap), com características especiais e situados nas regiões Sul e Sudeste do País, tiveram o limite de suas operações ampliado de 650 para 800 UPC. Entretanto, o valor médio das unidades de um empreendimento continua sendo de 650 UPC. Para os mesmos projetos, foi cancelada a inclusão obrigatória do custo de obras de infra-estrutura nas operações de até 650 UPC. O prazo de carência dos financiamentos, que antes era igual ao prazo de execução do projeto acrescido de até 10 meses, foi reduzido para: prazo de execução do projeto acrescido de até 6 meses. Em casos de necessidade de complementação do valor do financiamento, o agente financeiro passou a poder cobrar do mutuário a poupança complementar, desde que o financiamento e a poupança sejam compatíveis com a capacidade de pagamento da população beneficiada pelo Planhap (1 a 5 salários mínimos). Revoga a R/BNH nº 55/80, de 03.03.80.

R/BNH nº 106/81, de 30.03.81

12. REFORMULAÇÃO NO FICAM

O BNH permitiu a compra de imóveis com até 180 dias de habite-se pelo Programa de Financiamento de Construção Aquisição ou Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM). Anteriormente, só era financiado, através do Ficam, a construção, conclusão, aquisição ou melhoria de imóveis. Foi ampliado também o limite de operações de 300 para 400 UPC, quando se tratar de melhoria da casa própria. No caso de construção,

o limite ficou mantido em 500 UPC, que é também o limite de financiamento para aquisição. Criou-se uma linha de crédito específica para as companhias de habitação (Cohabs), proporcionando o desembolso antecipado de 10% do volume de empréstimo concedido pelo BNH, destinado a diversos empreendimentos. Antes o empréstimo era liberado para cada empreendimento com reembolso posterior ao agente financeiro. Foi estabelecido um prazo de 12 meses para a comprovação da utilização dos recursos (antes cada contrato tinha um prazo específico). As caixas econômicas federal e estaduais, além de outras entidades que vierem a ser credenciadas pelo BNH, passaram a atuar como agentes financeiros do Ficam. Antes, só as companhias de habitação (Cohabs) atuavam como tal. Os juros fixos durante a carência, que antes eram capitalizados, passaram a ser pagos mensalmente. Além disso, a taxa de juros durante a carência, antes estabelecida em 2% a.a., passou para 3% a.a. O limite de financiamento através do Ficam, que era de 80% do custo do terreno, passou para 100%, podendo também incluir despesas de legalização e garantias. Passou a ser permitido o financiamento de imóveis situados em lotamentos urbanizados, contanto que os lotes ofereçam condições legais e técnicas para uso residencial, apresentem dimensões permitidas por lei e compatíveis com os padrões locais, além de dispor de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. Os financiamentos poderão contemplar, ainda, a construção ou melhoria de habitações, através de sistemas de condomínio vertical ou horizontal, limitados a 40 unidades autônomas. Revoga a RC nº 07/77, de 28.09.77 e a RD nº 24/77, de 11.10.77.

R/BNH nº 107/81, de 02.04.81

(Continua no próximo número)

**O BLINDADO
SOBRE RODAS
MAIS VENDIDO DO
MUNDO**



**EE - 9 CASCABEL
COM CANHÃO
DE 90 mm**

Tecnologia Brasileira a Serviço da Defesa Nacional

EE-9 CASCABEL
nas Forças Armadas do Brasil e das nações amigas!

ENGENHEIROS ESPECIALIZADOS S/A (ENGESA)
Avenida Nações Unidas, 22.833
Caixa Postal, nº 12.705
04795 SÃO PAULO – SP – Brasil





INFORMAÇÕES

BIODIGESTOR ELIMINA POLUIÇÃO DO VINHOTO

O mais moderno biodigestor para eliminar a poluição do vinhoto entrou em operação em maio, na Unidade Piloto do Projeto Mitavaí, instalada na Destilaria País, em Penedo, Alagoas. Desenvolvido com apoio financeiro da IBRASA, o Projeto Mitavaí representa uma revolução tecnológica na purificação dos resíduos do processo de fabricação do álcool.

A utilização do novo biodigestor, de 11 m³ de capacidade, além de diminuir os custos financeiros, reduz a carga poluidora do vinhoto em 98% e permite a produção de gás metano e fertilizantes. O gás metano pode ser aproveitado em caldeiras ou motores de combustão interna para obtenção de eletricidade, na alimentação de moto-bombas para irrigação, no abastecimento de gás a vilas próximas ou como insumo de grande valor para a indústria petroquímica.

A Unidade Piloto do Projeto Mitavaí foi desenvolvida com tecnologia totalmente brasileira. Baseado no sistema Inhoff de tratamento de efluentes, o projeto reduz substancialmente – de dez dias para apenas um – o período de digestão anaeróbica (ambiente fechado) do vinhoto em relação aos processos conhecidos.

O órgão responsável pela coordenação do Projeto é o Núcleo de Recursos Tecnológicos e Organizacionais (NRCO), formado pela IBRASA/EMBRAMEC/FIBASE. Colabora ainda o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) de São Paulo, encarregado das análises químicas.

Outra vantagem é a redução do tempo de retenção hidráulica, que nos equipamentos convencionais representa um volume de tanque de 16 mil m³, com custo aproximado de Cr\$ 300 milhões só em obras civis. O projeto reduz em pelo menos dez vezes esse custo, baixando-o para cerca de Cr\$ 30 milhões,

o que poderá enquadrá-lo no financiamento automático do Proálcool para tratamento de efluentes.

O biodigestor da Unidade Piloto do Projeto Mitavaí, funcionando experimentalmente há três meses, já está atingindo um tempo de retenção hidráulica de um dia, obtendo um efluente neutro, praticamente estável, com uma redução em torno de 98% na sua carga poluidora. Além desse efluente, que é também um poderoso biofertilizante, obtém-se uma produção de 10 m³ de gás para cada metro cúbico de vinhoto.

Segundo o Superintendente da IBRASA, Ulysses Vianna, ao inaugurar a Unidade Piloto em Penedo, o Projeto Mitavaí significa "o primeiro resultado prático do nosso programa de ação tecnológica e, embora considerado um projeto piloto de pequena escala, é certo que contribuirá em muito para o desenvolvimento desta tecnologia para aplicação no setor do álcool". Informou também, na ocasião, que a segunda unidade piloto do Projeto Mitavaí, um biodigestor de 30 m³, já está sendo implantada na Destilaria Aquarius, em Pedro Gomes, Mato Grosso do Sul.

A IBRASA vai financiar ainda a instalação de equipamento em escala industrial, com capacidade para processar todo o vinhoto de uma destilaria de 120 mil litros/dia, que deverá entrar em funcionamento no Nordeste na próxima safra, dando início à sua aplicação em todos os projetos do Proálcool.

PRESIDENTE FIGUEIREDO INAUGURA UNIDADE DA FOSFÉRTEL

O Presidente João Batista de Figueiredo inaugurou em Uberaba, Minas Gerais, o maior complexo de fertilizantes fosfatados da América Latina, responsável pelo atendimento de 30% do consumo da região Centro-Oeste. Ocupando uma área de 4 milhões 500 mil metros quadrados, o

Complexo Industrial de Uberaba absorveu investimentos de 300 milhões de dólares e representa a abertura de 1.200 oportunidades de empregos diretos e de seis mil empregos indiretos.

Projetada pela Companhia Vale do Rio Doce e hoje incorporada pela Fosfértil, empresa do grupo Petrofértil, subsidiária da Petrobrás, a nova unidade de produção de fertilizantes representa a expressiva contribuição para a política de interiorização do desenvolvimento industrial do país. A economia de divisas resultante da operação do Complexo Industrial é estimada em 250 milhões de dólares anuais.

Com todas as unidades já em operação, o Complexo Industrial de Uberaba produz 340 mil toneladas/ano de superfosfato triplo e 330 mil t/ano de fosfato de monoamônio. Seus principais clientes são as empresas que operam com mistura e dosagem de fertilizantes: misturadores de adubos, cooperativas misturadoras e produtoras de fertilizantes. Como produtos intermediários, figuram o ácido sulfúrico (837.100 ton/ano) e ácido fosfórico (290.700 ton/ano), utilizados no próprio Complexo e eventualmente fornecidos a indústrias do setor.

Para atingir estes níveis de produção, a unidade industrial de Uberaba utiliza como

matérias-primas um milhão de toneladas/ano de concentrado fosfático, 280 mil ton/ano de enxofre e 41.300 ton/ano de amônia. O concentrado fosfático, originado do Complexo de Mineração de Tapira, chega a Uberaba em forma de lama, transportado por gravidade num mineroduto de 129 km de extensão. A amônia é produzida pela Ultrafértil em Cubatão, enquanto o enxofre é importado do Canadá.

PRIMEIRO AVIÃO A JATO FABRICADO NO PAÍS JÁ VOA HÁ 10 ANOS

A EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., comemorou no dia 6 de setembro passado o 10º aniversário do voo inaugural do EM-8-325GB XAVANTE, primeiro avião a jato fabricado no Brasil.

O XAVANTE, como é mais conhecido, é um avião biplace, de comprovada eficiência e confiabilidade, fabricado pela EMBRAER, em São José dos Campos, sob licença da Aeronautica Macchi SpA, da Itália, e empregado por Forças Aéreas de mais de uma dezena de países. Na Força Aérea Brasileira, que possui mais de 150 deles, são operados por diversos Esquadrões, como o 1º/40 Gp Av, de Fortaleza (CE), 1º e 3º/10º Gp Av, de Santa Maria



(RSI) e no CATRE – Centro de Aplicações Táticas e Recompletamento de Equipagens, em Natal, no Rio Grande do Norte. As suas missões básicas são o treinamento avançado de pilotos militares, apoio tático e ataque ao solo.

Impulsionado pelas famosas turbinas Viper Mk.540, da Rolls Royce, o EMB-326 GB XAVANTE é capaz de atingir velocidade de 845 quilômetros horários, sendo as seguintes as suas principais características:

Dimensões principais:

Envergadura	10,85 m
Comprimento	10,65 m
Altura	3,72 m
Área da asa	19,32 m ²

Performances:

Distância de decolagem	580 m
Distância de aterrissagem	740 m
Velocidade máxima	845 km/h
Razão de subida	26,9 m/s
Tempo necessário para subir a 9.150 m	8 minutos
Teto de serviço	14.000 m
Alcance	1.850 km
Autonomia de voo:	2:45 hs

Pesos:

Peso vazio, equipado	2.674 kg
Peso máximo de decolagem	5.220 kg
Peso máximo de aterrissagem	5.220 kg

Além da Força Aérea Brasileira, o XAVANTE fabricado pela EMBRAER, é opera-

do também pelas Forças Aéreas do Togo, na África (seis aviões) e do vizinho Paraguai, que no ano passado recebeu nove unidades, que equipam uma unidade de combate e treinamento daquela Força Aérea.

NOVO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE LAGOA PARDA

A Petrobras começo a obter uma economia de Cr\$ 250 milhões anuais, com a entrada em operação do novo sistema de escoamento da produção de petróleo do campo de Lagoa Parda, na bacia terrestre do Espírito Santo. Implantado em regime de prioridade, o sistema tornou-se viável devido ao aumento da produção de Lagos Parda de 120 para 10.300 barris diários de petróleo.

Composto por oleoduto e estações de produção e armazenamento, as novas instalações substituem o transporte rodoviário no escoamento da produção, que mobilizava cerca de 60 carretas, diariamente. A economia de combustível da resultante é calculada em 3,5 milhões de litros de óleo diesel por ano.

O novo sistema de escoamento do campo de Lagoa Parda foi construído em apenas cinco meses, numa região inhóspita, pantanosa e sem qualquer infra-estrutura. Foram utilizados somente materiais e equipamentos fabricados no país, a projeto e execução da obra estiveram a cargo do Serviço de Engenharia e do Departamento de Produção da Petrobras.



LIVROS

BRASIL: Uma Igreja Diferente. Padre José Narino de Campos. T.A. Queiroz Editora; 170 páginas, Cr\$ 840.

RAY BRADBURY, autor de ficção científica, citado como epígrafe de um livro sobre a situação da Igreja no Brasil, parecerá à primeira vista algo deslocado. A citação, porém, é pertinente, na medida em que chama a atenção para um ponto fundamental nos objetivos do livro, o desvendamento das intenções com que os homens praticam certos atos: "Se você tem a ilusão de que é apenas bom, pode acabar fazendo o mal. Hitler foi capaz de fazer mal ao mundo convencendo a si mesmo de que era sempre bom. Rejeitava, por isso, certo tipo de conhecimento. Os soviéticos estão fazendo a mesma coisa, pois apagam da História tudo aquilo que não lhes convém."

O ponto de partida do ensaio do Padre Narino sobre a Igreja brasileira é a constatação de que, como um todo organizacional, ela está hoje "inclinada para o esquerdismo". Ele se apressa em dizer que não duvida da honestidade de nenhum daqueles de cujas idéias e ações discorda; está convencido de que são movidos pela melhor das intenções, mas é pelos seus atos que devem ser julgados. E esses atos, no seu entender, estão-se orientando para um rumo que transforma a Igreja no Brasil em algo perigosamente diferente do que ela é no resto do mundo.

A crise da Igreja no Brasil, observa o autor, "acompanhou a crise" que se registrou um pouco por toda parte. Aqui, porém, essa crise tornou-se muito mais profunda, e seu desenvolvimento seria marcado por duas grandes singularidades. Primeira: a velocidade com que os seus dirigentes evoluíram do tradicionalismo para o progressismo. Segunda: o fato do processo "ter sido comandado, sistemática e firmemente, pelo órgão superior da hierarquia eclesiástica", a CNBB.

A Conferência dos Bispos, diz o autor, depois de ter sido dominada pelos radicais, impôs, "de cima para baixo", padrões de com-

portamento que, de certa forma, lembram os do rebelde episcopado holandês. Com a diferença de que aqui a maioria dos bispos não aderiu aos desvios teológicos. Eles tornaram-se prisioneiros dos que promoveram esse desvio, e, "desejando ou não", acabaram convintes com eles.

A narrativa dessa mudança começa praticamente com a reconstituição das polêmicas e manobras que envolveram a realização das conferências de Medellín e Puebla, especialmente a primeira, com a qual se rompeu o dique atrás do qual estava contida a chamada teologia da libertação, que o autor caracteriza como "uma variante do evangelho a serviço do esquerdismo político". Essa teologia, que utiliza "o método de análise marxista" e funda-se "no progresso das sociedades humanas na luta de classes", teve franco acolhimento no Brasil.

Segundo o autor, alguns dos instrumentos mais eficazes na imposição das mudanças dentro da Igreja, conforme os objetivos dos teólogos da libertação, foram: "As publicações de propriedade da Igreja, a substituição dos seminários por formas empíricas de formação dos novos padres, a promoção anual de campanha de fraternidade, os退iros e cursos de espiritualidade, o sentido de confronto dado às relações da Igreja com o poder civil, a deformação da liturgia e da educação nos colégios católicos, destinados em geral às classes ricas."

Em seu libelo, o Padre Narino diz que na CNBB de hoje existe algo de aquela imaginária sociedade futura, descrita pelos críticos dos sistemas burocráticos, que em sua visão pessimista crêem as sociedades de amanhã formadas por dois grupos extremos: de um lado, a grande massa dos que sabem tudo apenas de maneira superficial e padronizada, e estão destinados a simplesmente obedecer; do outro, uma pequena elite que tem acesso a todas as informações e à tecnologia mais avançada, a quem cabe "escolher o conteúdo e a forma de todas as programações".

A conclusão do livro é de que padres e bispos podem exercer seus direitos políticos

em igualdade com os demais cidadãos. Mesmo podem "usar o nome de Cristo em benefício de seus próprios ideais políticos. Democraticamente, a onda pró-socialismo dos clérigos da Igreja Católica mais ligada à ideologia da CNBB é um abuso de poder."

(Transcrito do "Jornal do Brasil", de 12.9.1981)

A GEOPOLÍTICA E AS PROJEÇÕES DO PODER. Carlos de Meira Mattos. Prefácio de Luis Viana Filho. Rio, BIBLIEC, 1979.

No final da década de 30, o pioneirismo intelectual do então Capitão Mário Travassos abriu para as elites brasileiras os horizontes da interpretação geopolítica. Meira Mattos o elegeu seu mestre e inspirador, por considerar sua obra o marco inicial dos estudos geopolíticos. O resultado foi a construção de uma obra a partir dos caminhos abertos pelo mestre ou, mais precisamente, uma síntese ampliada dessas idéias, enriquecida por conclusões próprias nascidas da meditação sobre a nossa realidade. Por isso, quem for estudar Meira Mattos, terá que começar pelas premissas esboçadas por Mário Travassos em sua monumental Projeção Continental do Brasil.

Além dessas teorias difundidas por Mário Travassos, Meira Mattos foi influenciado também por Everso Backheuser e por pensadores da geração mais recente, egressa da Escola Superior de Guerra, como Cordeiro de Farias, Castello Branco e Golbery do Couto e Silva.

A vinculação a essas correntes de pensamento não o impidiu e, talvez, até o estimulou que viesse a construir uma concepção geopolítica muito mais ampla, da qual é prova inequívoca o livro que recomendamos à atenção de nossos leitores: A Geopolítica e as Projeções do Poder.

Ao delinear esta obra, o autor sentiu a necessidade de associar à geopolítica a própria ciência política num dos seus aspectos mais controvertidos, que é justamente o da concepção do Poder, visto a partir de suas bases históricas, filosóficas, políticas e jurídicas e considerado sob duas faces: uma, voltada para dentro, a um tempo como reflexo e condutor da sociedade; outra, voltada para o exterior, onde pretende apresentar-se como expressão efetiva e etuante do poder nacional. Ao desenvolver este tema, ele observa que o tempo e,

possivelmente com ele, as contingências do mundo têm-nos mostrado o crescente e ininterrupto fortalecimento do Poder do Estado, mesmo em países politicamente desenvolvidos, nos quais o poder, nas suas origens, está vinculado ao voto popular.

Ao desenvolver este tema, o autor observa que o Poder, em termos de controle de povos, a despeito das crescentes franquias, tem sido e vem sendo exercido por um só homem ou uma élite. Nenhuma das alternativas apresentadas para o futuro encontra outra solução. A única posição realista, portanto, é ter lucidez e sinceridade de aceitar esse determinismo incontornável. Não é mais que um sonho pensar-se em governo de massas ou massas no governo. Tal proposição é utopia ou má fé; tem sido muito mais má fé que utopia. Os esquerdistas de vários matizes pregam essa solução para os países que eles não dominaram e onde não conseguiram impor um governo totalitário. Não há governo mais elitista do que o da URSS ou o de seus satélites. Basta analisar a estrutura e o mecanismo de Poder nesses países.

Depois de expor a teoria do Poder, volta-se Meira Mattos para o verdadeiro objetivo do livro, representado pela projeção geopolítica do Poder, que desenvolve com profundo e mediado conhecimento dos principais problemas de vida nacional. Chegamos, assim, naturalmente, ao cerne do notável estudo sobre a vida brasileira, naquilo que tem de mais significativo para virmos a desempenhar, em breve tempo, o papel que nos estará reservado, se formos capazes de utilizar e dinamizar os numerosos fatores favoráveis, cuja soma será a expressão do nosso poder nacional.

De maior interesse é o capítulo final, que o autor inicia com esta síntese dos altos objetivos visados pelo livro:

O que pretendemos com o equacionamento geopolítico da problemática brasileira? O que almejamos, procurando ajustar os interesses da nação aos estímulos do território? O mérito dos resultados alcançados nos obriga a pensar seriamente no que não foi realizado, no que falta fazer. Perduram contrastes, distorções e desequilíbrios regionais graves. Persistem desafios à economia ainda invulnerável do Nordeste semi-árido, ao desenvolvimento do ainda vazio trópico úmido da Amazônia, permanecem bolsões de pobreza em áreas do Centro-Sul.

De fato, o que resta fazer é tarefa imensa. E é esta tarefa da edificação de um Brasil compatível com suas efetivas possibilidades que o autor busca ajustar à nossa realidade geopolítica que, simultaneamente, nos oferece largos caminhos, mas também enormes responsabilidades.

A Gepolítica e as Projeções do Poder é dirigido essencialmente a civis e militares matriculados em cursos de altos estudos, mas pode ser igualmente útil a todos aqueles que se interessam pelo presente e pelo futuro deste país.

BRASIL-FRANÇA, AO LONGO DE CINCO SÉCULOS — A. de Lyra Tavares. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1979, 335 pp.

Não há dúvida: a cultura americana só encontra justificação no complexo europeu. Repudiar o Velho Mundo, suas tradições e princípios, sua estrutura social e política, sua literatura, arquitetura, escultura, música e pintura, equivale à negação da própria essência do americanismo.

Hispania tirante, nossas mais fundas raízes européias alongam-se na geografia e na história da França. É o que demonstra a saciedade, o livro do general A. de Lyra Tavares, Brasil-França, ao longo de Cinco Séculos. Num itinerário pontual, fartamente documentado, o embaixador do Brasil em Paris percorre, desde o descobrimento, a carta traçada pelos viajantes, cronistas, marinheiros, piratas e exploradores franceses que aqui aportaram e daqui partiram levando aos portos de origem notícias da terra e da gente exótica. Esse itinerário, de ricos atalhos, instrui-nos, especialmente, na relevância do papel desempenhado pela assimilação progressiva da cultura e da civiliza-

cão francesas. Oferece-nos, em larga retrospectiva, mercê de aturada investigação em arquivos, bibliotecas e museus, o panorama étnico, social e político de formação brasileira. A convivência com representantes de um povo civilizado, haveria, forçosamente, de influir nos nossos hábitos e costumes tanto quanto determinar formas mentais que plasmariam, de certa maneira, nossa visão do mundo. Se quisermos compreender os caminhos e descaminhos da evolução nas idéias, da importação de modelos de raciocínio e, até, de fórmulas de rebeldia e revolução, convém retomar, à luz da história, o roteiro dessa iniciação à cultura européia e, particularmente, à cultura francesa.

É em torno dessa questão que se organiza e se estrutura o livro de A. de Lyra Tavares. Em vez de defrontá-la, o autor nos abre, súbita e discretamente, livros e livros de história e geografia, dessorando,gota a gota, a substância da civilização e da cultura francesas permeada ao nosso espírito. No seu carnê de viagens e nas suas anotações de estudioso das caixas do Brasil, todas as observações e comentários conduzem ao impasse. Não, não há resposta possível. E o epílogo do livro resolve-se num non-lieu. Pois cabe ao leitor, e a ninguém mais, descobrir, de por si, o caminho. Vale dizer, retornar o itinerário traçado e percorrê-lo, cabo a rabo. A falta de resposta reinveste-se, no caso, do peso da necessidade: cumpre atentar no preço inestimável do legado que a euforia da novidade, a sedução publicitária e a febre da moda nos têm induzido a menosprezar.

Hoje, principalmente, ao sabor dos ventos que nos arrastam tão longe, conviria aceitar o convite à viagem de A. Lyra Tavares. É bem provável que voltássemos, todos, animados do desejo de recuperar o tempo perdido.

Maria José de Queiroz
(Revista Brasileira de Estudos Políticos)

Cimento, base de desenvolvimento.

Capão Bonito - SP



A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim-ES e a outra em Capão Bonito-SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio-X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

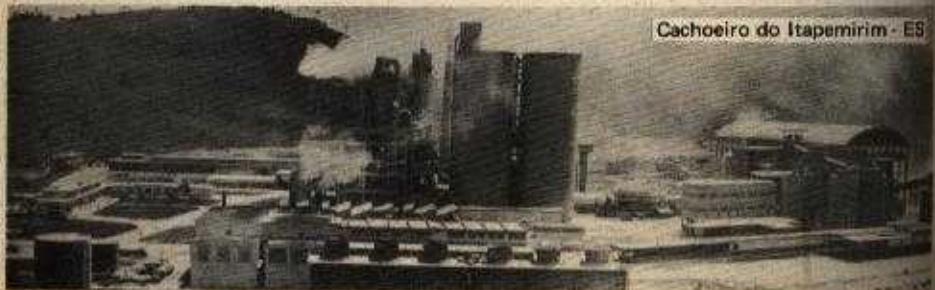
As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polução e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.

Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP